O ANTIGO TESTAMENTO INTERPRETADO

VERSÍCULO POR VERSÍCULO

Autor
R. N. Champlin, Ph. D.

HAGNOS


D

D

DÃ

No hebraico, «juiz». Consideremos os seguintes pontos a seu respeito:

1. Foi o quinto filho do Jacó, mediante sua concubina, Bila (Gên. 30:3; 35:25). Foi o cabeça e fundador da tribo israelita de Dã. Dã teve apenas um filho; mas, a despeito disso, quando os israelitas saíram do Egito, essa tribo era representada por sessenta e dois mil e setecentos homens (Núm. 1:39), o que a tornava a segunda maior tribo de Israel, quanto a números. Acerca do próprio Dã, porém, praticamente não temos qualquer informação. De acordo com a bênção proferida por Jacó, em seu leito de morte, foi declarado que ele e seus irmãos, através de esposas e concubinas de Jacó, teriam o direito legal de uma porção na herança da família.

2. A Tribo Chamada Dã. Essa tribo consistia nos descendentes do patriarca Dã, filho de Jacó e Bila, criada de Raquel e concubina de Jacó (Gên. 30:6). O trecho de Gênesis 46:23 diz-nos que Dã teve apenas um filho. Mas alguns intérpretes pensam que o nome dele, Husim, é uma forma plural, que poderia indicar toda uma família, e não apenas um indivíduo. Seja como for, essa tribo, na época do Êxodo, era a segunda mais numerosa das tribos de Israel, com sessenta e dois mil e setecentos homens (Núm. 1:39). Pela época em que Israel entrou em Canaã, esse número havia aumentado para sessenta e quatro mil e quatrocentos homens (Núm. 26:43), e continuava sendo a segunda maior tribo de Israel. Foi-lhe dado território na porção noroeste da Palestina; mas, visto que a área era muito pequena para a tribo, um grupo de danitas buscou estabelecer-se bem ao sul da Palestina. Foi assim que eles ocuparam o distrito de Lesém, que foi conquistado com relativa facilidade, em comparação com o que sucedeu no resto da Palestina (Jos. 19:47; Juí. 1:34 e cap. 18). Lesém foi rebatizada com o nome de Dã, o que veio a indicar o extremo norte do território de Israel. Ver abaixo sobre a cidade de *Dã*. O território originai que Dã recebeu era fértil, ocupando parte das costas marítimas, o que deu à gente dessa tribo a oportunidade de ocupar-se do comércio e da pesca (Juí. 5:17). Importantes cidades dessa área foram Jope, Lída e Ecrom. Indivíduos importantes da tribo de Dã foram Aoliabe, filho de Aisamaque (Êxo. 31:6 ss) e Sansão (Juí. 13:2 ss). A localização dessa tribo, perto dos filisteus, explica seu envolvimento na história que circunda o seu nome.

3. Cidade de Dã. Esse foi o nome que os danitas deram à cidade de Lesém, após sua conquista, no extremo norte de Israel. O lugar recebe vários nomes na Bíblia, como Lesém (Jos. 19:47), Laís (Juí. 18:27,28) e Lusi, nos textos egípcios de 1860-1825 A.C. e finalmente, Dã. Ficava localizada no sopé sul do monte Hermom, perto de um dos tributários do rio Jordão, chamado Nahr Leddan. Sua posição, no extremo norte do território de Israel, fez com que fosse usada como marco geográfico, de tal modo que temos a expressão «desde Dã até Berseba» (Juí. 20:1; I Sam. 3:20; II Sam. 17:11), a fim de denotar os pontos norte e sul extremos da Terra Santa. Dã (Lesém) havia pertencido aos sidônios, que viviam quietos e seguros, de tal modo que se tornara isso uma situação proverbial: viver pacificamente, em meio à abundância, equivalia a viver «segundo o costume dos sidônios» (Juí. 18:7). Não havia poderes adversos, nas proximidades. A principal cidade da região, Sidom, ficava distante demais para oferecer proteção em caso de invasão, fato que não escapou à observação dos espias de Dã, enviados para averiguar a magnitude da tarefa da conquista. Seja como for, uma vez estabelecidos ali, os membros da tribo de Dã não parecem ter sofrido qualquer tentativa de deslocamento (Juízes 18). A arqueologia tem mostrado que a área vinha sendo habitada pelo menos desde 3500 A.C., tendo-se tornado importante comercialmente falando, visto que ficava na rota comercial com a costa síria, estando mais ou menos a meio caminho entre Arã, Tiro e Sidom.

Na história mais remota do Antigo Testamento, lemos que foi nessa área que Abraão e seu grupo perseguiram o rei elamita, Quedorlaomer (Gên. 14:15). Jeroboão revoltou-se contra Reoboão e tornou-se o primeiro rei do reino norte (Israel), quando o povo israelita dividiu-se em duas nações (I Reis 11:26—14:20; II Crô. 10:2—13:20). Nesse tempo, a cidade de Dã, juntamente com Betel, tornou-se a sede de um dos dois santuários que continham um bezerro de ouro, simbolizando a adoração a Baal (I Reis 12:29), o que significa que Dã e Betel tornaram-se centros da idolatria encabeçada por Jeroboão (II Reis l0:28-31). Dã, e outras cidades da área, finalmente foram arrasadas por Ben-Hadade (I Reis 15:20; II Crô. 16:4). Foi recapturada no tempo de Jeroboão II (II Reis 14:25). Mas o monarca assírio Tiglate-Pileser III (745-727 A.C.) reconquistou a área, e seus habitantes foram levados para o exílio. A arqueologia tem descoberto relevos de origem assíria, que retratam esse e outros eventos similares, porquanto o exílio de um povo conquistado fazia com que deixassem de ser uma ameaça. Os israelitas foram instalados nas cidades dos medos (II Reis 17:6).

Referências Extrabíblicas. Dã é mencionada em varias fontes informativas extrabíblicas, desde tão cedo quanto os anais das conquistas de Tutmés III (cerca de 1490-1436 A.C.). Josefo menciona o território como a área onde Tito, sob as ordens de seu pai, o imperador Vespasiano, esmagou a revolta dos judeus, no outono de 67 D.C *(Guerras 4:1 ss).*

Localização Moderna. O local onde estava a antiga cidade agora é conhecido como o Tell el-Qadi. É mais elevado cerca de vinte metros que a região de pasto da área. Esse nome árabe significa «cômoro do juiz».

A Tribo Perdida de Dã. O nome de Dã falta nas listas das tribos, em Apocalipse 7:5-8, ou acidental ou intencionalmente. Irineu *(Adv. Haer.* 5:30,2) explica a omissão com base no fato de que se esperava que o anticristo procederia dessa tribo, com base no texto de Jerônimo 8:16, segundo a Septuaginta: «Desde Dã se ouve o resfolegar de seus rápidos cavalos», refletido bem de perto por nossa versão portuguesa. Isso seria, supostamente, uma referência às forcas hostis do anticristo. Essas idéias são meras especulações, e a teoria da omissão acidental, provavelmente, está com a razão.

A Dã Moderna. Em nossos dias, os descendentes de Dã estão localizados na Alta Galiléia, perto da fronteira com a Síria. O estabelecimento foi fundado em 1939. Um pouco mais ao norte fica o Tell el-Qadi, local do antigo estabelecimento. Trata-se, essencialmente, de uma área agrícola, havendo também a manufatura de calçados, como outra importante função.

DABRIA

Um dos cinco homens mencionados em II Esdras 14:24, aos quais foi solicitado que registrassem prontamente a visão apocalíptica de Esdras, em muitos tabletes.

DAGOM

Informações Gerais

1. O termo e o Deus. Reflect o heb. **cereal** ou **dag** (peixe). Cereal sugere um deus da agricultura, figura associada à cultivação, ou talvez, originalmente, ele tivesse sido um deus da fertilidade e da agricultura. Seja como for, ele era um antigo deus mesopotâmico, que se tornou a principal divindade dos filisteus, muito proeminente na época de Sansão, em Gaza (Juí. 16:21-23), em Bete-Seã, nos dias de Saul e Davi (I Sam. 5:2-7; 31:10; I Crô. 10:10), — e em Asdode, nos dia dos Macabeus (I Macabeus 10:83.85). Dagom geral-

mente era apresentado como uma criatura misto de peixe com cabeça humana. Jerônimo nos deu essa informação, que foi confirmada por Kimshi, no século XIII, embora isso seja posto em dúvida por alguns eruditos modernos. A derivação da palavra «cereal», com base em «peixe», também é posta em dúvida. Entretanto, há abundante evidência que que houve um deus da agricultura na cultura a assírio-babilônica. O posterior deus cananeu, *Dagom,* é descrito por Filo como *deus do cereal,* o que tem sido confirmado em textos religiosos do norte da Síria, mais precisamente, de Ras Shamra. Afirma-se que teria sido o pai do grande deus Baal. A história demonstra que, pelo menos a partir de 2500 A.C. em diante, a adoração a Dagom foi muito proeminente por toda a Mesopotâmia. Essa influência tem sido demonstrada pelos nomes próprios, pessoais ou locativos, que incorporam «Dagom», de uma maneira ou de outra. Várias cidades derivavam seus nomes desse deus, como Bete-Dagom (Jos. 15:41).

2. Esboço do Meio Ambiente Histórico. a. Desde 2500 A.C., adoração generalizada na Mesopotâmia, proeminente especialmente na região do médio Eufrates. b. O nome *amorreu* desse deus deve ter sido Dagã, — e um templo erigido em sua honra foi descoberto pelos arqueólogos, em Ugarite, com data de cerca de 2000 A.C. c. Ele era largamente adorado entre os amorreus da Mesopotâmia, na época de Hamurabi, da Babilônia, e no reino de Mari (cerca de 1850-1750 A.C.). d. Ele era venerado como deus da agricultura em Ugarite, e como pai do deus-chefe, Baal, durante o período de Amarna (cerca de 1550-1220 A.C.). e. Alguns estudiosos argumentam que seu nome (com a forma de Daguna) aparece nos tabletes lineares minoanos A, de Creta (cerca de 1500 A.C.). f. No final da era do Bronze, o nome desse deus encontra-se, sob forma composta, como substantivo próprio locativo, como Dagã-Tacala, nos tabletes de Tell El Amarna, ou como Bete-Dagom, nome de três cidades do território de Judá (Jos. 15:41), perto de Jope, mencionadas também nos anais de Senaqueribe, e no território de Aser (Jos. 19:27). g. Na época de Sansão (cerca de 1143 A.C.), Dagom era o principal deus dos filisteus (Juí. 16:21-23). A morte de Sansão esta associada ao nome desse deus. h. Nos dias de Davi (1000 A.C.), as experiências ligadas à arca da aliança, em Asdode (I Sam. 5:1-7), estiveram associadas a esse deus pagão. A arca da aliança foi temporariamente guardada no templo de Dagom, em Asdode, do que resultaram todas as formas de eventos e castigos inesperados, o que, finalmente, forçou os filisteus a devolverem a arca a Israel. i. A adoração a Dagom perdurou por longo tempo, o que é demonstrado pelo fato de que até mesmo nos dias dos Macabeus, e posteriormente, essa adoração continuava (I Macabeus 10:83-85).

3. Templos de Dagom. Esse deus era quase uma divindade internacional (dentro do limitado mundo conhecido da época), o que é demonstrado pelos muitos templos construídos em sua honra. Sabe-se que ele tinha templos em Ugarite, em Bete-Seã, no norte da Síria (I Crô. 10:10), em Gaza (Juí. 16:23) e em Asdode (I Sam. 5:1-7). Os arqueólogos têm procurado encontrar um templo dedicado a Dagom, em Gaza; mas, até o momento, suas esperanças não se têm realizado. Em Bete-Seã quatro templos foram desenterrados pelos arqueólogos, os quais têm sido tentativamente reconstituídos, com a ajuda de várias evidências. Um dos maiores desses templos pertenceria, presumivelmente, a Dagom. Ali foi pendurada a cabeça de Saul (I Crô 10:10). Um outro templo tem sido identificado como a causa de Astarote, onde os filisteus deixaram, em exibição, a armadura de Saul (I Crô 10:10). É provável que a adoração a Astarote estivesse vinculada à adoração a Dagom. O templo descoberto em Ugarite tem aproximadamente as mesmas dimensões e o mesmo plano do templo de Baal. Fica apenas cerca de 52 m a leste-sudoeste do templo de Baal, e foi descoberto depois deste último. Ambos esses templos são bastante parecidos com os templos posteriores de Istar, Assur e Andrae. Uma estela demonstra que o templo foi erigido em honra a Dagom. O plano do templo de Salomão era essencialmente idêntico ao templo de Dagom, em Ugarite. Sabemos que Salomão contratou ajuda de estrangeiros, nessa construção, tanto no tocante ao planejamento como no tocante aos móveis e decorações da mesma. (MACA ND UN SCH Z)

DÃ-JAÃ

No hebraico, «Dã toca o órgão». Outros pensam em "Juiz do propósito». A Septuaginta diz «Dan nos bosques». Alguns intérpretes pensam que essa cidade é a mesma que, algures, é chamada Dã (que vide). Nesse caso, a cidade também recebe outros nomes na Bíblia, como Lesém (Jos. 19:47), Laís (Juí. 18:27,28). Ainda outros estudiosos pensam em Danian, na região montanhosa, acima da atual Khan-en-Nakura. Essa cidade ficava ao sul de Tiro, perto de Gileade. Joabe visitou o lugar, quando Davi ordenou que se fizesse o recenseamento da nação. Evidentemente ela ficava entre Gileade e Sidom, o que a situaria nas vizinhanças de Dã (II Sam. 24:6), se é que não fosse a própria Dã, conforme dissemos acima. Alguns estudiosos pensam que a porção final do nome dessa cidade, Jaã, pode refletir um nome pessoal, talvez cognato do ugarítico *y 'rn.*

DÁLETE

Quarta letra do alfabeto hebraico. Dessa palavra hebraica é que provém o termo grego *delta,* quarta letra do alfabeto grego, visto que o alfabeto (que vide) tem origem semita. A nossa letra «d» deriva-se dessa letra. Em Salmos 119, a quarta porção (vss. 25—32) começa com essa letra, em cada verso. Originalmente tinha o formato de um triângulo, sem qualquer projeção para o lado esquerdo. Após o século VII A.C., essa letra, devido ao seu novo formato escrito, ficou mais facilmente confundida com o rês (o nosso "R"), embora esta última letra usualmente seja escrita com uma cauda maior. Numericamente, a letra dálete vale "quatro". Era pronunciada como o nosso "D"; mas, em tempos posteriores, passou a soar mais como o "TH" inglês, na palavra "THIS".

DALFOM

Nome do segundo dos dez filhos de Hamã. Esse nome significa «pendente», a menos que seja um nome tipicamente persa, cujo sentido é desconhecido. Foi morto pelos judeus em Susã (Est. 9:7), no décimo terceiro dia do mês de Adar, em cerca de 510 A.C.

DALILA

No hebraico, «langor» ou «sensual». Viveu em torno de 1060 A.C. Era mulher pagã, que habitava no vale de Soreque. Foi amada por Sansão, juiz danita (Juí. 16:4-18). Conhece-se o nome de Dalila porque ela foi a tentadora e traidora de Sansão. Provavelmente pertencia ao povo filisteu.—Ela agia devido a sua lealdade a seu povo, além do desejo de prejudicar, de algum modo, o povo de Israel. Soreque, por essa altura dos acontecimentos, ficava dentro do território filisteu. Sansão sentiu-se arrebatado pela beleza física de Dalila, e passava muito tempo com ela. Gradualmente, ela conseguiu controla-lo. — E assim, aquele que nenhum adversário era capaz de derrotar, foi derrotado por uma mulher. História antiga! Alguns escritores patrísticos pensavam que Dalila fosse esposa de Sansão, mas a opinião é por demais caridosa! Sansão começou a falar demais, e acabou revelando a Dalila o segredo de sua imensa força física. Os filisteus conseguiram comprar a lealdade de Dalila em troca de mil e cem siclos de prata (Juí. 16:5). A soma era considerável. A história terminou muito adversa para Sansão, conforme terminam quase todas as histórias dessa natureza.

DAMASCO

Essa era a bem conhecida cidade a nordeste do monte Hermom. Esse nome também se aplica à região geográfica geral e, algumas vezes, ao estado do qual essa cidade era a capital. Ficava localizada em uma planície com cerca de 670 m de altitude. A cidade fica cercada por montes em três lados, a saber, o monte Hermom e a cadeia do Antilíbano, a oeste; uma serra que se projeta dessa cadeia,

ao norte; o Jebel Aswad (monte Aswad), que a separa da fértil Haurã (bíblica Basã), ao sul. A leste, certos lagos pantanosos e colinas baixas separam a região do deserto. Ali a chuva é escassa e a irrigação é necessária para a agricultura. Ali são produzidas azeitonas, várias frutas, amêndoas, castanhas, pistácias, cereais, fumo, algodão, linho e cânhamo. A cidade tem uma longa história, sendo uma das mais antigas cidades do mundo. Talvez a mais conhecida menção bíblica seja aquela referente à conversão de Saulo de Tarso. Ali vivia o crente judeu, Ananias, que ajudou a Saulo em momento de necessidade, quando ele estava cego diante do resplendor da visão, e havia sido levado para o interior de Damasco. Ananias, orientado por uma visão que teve, foi à rua chamada Direita, e ali encontrou Saulo, que estava hospedado na casa de um homem de nome Judas. Foi então que Saulo recebeu de volta a capacidade de enxergar, o que lhe serviu de tremenda lição espiritual. Foi ali que Paulo recebeu sua comissão apostólica, um fator que alterou a história do mundo, bem como as vidas de incontáveis milhares de pessoas.

Atualmente, Damasco faz parte dos domínios árabes, o que teve início no ano de 636 D.C., por ocasião da batalha de Iarmuque. Foi a capital do império Umaiada (639-744 D.C.). No século XIV, caiu sob o controle dos mamelucos egípcios, tendo mantido sua importância como centro político e comercial. Foi saqueada pelos invasores mongóis, em 1401. Nos tempos modernos, retém o papel de capital e principal cidade da Síria.

Damasco é uma das mais antigas cidades do mundo. Alguns estudiosos chegam mesmo a declarar ser ela a mais antiga cidade do mundo que vem sendo continuamente habitada até hoje. Porém, não há meios para alguém confirmar ou negar essa proposição. Ficava localizada cerca de duzentos e quarenta quilômetros a nordeste de Jerusalém, às margens do rio Abana, que descia do Antilíbano (que alguns chamavam de Abara) e de um outro rio denominado Farpar, que os gregos chamavam de «Chrysorrhoas», ou seja, «riacho de ouro», localizado fora das muralhas da cidade.

Era a capital da *Síria* (ver Isa. 7:8) e vinha sendo ocupada desde os tempos mais remotos, porquanto já era conhecida nos dias de Abraão (ver Gên. 15:2). Embora a cidade também tenha formas diversas nos idiomas hebraico, grego e aramaico, tendo sido encontrado em algumas antiquíssimas inscrições, como nos escritos de Tutmoses III, Faraó do Egito e nas cartas de Amarna (século XIV A.C.), e também em inscrições feitas na escrita cuneiforme, o seu significado nos é inteiramente desconhecido hoje em dia.

Davi capturou e dotou Damasco de uma guarnição militar, depois que as tropas dessa cidade, enviadas em auxílio a Hadedezer, de Zobá (ver II Sam. 8:5), foram derrotadas. Damasco figurava com destaque entre os membros do pacto feito por Asa, rei de Judá, a fim de aliviar a pressão provocada por Baasa, de Israel (ver II Crô. 16:2). Foi na planície próxima de Damasco que o profeta Elias ungiu a Hazael, um nobre damasceno, como futuro monarca da Síria (ver I Reis 19:15). Os assírios, finalmente, capturaram e destruíram essa cidade, tendo igualmente deportado a muitos de seus habitantes. Essa cidade serviu de lição objetiva para Judá, de conformidade com os escritos de Isaías (ver Isa. 10:9 e *ss*), sobre o que pode acontecer a um povo que prefere ignorar a Deus.

Durante o período dos monarcas *selêucidas*, Damasco perdeu a sua posição de capital da Síria, embora tivesse sido, mais tarde, restaurada como capital da Celessíria, sob Antíoco IX, em III A.C. Damasco passou a ser cidade romana desde 64 A.C., o que continuou até 33 D.C. Nos tempos de Paulo, a cidade era governada por um etnarca, nomeado por Aretas IV (9 A.C. a 4O D.C.), que havia derrotado o seu genro, Herodes Ântipas (ver II Cor. 11:32,33).

A cidade de Damasco contava com uma numerosa população judaica e muitas sinagogas. (Ver Atos 9:2; e Josefo, *«Guerras dos Judeus,* ii.20). A população judaica de Damasco era tão numerosa, nos tempos do cristianismo primitivo, que Nero foi capaz de executar a dez mil judeus; e pode-se supor que ele não mandou matar a população judaica inteira da cidade, embora o tenha tentado. (Ver Josefo, *Guerras dos Judeus,* ii.25). O cristianismo também fez progressos extraordinários em Damasco, e, finalmente, veio a tornar-se ela conhecida como cidade cristã. No entanto, mais tarde, o islamismo foi se tornando gradualmente a religião dominante, segundo se verifica na atualidade.

A cidade moderna cobre uma área de cerca de três quilômetros por um quilômetro e meio, ao longo do rio Barada. Existe ainda a rua chamada *«Direita»* (ver Atos 9:11), que corre de nordeste para sudoeste, atravessando a cidade. Uma grande mesquita, edificada ali no século VIII D.C., ocupa declaradamente o local do templo de Rimom (mencionado em II Reis 5:18).

O distrito de Damasco é famoso por seus pomares e jardins, porque recebe abundante suprimento de água de seus dois rios. Serve, por semelhante modo, de centro natural de comunicações, ligando as rotas de caravana que saem da costa do Mediterrâneo (cerca de cento e cinco quilômetros para o ocidente) para o Egito, para a Assíria e para a Babilônia.

Posto que essa cidade vem sendo continuamente habitada por muitos séculos, muito dela permanece por escavar, mas parte de seus muros data de tempos antigos, e restam ainda diversas portas feitas pelos romanos. A rua chamada «Direita» continua dividindo a cidade em duas metades. Uma antiga inscrição cristã, que diz: «O teu reino, é Cristo, é um reino eterno, e teu domínio perdura por todas as gerações», tem sido preservada na igreja de João Batista (século IV D.C.), que posteriormente foi transformada em mesquita (século VIII D.C.). Moedas existentes, vindas dos reinados de Augusto, Tibério e Nero, têm sido ali encontradas.

Bibliografia. AM ENI ND UN(1957) Z

DANÃ

No hebraico, «murmuração», uma cidade mencionada juntamente com Debir e Socó, localizada na região montanhosa de Judá (Jos. 15:49), ao sul de Hebrom. O local teria sido perto da moderna Kirjath-Sepher (antiga Debir), embora a localização exata seja desconhecida.

DANÇA

I. Observações Gerais

Dançar é movimentar continuamente o corpo, de acordo com certo ritmo, em um certo espaço. É também uma expressão das emoções, uma válvula de escape de energias em excesso. As emoções assim expressas são as mais variadas, desde a alegria até à ira, desde a devoção à sensualidade. A arqueologia e a literatura de todas as culturas demonstram que, até onde a história retrocede, os homens dançam. Alguns animais também têm certas formas de dança, desde os insetos, passando pelas aves, até os mamíferos superiores; e esses movimentos rítmicos usualmente visam à comunicação de alguma mensagem, tal como na dança humana. Há provas de que, desde a antigüidade, a dança é associada às manifestações religiosas. Os homens primitivos imaginavam poder comunicar-se com os espíritos através da dança. De fato, certas danças conseguem alterar os estados de consciência, com o aparecimento de visões e alucinações, que são considerados comunicações com os poderes espirihais. Mas também é verdade que os homens primitivos demonstravam alegria ou consternação, diante dos eventos, como nascimentos, curas, luto, a chegada das chuvas ou a tentativa de fazê-las chegar, vitórias e outros acontecimentos importantes, mediante a dança. A dança tem sido usada e continua a ser usada em ritos de fertilidade, com o propósito de exprimir ou provocar a sensualidade.

As civilizações superiores têm feito a dança se tornar uma arte formal, que usualmente acompanha as apresentações musicais ou teatrais. Desse modo, a dança também se tornou uma profissão. Porém, em muitos lugares, a dança continua sendo uma importante parcela da expressão religiosa, como no teatro grego clássico e na religião hindu.

Os elementos básicos da dança são o desenho, os passos, os gestos, os movimentos específicos, a técnica, a dinâmica e os sons. A dinâmica da dança pode variar desde a languidez à intensa vibração, desde a suavidade até os gestos bruscos. O impacto da dança sobre os dançarinos e os espectadores é obtido, principalmente, por sua dinâmica. A técnica é a habilidade que o dançarino adquire na execução da dança. Os dançarinos precisam tornar-se atletas consumados, para fazerem o que fazem, como no balé moderno. Através da técnica é que uma idéia pode ser expressa mediante a dança.

II. A Dança em Várias Culturas

a. Entre os egípcios, homens e mulheres dançavam, mas em grupos separados, com certa variedade de movimentos e gestos, tudo dependendo do propósito a ser atingido. No Egito, dançava-se por motivos religiosos ou como diversão. Os nobres usualmente não dançavam. A dança parecia limitar-se às classes inferiores e aos sacerdotes, dependendo do propósito da dança. As vestes usadas na dança usualmente eram longas, chegando ao chão e com freqüência, feitas de tecidos de alta qualidade, quase transparentes. A dança religiosa, por sua vez, era efetuada nos templos, em honra aos deuses, ou ao ar livre, em procissões. A dança popular, motivada pela alegria, era realizada quando das grandes festividades.

b. Entre os gregos encontramos a dança social e religiosa. As massas populares dançavam principalmente como recreação. No teatro, a dança foi desenvolvida ao ponto de tornar-se uma arte, sendo usada para exprimir todas as emoções que as peças teatrais tinham o intuito de transmitir. A literatura antiga informa-nos que as mulheres dançavam em entretenimentos particulares. Quando mulheres dançam diante de convivas, o intuito é óbvio. Ver Mat. 14:6. Todas as classes, entre os gregos, dançavam, o que era encorajado pelo fato de que a dança tornara-se uma parte importante do teatro, o que tinha considerável prestígio, provocando a criação de peças teatrais que têm perdurado durante séculos, sendo levadas ao palco até os nossos próprios dias.

c. Entre os romanos, há evidências de que até as classes mais elevadas dançavam. Disse Cícero: «Nenhum homem sóbrio dança, a menos que tenha enlouquecido, estando sozinho ou em companhia decente; pois a dança é a companheira do convívio devasso, da dissolução e da luxúria». Essa citação ilustra que a dança se degenerara em uma forma essencialmente sensual, tendo perdido muito do refinamento mais antigo. A dança da filha de Herodias (Salomé?), diante dos convivas de Herodes, quando da festa de seu aniversario, ilustra o que Cícero queria dizer.

d. Entre os hebreus, a dança era usada apenas como diversão (Êxo. 32:19; Ecl. 3:4). Mas também era um meio de exprimir sentimentos religiosos (Êxo. 15:20; Juí. 21:19-21). Podia ser um modo de louvar a Yahweh (Sal. 149:3;150:4). Naturalmente, era usada na adoração idólatra. A vitória de Davi sobre os filisteus foi celebrada pelas mulheres, que saíram alegremente ao encontro dos soldados que voltavam da batalha. Isso foi acompanhado com cânticos e com instrumentos de música (I Sam. 18:6). Danças acompanhavam as festas e os festivais (Juí. 21:16-24). Alguns eruditos pensam que até a festa dos Tabernáculos incluía danças. As referências existentes nos Salmos mostram a conexão religiosa entre a religião e a dança. O trecho de Salmos 68:25 indica que os cantores e os instrumentos musicais algumas vezes estavam envolvidos de tal modo que somos levados a pensar que a música, no tabernáculo e no templo, era acompanhada por danças. Sabe-se que as sociedades pagãs da época tinham tais costumes. Baal era adorado por meio de dançarinos (I Reis 18:26). Na Babilônia, a dança estava tão intimamente ligada ao culto religioso que não há evidências de outro tipo de dança ali, apesar de que, certamente nem toda a dança dos babilônios era de cunho religioso. Os relevos egípcios retratam dançarinas que dançavam ao som de tambores e de certa variedade de instrumentos. Há a possibilidade de que a dança de Davi, registrada em II Samuel 6:16, estivesse relacionada a danças especialmente desenvolvidas na guerra, conforme se dava, igualmente, com os espartanos. Estes últimos dançavam com o acompanhamento de poemas elegíacos, compostos pelos líderes espartanos. Davi empregava a poesia a fim de inspirar e ensinar os seus soldados (II Sam. 1:18 *ss),* sendo possível que ele conhecesse certos tipos de danças de guerra.

e. *No Novo Testamento.* No trecho de Lucas 7:32 há uma alusão às danças das crianças, em seus folguedos. Também há a famosa dança da filha de Herodias (Mat. 14:6). Muitos pensam tratar-se da famosa Salomé. Sua dança era de natureza sensual, e culminou na execução de João Batista. A passagem de Lucas 15:26 menciona a dança como parte das celebrações devido a volta do filho pródigo à casa paterna. Podemos supor com segurança que a dança, nos dias do Novo Testamento, seguia de perto os modelos grego e romano. A referência às crianças que dançavam indica que a dança fazia parte dos costumes da sociedade, e que as pessoas dançavam por motivo de simples recreação.

III. A Dança Moderna e os Crentes

As formas e razões antigas da dança continuam nos tempos modernos. — Por essa razão, nenhuma declaração simples pode dizer se, para o crente, dançar é próprio ou impróprio. Em algumas igrejas cristãs, a dança ainda é usada como uma expressão religiosa, usualmente associada a alguma produção teatral, mas nem sempre. Cada caso precisa ser examinado em separado, porquanto a dança pode ser elevada, uma legítima forma de arte religiosa, ou então pode ser vil, ou mesmo pode ser uma mistura de elementos bons e maus. As danças sociais, que envolvem o contacto dos corpos de homens e mulheres, geralmente são condenadas pelos crentes, visto que essas danças são obviamente sensuais, apelando para os instintos mais baixos do ser humano. Mesmo as danças em que homens e mulheres nunca se abraçam, mas tem movimentos que são sexualmente sugestivos, tradicionalmente são reprovadas pelos crentes, como indignas para os seguidores do Senhor Jesus. Porém, muitos crentes participam de danças tipo folclórico, não fazendo disso nenhum segredo. Tal como no caso de outras coisas que podem ser duvidosas, a consciência coletiva e individual é que deve decidir sobre essa questão. A consciência do crente individual, quando é honestamente consultada, revelará se a pessoa pode ou não envolver-se em alguma dança específica. (AM OE UN SO)

DANIEL

No hebraico, «Deus é meu juíz». Há quatro personagens com esse nome, nas páginas da Bíblia:

1. Um filho de Davi, o segundo que ele teve com Abigail, a carmelita (I Crô. 3:1). No trecho paralelo de II Samuel 3:3, ele é chamado Quileabe. Viveu em torno de 1050 A.C.

2. Um descendente de Itamar, que retornou do cativeiro babilônico em companhia de Esdras (Esd. 8:2). Viveu em torno de 456 A.C. Foi um dos signatários do pacto firmado por Esdras.

3. Um dos sacerdotes que assinou o pacto com Neemias. Quanto à sua identidade, alguns pensam tratar-se do profeta desse nome. Mas outros identificam-no com o descendente de Itamar, segundo ponto, acima. (Nee. 10:6). Viveu por volta de 456 A.C.

4. O profeta Daniel, o herói principal do livro veterotestamentário desse nome. Ver abaixo, o artigo separado sobre ele, intitulado *Daniel, o Profeta e o Livro.*

DANIEL, O PROFETA E O LIVRO

O nome é hebraico e tem o sentido de "Deus é meu juiz". Daniel foi um famoso profeta judeu do período babilônico e persa, embora isso seja posto em dúvida por muitos críticos modernos, que desconfiam da cronologia a seu respeito. Ver a discussão sobre isso, mais adiante. Tudo quanto sabemos acerca de Daniel deriva-se do livro que tem o seu nome; as tradições, como é usual, são duvidosas. Ver sobre o homem Daniel, no segundo ponto, a seguir.

Esboço:

I. Características Gerais
II . O Homem Daniel e o Pano de Fundo Histórico do Livro
III. Autoria, Data e Debates a Respeito
IV. Ponto de Vista Profético
V. Proveniência e Unidade
VI. Destino e Propósito
VII. Canonicidade
VIII. Esboço do Conteúdo
IX. Acréscimos Apócrifos
X. Gráfico Ilustrativo das Setenta Semanas
XI. Bibliografia

I. Características Gerais

Este livro aparece na terceira seção do cânon hebraico, chamada *ketubim*. Nas Bíblias em línguas vernáculas, trata-se de uma das quatro grandes composições proféticas escritas, de acordo com o cânon alexandrino. Na moderna erudição, diferem as opiniões a seu respeito. Alguns estudiosos pensam que se trata apenas de um dos melhores escritos pseudepígrafos, uma pseudoprofecia romântica, escrita essencialmente como narrativa, e não um livro profético. Mas outros respeitam altamente o livro como profecia, baseando sobre este livro várias doutrinas sérias a respeito dos últimos dias, ainda futuros. Seja como for, é verdade que o Novo Testamento incorpora grande parte da visão profética deste livro no Apocalipse, envolvendo temas como a grande tribulação, o anticristo, a segunda vinda de Cristo, a ressurreição e o julgamento final. As indicações cronológicas do livro de Daniel são adotadas diretamente pelo Apocalipse.

O livro foi escrito em hebraico, mas com uma extensa seção em aramaico, ou seja, Daniel 2.4b – 7.28. Os eruditos liberais pensam que essa porção é um tanto mais antiga, tendo sido adaptada às pressas para seu uso, em uma revisão palestina. Temos a introdução do livro escrita em hebraico (Dan 1.1-2.4a), com visões adicionais (caps. 8 em diante), a respeito de coisas que ocorreram durante a crise sob o governo de Antíoco IV Epifânio (175-163 A.C.). Reveste-se de especial importância o material do décimo capítulo, que apresenta uma personagem "à semelhança dos filhos dos homens" (Dan. 10.16), que os estudiosos cristãos pensam tratar-se de uma alusão ao Messias. O livro também encerra a doutrina da ressurreição dos mortos (Dan. 12.2,3) e uma angelologia típica do judaísmo posterior. Daniel é o único livro judaico de natureza apocalíptica que foi finalmente aceito no cânon palestino, ao passo que vários livros dessa natureza vieram a tornar-se parte do cânon alexandrino.

II. O Homem Daniel e o Pano de Fundo Histórico do Livro

Daniel era descendente da família real de Judá, ou pelo menos, da alta nobreza dessa nação (Dan. 1 3; Josefo, *Anti.* 10.10,1). É possível que ele tenha nascido em Jerusalém, embora o trecho de Daniel 9.24, usado como apoio para essa idéia, não seja conclusivo quanto a isso. Entre doze e dezesseis anos de idade, Daniel já se encontrava na Babilônia, como cativo judeu entre todos outros jovens nobres hebreus, como Ananias, Misael e Azarias, em resultado da primeira deportação da nação de Judá, no quarto ano do reinado de Jeoiaquim. Ele e seus companheiros foram forçados a entrar no serviço da corte real babilônica. Daniel recebeu o nome caldeu de Beltessazar, que significa "príncipe de Baal". De acordo com os costumes orientais, uma pessoa podia adquirir um novo nome, se as suas condições fossem significativamente alteradas, e esse novo nome expressava a nova condição (II Reis 23.34; 24.17; Est. 2.7; Esd. 5.14). A fim de ser preparado para suas novas funções, Daniel recebeu o treinamento oriental necessário. Ver Platão, *Alceb.* seção 37. Daniel aprendeu a falar e a escrever o caldeu (Dan. 1.4) e não demorou para que se distinguisse por sua sabedoria e piedade, especialmente na observância da lei mosaica (Dan. 1.8-16). O seu dever de entreter a outras pessoas sujeitou-o à tentação de comer coisas consideradas impróprias pelos preceitos levíticos, problema que ele enfrentou com sucesso.

A educação de Daniel se deu durante três anos, ao final dos quais ele se tornou um dos cortesãos do palácio de Nabucodonosor, onde, pela ajuda divina, conseguiu interpretar um sonho do monarca, para inteira satisfação deste. Tudo em Daniel impressionava o rei, pelo que ele subiu no conceito real, tendo-lhe sido confiados dois cargos importantes, como governador da província da Babilônia e inspetor-chefe da casta sacerdotal (Dan. 2.48). Posteriormente, em outro sonho que Daniel interpretou, ficou predito que o rei, por causa de sua prepotência, deveria ser humilhado por meio da insanidade temporária, após o que seu juízo ser-lhe-ia restaurado (Dan. 4). As qualidades pessoais de Daniel, como sua sabedoria, seu amor e sua lealdade, resplandecem por toda a narrativa.

Sob os sucessores indignos de Nabucodonosor, ao que parece, Daniel sofreu um período de obscuridade e olvido. Foi removido de suas elevadas posições, e parece ter começado a ocupar postos inferiores (Dan. 8.27). Isto posto, ele só voltou à proeminência na época do rei Belsazar (Dan. 5.7,8), que foi co-regente de seu pai, Nabonido. Belsazar, porém, foi morto quando os persas conquistaram a cidade. No entanto, antes desse acontecimento, Daniel foi restaurado ao favor real, por haver conseguido decifrar o escrito misterioso na parede do salão de banquete (Dan. 5.2 e ss.). A essa altura dos acontecimentos, Daniel recebeu as visões registradas nos capítulos sétimo e oitavo, as quais descortinam o curso futuro da história humana, juntamente com a descrição dos principais impérios mundiais, que se prolongariam não somente até a primeira vinda de Cristo, mas exatamente até o momento da "parousia", ou segunda vinda de Cristo.

Os medos e os persas conquistaram a Babilônia, e uma nova fase da história se iniciou. Daniel mostrou-se ativo no breve reinado de Dario, o medo, que alguns estudiosos pensam ter sido o mesmo Ciaxares II. Uma das questões envolvidas foram os preparativos para a possível volta de seu povo do exílio para a Terra Santa. Sua grande ansiedade, em favor de seu povo, para que fossem perdoados de seus pecados e restaurados à sua terra, provavelmente foi um dos fatores que o ajudaram a vislumbrar o futuro, até o fim da nossa atual dispensação (Dan. 9), o que significa que ele previu o curso inteiro da futura história de Israel. Daniel continuou cumprindo seus deveres de estadista, mas sempre observando estritamente a sua fé religiosa, sem qualquer transigência. Há um hino cujo estribilho diz: "Ouses ser um Daniel; ouses ficar sozinho". O caráter e os atos de Daniel despertaram ciúmes e invejas. Mediante manipulação política, Daniel terminou encerrado na cova dos leões; mas o anjo de Deus controlou a situação, e Daniel foi livrado dos leões, adquirindo novo prestígio e maior autoridade.

Daniel teve a satisfação de ver um remanescente de Israel voltar à Palestina (Dan. 10.12). Todavia, sua carreira profética ainda não havia terminado, porquanto, no terceiro ano de Ciro, ele recebeu outra série de visões, informando-o acerca dos futuros sofrimentos de Israel, do período de sua redenção, através de Jesus Cristo, da ressurreição dos mortos e do fim da atual dispensação (Dan. 11 e 12). A partir desse ponto, manifestam-se as tradições e as fábulas, havendo histórias referentes à Palestina e à Babilônia (Susã), embora não possamos confiar nesses relatos.

Pano de Fundo e Intérpretes Liberais. A moderna erudição crítica é praticamente unânime ao declarar que o livro de Daniel foi compilado por um autor desconhecido, em cerca de 165 A.C., porquanto conteria supostas profecias sobre monarcas pós-babilônicos que, mais provavelmente, são narrativas históricas, porquanto vão-se tornando mais e mais exatas à medida que o tempo de seu cumprimento se aproxima (Dan. 11.2-35). Para esses intérpretes, o propósito do livro foi encorajar os judeus fiéis em seu conflito com Antíoco IV Epifânio (ver I Macabeus 2.59,60). Por causa da tensão em que viviam, o livro de Daniel teria sido entusiasticamente acolhido, porquanto expõe uma visão final otimista da carreira de Israel no mundo. E assim, o livro teria sido recebido no cânon hebreu. Ver no *Dicionário* o artigo sobre *Apocalípticos, Livros (Literatura Apocalíptica)*. Isto posto, temos duas

posições: uma delas afirma que realmente houve um profeta chamado Daniel, que viveu a vida descrita nos parágrafos anteriores do livro, e cujas visões fazem parte indispensável do quadro profético. A outra posição diz que o livro de Daniel é uma espécie de romance-profecia, que apresenta acontecimentos históricos como se tivessem sido preditos, exatos em torno de 165 A.C., mas não tanto, à medida que se retrocede no tempo. Os vários argumentos são apresentados na terceira seção, intitulada *Autoria, Data e Debates a Respeito*, mais adiante.

Informes Posteriores sobre Daniel. Uma tradição rabínica posterior (Midrash Sir ha-sirim, 7:8) diz que Daniel retornou à Palestina, entre os exilados. Mas um viajante judeu, Benjamim de Tudela (século XII D.C.) supostamente teria encontrado o túmulo de Daniel em Susã, na Babilônia. Nesse caso, se o primeiro informe é veraz, então Daniel retornou mais tarde à Babilônia. Há informes sobre esse túmulo, desde o século VI D. C., embora muitos duvidem da exatidão dessas tradições, que geralmente não passam de fantasias.

Um Daniel Antediluviano? Alguns supõem que o Daniel referido em Eze. 14.14 não seja o Daniel da tradição profética, mas, sim, uma personagem que viveu antes do dilúvio, não contemporânea de Ezequiel, e cujo nome e caráter teriam inspirado o pseudônimo vinculado ao livro canônico de Daniel. A lenda ugarítica de *Aght* refere-se a um antigo rei fenício, *Dnil* (vocalizado como *Danel* ou *Daniel*), o que significaria que esse nome é antiqüíssimo. Ver Eze. 28.3, onde o profeta escarnece de Tiro porque, supostamente, era "mais sábio que Daniel". Isso poderia ser também uma referência a um antigo sábio, não contemporâneo de Daniel.

III. Autoria, Data e Debates a Respeito

Essas questões são agrupadas neste terceiro ponto por estarem relacionadas umas às outras, dentro do campo da alta crítica sobre as atividades de Daniel. Listamos e comentamos esses problemas a seguir.

1. Um grave erro histórico, segundo alguns pensam, estaria contido em Dan. 6.28 e 9.1, onde o autor sagrado situa Dario I antes de Ciro, fazendo Xerxes aparecer como pai de Dario I. Nesse caso, teríamos a ordem Xerxes, Dario e Ciro, quando a seqüência histórica é precisamente a inversa. Mas essa crítica é plenamente respondida quando se demonstra que Daniel se referia a Dario, o medo, um governador sob as ordens de Ciro, cujo pai tinha o mesmo nome que aquele rei persa posterior. Não seria mesmo provável que um autor, que demonstrasse tão notáveis poderes intelectuais, e que contava com Esd. 4.5,6 à sua frente, pudesse ter cometido um equívoco tão crasso, especialmente diante do fato de que ele situa Xerxes como o quarto rei depois de Ciro (ver Dan. 11.2).
2. O Problema do Cânon. A coletânea dos profetas hebreus já estava completa por volta do século III A.C., mas não incluía Daniel, livro que foi posto na porção posterior do cânon, ou seja, entre os Escritos. O catálogo de antigos hebreus famosos, também chamado Eclesiástico, publicado em Sabedoria de Ben Siraque, no começo do século II A.C., não menciona Daniel; e, no entanto, um século depois, I Macabeu alude a esse livro. Além disso, uma porção do livro foi escrita em aramaico da Palestina, não no dialeto da Mesopotâmia. O aramaico estava sendo falado na Palestina. Isso faz nossos olhos desviar-se da Babilônia como o lugar da composição deste livro, fixando nossa atenção sobre a Palestina. Essa crítica é respondida mediante a observação de que Daniel não era oficialmente conhecido como profeta. Antes, foi um estadista com dons proféticos (Mat. 24.15). E isso justifica o fato de ele não haver sido listado entre os profetas tradicionais. Além disso, mesmo que o livro de Daniel já tivesse sido escrito quando Ben Siraque preparou sua lista de grandes hebreus, a omissão de seu nome não deve causar surpresa, porquanto esse catálogo também deixa de lado a Jó e a todos os juízes, excetuando Samuel, Asa, Josafá, Mordecai e o próprio Esdras (Eclesiástico 44—49).
3. *Numerosos equívocos históricos*, com as soluções propostas. Dizem alguns que esses equívocos aparecem quando o autor aborda questões distantes da data de 165 A.C. (quando, presumivelmente, o livro de Daniel teria sido escrito), o que faria óbvio contraste com o conhecimento que o autor tinha do período grego, posterior. Os críticos, diante disso, sentem que o livro de Daniel tirou proveito de antigas lendas judaicas acerca de um sábio de nome Daniel (ver Eze. 14 e 28). Teria sido então constituída uma pseudoprofecia para encorajar os judeus que sofriam sob Antíoco IV Epifânio. Esse Daniel teria sido capaz de enfrentar os mais incríveis sofrimentos, pelo que todos os israelitas teriam obrigação de seguir o seu exemplo. Como resposta, precisamos levar em conta as seguintes considerações:

a. Quanto aos supostos equívocos, esses parecem não ter sido adequadamente respondidos no primeiro ponto, anteriormente.
b. O suposto fato de que o tipo de aramaico usado era da Palestina, e não da Mesopotâmia, tem uma resposta adequada, pelo menos até onde vejo as coisas. Os estudos sobre os documentos escritos em aramaico mostram que a variedade de aramaico usada no livro de Daniel é bastante antiga, sendo impossível estabelecer claras distinções entre os dialetos, conforme alguns eruditos do passado chegam a fazer. A linguagem aramaica do livro de Daniel tem fortes afinidades com os *papiros elefantinos* (ver no *Dicionário* a respeito) do século V A.C. Outrossim, o hebraico usado no livro de Daniel ajusta-se ao período de Ezequiel, Ageu, Esdras e dos livros de Crônicas, e não ao hebraico do período helenista, posterior. Parece que melhores estudos e descobertas arqueológicas têm revertido o juízo negativo, em alguns casos significativos.
c. Escreveu Robert Pfeiffer: "Presume-se que nunca saberemos como o nosso autor aprendeu que a Nova Babilônia foi criação de Nabucodonosor (Dan. 4.30), segundo as escavações têm comprovado" (*Introduction to the Old Testament*, pág. 758).
d. O quinto capítulo de Daniel retrata Belsazar como co-regente da Babilônia, juntamente com seu pai, Nabonido. Antes, esse informe era objeto de ataques. No entanto, isso tem sido demonstrado como um fato pelas descobertas arqueológicas (R.P. Dougherty, *Nabonidus and Belshazzar,* 1929; J. Finegan, *Light from the Ancient Past,* 1959).
e. Documentos escritos em cuneiforme, provenientes de Gubaru, confirmam a informação dada no sexto capítulo do livro de Daniel, acerca de Dario, o medo. Atualmente, não é mais possível atribuirmos a Daniel um falso conceito de um independente reino medo, entre a queda da Babilônia e o soerguimento de Ciro, segundo alguns estudiosos fizeram, erroneamente, no passado.
f. O autor sagrado também sabia o bastante sobre os costumes do século VI A.C., a ponto de ter dito que as leis da Babilônia estavam sujeitas ao rei Nabucodonosor, que podia lançar ou modificar decretos (Dan. 2.12,13,46), em contraste com a informação de que Dario, o medo, não tinha autoridade para alterar as leis dos medos e dos persas (Dan. 6.8,9).
g. Além disso, o modo de punição na Babilônia, mediante o fogo (cap.3) ou mediante leões (cap.6), concorda perfeitamente bem com a história (A. T. Olmstead, *The History of the Persian Empire*, 1948, pág. 473).
h. A comparação entre as evidências cuneiformes acerca de Belsazar e as informações que lemos no quinto capítulo de Daniel demonstra que o livro de Daniel pode ter sido escrito em uma data anterior e ser perfeitamente autêntico. Naturalmente um autor do período dos macabeus poderia ter usado materiais autênticos quanto aos fatos sobre os quais escrevia e, ainda assim, ter escrito seu livro em uma data posterior. No entanto, o que as evidências demonstram é que a exatidão do material ali registrado pode ter tido, por motivo, o fato de que o autor sagrado foi contemporâneo de Belsazar.
i. Segundo alguns estudiosos, o livro foi escrito no tempo dos macabeus, porque reflete melhor aquela época, mas bem menos

tempos anteriores. Contra isto, podemos observar que, entre os *Manuscritos do Mar Morto* (ver a respeito no *Dicionário*), Daniel é representado. Isto sugere que o livro tenha escrito antes daquela época e, supostamente, antes do tempo dos macabeus. Isto, todavia, não determina *quanto* tempo antes.

j. *Palavras Gregas.* No livro de Daniel, há três nomes gregos para instrumentos musicais: a harpa, a cítara e o saltério (Dan. 3.5,10), o que poderia significar que tais palavras foram empregadas porque o autor viveu no período helenista. Mas essa crítica é rebatida mostrando-se que há provas da penetração do idioma e da cultura gregos no Oriente Médio, muito antes da época de Nabucodonosor. Portanto, não seria de admirar que Daniel, no século VI A.C., conhecesse alguns termos gregos para as coisas (ver W.F. Albright, *From the Stone Age to Christianity*, 1957, pág. 337). Também há palavras emprestadas do persa que se coadunam com uma data anterior. E o aramaico usado no livro de Daniel ajusta-se ao aramaico dos papiros elefantinos, do século V A.C.

k. O trecho de Daniel 1.1 parece conflitar com Jeremias 25.1,9 e 46.2 no tocante à data da captura de Jerusalém. Daniel declara que a cidade fora capturada no terceiro ano de Jeoaquim (605 A.C.). Jeremias, por sua vez, indica que, mesmo no ano seguinte, a cidade ainda não havia sido vencida. Essa aparente discrepância envolve um período de cerca de um ano. Mesmo que fosse uma verdadeira discrepância, não anularia o livro de Daniel como profecia autêntica. Seja como for, os defensores do livro de Daniel ressaltam que os escribas babilônios usavam um sistema de computação segundo o ano da subida ao trono, o que significa que o ano da subida ao trono não era chamado de primeiro ano de governo, embora, na realidade, assim o fosse. No entanto, os escribas palestinos não observavam essa distinção, pelo que o ano em que um monarca subia ao trono era chamado de primeiro ano de seu governo. Portanto, Daniel seguiu o modo babilônico de computação, ao passo que Jeremias usou o modo palestino. Isso quer dizer que o quarto ano mencionado em Jer. 25.1 é idêntico ao terceiro ano de Dan. 1.1.

l. O uso do termo "caldeus" em Daniel, em sentido mais restrito, indica a classe dos *sábios*, ou então uma casta sacerdotal (o que não tem paralelo no restante do Antigo Testamento). Mas alguns críticos pensam que isso indica uma data posterior do livro de Daniel. A observação de Heródoto, porém, em suas *Guerras Persas*, também exibe tal uso (séc. V A.C.), demonstrando que essa maneira de expressar é bastante antiga e não tão recente como os críticos querem dar a entender.

m. A insanidade de Nabucodonosor, de acordo com os críticos liberais, seria um dramático toque literário da parte do autor sagrado, infiel aos fatos históricos. Porém, tanto Josefo quanto um autor do século II A.C., Abideno, mencionam a questão. Embora os dois tenham vivido em data bem posterior, e a informação dada por eles possa ser colocada em dúvida, não parece que somente Daniel se tenha referido à questão. Três séculos mais tarde, um sacerdote babilônio, de nome Beroso, preservou uma tradição sobre o incidente da insanidade de Nabucodonosor. O fato de que esse incidente só veio à tona tanto tempo depois de ocorrência talvez se deva à crença existente na Mesopotâmia de que a insanidade mental resulta da possessão demoníaca; e o fato de que um monarca tenha sido assim afligido, sem dúvida, foi acobertado o máximo possível.

Acompanhar os lances do debate sobre os problemas históricos do livro de Daniel não é uma jornada fácil. Procurei expor diante do leitor apenas a essência indispensável da questão, com argumentos e contra-argumentos. É desnecessário dizer que os dois lados não aceitam os argumentos um do outro; pois, do contrário, já se teria chegado a um acordo. Até onde vejo as coisas, várias críticas foram devidamente respondidas, e a tendência parece ser que há explicações razoáveis para a maior parte dos supostos erros históricos de Daniel.

No entanto, quero deixar claro que o livro de Daniel poderia ser uma profecia genuína, mesmo que houvesse nele alguns equívocos históricos. Esperamos demais de qualquer livro da Bíblia, quando esperamos perfeição até sobre questões dessa natureza. A verdade profética, moral ou teológica, em nada sofre por causa de discrepâncias científicas ou erros sobre questões históricas. A própria ciência envolve inúmeras discrepâncias, e nem por isso rejeitamos a dose de verdade que ela nos tem apresentado. As narrativas históricas dos melhores historiadores estão repletas de erros, mas nem por isso dizemos que a humanidade não conta com nenhuma história. Os que requerem perfeição da parte dos livros bíblicos promovem um dogma humano, porque as próprias Escrituras não declaram que eles não contêm erro algum. Ver no *Dicionário* o artigo sobre a *Inspiração*, quanto a uma declaração mais detalhada sobre essa questão.

4. *A Função Profética.* Um dos problemas superficiais criados pelos críticos é que eles objetam à profecia de Daniel como se todas as previsões ali existentes fossem observações históricas, supostamente escritas por um autor que viveu quando tais predições já se tinham cumprido. Os céticos que dizem que é impossível predizer o futuro são forçados a fazer com que cada livro profético seja reduzido ou a uma pseudoprofecia (as coisas preditas ainda não aconteceram, nem acontecerão) ou a uma narrativa histórica (as coisas preditas aconteceram, mas foram registradas após a realização dos eventos). Porfírio (século III A.C.) foi quem deu início à crítica contra o livro de Daniel, e esse ponto de vista contraprofético foi ele quem promoveu. Ele supunha que o livro de Daniel teria sido composto na época de Antíoco IV Epifânio, com a finalidade de animar os judeus que estavam sendo perseguidos; e a sua idéia é quase exatamente igual ao que é dito em nossos dias contra o livro de Daniel. Os estudos no campo da parapsicologia e a experiência humana comum mostram que o conhecimento prévio é um fenômeno simples, e todas as pessoas, quando estão dormindo, possuem poderes de precognição. Mas isso ainda não é o dom da profecia, embora mostre não ser um fenômeno tão estranho. Os místicos modernos têm poderes proféticos comprovados.

5. *Conceitos Religiosos Posteriores.* Os críticos partem do pressuposto de que, no livro de Daniel, há reflexos de uma teologia posterior, incluindo o conceito dos anjos e a doutrina da ressurreição, idéias que não teriam atingido a forma apresentada no livro de Daniel senão já na época dos macabeus. As idéias de Zoroastro aparentemente influenciaram a angelologia dos hebreus. Sua data de 1000 A.C. dá amplo tempo para que os judeus adquirissem certas idéias sobre os anjos, incluindo aquelas expressas no livro de Daniel, que pertence cerca de 600 A.C.

Ressurreição. A ressurreição é claramente mencionada em Jó 19.26, e é possível que o livro de Jó seja o mais antigo da Bíblia, portanto este é um conceito muito antigo.

Conclusão. Se os críticos estão com a razão, então o livro de Daniel foi escrito em cerca de 165 A.C., no período dos macabeus. Nesse caso, tanto o livro contém uma pseudoprofecia como também pertence ao grupo de pseudepígrafas, visto que o nome do autor, Daniel, teria sido artificialmente aposto ao livro. E, caso os críticos não estejam com a razão, então o livro de Daniel foi composto em cerca de 600 A.C., por Daniel, um profeta estadista. Os eventos registrados nesse livro abarcam um período de cerca de setenta anos.

IV. Ponto de Vista Profético

Aqueles que levam a sério o livro de Daniel, como uma profecia, não concordam sobre como o esboço do livro deve ser compreendido. Está claro que o livro deve ter alguma espécie de esboço da história humana, mas está menos claro onde ficam as divisões principais desse esboço. Alguns intérpretes supõem que a grande imagem (Dan. 2.31-49), as quatro feras (Dan. 7.2-27) e as setenta semanas

(Dan. 9.24-27) tivessem o intuito de mostrar o que ocorreria na primeira vinda de Cristo. Esses intérpretes também supõem que o Israel espiritual, que eles denominam de igreja, tenha cumprido as promessas feitas aos judeus, o antigo Israel, rejeitado por Deus por causa da sua desobediência. Essa escola de interpretação nega enfaticamente que haja um tempo parentético entre as semanas sessenta e nove e setenta, e que a semana restante haverá de cumprir-se na futura grande tribulação (Dan. 9.26,27). Ainda de acordo com essa interpretação, a pedra que feriu a imagem (Dan. 2.34,35) tem em vista a primeira vinda de Cristo, com o subseqüente desenvolvimento da igreja. Os dez chifres da quarta fera (Dan. 7.24) não se refeririam a reis do tempo do fim, ligados a um revivificado império romano. O pequeno chifre de Dan. 7.24 não representaria um ser humano. A morte do Messias é que poria fim ao sistema de sacrifícios dos judeus. Ou, então, se essa idéia for personificada, teríamos de pensar em *Tito*, o general romano, porquanto foi ele quem destruiu Jerusalém e seu culto religioso. Os amilenistas é que tomam essa ridícula posição.

Por outra parte, os pré-milenistas (ver no *Dicionário* o artigo sobre o *Milênio*) afirmam que a profecia de Daniel alude ao fim dos tempos, até a *parousia* (ver também no *Dicionário*) ou segunda vinda de Cristo. Nesse caso, deve-se entender um período parentético entre a sexagésima nona semana e a septuagésima semana (Dan. 9.26,27). Esse período é de tempo indeterminado (já se prolonga por quase dois mil anos), correspondente à dispensação da graça em que vivemos. E a septuagésima semana, que duraria sete anos, seria o período da grande tribulação.

Os pré-milenistas estão divididos quanto ao momento do arrebatamento da igreja. Este ocorreria antes ou após a tribulação? Alguns chegam a pensar que o arrebatamento dar-se-á no meio da tribulação. A questão é amplamente discutida no artigo citado sobre a *Parousia*. Ver também no *Dicionário* o verbete intitulado *Setenta Semanas*. Os que pensam que a igreja será arrebatada antes da grande tribulação supõem que Israel tornar-se-á novamente proeminente na história humana e enfrentará o anticristo, sobre o qual acabará obtendo a vitória, e a nação será inteiramente restaurada à sua terra. Mas, segundo esse esquema pré-tribulacional, Israel, embora convertido ao Senhor, não fará parte da igreja. Por sua vez, os que pensam que a igreja só será arrebatada depois da grande tribulação, embora admitam que Israel venha a converter-se ao Senhor, crêem que a nação fará parte integrante e inseparável da igreja, porquanto o ensino bíblico é que toda a pessoa que se converte, após o sacrifício expiatório de Cristo, automaticamente faz parte da igreja. Ver Rom. 11.26 ss., quanto a uma afirmação de que Israel será restaurado como nação.

De acordo com o ponto de vista pré-milenista, a imagem do segundo capítulo de Daniel representa os reinos do mundo, dominados por Satanás, a saber, a Babilônia, a Média-Pérsia, a Grécia e Roma. Nos últimos dias, na época dos dez reis de Daniel 7.7, Roma será revivificada (Dan. 2.41-33 e Apo. 17. 12). O poder que unificará aqueles dez reis com seus respectivos reinos será o anticristo. É precisamente esse poder que será destruído por Cristo, quando de sua segunda vinda (Dan. 2.45; Apo. 19). Ver também Apo. 13.1,2; 17.7-17 e Dan. 2.35. O Filho do Homem obterá a vitória final sobre o anticristo (Dan. 7.13), quando vier com as nuvens do céu (Mat. 26.64 e Apo. 19.11 ss.). O anticristo é o pequeno chifre de Daniel 7.24 ss. (cf. Dan. 11.36 ss.). Historicamente, esse chifre aponta para Antíoco IV Epifânio, mas, profeticamente, o anticristo está em vista. Ver no *Dicionário* o artigo denominado *Anticristo*.

V. Proveniência e Unidade

O livro tem toda a aparência de haver sido escrito na Babilônia. Naturalmente, poderia ter sido escrito posteriormente, em Jerusalém, após o retorno dos exilados judeus. Os críticos supõem haver porções mais antigas e mais recentes, que seriam refletidas nos dois idiomas (o trecho aramaico seria o mais antigo; ver Dan. 2.4b—7.28), adicionadas para dar uma forma final ao livro. Os críticos também pensam que diferentes autores estiveram envolvidos nesse trabalho. É possível que a porção mais antiga tenha sido produzida na Babilônia, ao passo que a mais recente teria sido preparada na Palestina, a fim de que o volume total fosse publicado na Palestina. A arqueologia tem descoberto provas de que, na antiga Mesopotâmia, os escritores algumas vezes tomavam a porção principal de uma obra, intercalando-a entre uma introdução e uma conclusão, de natureza literária totalmente diferente. Isso pode ser visto no código de Hamurabi, no qual a parte principal é prosaica, com um prefácio e uma conclusão em forma de poema. O livro de Jó parece ter estrutura similar. Porém, esse argumento é fraco. Pode-se supor que outras obras assim também reflitam autores diferentes, como, por exemplo, o código de Hamurabi, no qual a porção prosaica é de autoria de um ou mais autores, e a parte poética pode ter tido um ou vários autores. Nesse caso, a obra poderia ser considerada uma compilação feita por algum editor, ao mesmo tempo que o próprio material escrito foi produzido por um ou mais autores. Por outro lado, a maior parte das obras literárias compõe-se de compilações, o que não quer dizer que haja mais de um autor. O problema da unidade do livro de Daniel não está resolvido; e também não podemos estar certos de que apenas Daniel o escreveu. Ele pode ter agido como autor-editor, ou então a obra pode ter incorporado seus escritos, por parte de outro autor-editor. Mas essa possibilidade em nada altera o valor profético da obra.

VI. Destino e Propósito

Já pudemos ver que os críticos supõem que o livro de Daniel tenha sido escrito para encorajar os judeus palestinos em meio à sua resistência ao programa de helenização de Antíoco IV Epifânio. Por outro lado, o livro pode ter tido o propósito de realizar o mesmo papel, mas em favor dos judeus exilados na Babilônia, que estariam enfrentando graves problemas em seus preparativos para retornar a Jerusalém. Nesse caso, o livro também mostraria que Deus, embora juiz dos judeus, já que os deixou ir para o exílio, haveria de restaurá-los, por causa de sua misericórdia. Esse segundo ponto de vista está mais em consonância com o arcabouço histórico apresentado no próprio livro. Naturalmente, a arcabouço histórico poderia ter sido utilizado pelo autor como uma lição objetiva, destinada a um povo posterior, que estivesse enfrentando um conjunto inteiramente diverso de dificuldades.

VII. Canonicidade

O livro de Daniel foi recebido no cânon do Antigo Testamento na terceira divisão, chamada *Escritos*. Ao livro de Daniel não se deu lugar junto aos livros de Isaías e Ezequiel. Daniel não mediou uma revelação à comunidade teocrática, mas foi um estadista judeu dotado de dons proféticos. Não obstante, o Talmude (*Baba Bathra* 15a) testifica sobre a grande estima que os judeus tinham por este livro, que se tornou o único livro apocalíptico a ser aceito no cânon dos escritos sagrados dos hebreus. O cânon alexandrino incluía outros livros. Na Septuaginta, o livro de Daniel aparece entre os escritos proféticos, após o livro de Ezequiel, mas antecedendo os doze profetas menores. Essa disposição tem sido seguida pelas traduções em línguas modernas. Ver no *Dicionário* o artigo separado sobre o *Cânon*.

VIII. Esboço do Conteúdo

A. *Introdução. História Pessoal de Daniel* (1.1-21)

B. *Visões sobre Nabucodonosor e a História de Ciro* (2.1—6.28)

a. A imagem em seu simbolismo, e sua destruição pela pedra corta da sem mãos (2.1-49)
b. A fornalha ardente (3.1-30)
c. A visão da árvore, de Nabucodonosor (4.1-37)
d. O festim de Belsazar e a queda da Babilônia (5.1-31)
e. A cova dos leões (6.1-28)

C *Várias Visões de Daniel* (7.1—12.13)

a. As quatro feras (7.1-28)
b. O carneiro e o bode (8.1-27)
c. As setenta semanas (9.1-27)
d. A glória de Deus (10.1-21)
e. Profecias sobre os ptolomeus, os selêucidas e acontecimentos do tempo do fim (11.1-45)
f. A grande tribulação (12.1)
g. A ressurreição (12.2,3)

D. *Declaração Final* (12.4-13)

IX. Acréscimos Apócrifos

A Septuaginta e a versão de Teodócio trazem consideráveis adições ao livro de Daniel, que não podem ser encontradas no cânon hebraico, a saber: 1. A Oração de Azarias (Dan. 3.24-51). 2. O Cântico dos Três Jovens (Dan. 3.52-90). 3. A História de Susana (Dan. 13). 4. A História de Bel e o Dragão (Dan. 14). Esse material todo foi acrescentado ao livro canônico de Daniel para ser preservado, por causa de paralelos literários, e, sem dúvida, sob a inspiração do próprio livro. Ver no *Dicionário* o artigo separado sobre os *Livros Apócrifos*, quanto a completas descrições sobre o conteúdo e o caráter.

X. Gráfico Ilustrativo das Setenta Semanas

Ver no *Dicionário* esse gráfico, no artigo sobre as *Setenta Semanas*.

XI. Bibliografia

I IB ID ND UN YOU Z

DANITAS

No hebraico, deriva-se do termo que significa «juiz» ou «julgar». Indica os descendentes de Dã, bem como aqueles que pertenciam a essa tribo (Juí. 13:2; 18:1,11; I Crô. 12:35). Ver o artigo sobre *Dã*, que alude ao homem, à tribo e à cidade desse nome.

DANOS, PROVOCADOR DE

As Escrituras ilustram muitas formas de males e de danos. Com grande freqüência, a tristeza é um resultado do pecado; mas essa é uma lição difícil de aprender. Além disso, há poderes impessoais, não-humanos, que criam confusão, desastres naturais, enfermidades, anarquia e a própria morte física. Os homens nasceram para a tribulação, tal como as fagulhas de uma fogueira sobem no ar, e essas fagulhas não sabem fazer outra coisa. Ver Sal. 5:6; 36:4; Pro. 17:4; Eze. 11:2. Há atos e esquemas iníquos que provocam muitas formas de danos (Sal. 26: 10; 119:150; Pro. 10:23). Ver o artigo geral sobre o *Problema do Mal*. O maior dano de todos, porem, é a perda da vida eterna, por meio do pecado não solucionado (ver Rom. 6:23). O bem supremo consiste na restauração geral (que vide), quando Deus vier endireitar todas as coisas.

DARCOM

No hebraico, «suportador». Seus filhos formavam um grupo dos descendentes dos servos de Salomão, os quais retornaram, com Zorobabel e seus associados, do cativeiro babilônico (Esd. 2:56; Nee. 7:58). Viveu em torno de 536 A.C.

DARDA

No hebraico, «pérola do conhecimento». Esse era o nome de um filho de Maol (cerca de 960 A.C.), um dos quatro homens conhecidos por sua grande sabedoria, mas aos quais, segundo as Escrituras informam, Salomão ultrapassou (I Reis 4:31). Em I Crônicas 2:6, entretanto, os mesmos quatro nomes aparecem como filhos de Zera, da tribo de Judá. Ali o nome Darda tem sua forma modificada para Dara. A identidade parece muito provável, embora a questão tenha sido muito debatida pelos estudiosos. Zera poderia ter sido um antepassado remoto (chamado «pai», conforme era comum no linguajar dos hebreus), ao passo que Maol seria o verdadeiro pai dos quatro sábios.

DARDO

Há quatro vocábulos hebraicos e um grego, envolvidos neste verbete, a saber:

1. *Chets*, «flecha», «dardo». Palavra hebraica usada por cinqüenta vezes. Para exemplificar: Núm. 24:8; Deu. 32:23,42; I Sam. 20:20; II Reis 13:15-18; I Crô. 12:2; II Crô. 26:15; Jó: 6:4; Sal. 7:13; 11:2; 18:14; Pro. 25:18; Isa. 5:28; 7:24; Jer. 9:8; 50:9; Eze. 5:16; 21:21; Hab. 3:11; Zac. 9:14.

2. *Massa*, «míssil», «dardo», palavra que vem da raiz hebraica «enviar». Ela é usada apenas por uma vez, em Jó 41:26, onde Deus diz a Jó que o dardo de nada vale como arma contra o crocodilo.

3. *Shebet*, «cana». Palavra usada por quarenta e oito vezes com esse sentido, e mais de cento e quarenta vezes com o sentido de «tribo». Por exemplo: Êxo. 21:20; Lev. 27:32; II Sam. 7:14; Sal. 2:9; 23:4; Pro. 10:13; Isa. 9:4; Jer. 10:16; Eze. 20:37; Miq. 7:14. Joabe matou Absalão com um dardo, no hebraico chamado *shebet* (II Sam. 18:14).

4. *Shelach*, «lança», «dardo». Palavra hebraica usada por três vezes com esse sentido: II Crô. 23:10; 32:5; Nee. 4:17. — Quando Joás foi ungido rei ainda muito jovem, o povo armou-se com esse tipo de lança, segundo se vê na segunda dessas referências. E, por ocasião da defesa dos reconstrutores da muralha de Jerusalém, na época de Neemias, os trabalhadores tinham um instrumento de trabalho em uma das mãos e uma lança (em português, uma *arma)* na outra, segundo se vê na última dessas referências.

5. *Bélos*, «míssil», «flecha». Palavra grega usada exclusivamente em Efé. 6:16, onde o português diz «...embraçando sempre o escudo da fé, com o qual podereis apagar todos os dardos inflamados do maligno». Está em foco um dardo com uma mecha acesa na ponta.

DARICO

Ver o artigo sobre **Dinheiro.** O darico era uma moeda. Na Palestina, após o retorno do cativeiro da Babilônia, circulava o darico de ouro. Esse termo deriva-se do nome do rei *Dario*, monarca persa. Foi Ciro, o Grande, quem introduziu no império persa o uso de moedas. E Dario, o Grande, tornou generalizado esse uso.

No hebraico temos a considerar duas palavras diferentes:

1. *Adarkonim.* Essa palavra aparece somente em I Crô. 29:7 e Esd. 8:27. A nossa versão portuguesa, acertadamente, a traduz por «darico», na primeira dessas referências, mas, erroneamente por «dracma», na segunda referência.

2. *Darkemonim.* Essa palavra figura em Esd. 2:69; Nee. 7:70-72. Também deveria ser traduzida por «daricos» (pois está no plural, como a primeira). No entanto, nossa versão portuguesa insiste em traduzi-la por «dracmas», o que já era outra moeda. Ver sobre *Dracma.*

DARIO

Há quatro homens com esse nome, de alguma maneira relacionados à narrativa bíblica, a saber:

1. Dario I Histaspes (521-486 A.C.). Ele foi o quarto governante do império persa, depois de Ciro, Cambises e Gaumata. As listas de Daniel, em 9:1 e 11:2, têm ocasionado muito debate quanto à fidelidade histórica desse livro, o que é discutido no artigo sobre *Daniel,* III.1. Dario I também era chamado Dario, o Grande, título que ele adquiriu por haver restaurado o império, após o caos causado por Gaumata, o pseudo-Esmérdis, que havia usurpado o trono. O problema provocado pelo usurpador foi tão grande que o império persa poderia ter chegado ao seu fim. Mas Dario I, um dos oficiais de Cambises, filho de Histaspes, um sátrapa, e bisneto de Ariyaramnes, irmão de Ciro I, foi o salvador da pátria. O exército se pôs inteiramente a seu lado. Antes de tudo, ele executou Gaumata (522 A.C.), e, nos dois anos seguintes, derrotou a nove reis, em dezenove batalhas distintas, o que consolidou o seu poder e restaurou a dinastia acaemenida. Seus feitos ficaram registrados na inscrição cuneiforme trilíngüe (persa antigo, acádico e elamita), na superfície da rocha de Behistun.

A força sempre foi o direito entre os homens, exceto nos poucos casos nos quais o Espírito de Deus intervém nas coisas. Lemos acerca dos métodos de Dario I, no caso de um usurpador que se nomeava Nabucodonosor IV, ao qual Dario derrotou. Dario atacou a cidade da Babilônia, onde esse homem e suas tropas tinham uma fortaleza. Uma vez capturada a cidade, seguiu-se a matança mais sanguinolenta, e os principais cidadãos foram crucificados, como advertência a quaisquer outros rebeldes, para que soubessem qual tratamento esperava quem ousasse desafiar a autoridade de Dario (Heródoto III.159). Isso explica o extraordinário zelo que Tatenai exibiu, cerca de um ano mais tarde, na obediência ao decreto de Dario.

Ler Esdras 6:11—13: «...todo homem que alterar este decreto, uma viga se arrancará da sua casa, e que seja ele levantado e pendurado nela; e que da sua casa se faça um monturo». Diante de um governo tão carrasco, por isso mesmo lemos que «. . . Tatenai, governador daquém do Eufrates, Setar-Bozenai, e os seus companheiros, assim o fizeram pontualmente, segundo decretara o rei Dario» (Esd. 6:13).

Muitas revoltas foram abafadas pela energia e pela habilidade militar de Dario I, e, por volta de 515 A.C. já tivera lugar uma completa restauração do domínio persa sobre todas as terras que Ciro e Cambises haviam subjugado. Ciro tivera por norma conceder larga autonomia aos reis conquistados, mas Dario modificou essa política, tendo abolido os reinos e principados locais, preferindo dividir o império em satrapias, no número de vinte. Sobre cada satrapia ele nomeou um governante persa, que exercia autoridade suprema e que contava com uma divisão do exército ao seu dispor, a fim de repelir qualquer ataque. Juízes também foram nomeados para as cidades, e as comunicações foram melhoradas. Dario I organizou um sistema postal similar ao Pony Express norteamericano do século XIX (ver Heródoto 8:98).

Muito interessante para a narrativa bíblica é o fato de que quando os exilados retornaram do cativeiro babilônico, eles esperavam ter um governo autônomo; mas sob Dario I, foi estabelecida a província persa de Judá, o que importava na supervisão imperial de todas as questões, civis e religiosas. Seja como for, os estudiosos da Bíblia pensam que Dario I foi um agente de Deus para a construção do segundo templo de Jerusalém, por haver ele ajudado aos judeus nessa tarefa. Tatenai, o governador persa do aquém-Eufrates se opusera à construção do templo, mas o decreto de Dario (mencionado acima), fê-lo ajudar aos construtores, em vez de tentar impedi-los (Esd. 6:6-12). Ele providenciou substancial ajuda material aos judeus, e o templo de Jerusalém foi terminado no sexto ano do governo de Dario (fevereiro-março de 516 A.C.). Nada mais se sabe sobre essa interação entre Dario I e os judeus, nos trinta anos subseqüentes de seu reinado. Ver as seguintes referências: Esd. 4:5,24; 5:5.7; 6:1,12,15; Ageu 1:1; 2:10; Zac. 1:1,7 e 7:1.

2. Dario II Oxo (423-404 A.C.). Ele foi o sétimo governante do império persa. Era filho de Artaxerxes I e uma sua concubina babilônica. Ele também é chamado Notus ou Dario, o Persa (Nee. 12:22). Esse título mui provavelmente tinha o intuito de distingui-lo de Dario, o Medo. Sua esposa (e meio-irmã), a rainha Parisatis, tinha grande poder, e talvez tenha sido a verdadeira governante do império, nesse período. Ela se tornou conhecida como uma pessoa cruel e ardilosa. Grande desintegração ocorreu no tempo de Dario II, com revoltas em Sardes, na Média, em Chipre, em Cadusia e no Egito. Uma colônia judaica, em Elefantina, perdeu o seu templo, que fora construído em uma ilha do Nilo, no alto Egito. O povo dali escreveu cartas aflitas a Jerusalém e a Samaria, pedindo ajuda, — mas não foi atendido. É possível que tenha sido nesse tempo que Neemias foi a Jerusalém pela segunda vez, tendo descoberto ali muitos abusos, conforme está registrado em Neemias 12:22. Porém, outros estudiosos insistem que o rei persa envolvido foi Dario III Codomano (ver abaixo, terceiro ponto). Esses estudiosos firmam-se no fato de que esse versículo menciona um sumo sacerdote, chamado Jadua, e que Josefo fala sobre um sumo sacerdorte com esse nome, em 332 A.C. (*Anti.* 11:8,4). Porém, não podemos ter certeza se está em pauta a mesma pessoa, apesar da identidade de nomes. O pai de Jadua é mencionado no papiro Elefantino, que data de cerca de 400 A.C., pelo que não é necessário supormos que o Jadua de 332 A.C. tenha sido o mesmo homem. Esse último Jadua conheceu Alexandre, o Grande, tendo-o presenteado com uma cópia do livro de Daniel. Se os dois sumos sacerdotes de nome Jadua devem ser identificados, então esse homem era extremamente idoso quando conheceu Alexandre.

Dario II faleceu em 404 A.C., tendo sido o último rei acaemenida a ser sepultado na câmara escavada na rocha, perto de Persépolis. Deixou dois filhos, Artaxerxes II e Ciro, o Moço, o qual tentou apossar-se do trono, mas sem sucesso.

3. Dario III. Este tem sido identificado, por alguns estudiosos, com o segundo desses Darios (ver acima), o qual também foi intitulado Dario, o Persa, em Neemias 12:22. Mas outros eruditos distinguem, corretamente, os dois homens. Esse terceiro Dario é também chamado Codomano. Foi o último governante acaemenida. Artaxerxes III e seu filho, Arses, foram assassinados pelo eunuco Bagoas, e isso extinguiu a família real. Em seguida, Bagoas entronizou Dario III, que era parente do monarca morto. Dario III havia servido como sátrapa da Armênia. Mas Dario III ordenou a morte de Bagoas, como vingança pelo assassinato de seus parentes reais. Em seguida, ele encetou a conquista do Egito, e obteve bom êxito. Entretanto, chegara o momento de grandes alterações históricas. Alexandre, o Grande da Macedônia, estava em plena campanha militar. Dario reuniu uma poderosa forças armada, mas foi derrotado em *Isso,* na Cilícia, em outubro de 333 A.C. Dario tentou negociar e estabelecer a paz, mas Alexandre não precisava negociar. Dario, em seguida, fugiu mais para o oriente. Alexandre prosseguiu em sua perseguição, e, em julho de 330 A.C., alcançou Dario. Durante a fuga, os companheiros de Dario resolveram sacrificá-lo. Por isso, mataram-no e deixaram seu cadáver em lugar fácil de ser achado por Alexandre. Isso pôs fim ao império persa.

A história tem julgado Dario III como um poltrão e incompetente. E alguns estudiosos supõem que se outro homem estivesse ocupando o trono persa, as coisas poderiam ter sido diferentes do que foram. Porém, quem poderia ter feito parar Alexandre, o Grande, no auge de seu poder? Alexandre casou-se com uma filha de Dario, de acordo com sua política de universalização, e, provavelmente, com a esperança de induzir os seus súditos iranianos à lealdade ao seu governo.

4. Dario, o Medo. Esse homem nasceu em cerca de 600 A.C., porquanto, por ocasião da queda da cidade da Babilônia, em 539, ele tinha sessenta e dois anos de idade (Dan. 5:31). Tem havido muito debate sobre a identidade desse homem, porque não há menção clara sobre ele, fora do livro de Daniel. A alta crítica supõe que o autor do livro estava mal informado, e que teria inventado vários incidentes históricos. As inscrições cuneiformes contemporâneas não alistam um rei da Babilônia entre Nabonidos (e Belsazar) e a ascensão de Ciro ao trono. Esse fato tem produzido muitas tentativas, por parte dos eruditos bíblicos, para identificar *Dario,* o *Medo,* com indivíduos mencionados nos textos babilônicos, tornando-o vice-governante de alguma sorte. Uma das tentativas favoritas consiste em identificá-lo com Gubaru, o vice-governador da Babilônia e da região além do rio Eufrates. Não há qualquer prova definida, porém, de que esse Gubaru tenha sido um medo, ou que tenha sido intitulado rei, com o nome de Dario, e sendo um dos filhos de Assuero. Dario, o Medo, também tem sido identificado com Ciro. Isso requer que se altere a tradução de Daniel 6:28 de modo a dizer: «...no reinado de Dario, a saber, de Ciro, o persa». Essa alteração identificaria os dois homens, mas é uma modificação extremamente duvidosa. Porquanto em parte alguma é dito que Ciro era filho de Assuero, e nem é ele identificado como um medo, e sim, como um persa. As objeções a essa crítica também podem ser respondidas pela observação de que Dario, o Medo, não é retratado em Daniel como um monarca universal, mas apenas como um rei vassalo. Sua posição de subordinação a Ciro é subentendida pela declaração de Daniel 9:1: «No primeiro ano de Dario, filho de Assuero, da linhagem dos medos, o qual foi constituído rei sobre o reino dos caldeus». O reino de Belsazar foi dado aos *medos* e *aos persas (Dan.* 6:15), e ele era incapaz de alterar a lei dos medos e dos persas.

Lemos em Daniel 5:31 que Dario, o Medo, recebeu o reino, o que pode ser interpretado como informação que diz que ele foi nomeado como uma espécie de vice-governador, nunca tendo sido o imperador. Ele é melhor lembrado, pelos leitores da Bíblia, pelo fato de que se viu diante do dilema de não poder alterar o decreto que ordenava o fim de Daniel, na cova dos leões. O livro de Daniel fornece-nos maiores informações sobre esse homem do que sobre Belsazar ou Nabucodonosor. A sua parentela e nacionalidade são mencionadas, e,

embora fosse apenas um vice-governador, tal como Belsazar, ele governou com maior zelo e eficiência do que o seu perdulário antecessor. Chegou mesmo a reconhecer e honrar o Deus de Daniel (Dan. 7:25-27). A detalhada descrição oferecida na Bíblia parece confirmar o ponto de vista conservador que o reputa uma autêntica personagem histórica, apesar do fato de que não há menção satisfatória ou absolutamente convincente a seu respeito, fora do livro de Daniel. (AM ND UN WHIT Z)

DARIO, O MEDO

Ver sobre **Dario,** quarto ponto.

DARIO, O PERSA

Ver sobre **Dario,** terceiro ponto.

DATÃ

No hebraico, «fonte», «manancial». Foi o nome de um chefe rubenita, filho de Eliabe. Ele fez parte do grupo que conspirou lado a lado com Coré, um levita, em sua revolta contra Moisés, e que foi engolido por um terremoto. Viveu em torno de 1470 A.C. Seu nome é mencionado por várias vezes em Números 16, e também em Núm. 26:9; Deu. 11:6 e Sal. 106:17. Quanto a maiores detalhes sobre esse conluio contra Moisés, ver sobre *Coré*.

DAVI

No hebraico, «amado». Provavelmente o maior rei de Israel e Judá. Viveu em cerca de 1016 a 976 A.C. Sua época é descrita nos livros de Samuel e de I Reis. Foi homem de variegadas habilidades, tendo sido guerreiro, político, poeta e profeta. Conseguiu reunir todas as tribos de Israel em torno da nova capital, Jerusalém. Embora não tenha sido o primeiro rei de Israel, conferiu ao reino uma nova solidariedade e uma nova direção espiritual.

Esboço:

I. Relações Genealógicas. História Anterior
II. A Morte de Saul
III. o Reinado de Davi
IV. Instituições e Obras
V. Outros Eventos Notáveis
VI. Davi e a Bíblia
VII. Caráter Espiritual de Davi

I. Relações Genealógicas; História Anterior

A importância de Davi pode ser vista de pronto na posição que ele e sua família ocuparam na história de Israel. Em um dos extremos ele tinha Boaz e Rute como antepassados (Rute 4:18-22), e, no outro extremo, Jesus Cristo foi seu descendente (Mat. 1:6; Luc. 3:31).

a. Em relação a seus antepassados, seu pai Jessé, seus irmãos, encontramos a seguinte situação:

TABELA GENEALÓGICA DA FAMÍLIA DE DAVI

Boaz e Rute (Rute 4:18-22)
Obede
Jessé

Eliabe	Abinadabe	Samá	Netanael	Radai	Ozém	Davi	Zeruia	Abigail
I Sam. 16:6-9 ou Eliú I Crô. 27:18	I Sam. 16:6-9	I Sam. 16:6-9 ou Simea II Sam. 13:3 ou Simei II Sam. 21:21	I Crô. 2:13-16	I Crô. 2:13-16	I Crô. 2:13-16	I Sam. 16:6-13	I Crô. 2:16	I Crô. 2:17 — Amasa I Crô. 2:17

Joabe	Abisai	Asael
I Crô. 2:16	I Crô. 2:16	I Crô. 2:16

b. Em relação às muitas esposas e descendentes de Davi, temos de acompanhar sua árvore genealógica através de suas várias mulheres, que ele teve em diferentes períodos da sua vida. Isso pode ser demonstrado através do gráfico abaixo.

ESPOSAS DE DAVI

I. *Esposas das Vagueações*
(I Sam. 27:3; I Crôn. 3:1)

Abinoã de Jezreel	Abigail do Carmelo
Amom	Quilabe ou Daniel
II Sam. 3:2	II Sam. 3:3

II. *Esposas em Hebrom* (II Sam. 3:2-5; I Crô. 3:1-4)

Maaca de Gesur	Agite	Abitai	Eglá	Mical
Absalão Tamar	Adonias	Sefatias	Itreã	

3 filhos falecidos II Sam. 14:27; 18:18	Tamar (ou Maaca) a Reoboão II Sam. 14:27 *Josefo,* Anti. 7.8,5	II Crô. 11:20 — Abdias

N.B. Houve também, neste período, 10 concubinas (II Sam. 5:13; 15:16) cujos filhos (I Crô. 3:9) não são chamados por nome.

III. Esposas em Jerusalém (Nomes não são dados)
(II Sam. 5:13-16; I Crô. 3:5-8; 14:4-7)

Ibar	Elisama	Elifelete	Nogá	Nefegue
	I Crô. 3:6		I Crô. 3:7	
Jafia	Elisama	Eliada	Elifelete	Jerimote — II Crô. 11:18 — Maalate a Reoboão
		Beeliada		

Bate-Seba (I Crô. 3:5)

Um morreu infante II Sam. 12:15	Samua I Crô. 3:5	Sobabe	Natã

Jedídia ou Salomão

Maalate a Reoboão a Tamar ou Maaca
(I Reis 15:2)

Abias

c. Mat. 1:6 mostra que foi justamente através da linha de *Bate-Seba* que o *Messias* nasceu. A graça de Deus venceu a situação errônea e produziu o maior dos bens.

1. *História Primitiva.* Davi era bisneto de Rute e Boaz, e o mais jovem dentre oito irmãos (I Sam 17:12 ss). Sua responsabilidade, dentro da economia da família, era a de um pastor, ocupação essa que lhe deu chance de aprender a coragem que ele veio a usar em seus anos como guerreiro, os quals consolidaram o seu reinado (I Sam. 17:34,35). É possível que ao cuidar dos rebanhos ele tenha desenvolvido suas habilidades poéticas; e a vida nos campos também lhe deu muitas metáforas, que ele incluiu em seus salmos, principalmente no imortal Salmo 23. Davi, tal como José, muito antes dele, sofreu por causa da má vontade de seus irmãos (I Sam 17:28). Saul tinha-se tornado rei de Israel; mas havia fatais falhas de caráter nele. O profeta Samuel começou a buscar um homem melhor, dotado de alguma espiritualidade.

2. *Relações Tempestuosas com Saul.* Saul caiu em muitos erros e a situação chegou a um ponto sem retorno. O Espírito de Deus afastou-se dele, e um espírito maligno foi mandado para perturbá-lo. Seus assessores pensavam que a música lhe faria bem em períodos de melancolia, ou quando o espírito maligno viesse atacá-lo. Davi tornara-se um excelente harpista. Foi escolhido para a tarefa de consolar a Saul, em seus maus momentos. Saul gostou imediatamente de Davi, e o nomeou seu armeiro. Davi cumpria sua tarefa de acalmador de Saul. Ver I Sam. 16:14-23.

3. *Golias.* Davi era mais do que apenas bom, era ótimo. Quando os filisteus e seu gigante, Golias, ameaçavam Israel, foi o jovem pastor, com a sua funda, quem obteve a vitória. Saul permitiu alegremente que Davi arriscasse a vida nesse episódio. Davi sabia que uma pedra lançada por meio de sua funda podia matar um animal. Por que não um homem? Em seus dias como pastor, Davi tornara-se muito hábil no uso da funda. Sua habilidade foi-lhe muito útil. Esse relato tem-se tornado uma metáfora sobre como um homem pode vencer grandes obstáculos, algumas vezes de maneiras inesperadas. Davi, pois, correu ao encontro de Golias, e o matou logo com a primeira pedrada. Então decepou a cabeça do gigante com a espada deste. Ver I Sam. 17:1-51. Era apenas natural que a reputação de Davi crescesse, e que a de Saul diminuísse. Pois não foi o jovem Davi quem arriscou a vida no encontro com Golias, enquanto Saul olhava? A simpatia transmutou-se em ódio; e o ódio inspirou a tentativa de assassinato. E, finalmente, Davi foi obrigado a fugir. Nem mesmo sua grande amizade com Jônatas, filho de Saul, foi capaz de amenizar o ódio de Saul contra ele, e a fuga tornou-se a única solução. Entrementes, Saul ia-se desintegrando moralmente cada vez mais. I Samuel 18:5-16. Saul empregou vários truques para trazer Davi de volta à corte. Mical, uma sua filha, foi oferecida como esposa a Davi, contanto que este trouxesse cem prepúcios de filisteus, como uma espécie de dote de casamento. Saul esperava que Davi fosse morto nessa tentativa, mas Davi conseguiu duzentos prepúcios. Naturalmente, Davi e seus homens tiveram de matar duzentos filisteus. Mas isso foi apenas um reflexo da selvageria da época. Admiramo-nos como qualquer pessoa, em meio a tanta matança podia desenvolver alguma espiritualidade. Ver I Sam. 18:17-30.

4. *A Fuga.* A popularidade de Davi crescia à proporção que o ódio de Saul aumentava. Saul tentou fazer Jônatas voltar-se contra Davi, mas o plano não funcionou. Saul tentou mesmo matar Davi, enquanto este dormia; mas Mical o livrou, ajudando-o a escapar (I Sam. 19:1-17). Davi fugiu para a companhia de Samuel, em Ramá; e juntos, foram para Naiote. Saul enviou homens para prenderem Davi, mas uma estranha força espiritual os restringiu. Saul foi pessoalmente, e caiu sob o mesmo estranho poder (I Sam. 11:18-23). Isso posto, uma vez mais vemos a providência divina operando na vida de alguém que tenha uma missão a cumprir. E muito precisamos das atuações da providêncial

5. *Vida de Fugitivo.* Esse período da vida de Davi trouxe-lhe muitos revezes, perigos e consternações. Saul continuou a persegui-lo; Mical, sua esposa, foi dada a outro homem. Davi fugia de lugar para lugar. Teve de enfrentar a possibilidade de ser morto pelas mãos de outros homens, e não só de Saul (I Sam. 21:10-15). Na região selvagem e montanhosa da caverna de Adulão, Davi foi caçado como se fosse um animal selvagem (I Sam. 22:1,2). Por mais de uma vez, Davi poderia ter morto Saul, mas sempre lhe poupou a vida. As coisas melhoraram um pouco para ele quando Aquis, rei de Gate, deu a Davi e aos seus homens a cidade de Ziclague, na fronteira com o território dos filisteus, para usarem como residência temporária (I Sam. 27:3,4,6). Mas, até mesmo ali Darvi teve que enfrentar dificuldades.

Estando afastado da cidade, os amalequitas aproveitaram-se da situação e incendiaram Ziclague e levaram todas as mulheres. — Davi perseguiu-os, e alcançando-os, tomou de volta o quanto pôde.

II. A Morte de Saul

Saul sentia-se muito frustrado ante suas tentativas baldadas de matar Davi, além do que tinha de enfrentar outras dificuldades. Cada vez mais temia aos filisteus. Saul não mais contava com Samuel, para aconselhá-lo, visto que o profeta havia falecido e sido sepultado em Ramá. Por isso, Saul resolveu consultar uma feiticeira, em En-Dor. Ela fingiu que estava chamando Samuel, e foi quem mais se assustou, quando o profeta, realmente, apareceu. Na verdade, os espíritos dos mortos podem aparecer aos homens, e o fazem vez por outra. Se Deus lhes dá essa permissão, e lhes confere uma tarefa a cumprir, então isso é o que eles fazem. Além disso, o destino eterno dos homens ainda não foi determinado, e os espíritos que estão no mundo intermediário, ou hades, com seus muitos níveis de existência, acerca dos quais os nossos dogmas não nos fornecem qualquer informação, podem entrar em contacto com os homens, sob permissão do Senhor. Fazia parte da doutrina judaica comum que isso poderia acontecer. E também que os demônios são espíritos humanos negativos, destituídos de corpos, os quais obviamente podem entrar em contacto com os homens. Contudo, não devemos fazer do contacto com os espíritos uma religião, e o Antigo Testamento proíbe claramente essa prática. Nossa busca espiritual deveria elevar-se muito acima dos «espíritos do outro lado da existência». Samuel havia predito a morte de Saul (I Sam. 28:3-25), sendo precisamente aquilo que as pessoas não querem ouvir, quando vão consultar médiuns espíritas!

No dia seguinte, em batalha contra os filisteus, Saul e seu filho, Jônatas, foram mortos. Foi mais uma daquelas matanças selvagens. Israel fugiu, deixando no campo os cadáveres de Saul e seus filhos. Os filisteus, em zombaria, penduraram seus corpos em uma muralha. Mas o povo de Jabes-Gileade, respeitosamente, arriou os corpos deles e lhes deram um sepultamento condigno. Posteriormente, Davi mostrou sua apreciação por esse ato de decência. As notícias foram enviadas a Davi, em Ziclague. O mensageiro que trouxe a noticia pensou que seria recebido como um herói, e chegou a vangloriar-se de ter tirado a vida de Saul, ao qual teria encontrado nos estertores da morte. Davi sentiu-se consternado diante do relato, e mandou executar o mensageiro. O mensageiro era um amalequita, o que em nada o ajudou a escapar! Davi compôs uma bela lamentação pela morte de Saul e seus filhos, que se lê em II Samuel 1:1-27.

III. O Reinado de Davi

1. *Primeiros Anos.* A morte de Saul e a derrota de Israel ante os filisteus deixou o povo de Israel em um estado de caos, e logo seguiu-se um período de guerra civil. Davi estabeleceu seu quartel-general em Hebrom, na região montanhosa de Judá, cerca de trinta quilômetros a sudoeste de Jerusalém. Ali ele foi ungido rei, tendo reinado por sete anos e meio sobre a tribo de Judá (II Sam. 2:1-11). O conflito entre a casa de Saul e a casa de Davi perdurou até o extermínio da casa de Saul; e foi somente então que Davi se tornou rei de toda a nação de Israel (II Sam. 2:8—5:5). Davi capturou a cidade jebusita de Jerusalém que se tornou capital do reino inteiro. Ela havia sido uma fortaleza que requereu considerável esforço para ser dominada. Desde então os homens têm lutado por Jerusalém. A cidade estava localizada em uma espécie de defesa natural, na fronteira futura entre Judá e Israel. E talvez isso tenha

ajudado a produzir unidade entre as porções norte e sul do reino. Além disso, visto que a cidade não estava mais sob o controle dos cananeus, o comércio e a intercomunicação foi facilitada entre as duas áreas da nação.

2. *Conquista dos Estados Circunvizinhos.* Agora Israel estava bem mais forte do que antes, tendo uma nova unidade e um novo e forte homem como rei. Davi derrotou de modo decisivo os filisteus (II Sam. 5:17-25; 21:15-22; I Crô. 18:1). — Além disso, os amonitas, os idumeus, os moabitas, os arameus e os amalequitas foram subjugados (II Sam. 8:10; 12:26-31), e um império substancial foi estabelecido sob as ordens de Davi. Estendia-se desde Ezion-Jeber, no extremo sul, no golfo de Aqabah, até região de Hums, perto da cidade-estado de Hamate, no extremo norte. Trechos bíblicos, como I Crônicas 22:17 até o fim, comentam sobre as habilidades diplomáticas e militares de Davi, e, ocasionalmente há vislumbres sobre a sua espiritualidade. A arqueologia tem demonstrado que Davi empregou idéias estrangeiras em sua organização governamental, especialmente modelos egípcios e fenícios. Assim encontramos o *mazkir* (cronista) e o *saphar* (escriba) que tinham funções importantes (II Sam. 8:16). Davi também reorganizou o exército, com uma guarda pessoal e mercenários, talvez selecionados dentre os filisteus, chamados queretitas e peletitas (II Sam. 8:18; em nossa versão portuguesa, «guarda real»). Ver sobre *Queretitas* e *Peletitas.*

IV. Instituições e Obras

a. Davi estabeleceu as cidades dos levitas, incluindo as cidades de refúgio (Núm. 35), confirmando a legislação anterior e garantindo as funções dos levitas, em lugares como Gezer, Ibleã, Taanaque, Reobe, Jocneã e Naolal. Ver Josué 21. Esses lugares só vieram a ficar sob o controle dos israelitas nos dias de Saul e Davi. As amplas conquistas militares de Davi produziram muitas das coisas que somente haviam sido planejadas na época da conquista da Terra Prometida, nos dias de Josué.

b. *As seis cidades de refúgio* (que vide) tornaram-se uma instituição funcional, devido aos esforços de Davi. Havia quarenta e oito cidades leviticas, dotadas de significativa função. Isso quer dizer que Davi foi capaz de abafar as disputas tribais e entre famílias, produzindo um grande laço de união entre o povo como um todo.

c. *Jerusalém* (que vide) tornou-se o centro religioso da nação. A arca da aliança, que estivera fora do lugar próprio, foi trazida de Quiriate-Jearim (que vide). O relato aparece em II Samuel 6:11-15 (a primeira tentativa para trazer de volta a arca, falhou) e em I Crônicas 4:5,15,19. Esse evento foi muito significativo, por haver conferido a Jerusalém a autoridade de centro da fé religiosa de Israel.

d. *Estabelecimento da Música Sacra.* Davi era um musicista consumado (I Sam. 16:14-23), e anelava por melhorar o aspecto musical do culto divino. Davi veio a ser uma espécie de patrono da hinologia judaica. Os arqueólogos têm descoberto monumentos e documentos que confirmam a importância da música em Israel e nos países em redor. Há monumentos mesopotâmicos do século XIX A.C. que provam isso. Os artífices semitas levaram instrumentos musicais com eles, quando entraram no Egito, segundo se vê nos relevos de Beni-Hasã. Esses ficam cerca de duzentos e setenta quilômetros do Cairo. A literatura religiosa épica, encontrada em Ras Shamra, fala sobre os *sharim,* «cantores», informando-nos de que eles formavam uma classe, em Ugarite, desde 1400 A.C. Portanto, nada há de anacrônico acerca da ênfase de Davi sobre a música. Os próprios salmos confirmam o ponto, pois muitos deles eram musicados e de fato, compostos como peças musicais.

e. *O Intuito de Edificar o Templo.* As qualidades religiosas de Davi transpareciam em tudo. Um de seus grandes desejos era o de construir um templo que melhor servisse de centro ao culto divino. Porém, Deus não permitiu que Davi edificasse o templo, por ser homem de guerra e ter criado muita confusão e derramado muito sangue. Na verdade, isso não recomenda um homem como construtor de templos, embora muitos grandes líderes religiosos também tenham matado muita gente. As pessoas pensam que Deus as inspira a fazer isso, sendo essa uma das várias ilusões em que as pessoas caem. Contudo, Davi foi encorajado a fazer os preparativos para a construção, que um de seus filhos haveria de realizar (II Sam. 7; I Crô. 17). Ele reuniu material e traçou planos para a construção, mas foi Salomão, seu filho, quem erigiu o templo de Jerusalém.

V. Outros Eventos Notáveis

1. *Um Ato de Misericórdia.* — Depois que Davi estabelecera Jerusalém como a capital de seu reino, indagou se havia sobreviventes da família de Saul. Então descobriu que Mefibosete, filho de Jônatas, estava vivo. Davi devolveu a Mefibosete a herança da família de Saul, dando-lhe lugar na mesa do rei. Seus motivos foram a misericórdia e a simpatia. II Samuel 9:13.

2. *Os Grandes Pecados de Davi.* Nos países do oriente, parte da glória de um monarca consistia no seu harém, recheado de mulheres de prestígio. O gráfico nº 1, sob o primeiro ponto, acima, ilustra o fato de que Davi praticava uma forma de franca poligamia. É difícil o homem moderno adaptar-se a certas práticas dos costumes antigos. Podemos estar certos de que Davi era admirado, em seus dias, por sua situação polígama. Seja como for, esse tipo de liberalidade sexual masculina não impedia ultrajantes casos de adultério. Assim, em momento de lazer, Davi observou Bate-Seba enquanto ela se banhava, e ele viu quão bonita ela era. Acabou sentindo que deveria tê-la como mulher. E mesmo quando, sob investigação soube que ela era casada com Urias, um militar hitita de seu exército, Davi deu prosseguimento ao seu plano. Mandou chamá-la imediatamente. Tolamente, alguns intérpretes observam que ela não resistiu aos avanços dele, fazendo-a culpada também. Mas isso ignora dois importantes fatores: em primeiro lugar, quando um *rei chamava,* a pessoa atendia. Um monarca antigo era uma autoridade absoluta, e Davi era homem violento. Em segundo lugar, as mulheres não tinham direitos, e mesmo quando as leis as protegiam, essas leis geralmente eram ignoradas.

A fim de tentar ocultar o seu pecado, Davi resolveu livrar-se de Urias, e arranjou as coisas de modo que ele fosse morto em batalha, mediante o recuo das tropas israelitas, deixando-o em uma posição indefensível. Que Davi tenha conseguido isso, comprova o que acabo de dizer sobre o poder absoluto e a brutalidade dos reis da antigüidade. Esses eram pecados que não podiam ser remidos, quanto à lei da colheita segundo a semeadura. Portanto, a partir daquele instante, a vida de Davi começou a desintegrar-se. Ele havia mandado matar um homem inocente, a fim de tentar ocultar um grave pecado. Por essa razão, nunca mais a espada afastou-se de sua família (II Sam. 12:10). Também houve o caso do estupro de sua filha, Tamar, por seu irmão mais velho, Amom. Tempos depois, Amom foi executado pelos servos de Absalão, um outro filho de Davi (II Sam. 11:13-29). Dois outros filhos rebelaram-se contra Davi, procurando arrancar dele a coroa, a saber, Absalão e Adonias.

3. *A Revolta de Absaldo.* Por causa de sua irmã, Tamar, Absalão mandou executar Amom, o estuprador. Absalão, após isso, teve de fugir. Abrigou-se com Talmai, filho de Amiúde, rei de Gesur, com quem ficou três anos. Então Absalão apelou para Joabe, pedindo sua mediação diante de Davi (II Sam. 14). Conciliado com Davi, Absalão começou a aspirar ao trono. Partiu para Hebrom, a fim de tentar executar o seu propósito. Naquela cidade, Absalão cresceu em autoridade, ao ponto de Davi ser obrigado a fugir de Jerusalém (II Sam. 15:13). Davi estabeleceu temporariamente em Maanaim a sede de seu governo, onde também estivera, quando ainda fugia de Saul (II Sam. 17:24). Mas Davi contou com a fidelidade de muitos de seus soldados, comandados pelo poderoso Joabe, um general virtualmente invencível. Na batalha final contra Joabe, Absalão feriu-se na floresta de Efraim. Enquanto fugia, os seus cabelos ficaram presos em galhos baixos de uma árvore. Joabe alcançou-o e matou-o, estando ele pendurado no ar (II Sam. 18:1-33). Davi recuperou o seu posto, e Joabe cuidou para que os pontos rebelados restantes fossem devidamente anulados, mediante a violência e a matança.

4. *O Recenseamento.* O orgulho levou Davi a fazer o recenseamento, a fim de averiguar o crescimento de sua nação. Isso foi julgado por três dias de pestilência. Muita gente morreu (II Sam. 24:1-9), um total de setenta mil pessoas, desde Dã até Berseba, ou seja desde o extremo norte até o extremo sul do país.

5. *A Eira de Araúna.* Davi adquiriu a dinheiro esse lugar, a fim de estabelecer ali um altar em honra a Yahweh. Seu propósito era fazer cessar a praga que estava destruindo tantos, dentre o povo. Deus atendeu Davi. Esse local, posteriormente, foi o sítio onde foi erigido o templo de Jerusalém, como centro da adoração nacional. Ver II Samuel 24:18-25.

6. A *Rebelião* de *Adonias.* Esse homem, que era um dos filhos mais velhos de Davi, pensou que o reino deveria ficar com ele. Assim, declarou-se rei, antes que Bate-Seba pudesse promover Salomão, seu filho. Porém, o plano de Adonias não deu certo, e o conluio fracassou. Nessa oportunidade, a questão terminou com o arrependimento de Adonias. Porém, após a morte de seu pai, Adonias quis ficar com Abisague, a sunamita, a única virgem do harém de Davi. Porém, Salomão, a despeito da intervenção de sua mãe, Bate-Seba, em favor de Adonias, —tomou a idéia deste como uma tentativa renovada de obter o poder real. Além disso, não era direito que um filho ficasse com uma mulher que fizera parte do harém de seu próprio pai. Portanto, Salomão, o homem «pacífico», ordenou a execução de Adonias. Esse relato aparece em I Reis 1:5ss *55* e 2:13ss *5s.*

7. *O Rei Salomão.* Quando Davi estava idoso e cada vez mais débil, deixou o governo ao encargo de seu filho, Salomão. Sob seus auspícios, Salomão foi coroado rei (I Reis 1:1-53). A avançada idade de Davi foi a causa de ter sido trazida a seu harém a bela virgem Abisague, para dormir com ele e mantê-lo aquecido. Nunca ocorreu a ninguém que uma esposa mais velha poderia ocupar-se da tarefa tão bem quanto Abisague. Depois do falecimento de Davi, seu filho, Adonias, resolveu que teria Abisague como sua esposa, o que é ventilado no sexto ponto, acima. Muitos comentadores têm feito observações sarcásticas sobre esse pequeno incidente, e com bastante razão. Parece que o idoso rei poderia ter terminado os seus dias sem ter de envolver-se em mais um caso tolo com uma mulher. No entanto, a grande verdade é que todos os livros do mundo não seriam suficientes para narrar todas as tolices que os homens têm feito por causa das mulheres, e Davi não se mostrou imune a esse drama.

8. *Morte de Davi.* A morte de um homem é um dos principais eventos de sua vida. É uma ocasião solene, quando a vida da pessoa passa em revista, quando se extrai o significado dos poucos anos da sua vida. As *experiências perto da morte* (que vide) informam-nos que o Ser Luminoso sujeita a pessoa a uma completa revista. Assim ela chega a entender todo o sentido de sua vida, o que não deveria ter feito, o que deixou de fazer, o que fez de bom, enfim, a média do valor dessa vida. Dois grandes fatores na vida são o conhecimento e o cumprimento da lei do amor. Esses dois fatores são muito mais importantes que os feitos dos guerreiros ou que o bom governo de um rei. Davi faleceu com setenta anos (II Sam. 5:4) e foi sepultado em Jerusalém ou Sião, a cidade de Davi (I Reis 2:10,11). Aos turistas, hoje em dia, mostra-se o suposto túmulo de Davi, localizado na colina sul da moderna Jerusalém, comumente chamada monte Sião. Porém, o local não pode ser identificado com a localização real do túmulo de Davi, o qual, definidamente, ficava *dentro* das muralhas da cidade. Essa falsa localização vem sendo promovida desde a época das cruzadas.

VI. Davi e a Bíblia

Nenhuma pessoa é tão freqüentemente aludida na Bíblia, no tocante a fatos de sua vida, quanto Davi. Além das simples referências a ele, o seu nome veio a ser associado a varias localizações e expressões, a saber:

1. *A Casa de Davi.* Há dez referências no livro de Isaias, dando a entender o seu governo e a sua família real. Ver, como exemplos: Isa. 7:2,13,14 e 22:22 (onde são mencionadas as «chaves»). Essa expressão também figura em I Reis 12:19,20,26; 13:2; II Crô. 10:16,21; Nee. 12:37 e Jer. 21:12.

2. *O Trono de Davi.* Ver Isaías 9:7, que encerra uma profecia messiânica que mostra que o Messias seria rei segundo a linhagem e a autoridade de Davi.

3. *O Tabernáculo de Davi.* Ver Isaías 16:5, uma outra referência à linhagem real da qual viria o Messias.

4. *A Cidade de Davi.* Isaías 22:9 e I Reis 2:10,11. Está em foco a cidade de Jerusalém, porquanto Davi foi quem conquistou esse lugar dos cananeus, tornando-o a sua capital. Ver também I Reis 8:1; II Reis 8:24; 9:24; II Crô. 5:2 e 8:11. No entanto, no Novo Testamento, essa expressão indica Belém da Judéia (Luc. 2:4).

5. *As Fiéis Misericórdias Prometidas a Davi.* Ver Isaías 55:3. Essa promessa indica que Deus, por amor a Davi, teria misericórdia de Israel. Isso faz parte do pacto davídico. Ver também Isaías 38:5.

6. *O Deus de Davi.* Ver Isaías 38:5. Está em pauta o Deus de Israel, o Deus do maior monarca de Israel, e, portanto, de todos os demais reis de Israel.

7. *O Trono de Davi.* Ver Jeremias 13:13; 17:25; 22:2,4, etc. A expressão usada por Jeremias, acerca do reino de Israel, está baseada no fato de que os demais reis de Judá pertenciam à linhagem de Davi.

8. *O Justo Renome de Davi.* Ver Jeremias 23:5 e 33:15. Está em foco a descendência davídica, herdeira de seu trono, mas, especialmente, Jesus Cristo, o Rei-Messias.

9. *Davi como Rei.* O futuro Messias é visto como uma espécie de segundo Davi (Jer. 30:9). Alguns estudiosos supõem que o próprio Davi, por ocasião do reino milenar de Cristo, governará novamente Israel, sob as ordens do Messias. Porém, outros pensam que isso é perder de vista a implicação simbólica dessa expressão.

10. *O Pacto de Davi.* Ver Jeremias 33:21, onde aparecem várias garantias a respeito da linhagem e do reino de Davi.

11. *O Descendente de Davi.* Ver Jeremias 33:22,26, que também se refere ao descendente de Abraão, embora aludindo especificamente à linhagem real.

12. *Outras Referências Notáveis do Antigo Testamento.* Podemos falar em Ezequiel 34:23; 37:24,25, que expõe idéias sobre o Servo-Messias; Oséias 3:5, que se refere a Davi como o Rei escatológico; Amós 6:5 e 9:11, que alude a Davi como músico e ao tabernáculo de Davi, juntamente com a esperança messiânica; Zacarias 12:7,8,10,12 e 13:1, que destaca a casa de Davi e a sua futura restauração.

13. *No Novo Testamento.* Ali encontramos Jesus como o Filho e o Herdeiro Real de Davi (Mat. 1:1; 9:29; 12:23; Mar. 10:48; 12:35; Luc. 18:38,39; 20:41). Esperava-se que o Cristo fosse descendente da linhagem de Davi (João 7:42; Mar. 11:10). Jesus pertencia à família de Davi, através de Bate-Seba (Mat. 1:20; Luc. 3:21). No Novo Testamento, a «cidade de Davi» (Luc. 2:4 e João 7:42) é Belém da Judéia, o lugar onde Jesus nasceu. Os antepassados de Davi viviam ali, onde o próprio Davi nasceu (I Sam. 16:1; II Sam. 5:4), o que explica a conexão. Jesus como *superior* a Davi e o tema de Atos 2:29,34 e 13:36. Por meio de Cristo nos são dadas as fiéis misericórdias prometidas a Davi (Atos 13:16-34). Davi foi um dos escritores sacros da Bíblia (Atos 1: 16; 4:25). O tabernáculo de Davi está ligado à eleição dos gentios dentro do Novo Israel (Atos 15:16-18, que cita Amós 9:11,12). Jesus é o descendente de Davi (Rom. 1:3; II Tim. 2:8). Davi é usado como ilustração do perdão dos pecados (Rom. 4:6). Ele aparece como um dos heróis da fé (Heb. 11:32). Os Salmos 69 e 95 são especificamente atribuídos à autoria de Davi (Romanos 11:9 e Heb. 4:7). No Apocalipse, Jesus Cristo é chamado de *herdeiro de Davi* (Apo. 3:7) e as chaves estão envolvidas. Em Apocalipse 5:5 e 22:16, Jesus é denominado *raiz* e *geração* de Davi. Jesus Cristo é o cumprimento das promessas de Deus feitas a Israel e ao mundo, feitas originalmente a Davi.

VII. Caráter Espiritual de Davi

Davi pode ser usado como um quadro do que o homem é: em seu ponto mais alto e em seu ponto mais baixo. Seus salmos exibem uma espiritualidade elevada, difícil de reconciliar com sua vida de violência e pecados, como aquele que envolveu Bate-Seba. Porém, precisamos vê-lo como um representante de sua época. Então, era uma glória ser um guerreiro, matar e conquistar. Por essa razão, as mulheres de Israel entoaram a seu respeito o cântico que dizia: «Saul feriu os seus milhares, porém Davi os seus dez milhares» (I Sam. 18:7; 21:11). Temos averiguado o quanto Davi envolveu-se com mulheres (primeiro ponto); mas, de algum modo, apesar de tudo, as Escrituras dizem a seu respeito que ele era um homem segundo o coração de Deus (I Sam. 13:14; Sal. 89:20). Há também grande número de alusões bíblicas a Davi, que nos mostram que ele foi um homem do destino, um instrumento especial de Deus, a despeito de suas falhas gritantes. Davi foi um habilidoso músico e autor literário, e essas qualidades fizeram dele um digno autor, e uma parte de suas composições tornou-se porção integrante das Escrituras Sagradas.

«Davi chega ao nosso conhecimento como uma imensa mas incompreensível personalidade: corajoso, leal para com seus benfeitores, mas capaz de crueldade e de fraquezas diante de seus filhos; fiel à religião de seus antepassados; humilde diante de um profeta de Yahweh. Em suma, ele foi um homem superior, cujas qualidades intelectuais e religiosas chegaram a ser sombreadas por certa irresponsabilidade moral. Ele pertencia a uma era heróica, com sua violência e seus derramamentos de sangue, antes que padrões morais mais elevados fossem largamente reconhecidos. Os direitos da tribo ou do clã eram considerados superiores aos direitos do indivíduo, como, de resto, na infância da maioria dos povos. No entanto, ele continuou sendo o herói ideal de todas as gerações posteriores. O Antigo e o Novo Testamentos descrevem o Messias, o *Rei Ideal* de *Israel,* na era vindoura, chamando-o de *Filho de Davi».* (AM)

Bibliografia. AM EUG GEO IB ID UN Z

DAVI, CIDADE DE

A localização dessa porção de Jerusalém era a mais antiga, a sudeste, sobre o original monte Sião. Porém, quando o Novo Testamento usa essa expressão, «cidade de Davi», está em foco Belém da Judéia, onde Davi nasceu (Luc. 2:11).

Esse foi o nome dado por Davi ao castelo de Sião, que ele capturou dos jebuseus, onde passou a habitar (I Crô. 11:7), e que se tornou a capital do reino unido de Israel. Em seus primeiros anos como rei, Davi governou apenas a porção sul do reino, ou Judá; mas seus feitos e conquistas trouxeram sob o seu poder todas as demais tribos de Israel. Ver a história da conquista desse lugar em II Samuel 5:6-8 e I Crônicas 11:4-8. Ficava situada em um platô cerca de 760 m acima do nível do mar Mediterrâneo, e cerca de 1.160 m acima do nível do mar Morto, o que significa que era uma altura dominante sobre toda a região em derredor.

Como fortaleza dos jebuseus, era considerada inexpugnável, por causa de suas colinas, que atuavam como defesa natural, e por causa das elevadas muralhas, dos portões e das torres com que fora construída. Tão fácil era a sua defesa que era costume dizer que até os cegos e os coxos poderiam defendê-la (II Sam. 5:6). A referência, em II Samuel 5:8, à subida por um canal subterrâneo, parece indicar que Davi e seus homens obtiveram acesso à mesma mediante uma fenda natural na rocha. Porém, investigações arqueológicas recentes demonstram que isso era impossível. Portanto, em vez de uma fenda, alguns pensam na possível tradução *gancho,* o que significaria que o acesso ao alto das muralhas era feito mediante o emprego de ganchos. (Ver Albright no artigo «Old Testament and Archeology», no seu *Old Testament Commentary,* pág. 149). Aquele canal subterrâneo era vertical, em sua seção mais elevada, tornando impossível a subida por ali. A fortaleza dos jebuseus tinha uma muralha com seis metros de espessura, conforme tem sido averiguado pelos arqueólogos. As muralhas principais, que perduraram de 1800 A.C. até a queda de Jerusalém, ficavam localizadas cerca de cinqüenta metros colina abaixo. A captura de Jerusalém, por parte de Davi, ocorreu em cerca de 1003 A.C. Ver II Samuel 5:7.

Após a captura, o próprio Davi foi habitar ali. Foi construído ali um palácio para seu uso (I Crô. 15:1). Davi mandou buscar a arca da aliança, que até então estivera entre os cananeus, desde a época de Eli, para a cidade de Davi (I Crô. 15:1,29). Ela ficou ali até que Salomão a colocou no novo Templo, no monte Moriá, mais ao norte (I Reis 8:1,2; II Crô. 5:2). Salomão embelezou o lugar, construindo uma acrópole (área palaciana), com muralhas sobre a crista da cidade de Davi.

Davi foi sepultado no interior da cidade (I Reis 2: 10). E isso significa que o túmulo atualmente exibido aos turistas, como o túmulo de Davi, não pode ser o dele, visto que esse fica fora das muralhas. A maioria dos reis que se seguiram, até Jotão (falecido em 736 A.C.) foram sepultados ali, como também outras figuras importantes. Algumas abóbadas de sepulturas, perto do extremo sul da cidade, poderiam ser o que restou dessas sepulturas. Ezequias fortaleceu a cidade de Davi antes do conflito com os assírios, em cerca de 701 A.C., trazendo um suprimento de água desde Giom (II Crô. 32:30). O tanque de Siloé e o jardim do Rei, no extremo sul, dentro das muralhas (Nee. 3:15; Isa. 22:9-11), foram incluídos nesse sistema. A cidade de Davi foi destruída pelos babilônios em 586 A.C. Neemias a reconstruiu, pelo menos em parte, em 444 A.C. (Nee. 3:15; 12:37). Expansões posteriores estenderam a cidade na direção oeste, e foi ali que Josefo *(Guerras* 5:4,1) localizou erroneamente o túmulo de Davi. Depois que a cidade de Davi foi abandonada, em 70 D.C., essa porção oriental tornou-se conhecida como Sião.

DAVI, TORRE DE

Essa torre é aludida somente em Cantares 4:4. Esse é o nome de uma das fortalezas de Davi, construída com pedras, e onde eram pendurados escudos. Nada se sabe, em nossos dias, sobre a sua localidade e suas condições, embora naquela referência encontremos um símbolo de poder. A chamada Torre de Davi, na Porta de Jafa, em Jerusalém, data do período medieval. Foi construída sobre alicerces da época dos Herodes.

DEAVITAS

Adjetivo pátrio encontrado somente em Esdras 4:9, em toda a Bíblia, alusivo aos habitantes de certa porção da Assíria, regada pelo rio Daba, talvez a mesma *Daí* de Heródoto (1.125) . Seriam os habitantes da moderna província de Dehistã, a leste do mar Cáspio, que foram transferidos por Salmanezer para a província de Samaria. Talvez seja uma tribo persa alistada juntamente com os elamitas e outros, que foram transferidos para Samaria, pelo rei assírio, Assurbanipal. Como se vê, a identificação não é fácil. Juntamente com outros, eles protestaram contra a reconstrução de Jerusalém. Há dois manuscritos da Septuaginta que dizem, em grego «hoi sisín», «isto é». Isso faria o texto dizer: «...susanquitas, isto é, elamitas...», onde as palavras «isto é» estão no lugar de «deavitas». Nesse caso, a tribo dos deavitas não existiria.

DEBERATE

No hebraico, «pasto». Uma cidade no território de Issacar, entregue aos levitas (Jos. 19:12; 21:28). Ficava localizada a oeste do sopé do monte Tabor, e talvez seja a mesma cidade chamada Dabarita, na grande planície, segundo diz Josefo *(Vita,* 62; *Guerras,* 2:21,3), ou então Dabira, que Eusébio e Jerônimo situaram no monte Tabor, na região de Dio-Cesaréia. É possível que esse tenha sido o lugar onde Sísera foi derrotado por Baraque. A morte de Sísera, por parte de Jael, está vinculada a todo o episódio (Josué 4). Tem sido identificada com a moderna aldeia de Deburieh.

DEBESETE

No hebraico «corcunda». Esse era o nome de uma cidade do território de Zebulom, perto da fronteira com o território de Issacar, entre Saride e Jocneã, um tanto a leste do ribeiro Quisom (Jos. 19:11). Seu local é desconhecido, na atualidade.

DEBIR

No hebraico, **santuário,** ou seja, «lugar de um oráculo». Nas paginas do Antigo Testamento, esse é o nome de duas cidades e de um homem, a saber:

1. Uma cidade no território de Judá, a quarenta e oito quilômetros a sudoeste de Jerusalém e a dezesseis quilômetros a oeste de Hebrom (Jos. 15:7). No décimo quinto versículo desse mesmo capitulo, temos a informação de que o nome anterior dessa cidade era Quiriate-Sefer. Foi um dos muitos lugares conquistados por Josué (Jos. 10:38 *ss).* Posteriormente, foi reocupado por Otniel (Jos. 15:7,15,17). O nome que os cananeus lhe davam, Quiriate-Sefer, significa «cidade do livro». Mas seu novo nome, Debir, parece sugerir que era ali que os cananeus tinham um de seus oráculos. Portanto, tanto um quanto o outro nome sugere material escrito ligado ao culto dos deuses pagãos, ali localizado. Porém, outros imaginam que a transliteração para o hebraico não preservou o intuito original do nome cananeu, pelo que a referência à idéia de escrita seria incorreta. As escavações feitas na região têm produzido muito material da época da conquista israelita. W.F. Albright e Melvin G. Kyle identificaram o lugar com Tell Mirsim. As evidências mostram que o sítio vinha sendo ocupado desde cerca de 2200 A.C. Ficaram ali artefatos de cerâmica, do trabalho de pedreiros e da indústria dos hebreus. Uma asa de jarra com a inscrição «pertencente a Eliaquim, mordomo de Yaukin (Jeoaquim)», dá a entender que o local continuou sendo habitado até imediatamente antes do cativeiro babilônico, isto é, em 598 A.C.

2. Uma cidade em Gileade, perto do Jordão (Jos. 13:26). Não ficava longe de Maanaim, tendo sido identificada por alguns estudiosos com a «Lo-Debar» de II Samuel 17:27. A família de Jônatas, filho de Saul, fugiu para esse lugar, quando Israel foi derrotado pelos filisteus, e seu filho aleijado, Mefibosete, fixou residência ali, até que Davi o convidou para vir residir no palácio real. Há alusão a Debir, em Amós 6:13; mas, uma distorção proposital do nome, faz com que este signifique «nulidade» (nossa versão portuguesa diz «Lo-Debar»), porque, mui provavelmente, na época daquele profeta o local era sede de algum culto pagão. O local moderno dessa antiga cidade é desconhecido.

3. Um rei de Eglom, membro de uma aliança de cinco reis amorreus que se opuseram a Gibeom, a convite de Adoni-Zedeque, rei de Jerusalém. Porém, alguns eruditos pensam que o nome «Debir», nesse caso, refere-se a uma fortaleza, e não a um rei. Ver Jos. 10:3,5,16,26. Os gibeonitas apelaram para Josué, pedindo ajuda militar. A batalha teve lugar no vale de Aijalom, quando ocorreu o longo dia de Josué (Jos. 10:3-39). Quanto a comentários sobre esse milagre, ver o artigo sobre a Astronomia, ponto 5b. Se Debir foi, realmente, um monarca, então ele viveu em torno de 1450 A.C.

DÉBORA

No hebraico, «abelha». Esse foi o nome de duas mulheres, cujas histórias aparecem nas páginas da Bíblia, e de uma mulher mencionada nas obras apócrifas do Antigo Testamento. As duas personagens bíblicas são as seguintes:

1. A primeira Débora da Bíblia foi criada de Rebeca, esposa do patriarca Isaque (ver Gên. 24:59 e 35:8). Ela acompanhou Rebeca desde a casa paterna desta, Betuel, quando de seu casamento com Isaque. Seu nome, porém, só aparece em conexão com seu sepultamento, sob o carvalho, perto de Betel. A partir de então, aquele carvalho passou a ser chamado Alom-Bacute (no hebraico, «carvalho da lamentação»), segundo se vê em Gênesis 35:8. Ela viveu em cerca de 1730 A.C.

2. Uma profetisa de Israel que, para nossa admiração, também tornou-se uma juíza! Era esposa de Lepidote, tendo julgado Israel em parceria com Baraque. Ver Juí. 4:4. Isso ocorreu quando Israel abandonou sua lealdade a Yahweh, e assim o Senhor os entregou ao domínio de Jabim, rei dos cananeus, pelo espaço de vinte anos. Durante esse tempo, Débora era uma profetisa que aconselhava o povo que vinha consultá-la. Ela residia à sombra de uma palmeira (chamada segundo o seu nome), entre Betel e o monte Efraim. Ela enviou uma mensagem a Baraque, dizendo que o Senhor estava pronto para livrar Israel. Baraque foi instruído a reunir um exército de dez mil homens de Naftali e de Zebulom, estacionando-o ao pé do monte Tabor. O Senhor então faria Sísera, o general de Jabim, guerrear contra eles às margens do rio Quisom; e, segundo Débora garantiu a *Baraque*, Israel obteria a vitória. Baraque era de Cades de Naftali, e, provavelmente, um dos líderes do lugar. Baraque concordou com o plano de Débora, mas com a condição de que ela também se fizesse presente. Ver Juí. 4:1.24. Por causa disso, teve que dividir com *ela* os triunfos da vitória. O trecho de Hebreus 11:32 alista Baraque entre os heróis cuja fé obteve resultados positivos. Ver o artigo separado sobre *Baraque.* Quando Débora deu o sinal de atacar, o pequeno exército de Israel, tirando vantagem de uma grande tempestade que desabara sobre o local, precipitou-se contra as forças muito superiores dos cananeus. Sísera foi derrotado e Jabim ficou arruinado. A vitória foi celebrada pelo cântico de Débora, registrado em Juí. 5:2-31.

Nos dias de Sangar, filho de Anate,
nos dias de Jael, cessaram as caravanas;
e os viajantes tomavam desvios tortuosos.
Ficaram desertas as aldeias em Israel, repousaram,
até que eu, Débora, me levantei,
levantei-me por mãe em Israel (vss. 6,7).

Essa notável ode é a versão poética da narrativa em prosa do quarto capítulo do livro de Juízes. Ela é universalmente aclamada como representante da primitiva poesia dos hebreus. É notória por sua vivacidade, ilustrando muitos detalhes da vida rude e barbárica do século XII A.C., na Palestina.

A vitória de Débora garantiu quarenta anos de paz em Israel (Juí. 5:31). Ela combinava a autoridade de uma Juíza com o dom profético (Juí. 4:6 e 5:7). De acordo com alguns autores, seu nome era um símbolo egípcio do poder real. Entre os gregos, esse nome era aplicado não somente aos poetas, mas também às pessoas peculiarmente castas, como as sacerdotisas de Delfos, Cibele e Ártemis. Provavelmente, ela pertencia a tribo de Efraim, embora alguns opinem que ela era da tribo de Issacar, por causa do que se lê em Juizes 5:15. Também há quem diga que há alguma ligação com o nome Lapidote porque isso representa o termo hebraico que significa «luzes»; e, segundo dizem os rabinos, ela cuidava das lâmpadas do tabernáculo. Seu nome só é mencionado em Juízes 4 e 5. Viveu em cerca de 1120 A.C.

DECÁLOGO

Essa palavra vem do grego **deka,** «dez» e **logos,** «palavra», ou seja, «dez palavras». Esse é um título usado para indicar os Dez Mandamentos. Esses mandamentos, dados por Deus a Moisés, no monte Sinai, tornaram-se a base da legislação levítica, uma das mais duradouras legislações de todos os tempos. Em sua forma mais familiar, esses mandamentos acham-se em Êxodo 20:2-17. Uma versão diferente, especificamente designada como as «dez palavras», aparece em Êxodo 34:28, a qual aborda festividades e oferendas. Isso teria sido escrito em uma outra tábua de pedra, depois que Moisés quebrara a primeira (ver Êxo. 20:2 *ss,* em comparação com Êxo. 31:18 e 34:1). Outras formas do decálogo aparecem em Deuteronômio 27 e Levítico 19. As várias formas de decálogo aparentemente eram tipos de leis e liturgias preliminares, mediante as quais os adoradores, em diferentes santuários e em diferentes períodos da história, reconheciam os requisitos básicos de Yahweh. A razão para o número dez aparentemente é que isso facilitaria a memorização das exigências básicas da moralidade humana. Esses mandamentos têm sido usados por muitos séculos.

A legislação levítica aborda detalhes, com grande complexidade de pormenores. A variedade de expressões dos mandamentos originais deixa em dúvida qual teria sido a forma original. O decálogo, conforme expresso em Êxodo 20 e em Deuteronômio 5, era usado tanto em Israel como em Judá, não havendo qualquer razão para supormos que os mandamentos básicos do judaísmo não foram originados por Moisés. Sem dúvida houve elaborações posteriores, o que é natural em qualquer sociedade.

Quanto a notas completas sobre o *Decálogo* (este artigo serve apenas de introdução ao assunto), ver o artigo intitulado *Mandamentos, os Dez.*

DECAPITAÇÃO

Ver **Crimes e Castigos.**

DECISÃO, VALE DA

No hebraico, temos mais o sentido de **vale da decisão estrita** ou **vale do julgamento.** A expressão encontra-se em Joel 3:14, onde é aplicada ao vale de Josafá (ver Joel 3:2,12). Aparentemente, trata-se de um nome simbólico de um vale próximo de Jerusalém, conforme é sugerido no vs. 16 daquele capítulo. Porém, o nome Josafá significa, em hebraico, «Yahweh julga», pelo que o termo pode ser simbólico, sem o intuito de identificar qualquer área geográfica. Seja como for, no vale de Bênção, cerca de vinte e cinco quilômetros de Jerusalém, o rei Josafá observou a vitória de Yahweh sobre as nações pagãs (II Crônicas 20), o que serviu de microcosmo do ainda futuro Dia de Yahweh. A partir do século IV D.C., o vale que entra na colina do templo e o monte das Oliveiras tem sido identificado com o texto de Joel. Ele nos diz como os exércitos das nações Reunir-se-ão naquele vale. Yahweh então aparecerá em tremenda glória, e julgará às nações. Porém, esse mesmo Juiz servirá de refúgio para o seu povo. Alguns estudiosos, entendendo mui literalmente a cena, supõem que o trecho de Zacarias 14:4 resolve o problema de localização. O Senhor, ao retornar ao monte das Oliveiras, em poder e Brande glória, por ocasião de seu segundo advento, fará surgir um vale, mediante um terremoto que ocorrerá nas proximidades.

DECRETO

Ver também **Decretos Divinos.**

Há três palavras hebraicas principais e uma palavra grega que precisam ser levadas em conta:

1. *Esar,* «laço». Palavra aramaica usada por sete vezes: Dan. 6:7-9,12,13,15.

2. *Gzerah,* «coisa decidida». Palavra aramaica usada por duas vezes: Dan. 4:17,24.

3. *Dath,* «lei», «decisão baixada». Palavra hebraica usada por vinte e duas vezes, como, por exemplo, em Est. 2:8; 3:15; 9:1,13,14; Dan. 2:9,13,15.

4. *Dogma, «decreto».* Palavra grega usada por cinco vezes: Luc. 2:1; Atos 16:4;17:7; Efé. 2:15; Col. 2:14: o verbo, *dogmatizomai, «decretar»,* é emprestado somente em Col. 2:20.

Essa palavra tem sinônimos como «lei» ou «edito», nas traduções. As decisões oficiais dos reis do Oriente eram chamadas decretos. Eram publicamente proclamados pelos arautos oficiais (Jer. 34:8,9; Jon. 3:5-7; Dan. 3:4; 5:29). Mensageiros anunciavam os decretos reais a lugares distantes, a fim de garantir o seu cumprimento (I Sam. 11:7; Esd. 1:1; Amós 4:5). Algumas vezes, os decretos eram anunciados nas portas das cidades, nos mercados ou nos lugares onde o povo costumava reunir-se.—Em Jerusalém, esses decretos eram anunciados no templo.

No Novo Testamento, estão em foco os decretos do senado romano, com o uso do termo grego *dogma* (Luc. 2:1; Atos 7:7). Em Atos 16:4 a mesma palavra 6 usada para indicar os decretos do concílio de Jerusalém. Os trechos de Efésios 2:15 e Colossenses 2:14 usam essa palavra para indicar as provisões da lei mosaica.

É interessante observar que essa palavra não se encontra na Bíblia no sentido teológico dos «decretos de Deus». Contudo, a idéia pode ser vista, indicando como Deus cuida providencialmente de todas as coisas e determina o próprio curso da história (Dan. 4:24 e Sal. 2:7). As leis da natureza são baixadas e se cumprem mediante os decretos divinos (Jó 28:26; Pro. 8:29; Sal. 148:6).

DECRETOS DIVINOS

Esboço:

I. Caracterização Geral
II. Um Termo Coletivo
III. Alguns Decretos Divinos Específicos

I. Caracterização Geral

Essa é a expressão usada na teologia para indicar aqueles atos da vontade de Deus que: 1. representam o seu propósito; 2. estavam presentes com ele desde a eternidade passada; 3. são cumpridos por ele dentro do tempo e do contexto humano; 4. determinam o curso da história, coletiva ou individualmente; 5. determinam o destino espiritual dos homens e dos anjos.

A teologia reformada enfatizava a questão ensinando que tudo quanto acontece deve-se aos eternos decretos de Deus. Os arminianos modificaram isso, supondo que os decretos divinos, apesar de reais no tocante a salvação dos homens, são condicionados pela fé e pela fidelidade previstas. Porém, a teologia calvinista insiste em que os decretos de Deus não estão condicionados a qualquer fator humano. Nesse ponto, entramos na antiga e insolúvel controvérsia acerca da relação entre o determinismo divino e o livre-arbítrio humano. Ver os artigos sobre o *Determinismo* e sobre o *Livre-Arbítrio.* Aqueles que defendem o conceito dos decretos divinos em sua forma mais radical insistem que todas as coisas sucedem em resultado do exercício da soberania de Deus. Essa doutrina despreza as causas secundárias, caindo na armadilha de fazer de Deus a *única* causa, até mesmo do mal. O nono capítulo da epístola aos Romanos reflete essa maneira de pensar, de tal modo que Deus pode fazer um homem ser mau, se isso contribui para um bom propósito, como o da glorificação de sua pessoa, ou o de fomentar o bem-estar de seu povo escolhido. Alguns reformadores, percebendo a armadilha preparada por um raciocínio simplista, rígido e sem sofisticação, começaram a falar sobre os *decretos permissivos* de Deus; mas isso envolve uma contradição de termos, porquanto aquilo que meramente permite, não decreta. É melhor admitirmos que o problema do determinismo divino versus o livre arbítrio humano envolve-nos em um paradoxo (que vide) isto é, nos *pólos opostos* de uma idéia teológica. Ver o artigo sobre a *Polaridade.*

Quando o trecho de Atos 2:23 fala sobre como a crucificação do Filho de Deus de alguma maneira esteve envolvida no conselho de Deus, de modo algum ensina-nos como isso pode ter sucedido. Deus usa o livre arbítrio humano sem destruí-lo, embora não saibamos dizer *como* isso possa ser. O problema inteiro do pecado permanece um mistério, envolvendo-nos no *Problema do Mal,* o que é longamente comentado no artigo desse nome Talvez o máximo que podemos dizer é que Deus permitiu o pecado em sua criação porque tinha um *alvo superior* em vista, o que justifica o fato de que ele não resguardou a sua criação da entrada do mal. Parte desse alvo consistia em levar o homem a participar da natureza divina; e para que isso sucedesse, era mister que o homem fosse possuidor de livre-arbítrio genuíno, isto é, um agente no processo de transformação, com a ajuda do impulso dado pelo Espírito Santo. Esse princípio é claramente exarado em Filipenses 2:12,13. Precisamos efetuar a nossa própria salvação, com a utilização do livre-arbítrio. Porém, em última análise, é Deus quem «efetua em vós tanto o querer como o realizar, segundo a sua boa vontade» Isso posto, temos a clara enunciação do *paradoxo* de que falamos acima, embora sem qualquer tentativa para explicá-lo. É possível que, neste lado da existência, nem compreendêssemos a explicação, se ela nos tivesse sido dada. Portanto, precisamos aplicar o princípio da polaridade. Em outras palavras, algumas verdades reveladas são grandes demais para serem centralizadas em

um único ponto. Essas verdades compõem-se de dois pólos bem separados. Quando Deus outorgou livre arbítrio ao homem, deu-lhe também o *potencial* para pecar; e de acordo com a lei de Murphy, (se algo *pode* acontecer, *acontecerá),* o homem pecou. Porém, isso foi de *menor* conseqüência para o homem do que não possuir e nem poder usar de livre-arbítrio, visto que, sem esse fator, o elevado alvo da salvação jamais poderia ter sido alcançado.

Dentro dos decretos de Deus vemo-nos envolvidos nas inexcrutáveis relações existentes entre o que é eterno e o que é temporal, entre o que é divino e o que é humano, entre o que é infinito e o que é finito.

II. Um Termo Coletivo

O termo «decreto» é empregado para referir-se ao propósito divino (Efé. 1:11), ao conselho determinativo de Deus (Atos 2:23), à sua presciência (I Ped. 1:2,20), ao seu propósito eletivo (I Tes. 1:4), à sua predestinação à salvação (Rom. 8:30), à vontade divina (Efé. 1:11), e ao seu beneplácito (Efé. 1:9). Os decretos abarcam o começo e o prosseguimento inteiro da criação, incluindo tudo quanto é material e imaterial, mortal e imortal. A palavra «predestinação» aplica-se a essa ampla perspectiva, ao passo que a palavra *eleição* envolve, mais especificamente, a salvação do homem, por ser esta uma subcategoria da predestinação. A «reprovação» e a «retribuição» aplicam-se ao destino dos não-eleitos.

III. Alguns Decretos Divinos Especificos

As amplas definições dadas acima naturalmente requerem a existência de muitos decretos divinos, pelo que o que se segue é apenas sugestivo:

1. *O ato criativo.* Deus é a fonte e a causa de todas as coisas (Gên. 1 e 2; Sal. 33:6; 148:5; Nee. 9:6; Atos 17:28; Rom. 11:36; I Cor. 8:6). O Novo Testamento define esse ato realizado através do Logos (o Filho de Deus) (João 1:1 *ss;* Col. 1:16,17). Deus existia desde antes de todas as coisas (Sal. 90:2; João 17:5,24). Ele possui a vida necessária, aquela que não pode não existir, da qual todas as outras vidas são dependentes. Ver o artigo separado sobre a *Criação.*

2. A *ordenação e sustentação de todas as coisas.* Isso inclui a idéia da *providência* de Deus (Deu. 30:1-10; Dan. 2:31-45; Atos 15:13-18; Rom. 11:13-29). No Novo Testamento, essa providência é definida, através do Logos (Filho-de-Deus) (João 1:7; Col. 1:17). Conforme esta última referência diz, todas as coisas foram criadas nele, por ele e para ele; e outro tanto é dito acerca do Pai, em I Coríntios 8:6. O poder *preservador* de Deus é frisado em trechos como Nee. 9:6; Sal. 36:6; Col. 1:17 e Heb. 1,2,3. E a sua *providência* envolve todas as coisas, ativa ou passivamente (Deu. 8:2; II Crô. 32:31: Osé. 4:17; Rom. 1:24,28; cap. 9; Gên. 50:20; Sal. 76:10; Isa. 10:5; João 13:37; Atos 4:28).

3. *Eleição.* Rom. 8:29 e Efé. 1:5. Ver o artigo separado a esse respeito.

4. *Adoção.* Rom. 8:14-17. Ver o artigo separado a esse respeito.

5. *Transformação do crente segundo a imagem de Cristo.* É mediante essa transformação que o crente vem a participar da natureza divina (Rom. 8:29; II Cor. 3:18; II Ped. 1:4; Col. 2:10). Ver o artigo separado a esse respeito.

6. *Reprovação.* Rom. 8:15 *ss.* Ver o artigo separado a esse respeito.

7. *Oração eficaz.* Essa oração garante a interação da vontade divina com a vontade humana, de maneira significativa (João 14:14; Rom. 8:26,27).

8. *Milagres.* Os milagres são intervenções divinas determinadas pelos decretos de Deus (Atos 2: 19; Mat. 12:38; João 2:18).

9. *Operação universal da graça.* Tito 2:11 e Efé. 2:7-10.

10. *Restauração final de todas as coisas.* Efé. 1:10,23. Ver o artigo sobre esse assunto, sob o título *Restauração.*

11. *A missão Universal de Cristo.* Essa missão inclui seu ministério preencarnado, seu ministério encarnado, sua morte, sua descida ao hades, sua ressurreição e ascensão, e sua segunda vinda (João 1:1 *ss;* João 17; I Ped. 3:18-4:6; I Tes. 4:17 *ss;* I Cor. cap. 15; Rom. 8:26 *ss;* a epístola de Hebreus e Apo. caps. 21 e 22).

Conclusão. Os decretos divinos são os atos da soberana vontade de Deus que podemos distinguir. Em seu conjunto, esses decretos formam o seu propósito, o qual abarca a eternidade passada e futura, e o próprio tempo. Eles constituem a *história,* no sentido mais lato da palavra, envolvendo o destino eterno de todos os seres inteligentes, bem como a disposição dos mundos materiais. Pessoalmente, eu tenho a fé para acreditar que os homens realizam seu potencial *mais alto* por causa dos *decretos divinos.* Eles sempre funcionam segundo o *amor* de Deus, não contrariamente, para o prejuízo do homem, como o calvinismo radical ensina. (B CHA E).

DEDÃ

No hebraico, **baixo;** mas outros estudiosos preferem pensar que seu sentido é incerto. Há duas pessoas e uma área geográfica com esse nome, nas páginas do Antigo Testamento, a saber:

1. Filho de Ramá, filho de Cuxe, filho de Cão (Gên. 10:7). O trecho de I Crônicas 1:9 refere-se a ele. Seu irmão era Sabá. Viveu em cerca de 2200 A.C.

2. Um filho de Jocsã, filho de Abraão e Quetura (Gên. 25:3; I Cro. 1:32). Ele se tornou fundador de tribos árabes. Viveu em torno de 1800 A.C.

3. As *Tribos.* Um oráculo concernente à Arábia menciona Dedã localizada nos bosques de palmeiras da Arábia, participante de caravanas (Isa. 21:13). Juntamente com Buz, são mencionadas como um povo que cortava as pontas dos seus cabelos (Jer. 25:23). A profecia contra Edom incluía uma advertência a Dedã, sobre um juízo divino iminente (Jer. 25:23). De modo geral, em Eze. 25:13, o termo «Edom» inclui todo o território de Temã e Dedã. O trecho de Ezequiel 27:15 tem uma referência ao nome dessa tribo. Eles negociavam com Tiro (Eze. 27:20). Alem disso, Dedã é mencionada com Sabá na profecia que envolve Gogue (Eze. 38:13,14). A conclusão que se pode tirar é que eles eram tribos associadas aos habitantes da Arábia, embora sua identidade exata permaneça desconhecida. Fontes extrabíblicas referem-se a Dedã como um *oásis* nas rotas comerciais dos povos de Sabá, Temã e Buz. Esse oásis era chamado Ed-dagã, até 1200 D.C., e tem havido algumas descobertas arqueológicas feitas na área. Talvez a moderna El-'ula seja a correta identificação do local. Fica localizada a oitenta quilômetros do mar Vermelho, na Arábia central. O nome talvez sobreviva na ilha de Dedã, nas margens do golfo Pérsico.

DEDICAÇÃO, FESTA DA

O artigo intitulado **Festividades Religiosas dos Judeus** apresenta um sumário da questão. Essa festa também era chamada festa de *Hanukkah.* Era celebrada anualmente, por um período de oito dias, a fim de comemorar a purificação do templo de Jerusalém pelos Macabeus, após o mesmo haver sido contaminado pelos sírios, sob a direção de Antíoco IV Epifânio (I Macabeus 4:52-59; II Macabeus 10:5). Judas Macabeu, o hasmoneu, foi a principal figura envolvida nessa revolta contra os sírios e na rededicação do templo, em 165 A.C., isto é, três anos depois que o mesmo fora corrompido. Antíoco mostrou-se fanático em suas tentativas de helenização dos territórios a ele sujeitos, e via na fé dos hebreus um obstáculo para os seus desígnios. Ele pensava que se pudesse corromper-lhes a fé, poderia quebrantar-lhes a resistência. Portanto, mandou erigir um altar idólatra sobre o altar dos holocaustos, no templo de Jerusalém, sobre o qual ofereceu sacrifícios pagãos. Somos informados de que ele chegou ao ponto de oferecer uma porca sobre aquele altar. Ver I Macabeus 1:41-64; II Macabeus 6:1:11; Josefo *(Anti.* II :5,4). Os hasmoneus ergueram o grito de guerra e a revolta irrompeu por toda a parte. Finalmente, Israel foi capaz de derrotar Antíoco (Josefo, *Anti.* 12:5,4; 7,4). A festa para comemorar a vitória foi efetuada no mês de Quisleu, o nosso dezembro, embora sua celebração tenha variado quanto ao mês do ano. Josefo chama esse evento de «festa das Luzes». Foi efetuada mais ou menos segundo o estilo da festa dos Tabernáculos (II Macabeus 10:6). Sua característica mais proeminente

era a iluminação mediante tochas ou lâmpadas, o que explica seu nome alternativo. Podia ser celebrada fora de Jerusalém, nas sinagogas locais. O *Hallel* (que vide) era entoado, palmas eram levadas em cortejo, e o templo (ou as sinagogas) e as casas particulares eram iluminadas. Não se permitia lamentações de qualquer sorte. A única referência à mesma, no Novo Testamento, aparece em João 10:22,23. Jesus caminhou pelo pórtico de Salomão, nessa ocasião, e ali debateu com alguns adversários. Foi uma ocasião na qual ele asseverou a sua deidade e a sua autoridade divina. «Eu e o Pai somos um» (João 10:30).

Festa da Dedicação em Nossos Dias. A comunidade judaica atual continua celebrando essa festa religiosa. A família reúne-se; o pai acende as velas; uma oração de agradecimento a Deus é feita; o poder libertador de Deus é relembrado; presentes e algum dinheiro são distribuídos às crianças; jogos são efetuados à noitinha, com o acompanhamento de quebra-cabeças e a troca de gracejos. Na Europa, fazia parte dessa festividade o consumo de panquecas. (E EDI)

DEDICAR, DEDICAÇÃO

Duas palavras hebraicas e uma palavra grega precisam ser consideradas:

1. *Chanak,* «pressionar», «dedicar». Palavra hebraica que ocorre por cinco vezes: Deu. 20:5; I Reis 8:63; II Crô. 7:5; Pro. 22:6.

2. Qadesh, «separar», «santificar». Termo hebraico usado por cerca de cento e setenta vezes. Por exemplo: Juí. 17:3; II Sam. 8:11; II Reis 12:18; I Crô. 18:11; 26:26-28; II Crô. 2:4; Gên. 2:3; Êxo. 13:2; 15:30; Núm. 7:1; Deu. 5:12; 32:51; Jos. 7:13; Eze. 20:12; 36:28; Joel 1:14; 2:15,16.

3. *Egkainízo, «renovar».* Palavra grega usada por duas vezes: Heb. 9:18 e 10:20.

1. *Usos no Antigo Testamento.* Uma cerimônia religiosa mediante a qual alguma coisa qualquer era dedicada ou consagrada ao serviço de Deus, geralmente com os ritos apropriados: a. Moisés dedicou o tabernáculo no deserto (Êxo. 40; Núm. 7). b. Salomão dedicou o templo de Jerusalém (I Reis 8). c. Os exilados judeus que retornaram da Babilônia dedicaram o segundo templo (Esd. 6:16,17). d. Os Macabeus, tendo purificado o templo, rededicaram-no (I Macabeus 4:52-59), e uma cerimônia anual relembrava o fato ao povo. e. Lugares sagrados eram solenemente dedicados (Deu. 20:5; Sal. 30 (no título); Nee. 12:27).

2. *Idéias Centrais.* a. Separar para uso santo, seguindo o exemplo do Deus santo, o qual é separado de toda a contaminação (Isa. 6:3). b. Essa idéia é também transferida para lugares (Jer. 31:40), para pessoas (Êxo. 28:3) e para coisas usadas nos ritos religiosos (Êxo. 29:37). Até no Novo Testamento encontramos a idéia de pessoas dedicadas (João 10:37), de coisas dedicadas (Atos 9:13), de lugares dedicados (Mat. 23:17). O primeiro pacto foi dedicado (Heb. 9:18), assim tornando-se um meio de conferir santidade aos homens.

3. *Idéias Neotestamentárias.* Já vimos, no contexto do Novo Testamento, a dedicação de pessoas, de coisas e de lugares. Mas também temos a dedicação, por parte de Cristo, do «novo e vivo caminho», que foi trazido à luz por meio do evangelho (Heb. 10:20). O relacionamento com Cristo produz um elevado grau de dedicação por parte dos seus seguidores, conforme é demonstrado nas vidas de seus apóstolos, que deixaram tudo a fim de segui-lo (Mat. 4:19 *ss;* cap. 10; Mar. 10:28). O discipulado cristão requer a total renúncia de todas as ambições meramente pessoais, além de profunda dedicação (Mat. 8:34 *ss).* O apóstolo Paulo deu-nos o mais brilhante exemplo de dedicação (Fil. 3:7 *ss).* Os crentes individuais são convocados dentre o mundo para uma singular dedicação à inquirição espiritual (Rom. 12:1,2).

4. *Outros Usos.* Os ritos de dedicação eram usados quanto a questões religiosas e seculares, igualmente. Há a iniciação de uma igreja, de um edifício, de um projeto, de uma organização, etc. Faz parte inerente desses ritos a idéia de alguma forma de *bênção* que haverá de prevalecer, visando o bem da pessoa ou coisa dedicada. Com freqüência, as dedicações eram relembradas mediante celebrações anuais.

5. *O Impulso.* O homem sente sua insignificância e temporalidade. Mediante a dedicação de coisas ou de si mesmo, o homem procura assinalar as coisas e a sua própria vida com um toque de importância e presumivelmente, com um toque de alguma forma de permanência. Jesus prometeu que isso realmente será feito àqueles que se dedicarem a ele mesmo e ao evangelho. De fato, ele ensinou que nessa dedicação está envolvida a eterna salvação da alma (Mar. 8:34,35). Não passa de um insensato aquele que dedica a sua vida a projetos terrenos, em uma atitude contrária a dos santos de Deus, que renunciam às coisas terrenas, que não podem reter, para se dedicarem àquilo que não podem perder, conforme disse, de certa feita, um mártir cristão.

DEDO

No hebraico **etsba,** com pequena variação no aramaico (esta última forma somente em Dan. 5:5). A palavra hebraica ocorre por trinta e duas vezes. Para exemplificar, Êxo. 8:19; Lev. 4:6,17,25,30; 16:14, 19; Núm. 19:4; Sal. 8:3; Pro. 6:13; Can. 5:5; Isa. 2:8; 59:3; Jer. 52:21. No grego, *dáktulos,* termo que figura por nove vezes: Mat. 23:4; Mar. 7:33; Luc. 11:20,46; 16:24; João 8:6,8; 20:25,27. Tanto a palavra hebraica quanto a palavra grega indicam tanto um dedo da mão quanto um artelho do pé, pois não havia termos diferentes para esses dois apêndices do corpo. A palavra grega também indicava a menor medida de comprimento entre os gregos, a saber, a largura de um dedo, cerca de 1,78 cm.

I. O Dedo Literal

Ver usos literais do dedo no A.T.: o sacerdote que molhava um dedo no sangue dos sacrifícios (Lev. 4:6,17,25 etc.); quando o azeite era aspergido com o auxílio dos dedos (Lev. 14:16,27). Os dedos eram usados em gesticulações, durante os diálogos entre pessoas (Pro. 6:13). Um dedo podia representar a mão inteira, como no caso de dedos manchados de sangue (Isa. 59:3. em português, dedos contaminados de iniqüidade). Em I Crô. 20:6, há menção a certa curiosidade genética de um homem com um dedo extra em cada mão e um artelho extra em cada pé. Belsazar viu uma mão que escrevia palavras enigmáticas na caiadura da parede da sala do banquete (Dan. 5:5). Jesus escreveu alguma coisa na areia, com o dedo, enquanto certos homens acusavam a mulher apanhada em adultério (João 8:6). Tomé um dos apóstolos de Jesus foi convidado a pôr seu dedo sobre os ferimentos cicatrizados das mãos de Jesus, que haviam sido produzidos pelos cravos da cruz (João 20:25,27).

II. Usos Figurados

1. *O dedo de Deus.* Essa expressão indica *o poder de Deus* e a precisão com que ele é capaz de empregá-lo. Quando os mágicos egípcios não puderam continuar duplicando as pragas ide Moisés, reconheceram que naquilo havia *o dedo de Deus.* Em outras palavras, aquilo era algo que somente Deus era capaz de fazer, era um ato divino. O incidente provou a autoridade de Arão e Moisés. Lemos em Deu. 9:10 que os dez mandamentos foram escritos pelo dedo de Deus. Os céus foram feitos pelos dedos de Deus (Sal. 8:3). Algo tão maravilhoso como isso requereu todos os seus dedos. O poder que Jesus tinha de expulsar os espíritos malignos é referido como o dedo de Deus, em Lucas 11:20. O paralelo de Mateus diz «Espírito», sendo provável que uma coisa interprete a outra. Seja como for, o poder de Deus para fazer algo específico e de modo eficaz, está em vista.

2. O «dedo que ameaça», em Isaías 58:9, refere-se ao uso dos dedos, em gesticulação, durante alguma conversa, talvez dando a entender que alguém apontava o dedo em direção dos humildes e piedosos.

3. A grossura «de quatro dedos» indica uma medida (ver Jer. 52:21). Tal medida era tomada com a mão espalmada, na largura maior dos quatro dedos da palma da mão, sem o polegar, o que dá uma média de 7,5 cm. Ver o artigo separado sobre *Quatro Dedos.*

4. Reoboão, filho de Salomão, taxou pesadamente o povo de Israel e ainda vangloriou-se de que seu dedo mínimo (com o qual, figuradamente, exercia pressão) era mais grosso que a cintura de seu pai (I Reis 12:10).

5. Os fariseus costumavam impor pesadas cargas ao povo, mas não ajudavam a quem quer que fosse, nem com um dedo, o que aponta para a indiferença para corn as exigências morais e religiosas que eles mesmos impunham (Mat. 23:4).

6. *O dedo faz parte integral da mão,* apesar de ser uma entidade separada. Por causa dessa circunstância, tenho usado a figura do dedo, no tocante à mão, na tentativa de explicar a relação entre o juízo de Deus e a mão de Deus. Essas idéias não são contraditórias, da mesma maneira que um dedo não contradiz a sua própria mão, e nem faz oposição à mesma. Consideremos esta frase: «O julgamento divino é um dedo da mão amorosa de Deus». Isso significa que o juízo é um instrumento do amor de Deus. O juízo divino haverá de realizar alguma coisa. É mister que esse juízo seja remedial, e não apenas punitivo, conforme também se aprende em I Pedro 4:6.

7. *A doutrina oriental do superego,* que supõe que o superego humano pode encarnar-se em mais de um lugar ao mesmo tempo, emprega a comparação entre um dedo e a sua mão. A mão representa o superego, a entidade espiritual humana verdadeira. Os dedos da mão representam diversas encarnações alegadas, que teriam lugar ao mesmo tempo. Porém, há uma unidade essencial entre todos os dedos e a sua respectiva mão. Portanto, o superego pode obter informações da parte de várias vidas ao mesmo tempo, enquanto preserva a sua unidade essencial, a despeito do fato de que vários corpos possam ser usados por ele, ao mesmo tempo.

8. *Os estudos clínicos sobre os sonhos* têm demonstrado que qualquer objeto pontudo, incluindo um dedo, pode representar o pênis.

DEDO DE DEUS

Ver o artigo sobre **Dedo,** II. 1.

DEGRAU, GRAU (Ver também sobre Escada)

Há uma palavra hebraica e uma palavra grega envolvidas, a saber:

1. *Maalah,* «subida». Essa palavra hebraica é usada por quarenta e cinco vezes, com o sentido de «graus» como se vê, por exemplo, em II Reis 20:9,10,11; Salmos 120-134 (no título); Isa. 38:8.

2. *Bathmós,* «degrau», «subida». Palavra grega usada somente em I Tim. 3:13.

O Relógio de sol. Não conhecemos a natureza exata do relógio de sol de Ezequias; mas, por meio desse relógio, fazendo a sombra retroceder dez graus o Senhor concedeu a Ezequias o prolongamento de sua vida física (II Reis 20:8-10; ver também Isa. 38:8).

Cânticos dos Degraus. Há quinze salmos (120 a 134) onde aparecem essas palavras no título de cada um deles. Contudo, a expressão é muito vaga, impedindo que os intérpretes concordem sobre o seu significado. Alguns supõem que está em foco o estilo específico com que esses salmos foram escritos. As palavras finais da sentença anterior com freqüência são reiteradas no começo da sentença seguinte, produzindo uma espécie de subida, ou degrau. Ver Sal. 121:4,5 e 124: 1,2, e também os versículos 3 e 4 do mesmo salmo. Outros estudiosos supõem que a palavra degrau (em nossa versão portuguesa, «romagem») refere-se aos quinze degraus que conduziam do átrio das mulheres ao átrio dos homens, no templo de Jerusalém. Supõe-se que em cada um desses degraus era entoado um desses salmos. Ainda outros eruditos supõem que esses salmos eram usados pelos peregrinos que os entoavam enquanto subiam a Jerusalém, cada um deles assinalando, por assim dizer, um estágio da viagem. Quatro desses salmos são atribuídos a Davi, um a Salomão, enquanto que o restante é anônimo.

Justa Preeminência. Em I Timóteo 3:13 aparece essa expressão, ao passo que no grego encontramos a expressão *bathmòn kalòn,* «boa posição», «boa subida», «boa promoção». Essa expressão grega é usada para designar uma subida espiritual. O crente pode subir ou descer em sua posição espiritual. Isso depende do uso correto dos meios espirituais de desenvolvimento, que são: a leitura da Bíblia e de outros livros úteis para a iluminação espiritual. Esse método treina a mente quanto às verdades espirituais. A oração e sua irmã gêmea, a meditação. Ver os artigos separados sobre esses dois assuntos. A santificação (que vide) é um fator necessário à realização espiritual. A prática da lei do amor (o padrão de toda a espiritualidade), vinculada às boas obras, não pode ser omitida pelo homem espiritual. Além disso, há o toque místico, a possessão e o emprego dos dons espirituais, o uso da meditação, e das experiências místicas, que iluminam e encorajam o crescimento espiritual.

DEÍSMO

Esboço:

I. Definições Básicas
II. Ateísmo Prático
III. Contribuições Principais
IV. Críticas

Ver o artigo separado sobre os *Cinco Pilares do Deísmo.* Essas cinco doutrinas foram sugeridas por Herbert Cherbury (que vide). Elas são as seguintes: 1. A existência de um Ser supremo. 2. Ele é digno de ser adorado. 3. Precisamos de santidade para nos relacionarmos com ele 4. O arrependimento expia pelo pecado. 5. Nossas obras precisam ser galardoadas ou punidas, além da morte biológica. Popularmente, o deísmo e o teísmo algumas vezes aparecem como sinônimos; porém, no uso filosófico, esses dois conceitos são claramente distinguidos um do outro.

I. Definições Básicas

A palavra vem do latim **deus,** «deus». Os socinianos (que vide) introduziram o termo no século VI. Porém, veio a ser aplicado a um movimento dos séculos XVII e XVIII, que enfatizava que o conhecimento sobre questões religiosas e espirituais vem através da razão, e não através da revelação, que sempre aparece como suspeita e como instrumento de fanáticos e de pessoas de estabilidade mental questionável.

1. Essa circunstância outorga-nos a característica básica do *deísmo:* um conhecimento adquirido através da razão, e não através da revelação. A isso chamamos de religião *natural,* em contraste com a religião *sobrenatural.*

2. O termo *deísmo* também é usado para aludir à idéia de que existe uma *primeira causa,* que podemos chamar de *deus,* mas que não é intrinsecamente perfeita ou completa, e nem é o objeto apropriado de nossa adoração.

3. Na filosofia, o termo é usado em contraste com o *teísmo* (que vide). Nesse caso, afirma que houve um deus ou força cósmica de algum tipo que deu origem à criação, mas que, ato contínuo, abandonou a sua criação, deixando-a entregue ao controle das leis naturais. Assim sendo, Deus não teria qualquer interesse por sua própria criação, não intervindo, nem galardoando e nem castigando. Isso significa que Deus está divorciado de sua criação. Em contraste, o teísmo ensina a presença de Deus na criação, intervindo, galardoando e punindo. O homem é responsável diante dos princípios divinos, e será devidamente galardoado ou punido, segundo suas ações; mas, de acordo com o deísmo, isso dar-se-ia por meio de leis naturais, as quais, para todos os propósitos práticos, tornam-se uma divindade substituta.

II. Ateísmo Prático

É muito difícil pensarmos nas leis naturais como uma divindade. Se elas são o nosso deus, então, apesar de existir um Ser Supremo, para todos os propósitos práticos, vivemos como ateus. Os deístas da Inglaterra, nos séculos XVII e XVIII, atacaram as chamadas *religiões reveladas,* especialmente o cristianismo. Eles asseveravam que as supostas revelações do Antigo e do Novo Testamentos são, na realidade, uma coleção de livros fabulosos e sem autenticidade. Lord Herbert de Cherbury (que vide; 1583-1648) tem sido chamado de «pai do deísmo».

Apresentamos os cinco pilares ou doutrinas do deísmo, na declaração introdutória do artigo sobre o *Deísmo.* Contudo, ele era menos radical do que os deístas que se seguiram, pois ele insistia principalmente sobre a religião natural, através da *lumen naturae*, a luz da natureza, como o modo de se tomar conhecimento das verdades religiosas, em vez da revelação. — Os deístas mais extremados foram Thomas Morgan, Thomas Chubb e Thomas Woolston. É curioso que todos os três se chamassem Thomas, mas o mais provável é que tudo foi mero acaso. Outros deístas de nota foram John Toland e Matthew Tindal. Este último despertou especial atenção por causa de seus ataques contra o bispo Butler (que vide). Seus escritos mais bem conhecidos foram *Christianity as Old as the Criation e The Gospel, a Republication of the Religion of Nature.*

III. Contribuições Principais

Os homens que criaram o movimento deísta não foram eruditos de nome em qualquer sentido. Não obstante, prestaram um bom serviço ao exigirem a liberdade de pensamento e de expressão, bem como o direito de criticar. Sem esses elementos é muito difícil os homens crescerem intelectualmente, e a busca pela verdade é cortada pelas raízes. Há muitas mentes fechadas, muitas portas fechadas nas igrejas e denominações evangélicas. A verdade não precisa que edifiquemos cercas ao seu derredor. John Toland (que vide) argumentava em favor da natureza razoável do cristianismo, contanto que não insistamos rigidamente sobre cada uma de suas doutrinas (incluindo a doutrina da revelação), tendo declarado: «A verdade é a minha única ortodoxia». Sinto-me inclinado a apoiar essa declaração porquanto ela demonstra um genuíno interesse pela obtenção da verdade, a despeito das limitações de busca que outras pessoas nos impõem, apesar de não concordar com a posição do deísmo.

IV. Críticas

1. Sabemos que Deus revelou-se através da natureza e da razão. A verdade chega até nós de muitas maneiras, e não apenas através da revelação. Também sabemos que a revelação, bem como todos os demais modos de comunicação da verdade, é parcial e sujeita a erro, devido aos veículos humanos empregados, porque tudo quanto passa pelo homem será eivado de imperfeições humanas. Não obstante, o cristianismo mantém-se de pé ou cai juntamente com a revelação; e outro tanto pode ser dito acerca do judaísmo. Portanto, apesar de admitirmos outros modos de comunicação da verdade, parece insensatez sacrificar uma genuína avenida de conhecimento, como é a revelação. Outrossim, a revelação (que vide) é o principal meio de comunicação espiritual, acima da intuição, do raciocínio e dos sentidos.

2. O movimento deísta presta-se a exageros. Refere-se em termos desprezadores às Escrituras, e não podemos ver nisso qualquer sentido. Nesse ataque há um certo espírito amargo, que jamais nos poderá conduzir à verdade.

3. O deísmo produziu alguns membros radicais, como Thomas Woolston, que exagerou no uso do método alegórico de interpretação, rejeitando tanto o ofício profético quanto a realidade dos milagres. Esse tipo de ceticismo (que vide) não nos leva muito perto da verdade. O bispo Butler (que vide) defendia o elemento miraculoso da religião cristã, procurando contra-atacar o deísmo quanto a esse e a outros particulares.

4. A obra de John Toland, *Christianity not Mysterious,* mostrou ser uma espécie de meio termo na direção do panteísmo. Alguns deístas terminam como virtuais ateus. Anthony Collins negava, de modo peremptório, a validade do cristianismo. O seu *Discourse on Free-thinking* (1713) fez a expressão «livre-pensamento» tornar-se um virtual sinônimo de ceticismo, ou mesmo de ateísmo. Mas isso é um abuso da linguagem. Precisamos de livres-pensadores no sentido positivo da palavra, que verdadeiramente, sem ceticismo e sem amargor de espírito, tenham *a verdade* como a sua única ortodoxia.

5. *Voltaire* (que vide), o deísta francês, foi muito influenciado por seus pares ingleses. Ele, como homem de eloqüência incomum que era, poderia ter comandado um exército em favor do bem. Poderia ter sido achado na frente da batalha; mas, por causa de seu ceticismo e amargor, retrocedeu ao ponto de perder-se de vista. (AM C E P WA)

DELAÍAS

No hebraico, «liberto por Yahweh». Outros estudiosos preferem pensar no sentido «o Senhor atraiu». Há três personagens e uma tribo com esse nome, nas páginas do Antigo Testamento:

1. O pai de Semaías, filho de Meetabeel (Nee 4:10). Viveu em torno de 410 A.C.

2. Um filho de Semaías, um dos príncipes dos dias do rei Jeoaquim (Jer. 36:12,25). Viveu em torno de 600 A.C.

3. Um sacerdote e líder do vigésimo terceiro turno, no serviço do templo de Jerusalém (I Crô. 24:18). Viveu em torno de 1014 A.C.

4. Nome tribal dos descendentes de Delaías, que se encontravam entre aqueles que retornaram do cativeiro babilônico em companhia de Zorobabel (Esdras 2:60; Nee. 7:62). Viveu em cerca de 536 A.C. Eles encontraram certa dificuldade para provar que eram verdadeiros israelitas, por motivo de genealogias.

DENTE(S)

No hebraico, **shen,** «dente», «marfim», «afiado». Com o sentido de *dente* aparece por quarenta e quatro vezes, incluindo as três vezes em que aparece como palavra aramaica. Para exemplificar: Gên. 49:12; Êxo. 21:24,27; Lev. 24:20; I Sam. 2:13; Jó. 4:10; 13:14; 41:14; Sal. 3:7; 35:16; Pro. 10:26; Can. 4:2; Jer. 31:29,30; Dan. 7:5,7,19; Joel 1:6; Amós 4:6; Zac. 9:7. No grego, *odoús,* «dente». Esse vocábulo é usado por onze vezes: Mat. 5:38 (citando Êxo. 21:24); 8:12; 13:42,40; 22:13; 24:51; 25:30; Mar. 9:18; Luc. 13:28; Atos 7:54; Apo. 9:8.

1. *Usos Literais.* O termo hebraico *lechi* é usado para indicar tanto o maxilar humano quanto a queixada dos animais (Sal. 3:7; do asno, Juí. 15:15-17; do leviatã, Jó 41:14). Embora *shen* fosse o termo geral para significar «dentes», para indicar os molares ou os dentes de animais de maior porte, era usada uma outra palavra hebraica, a saber, *methalleoth,* conforme se vê em Jó 29:17; Sal. 47:4; Pro. 30:14; Joel 1:6.

2. *Usos Figurados.* a. A *lex talionis,* que impunha uma retribuição de acordo com a gravidade da ofensa (taiionis significa «de tal»), é expressa na Bíblia pela expressão «Mas se houver dano grave, então darás vida por vida, olho por olho, dente por dente, mão por mão, pé por pé, queimadura por queimadura, ferimento por ferimento, golpe por golpe» (Êxo. 21:23-25; ver também Lev. 24:20; Deu. 19:21). Jesus, porém, proibiu a vingança privada, recomendando a não-resistência, em vez de se requerer à retribuição a altura da ofensa sofrida. Essa é uma lei moral à qual os homens não têm dado muita atenção,— e nem são capazes de cumpri-la por muitas vezes. b. Quando os dentes são «brancos de leite» (Gên. 49:12), isso indica abundância de leite e de provisões. c. O envio de «dentes de feras» (Deu. 32:24) aponta para uma das vinganças divinas contra a desobediência do povo. d. Os dentes «dos leõezinhos» que se quebram (Jó 4: 10) apontam para a idéia de que a providência divina — falha em manter vivos os animais ferozes. e. O «ranger os dentes» (Jó 16:9; Sal. 35:16; Lam. 2:16; Mat. 8:12, etc.), indica a atitude de desespero, de sofrimentos no julgamento divino, etc. f. Tomar «a carne nos dentes» aponta para algo similar, como quem remorde a própria carne (Jó 13:14; ver também Apo. 16:10). g. A «pele dos dentes», Sem dúvida, refere-se às gengivas, ou então a pele do queixo, que pode ser afetada por alguma enfermidade (Jó 19:20). h. Ter os dentes «quebrados na boca» aponta para a desgraça enviada por Deus contra seus inimigos (Sal. 58:6). i. Pode haver alusão à beleza quando se fala em dentes «como o rebanho das ovelhas recém-tosquiadas», em Can. 4:2 e 6:6. j. Ter os dentes «quebrados com pedrinhas de areia» refere-se a algum grande desapontamento ou derrota (Lam. 3:16). l. «Dentes de ferro» indica algum grande poder destruidor (Dan. 7:1,19). m. Os «dentes limpos», referidos em Amós 4:6, falam sobre a fome prolongada, por falta de víveres.

Os Dentes nos Sonhos e nas Visões

1. Dentes frouxos indicam alguma enfermidade ou dificuldade. 2. O ato de nascer os dentes indica a atividade sexual. 3. Dentes que caem são um símbolo universal da morte física. Mas, visto que os dentes de leite, da primeira dentição, caem automaticamente, dentes que caem também podem indicar o processo de amadurecimento, em que a pessoa assume maiores responsabilidades, etc. 4. A ausência de dentes (uma condição comum nas pessoas de idade avançada) indica o temor do envelhecimento, alguma enfermidade; ou, no caso de pessoas jovens, a ansiedade para atingir a idade adulta. 5. Uma mulher que sonha com gengivas inchadas está preocupada ante a possibilidade de ficar grávida. 6. Por igual modo, dentes inchados podem indicar a concepção. Nesse caso, a boca simboliza a vagina, e o estômago, o útero. 7. Dentes estragados ou cariados indicam reversões, enfermidades, perdas, perturbações, etc. (CHE UN)

DEPÓSITO

Usos Literais. Toda propriedade guardada por alguém, a pedido de seu dono, podia ser usada, contanto que, chegado o momento da devolução, ela estivesse em boas condições. Segundo a lei mosaica, essa propriedade consistia no seguinte: 1. dinheiro ou mercadorias; 2. animais, como bois, asnos, ou ovelhas (Êxo. 22:7,13; Lev. 6:5,6). Foram baixadas leis específicas para governar a questão dos depósitos. Aquele a quem alguma coisa era entregue para ser guardada como depósito, era o responsável por essa coisa. Aqueles que se mostrassem irresponsáveis quanto a isso, tinham de pagar por qualquer dano sofrido pelo proprietário.

No tesouro do templo guardava-se o dinheiro doado ao Senhor, para ser usado com propósitos sagrados. No terceiro capítulo de II Macabeus, lemos como o emissário Heliodoro, enviado por Seleuco, tentou confiscar o dinheiro existente nesse tesouro. O sumo sacerdote tentou fazê-lo mudar de idéia, salientando que muitos pobres e viúvas haviam contribuído para aquele tesouro.

Usos Figurados. Cada indivíduo recebeu certas habilidades e uma missão a cumprir. Cada pessoa tem um depósito ímpar que precisa guardar e utilizar. Ver as notas sobre Apo. 2:17, no NTI, quanto a uma explicação dessa doutrina, que ali é simbolizada pela pedrinha branca, com um novo nome inscrito. O trecho de I Timóteo 6:20 relembra Timóteo do *depósito* que ele havia recebido, uma missão a ser cumprida no ministério do evangelho.

DEPÓSITO (ADEGA)

Essa é tradução da palavra **otsar,** que aparece no Antigo Testamento hebraico por setenta e oito vezes, e que nossa versão portuguesa traduz, principalmente, como «tesouro», mas que em I Crô. 27:27, ela traduz por «adegas», embora, já no versículo seguinte, onde aparece a mesma palavra hebraica, a tradução seja «depósitos». Como estamos vendo, trata-se mais de uma interpretação do que de uma tradução. Contudo as escavações. arqueológicas em Gibeom revelaram adegas feitas na rocha, provendo um ambiente mais frio e úmido que o normal, indicando que não se tratava de um armazém comum, mas, provavelmente, de uma adega, para armazenamento de vinho.

Algumas versões, em Lucas 11:33, traduzem a palavra grega *krýpte* por «adega». Mas esse vocábulo significa «oculto» ou «lugar escondido», conforme o faz nossa versão portuguesa. Ali, a lição espiritual é que um lugar assim escondido dificilmente é o lugar onde alguém acenderá uma lâmpada para iluminar a sua casa, dando a entender que o crente não deve ocultar a sua profissão cristã, mas antes, deve torná-la pública, para que os homens vejam sua vida correta, e assim glorifiquem a nosso Pai celestial. A vida de cada homem deveria ser como uma lâmpada. Em caso contrário, haverá algo de muito errado na sua espiritualidade.

DESCANSO

Entre as diversas palavras hebraicas geralmente traduzidas por "descanso", destaca-se uma, mais comumente usada, que significa exatamente isso, "descanso". No grego temos *anápausis* e *katápausis,* "descanso", "cessação do labor", "refrigério". A Bíblia menciona com freqüência a idéia de descanso. O primeiro a dar o exemplo foi o próprio Deus, no sétimo dia da criação (ver Gen. 2:2,3). O descanso é uma recompensa dada por Deus ao homem, pelo seu trabalho. O descanso é um tônico para os cansados, um alívio do trabalho árduo. Restaura e refrigera o corpo, a mente e a alma das muitas preocupações.

1. *Descanso físico.* O descanso é uma instituição divina, uma lei natural, uma necessidade humana.

a. Deus ordenou para o homem o trabalho (Gên. 2:15) e o descanso. O ciclo dia-noite visa exatamente a isso. Além disso, Deus ordenou que o homem descansasse a cada sete dias (Êxo. 23:12 e 31:15). Isso incluía os animais e os estrangeiros que estivessem na Terra Santa. Houve até mesmo um ano sabático, ou cada sete anos, no qual a terra teria descanso (Êxo. 23:10 s; Lev. 25:1-7).

b. Sabemos que o descanso do sono restaura as energias e refaz os tecidos. Há muitas alusões a esse descanso físico, como o de Jacó (Gên. 28:11), o dos filhos de Israel, ainda no Egito (Êxo. 5:5), dos profetas e apóstolos (Mar. 6:31), Elias (I Reis 19:4). A mulher sunamita preparou um quarto de hóspedes especial para Eliseu (II Reis 4:11). Até acerca de Jesus é dito que ele descansou (João 4:6 e Mar. 4:38). Paulo teve momentos sem descanso (II Cor. 7:5) e momentos de descanso. Há ocasiões de descanso do trabalho (Pro. 6:9) e da vigília (Mat. 26:45).

2. *Descanso social.* As comunidades, tribos e nações também precisam descansar, como de períodos agitados, revoluções, ataques de inimigos, etc. Os israelitas desejavam descanso, na Terra Prometida, após longos anos vagueando pelo deserto e em conflitos armados (Deu. 12:9 s). No tempo dos Juízes, a terra descansou por dezenas de anos dos assédios de povos inimigos (Juí. 3:11,30, etc.). Davi, apesar de ser um guerreiro, obteve paz e descanso antes de morrer, e Deus prometeu-lhe que Salomão governaria em paz (I Crô. 22:8 s. e 18). Lemos que durante o reinado de Asa, «a terra esteve em paz dez anos» (II Crô. 14:1).

3. *Descanso espiritual.* O descanso natural é apenas um símbolo do estado final de bem-aventurança.

a. Começa por oferecimento de Jesus: «Vinde a mim todos os que estais cansados e sobrecarregados, e eu vos aliviarei. Tomai sobre vós o meu jugo, e aprendei de mim, porque sou manso e humilde de coração; e achareis descanso para as vossas almas» (Mat. 11:28,29). O próprio crente, ocasionalmente pode sentir-se aflito, necessitado de descanso, como foi o caso de Jó, em sua miséria (Jó 3:26). Os endemoninhados não conhecem descanso (Mar. 5:1-5 e Luc. 11:24).

b. O céu é o lugar de descanso de Deus. (Atos 7:49). E o será para os remidos: «Bem-aventurados os mortos que desde agora morrem no Senhor. Sim, diz o Espírito, para que descansem das suas fadigas, pois as suas obras os acompanham» (Apo. 14:13). E, logo em seguida, temos alusão à ceifa, o arrebatamento dos salvos (Apo. 14:14-16). Acerca dos israelitas incrédulos, porém, Deus disse: «Por isso jurei na minha ira: Não entrarão no meu descanso» (Sal. 95:11). Espiritualmente, pois, a incredulidade impede o descanso; e, contrariamente, a fé nos faz entrar no descanso espiritual. «Nós, porém, que cremos, entramos no descanso...» (Heb. 4:3). Quando lemos que «resta um repouso para o povo de Deus» (Heb. 4:9), não está em pauta o descanso de um dia de sábado. Os crentes já entraram no repouso espiritual, em seus espíritos; agora falta-lhes o descanso celestial.

DESDE DÃ ATÉ BERSEBA

Dã localizava-se no extremo norte do antigo Israel, enquanto que a cidade de Berseba ficava ao extremo sul, pelo que a expressão tornou-se proverbial, indicando a «extensão inteira da Terra Prometida, de norte a sul». Ver Juí. 20:1; I Sam. 3:20; II Sam. 17:11.

DESEJADO DAS NAÇÕES

Essa expressão encontra-se em Ageu 2:7. Mas, nossa versão portuguesa prefere dizer «as cousas preciosas de todas as nações», o que está alicerçado sobre a Revised Standard Version, que diz «tesouros de todas as nações», com o comentário, logo em seguida, de que Deus encheria a casa (o templo de Jerusalém) de esplendor. Nesse caso a palavra «desejado» aponta para aquilo que é de elevado preço. O contexto refere-se a um tempo em que a glória de Israel seria maior que a do templo de Zorobabel, erigido após o cativeiro babilônico. Muitos judeus ficaram desapontados com esse templo, porquanto não podia comparar-se com o esplendor do templo de Salomão. Mas o profeta Ageu, olhando para o futuro, foi capaz de divisar uma glória maior, preciosa, que todas as nações haveriam de desejar. A referência primária parece ser a um templo futuro, ao qual os povos das nações trariam suas *oferendas,* a fim de enriquecê-lo ainda mais. O trecho de Ageu 2:22 evidentemente refere-se simbolicamente a Zorobabel, como se ele fosse o Messias, do mesmo modo que Zacarias 6:12 faz com Josué. A passagem de Ageu 2:7 provavelmente refere-se ao aparecimento dos líderes gentílicos, e não ao Messias. Seja como for, esses líderes viriam adorar durante a era messiânica, pelo que essa predição é considerada messiânica.

Outros intérpretes fazem o próprio Messias ser o «desejado», idéia que está por detrás da tradução comum desse trecho de Ageu. Mas, a tradução mais correta, segundo muitos estudiosos pensam, é aquela que fala em «tesouros», e não em um «desejado». A Septuaginta dá apoio ao plural, mas as versões Vulgata e Siríaca do Antigo Testamento retêm o singular. Os comentadores judeus dessa passagem também favorecem o singular. Tudo isso mostra que a questão é difícil de resolver.

DESEJAR Ver também **Desejo**.

Há várias palavras hebraicas e gregas envolvidas neste verbete, a saber:

1. *Avah,* «desejar». Verbo hebraico usado por vinte e seis vezes, como, por exemplo, em I Sam. 2:16; II Sam. 3:21; I Reis 11:37; Jó 23:13; Sal. 132:13,14; Pro. 21:10; Isa. 26:9; Miq. 7:1.

2. *Chamad,* «desejar», «ter prazer em». Verbo grego usado por vinte vezes, como, por exemplo, em Êxo. 34:24; Deu. 5:21; 7:25; Jó 20:20; Sal. 68:16; Pro. 12:12; Isa. 1:29; 53:2.

3. *Chapets,* «desejar», «ter prazer em». Palavra hebraica empregada por mais de setenta vezes, como em Nee. 1:11; Jó 13:3; 21:14; 33:32; Sal. 34:12; 40:6; 51:6,16; 70:2; 73:25; Jer. 42:22; Osé. 6:6.

4. *Chashaq, «deleitar-se* em», «apegar-se a». Palavra hebraica usada por sete vezes; como, por exemplo, em I Reis 9:19; II Crô. 8:6; Deu. 7:7; Sal. 91:14.

5. *Thélo,* «querer», «desejar». Verbo grego que figura por duzentas e dez vezes, desde Mat. 1:19 até Apo. 22:17. É o verbo grego mais usado com esse sentido.

6. *Epipothéo,* «desejar muito». Verbo grego usado por nove vezes: Rom. 1:11; II Cor. 5:2; 9:14; Fil. 1:8; 2:26; I Tes. 3:6; II Tim. 1:4; Tia. 4:5; I Ped. 2:2.

7. *Orégomai,* «estender os braços para». Verbo grego usado por três vezes: I Tim. 3:1; 6:10 e Heb. 11:16.

8. *Epithuméo,* «desejar apaixonadamente». Verbo grego que figura por dezesseis vezes: Mat. 5:28; 13:17; Luc. 15:16; 16:21; 17:22; 22:25; Atos 20:33; Rom. 7:7; 13:9 (citando Êxo. 20:15,17); I Cor. 10:6; Gál. 5:17; I Tim. 3:1; Heb. 6:11; Tia. 4:2; I Ped. 1:12; Apo. 9:6. O substantivo *epithumía,* ocorre por trinta e oito vezes, de Marc. 4:19 até Apo. 18:14.

Os desejos podem ser positivos e negativos, bons ou maus. Um desejo pode ser apenas isso, mas pode tornar-se uma paixão. O extremo desejo por bens materiais chama-se cobiça. Nesta enciclopédia há um artigo especial sobre a *Cobiça,* por tratar-se de um dos pecados cardeais. Há um tipo de desejo que provoca ciúmes, quando o objeto desejado pertence a outrem. Ver o artigo separado sobre o *Ciúme.* No hebraico usava-se uma maneira gráfica de aludir aos desejos, ou seja, como os quereres e pedidos da *nephesh,* a alma. (Ver Deu. 14:26. Na verdade, alguns desejos são tão intensos que envolvem a própria alma). O desejo pode ser um anelo da alma (II Sam. 3:21). Uma outra expressão hebraica gráfica aparece em Núm. 11:4,6, que, literalmente traduzida, diz «desejar um desejo», embora não apareça assim em nossa versão portuguesa. O décimo mandamento tem por intuito impedir esse forte tipo de desejo (Êxo. 20:17). Esses desejos descontrolados podem ser prejudiciais para uma comunidade inteira, e não apenas para um indivíduo (Jer. 6:13-15).

No Novo Testamento há varias aplicações específicas, muito instrutivas, da idéia de desejo. Sempre haverá algum problema, entre os homens, envolvendo dinheiro. Em primeiro lugar, há necessidades básicas que provocam os nossos desejos (Mat. 6:25). A *ansiedade* é um pecado, mesmo quando diz respeito às nossas necessidades mais básicas, porquanto contradiz a fé no Senhor. Jesus declarou que o homem não vive de pão somente (Mat. 4:4) e Deus sabe de todas as nossas necessidades, estando resolvido a supri-las (Mat. 6:33,34). Muitas pessoas têm mais do que o suficiente; mas vivem querendo mais e mais. Algumas pessoas cobiçam abertamente as riquezas materiais, o que é diretamente condenado, segundo se vê em I Timóteo 6:9. No vs. 10 do mesmo capítulo lemos que o «amor ao dinheiro» é raiz de todos os tipos de males. E também há o fortíssimo desejo sexual, que a Bíblia ensina ser legítimo dentro dos limites do matrimônio (I Cor. 7:2-6), mas que de outro modo é pecaminoso, como nos casos de adultério (Mat. 5:28). As paixões precisam ser crucificadas juntamente com Cristo (Col. 3:5 *ss).* Essas paixões são malignas (Pro. 21:10), impuras (Rom. 1:24), satânicas (João 8:44), escravizadoras (Tito 3:3), tentadoras (Tia. 1:14,15), pecaminosas (Rom. 13:14; I Ped. 4:2,3). A inveja e a ganância são difíceis de satisfazer (Pro. 27:20; Ecl. 5:10). No sétimo capítulo da epístola aos Romanos, Paulo descreveu graficamente como os desejos conflitantes rasgam a alma, dividindo-a em sua lealdade, voltando-se ela ora para o bem, ora para o mal.

Os Bons Desejos. Há aquele desejo amoroso que se desenvolve entre duas pessoas de sexo diferente, e que realmente se amam. Esse tipo de amor é ilustrado supremamente no livro Cantares de Salomão. Esse amor é físico e espiritualmente orientado, e esses dois aspectos não são necessariamente opostos. Também há aquele hígido desejo de realizar um bom trabalho, o que faz parte da missão de uma pessoa. Salomão, ao desejar construir o templo de Jerusalém, serve de boa ilustração desse princípio. Ver I Reis 9:1. O Espírito Santo, que vem residir no crente, confere-lhe desejos espirituais que o inclinam para a piedade, que guerreia contra os desejos da natureza pecaminosa (Gál. 5:17; Rom. 8:9). O desejo expresso do Senhor é que os homens sejam inquiridores da verdade e da retidão; e Deus não quer que alguém pereça (Sal. 40:6; 51:6. Osé. 6:6; II Ped. 3:9). Deus concede aos mansos e justos o que eles desejam (Pro. 10:24; Sal. 10:17), bem como àqueles que nele se deleitam (Sal. 37:4).

DESEJO Ver também **Desejar.**

O termo grego assim traduzido é **epithumia,** «cupidez», que ocorre por trinta e oito vezes: Mar. 4:19; Luc. 22:15; João 8:44; Rom. 1:24; 6:12; 7:7,8; 24:14; Gál. 5:16,14; Efé. 2:3; 4:22; Fil. 1:23; Col. 3.5; I Tes. 2:17; 4:5; I Tim. 6:9; II Tim. 2:22; 3:6; 4:3; Tito 2:12; 3:3; Tia. 1:14,15; I Ped. 1:14; 2:11; 4:2,3; II Ped. 1:4; 2:10,18; 3:3; I João 2:16,17; Jud. 16:18. Apo. 18:14. O verbo, *epithuméo,* aparece por dezesseis vezes: Mat. 5:28; 13:17; Luc. 15:16; 16:21; 17:22; 22:15; Atos 20:33; Rom. 7:7; 13:9 (citando Êxo. 20:15,17); I Cor. 10:6; Gál. 5:17; I Tim. 3:1; Heb. 6:11; Tia. 4:2; I Ped. 1:12; Apo. 9:6.

O vocábulo grego é neutro, referindo-se a qualquer apetite legítimo, ou a qualquer desejo negativo, neste caso, geralmente com alguma conotação sexual. A palavra foi usada em sentido positivo, para exemplificar, ao aludir ao anelo que Jesus sentia por participar da última páscoa, com os seus discípulos (Luc. 22:15). Em Romanos 7:7,8, algumas traduções traduzem essa palavra por «cobiça», conforme se vê, igual-

mente, em nossa versão portuguesa. O termo grego refere-se a alguma forma de disposição pecaminosa, alguma perversão e exagero dos desejos. Em Col. 3:5 e I Tes. 4:5, encontramos a conotação sexual. Ver os artigos sobre a *Fornicação* e sobre o *Adultério*.

DESENVOLVIMENTO ESPIRITUAL, MEIOS DO

O Uso dos Meios de Desenvolvimento Espiritual

Como podem a morte e a vida de Cristo serem realizadas em nós? Existem meios pelos quais cultivamos o desenvolvimento espiritual:

1. A oração (que vide) que é o contacto do homem com Deus.

2. A meditação que é o contacto de Deus com o homem (ver Efé. 1:18 e *ss*).

3. A santificação (que vide). *O* desenvolvimento espiritual sem isso é apenas um mito.

4. A prática das boas obras, mediante o que se vive a lei do amor(ver I João 4:7,8), porquanto o amor é a prova da espiritualidade o produto do novo nascimento.

5. O emprego dos dons espirituais, inspirado pelo amor (ver I Cor. 12 e 14 e Efé. 4:11 e *ss*), o toque místico.

6. O estudo das Escrituras, o aprendizado profundo das verdades espirituais, mediante a Bíblia e a literatura que encoraja a espiritualidade.

7. Aquele que diligentemente praticar todos esses meios, será um gigante espiritual.

DESERTO

Nos países do Oriente, as grandes planícies geralmente estão sujeitas a prolongadas secas e conseqüentemente, à esterilidade. A esterilidade prolongada produz os desertos. Os hebreus contavam com vários vocábulos para nomear esses lugares; essas palavras são intercambiáveis, e as traduções as têm confundido de tal modo que não podemos estar certos quando está em vista, ou não, um verdadeiro deserto. Há quatro palavras hebraicas e uma palavra grega que precisam ser levadas em conta:

1. *Midbar,* «pasto». Palavra usada por duzentas e cinqüenta e sete vezes no Antigo Testamento, que tem sido traduzida como «pastagem» (Êxo. 3:1; 5:11) ou «deserto» (Gên. 14:5). Também era palavra aplicada à região entre a Palestina e o Egito, incluindo o Sinai (Núm. 9:5). Com o artigo definido temos «o deserto da Arábia» (I Reis 9:18), quando então estamos tratando com um autêntico deserto. Terras de pastagem, com circunstâncias climáticas adversas, podem tornar-se desertos, o que explica a conexão entre o vocábulo e o uso do mesmo. A idéia de esterilidade com freqüência se faz presente (Gên. 14:6; 16:7; Deu. 11:24. Ver também Deu. 32:10; Jó 24:5; Isa. 21:1 e Jer. 25:24, onde algumas versões dizem «deserto»).

2. *'Arabah,* que significa, literalmente, «esterilidade», e que com freqüência é palavra traduzida por «deserto». — Porém, parece que, originalmente, referia-se a uma planície, um extenso território. A porção plana do vale do Jordão tinha esse nome estendendo-se até as margens do mar Vermelho (Deu 1:1; 2:8; Jos. 12:1). Novamente, por causa de condições climáticas adversas, essas extensas planícies podiam tornar-se verdadeiros desertos, o que explica o uso dessa palavra com esse sentido. No hebraico, uma planície, um lugar estéril, um lugar ermo e um deserto podem ser referidos através da mesma palavra. Essa palavra hebraica ocorre por cinqüenta e sete vezes no Antigo Testamento. Por exemplo: Isa. 25:1,6. 40:3; 41:19; 51:3; Jer. 2:6; 17:6; 50:12; Eze. 47:8.

3. *Yeshimon,* «desolação», «solidão», palavra hebraica usada por sete vezes no Antigo Testamento: Sal. 68:7; 78:40; 106:14; 107:4; Isa. 43:19,20; Deu. 32:10. Essa palavra também podia apontar para um deserto, em vista de sua solidão e desolação. Aparece com o artigo para indicar aqueles lugares desolados de ambos os lados do Mar Morto. Em Núm. 21:20 é usada como um nome próprio, como se fosse a designação de um lugar específico, em algumas traduções (nossa versão portuguesa diz «deserto»).

4. *Chorbah, «desolação».* Palavra hebraica usada por trinta vezes, como em Sal. 102:6; Isa. 48:21; Eze. 13:4. Nesses trechos, as traduções geralmente traduzem essa palavra por «deserto», mas, em Esd. 9:9; Sal. 109:10 e Dan. 9:12, está em foco aquilo que se tornou uma desolação, pelas condições climáticas adversas ou pela atuação humana.

5. No grego, *eremía* e *éremos* aparecem, respectivamente, por quatro e por quarenta e oito vezes, a saber: Mat. 15:33; Mar. 8:4; II Cor. 11:26; Heb. 11:38; Mat. 3:1,3 (citando Isa. 40:3); 4:1; 11:7; 14:13,15; 23:38; 24:26; Mar. 1:3,4,12,13,35,45; 6:31,32,35; Luc. 1:80; 3:2,4; 4:1,42. 5:16; 7:24; 8:29; 9:12; 15:4; João 1:23; 3:14; 6:31, 49; 11:54; Atos 1:20 (citando Sal. 69:26); 7:30,36,38,42 (citando Amós 5:25); 7:44; 8:26; 13:18; 21:38; I Cor. 10:5; Gál. 4:27 (citando Isa. 54:1): Heb. 3:8 (citando Sal. 95:8); 3:17; Apo. 12:6,14; 17:3. Esses termos gregos significam, ambos, «deserto» ou «lugar ermo», ou seja, não somente um verdadeiro deserto, mas também um lugar desabitado ou escassamente habitado. Josefo usou essa palavra para indicar deserto, campina ou lugar ermo (C. *Ap.* 1,89). Em *Anti.* 20,169 ele *usou* a palavra para indicar o deserto da Arábia, e a forma verbal, *eremoo* significa «despovoar», «assolar», conforme se vê em Mat. 12:25; Luc. 11:17; Apo. 17:16; 18:16,19; I Esdras 2:17; II Esdras 12 e Josefo *(Guerras* 2.279; *Anti.* 11:24).

Uso Figurado. Idéias como solidão, tentação e perseguição são referidas por essas palavras (e seus outros possíveis usos). Ver Isa. 27:10; 33:9. As nações que se esquecem de Deus e ignoram os seus caminhos, tornam-se desertos (Isa. 32:15; 35:1), tal como sucedeu a Israel, quando abandonou o seu Deus (Isa. 40:3) .

O Deserto e os Espíritos Malignos.—Supunha-se que os desertos eram os lugares de habitação apropriados para os — espíritos malignos —, os lugares onde eles manifestam mais a sua má influência (Mat. 12:43; Luc. 11:24). Porém, em todo este vasto mundo, nada há de errado com a solidão. Os sentimentos de desolação, que há nos lugares ermos e desérticos, inspiram-nos a pensar neles como lugares onde o mal manifesta-se especialmente.

O Deserto e a Vida. A ciência moderna tem demonstrado que os desertos sustentam muita vida biológica, animal e vegetal. Mas a vida animal geralmente não aparece facilmente ante os olhos dos homens, porquanto os animais que ali vivem escondem-se entre as rochas ou na areia, quando o sol está quente. Oséias percebeu o amor de Deus, expresso em favor de seu povo, no deserto (Osé. 13:5). Débora entoou louvores ao Deus do Sinai e do deserto (Juí. 5:4,5). Portanto, a graça de Deus permeia até mesmo ali. As pessoas que vivem nos desertos ou nas proximidades dos mesmos, dão um valor especial a esses lugares, em seus afetos. O autor desta enciclopédia nasceu perto do grande deserto norte-americano. Por muitas vezes, atravessou de trem o deserto que há entre as cidades de Salt Lake e Los Angeles, durante a primavera, quando havia muita florescência, uma vista muito linda. E o tradutor não pode esquecer a quase despovoada região amazônica, onde passou sua meninice, juventude e boa parte de sua vida adulta, e onde se dá valor à vida humana, muito mais do que nos grandes centros urbanos, por ser ela tão rara. Há algo de encantador nos minúsculos riachos que conseguem sobreviver. Há algo de misterioso nas ravinas e penhascos do deserto, bem como nas florestas virgens, com muitas feras e pouquíssimos seres humanos. Há algo de místico nos lugares desérticos e despovoados do planeta, quando o sol se põe sobre as vastidões arenosas ou recobertas de florestas virgens. Saudades!

DESESPERO

Ver os artigos paralelos sob os títulos **Cinismo, Melancolia, Nihilismo e Pessimismo.** O desespero é o contrário da esperança. A idéia não figura por muitas vezes na Bíblia. Há uma palavra hebraica e uma palavra grega que precisam ser levadas em conta:

1. *Yaash,* «desesperar». Palavra hebraica usada por seis vezes: I Sam. 27:1; Ecl. 2:20; Jó 6:26; Isa. 57:10; Jer. 2:25; 18:12.

2. *Eksaporéomai,* «não ter saída». Palavra grega usada por apenas duas vezes: II Cor. 1:8 e 4:8.

O desespero é o estado onde toda a esperança se perde, quando a pessoa parece não encontrar saída para a sua situação. Embora comum à condição humana, é incompatível com a fé cristã (II Cor. 4:8, onde a palavra é traduzida, em nossa versão portuguesa, por «desanimados»). Em seu amor, Deus faz todas as coisas cooperarem juntamente para o benefício daqueles que estão sendo amoldados à imagem de seu Filho (Rom. 8:28 *ss).* Aproximando-se do desespero, há estados menos intensos, que poderíamos chamar de ansiedade e desânimo. O desespero é uma espécie de abandono de um alvo, quando o espírito humano não mais espera que suceda algo melhor. Por muitas vezes, o suicídio é resultado do desespero; ou então o indivíduo mergulha em condições psicóticas de profunda angústia. Há muitas pessoas que cultivam o desespero mediante o ócio habitual, a busca exagerada pelos prazeres ou o cumprimento pervertido de desejos, que deixam a pessoa vazia. Muitas igrejas pregam uma forma final de desespero quando ensinam que a morte biológica põe fim a toda oportunidade de salvação, e que, após isso, as pessoas só podem esperar um inferno em chamas. Isso representa um desespero espiritual final. Eles se esquecem de que Cristo deixou uma provisão mais ampla do que isso, para a salvação das almas. Em I Pedro 4:6 lemos que Cristo desceu ao hades (que vide), a fim de pregar aos perdidos; e, finalmente, haverá a *restauração* (posto que não a redenção) de todos os seres e coisas, conforme se aprende em Efésios 1:10,23. Ver o artigo sobre a *Restauração.* É um erro pregar um evangelho de completo desespero, embora seja perfeitamente correto pregar o juízo divino segundo sua devida perspectiva. Alguém já disse: «Sempre é cedo demais para desistir». Essa é uma grande declaração que nos ajuda a controlar as vicissitudes da vida. E também é uma grande declaração no tocante ao propósito a longo prazo da missão de Cristo.

DESFAZER

No hebraico, **machah,** «apagar». Palavra hebraica usada por trinta e duas vezes (por exemplo, Êxo. 32:32,33; Núm. 5:23; Deu. 9:14). Esse vocábulo é empregado no sentido de *obliterar, destruir, remover, desfazer.* O pecado é declarado como totalmente perdoado, ou seja, «desfeito» (Isa. 44:22). Por outra parte, o indivíduo cujo nome é apagado do Livro da Vida de Deus, é aquele que perdeu o favor divino (Êxo. 32:32; Deu. 29:20; Sal. 69:28). Podemos entender nisso a metáfora que se refere à lista de cidadãos que, como tais, haviam recebido certos direitos e privilégios, mas vieram a perdê-los. Se o nome de alguém fosse removido da lista, esse alguém perderia os seus direitos de cidadão. Moisés dispôs-se a deixar de ser um cidadão da comunidade do povo de Deus, se pudesse ser útil, com isso, aos demais cidadãos dessa comunidade.

Há a questão mais difícil de entender, de alguém ter seu nome apagado do próprio Livro da Vida (Apo. 3:5). Isso parece indicar que, em tal caso, o indivíduo perderia a sua salvação, a vida celestial e eterna, deixando de ser um cidadão da pátria celeste. A expressão contrária, «não ter o nome apagado do Livro da Vida», indica que o indivíduo é confirmado como possuidor da vida eterna, ou seja, da vida própria dos mundos luminosos, onde se participa da própria vida de Deus, — e se compartilha de sua natureza, porquanto ele é o pai dos cidadãos daquelas dimensões (II Ped. 1:4). Em Jó 31:7 e Pro. 9:7, um ato que mancha e corrompe é chamado de «mancha».

DESFAZER OS TORRÕES

Trata-se de um processo usado pelos agricultores para tratar o solo após a aragem. As técnicas agrícolas modernas não usam o método. Há duas palavras hebraicas envolvidas, a saber:

1. *Charits, desterroar.* Esse termo é usado por duas vezes: II Sam. 12:31 e I Crô. 20:3.

2. *Sadad,* «nivelar». Palavra que aparece por três vezes: Jó 39:10; Isa. 28:24 e Osé. 10:11.

Lê-se no livro de Jó que é o boi que faz esse trabalho de desterroamento. Em Isaías 28:44 *ss.* lê-se que o lavrador não fica «esterroando» o terreno o tempo todo. É possível que fossem arrastados ramos, após um carro puxado a bois, a fim de espalhar a semente mais por igual. Alguns estudiosos pensam estar em foco o uso de um arado tipo cruzeta. As traduções dão idéia de uma aragem simples, mas parece que um tipo de arado assim está em foco. Outros chegam a pensar em alguma máquina de *desterroar.* A moderna grade, usada pelos agricultores, é uma armação dotada de dentes ou de discos, a qual desempenha a dupla função de quebrar o solo e nivelá-lo, ao mesmo tempo. Todavia, não parece que os antigos dispunham de qualquer implemento agrícola que se assemelhasse a isso. Sabe-se, contudo, que os antigos faziam isso, embora não saibamos dizer como o faziam.

DESMAMAR

Nos dias do Antigo Testamento, uma criança só era desmamada ao atingir dois ou três anos de idade. Isso torna-se claro no relato de Ana e Samuel (II Sam. 1:21-24). Outro tanto se vê no caso da mulher que viu sete de seus filhos serem mortos por Antíoco Epifânio e então exortou seu filho menor a não abandonar sua fé judaica diante das ameaças do rei, o qual procurava persuadi-lo a abjurar de suas crenças. Disse a mãe ao Jovem: «Levei-te no meu ventre por nove meses e te amamentei por três anos, e te tenho criado até este ponto em tua vida, cuidando de ti» (II Macabeus 7:27). O término do período de amamentação, ou desmame, algumas vezes era celebrado por meio de uma festa (ver Gên. 21:8). Mas a palavra «desmamar» também é usada na Bíblia em sentido metafórico. Ver Sal. 131:2 e Isa. 28:9.

DESOLAÇÃO, ABOMINÁVEL DA

Ver o artigo sobre o **Abominável da Desolação.**

DESPOJOS

Uma das teorias militares é aquela que diz que um exército que avança pode sobreviver do que encontrar no trajeto, não precisando de qualquer linha de suprimentos. Em algumas campanhas militares, essa idéia funcionou bem, mas às custas do sofrimento dos povos conquistados. Na Bíblia, encontramos muitos exemplos de como conquistadores, mediante matanças maiores ou menores, apossaram-se de tudo quanto quiseram, como se isso fosse o galardão do mais forte. Ver o caso de Abraão, descrito no décimo quarto capítulo de Gênesis. Despojos foram tomados e despojos foram reconquistados, de acordo com o sabor das batalhas.

Os despojos consistiam em qualquer coisa que podia ser tomada e que os homens julgassem ter valor e utilidade. Assim, homens, mulheres e crianças foram aprisionados para serem vendidos como escravos; mas também gado, bens materiais, etc., eram tomados como despojos. Entre os israelitas, os despojos de guerra foram igualmente divididos entre os que haviam participado de alguma peleja, e aqueles que tinham ficado para trás, cuidando do acampamento, das provisões, etc. Também havia a questão da porcentagem dos despojos entregue aos sacerdotes e levitas. Ver Núm. 31:27-47 e comparar com II Sam. 8:10 *ss* e I Crô. 26:27 *ss.* O trecho de II Macabeus 8:28-30 mostra-nos que em tempos posteriores, pelo menos, os idosos, as viúvas e os órfãos participavam dos despojos. Davi exigiu que uma parte dos despojos fosse dada aos membros do exército combatente que não foram à batalha, mas ficaram para guardar o acampamento e suas possessões (I Sam. 30:24,25). Por incrível que nos possa parecer, essa divisão dos despojos foi acompanhada de muita festividade (Isa. 9:2).

Uso Metafórico. O trecho de Efésios 4:8-11 está baseado na prática explicada acima. Cristo é retratado como quem venceu na

batalha contra o mal, e como quem cativara as forças malignas, subjugando-as totalmente. Isso lhe possibilitou dar presentes (os despojos conquistados em sua vitória). Sua descida ao hades e sua ascensão aos céus estiveram ambas envolvidas nessa distribuição de presentes, enriquecendo assim o seu povo redimido. Pessoas espiritualmente dotadas fazem parte dos dons distribuídos entre os cristãos. Portanto, apóstolos, profetas, evangelistas, pastores e mestres são dons dados à Igreja. Alguns estudiosos pensam que os cativos envolvidos são aqueles que estavam no mundo intermediário ou hades (a boa parte do mesmo), que então foram transferidos para o céu. Essa interpretação é possível, mas é uma interpretação menos provável. Ver a completa exposição dessa passagem no NTI.

DESPOSADA

No hebraico, **beulah.** Nome dado à congregação judaica, referindo-se a seu desposório simbólico com Deus, daí derivando-se a sua bênção (Isa. 62:4). Ver também Eze. 16:23 e Osé. 1-3, quanto a parábola do casamento de Deus com o seu povo. Esse simbolismo retrata o estado de felicidade de Israel, após o exílio; mas a idéia estende-se ao estado final da plena restauração de Israel, que incluirá o reino milenar, quando Israel será a cabeça das nações, e não a cauda. (Ver Deu. 28:13; Jer. 27:22; Dan. 9:25; etc.). Ver o artigo sobre o *Milênio.*

DESTERRO

Temos que pensar sobre três palavras hebraicas e uma palavra grega. No hebraico temos os verbos «ser expulso», usado por cinqüenta e uma vezes no Antigo Testamento (por exemplo, II Sam. 14:13,14); o substantivo «banimento», usado apenas em Esd. 7:26, e o substantivo «causa de banimento», também usado apenas por uma vez, em Lam. 2:14. No grego temos a palavra *metoikesía,* «mudança de habitação» ou «migração», e seu cognato, *metoikízo,* «migrar». O substantivo grego aparece somente em Mat. 1:11,12,17; o verbo em Atos 7:4 e 43 (este último versículo sendo uma citação de Amós 5:27).

O desterro era um castigo contra crimes graves, embora não legislado na lei mosaica. Entretanto, foi adotado em combinação com o confisco de propriedades, após o cativeiro babilônico. Na lei romana era uma punição comum, chamada *disportatio,* de onde vem a palavra portuguesa «deportação»; era punição reservada aos ofensores sérios, ou aos inimigos políticos perigosos. Algumas vezes incluía o confinamento no lugar para onde a pessoa era banida. O vidente João foi banido para a ilha de Patmos (ver Apo. 1:9).

No Antigo Testamento vemos casos de desterro voluntário, como quando Jacó fugiu para Harã; ou quando os réus de homicídio involuntário tinham de fugir para as cidades de refúgio (ver Núm. 35). Sara forçou Hagar a fugir (ver Gên. 16:6), embora não houvesse qualquer crime envolvido. Além disso, temos o desterro original, quando Deus expulsou Adão e Eva do jardim do Éden (ver Gên. 3:22-24). Durante o reinado de Cláudio, que era anti-semita, foram banidos de Roma todos os judeus (ver Atos 18:2). Há certas passagens veterotestamentárias que refletem a exclusão (embora não o desterro propriamente dito), para os casos em que os homens não se deixavam circuncidar (ver Gên. 17:14), ou por alguém ter ingerido sangue (ver Lev. 17:10), ou por alguém ter cometido algum pecado deliberado (ver Núm. 15:31). Ver sobre *Exclusão.*

DESTRUIDOR, DESTRUIÇÃO

No hebraico, **mashchith,** «destruidor». Palavra que ocorre por oito vezes, como em Êxo. 12:13; II Crô. 20:23; Pro. 28:24; Eze. 21:31; 25:15. Portanto, não são numerosas as referências bíblicas ao «Destruidor». No Novo Testamento temos a palavra especifica *holothreutés,* «destruidor», em I Cor. 10:10, e o verbo *holothréuo,* «destruir», em Heb. 11:28. No Antigo Testamento, a idéia gira em torno da décima praga que caiu sobre os egípcios, quando os primogênitos dos egípcios pereceram. Não é claro o que está ali em vista, exatamente; mas os intérpretes têm sugerido algum ser angelical, um demônio ou um ser satânico, usado por Deus como instrumento, ou alguma força natural, personificada com esse título. A passagem de II Samuel 24:16 alude ao anjo do Senhor como instrumento usado por Deus para lançar uma praga sobre o povo de Israel, como castigo pelo recenseamento determinado por Davi. Nos dias do rei Ezequias, cento e oitenta e cinco mil soldados assírios foram destruídos em uma única noite, pelo anjo do Senhor (II Reis 19:35). Em Ezequiel 9:5-7 aparecem anjos que executam juízo, o que tem paralelos similares em Sal. 35:5,6 e 78:49, como também nos livros apócrifos do Antigo Testamento, como a Epistola de Jeremias 6:5-7 e II Macabeus 3:24-26. Ali somos informados de que Heliodoro foi açoitado por anjos quando tentou saquear o templo de Jerusalém. Parecia natural pintar vastas e súbitas destruições como obra de algum poder divino; mas podemos supor que eventos naturais, mas catastróficos, com freqüência era tudo quanto estava envolvido nessas narrativas; mas, outras vezes, houve intervenções sobrenaturais. Satanás, em seus atos nefandos, é o maior de todos os destruidores (I Ped. 5:8). O rei das forças destrutivas que saiu do abismo é chamado no hebraico, *Abaddon,* e, no grego *Apollyon* (que vide) palavras essas que significam «destruidor». Alguns estudiosos supõem que o próprio Satanás está em pauta, nessa referência (Apo. 9:11).

Destruição Escatológica. A destruição aguarda aqueles que têm escolhido o caminho largo (Mat. 7:13), que se opõem à mensagem da cruz (Fil. 3:19; II Ped. 2:1), que se mostram Ímpios (II Ped. 3:7) e que pervertem as Sagradas Escrituras (II Ped. 3:16). A *destruição* ou perdição é o contrário da vida e da salvação (Heb. 2:13), sendo mesmo um sinônimo de *julgamento* (que vide). A resposta a longo prazo, dada por Deus, à destruição, é a restauração (que vide), mas, antes disso, o julgamento divino terá de fazer sua obra remediadora (I Ped. 4:6).

Destruição. O termo hebraico *abaddon* aponta para a perdição à destruição (Jó 26:6; 31:12; Sal. 88:1; Pro. 15:11), referindo-se a destruição em geral, de qualquer variedade; mas também é usado especificamente para indicar a destruição no *sheol* (que vide) o que não deve, contudo, ser confundido com extinção, pois as almas não morrem.

No Campo da Ética. O poder destrutivo do pecado com freqüência é ignorado ou subestimado pelos homens. A missão de Cristo teve por finalidade reverter o poder destrutivo do pecado. Grande porcentagem dos textos bíblicos ocupa-se com a descrição do que o pecado é capaz de fazer contra o homem. A mensagem da redenção fala sobre a provisão de Deus, em face do poder destruidor do pecado. A destruição final é a segunda morte (Apo. 20:15 *ss).* O ato final da reversão do poder destruidor do pecado é a restauração (que vide).

DETERMINISMO (PREDESTINAÇÃO)

Esboço

I. Idéias Diversas
II. Nas Escrituras
III. Na História
IV. A Doutrina da Eleição
V. Predestinação Segundo a Imagem de Cristo
VI. Garantia da Santidade
VII. A Predestinação e o Livre-Arbítrio

I. Idéias Diversas

1. *Ciclos periódicos.* Os filósofos estóicos pensavam que tudo, de forma absoluta, é determinado de antemão. Assim sendo, todos os acontecimentos ocorreriam por necessidade, porque o «logos divino» se manifestaria em tudo através das suas emanações. Todas as coisas ocorrem em ciclos, embora esses ciclos possam ser extremamente longos. Finalmente, o «logos divino», que se comporia de

fogo, resolveria dar ponto final aos seus ciclos, o que fará tudo retornar ao seu estado primevo, isto é, ao fogo, o que poria fim a todos os ciclos. Não existiria o mal, segundo esse sistema filosófico, porque tudo seria apenas manifestações da razão divina, isto é, do «logos divino». O mal seria tão-somente a errônea interpretação humana acerca dos acontecimentos.

2. Alguns *filósofos epicureus* aceitavam a idéia dos «ciclos», mas pensavam que havia alguma possibilidade de modificação dos acontecimentos, ao passo que as coisas permanessem essencialmente as mesmas dentro da grande expansão geral do tempo.

3. *Os filósofos atomistas (ou,* pelo menos, alguns deles) acreditavam que a matéria é tudo quanto existe, e que tudo quanto acontece é apenas movimento da matéria. Outrossim, os movimentos dos átomos seriam determinados por «afinidades» entre átomos e átomos. Isso formaria um determinismo materialista, que não se alicerça sobre qualquer mente ou mentes divinas, mas, meramente, sobre as leis mecânicas da natureza. Nenhuma explicação é oferecida sobre como a natureza, sem o auxílio de qualquer mente inteligente, poderia ter-se organizado como se organizou. De conformidade com esse sistema, o mal, em sentido moral, não existe, porquanto todos os acontecimentos seriam totalmente mecânicos e físicos.

4. Há também a *dialética espiritual* de Hegel. Para Hegel e outros idealistas alemães, o espírito divino se manifesta de tríplice maneira, isto é, sempre através de tese, antítese e síntese. Por exemplo, no âmbito religioso: a ênfase sobre o indivíduo procedeu do Ocidente, da religião grega. A ênfase sobre a comunidade veio do Oriente, das religiões orientais. Dessa maneira, criou-se uma tensão entre essas duas idéias religiosas opostas. A tensão criou uma síntese, e, no caso da religião, a síntese é o cristianismo, o qual encerra, em seu próprio bojo, tanto a ênfase individual como a ênfase sobre a comunidade. Tudo quanto existe faz parte das manifestações do Espírito divino. E isso nos mostra que a posição hegeliana é apenas uma modificação do panteísmo. Hegel ilustrava sua posição no campo das artes, dizendo que a forma artística mais primitiva é a arquitetura. Sua antítese seria a escultura, e os dois teriam a síntese na pintura. A pintura, por sua vez, teria sua antítese na música, e a sua síntese seria a poesia. A poesia épica seria uma nova tese, cuja antítese seria a poesia lírica. A síntese das mesmas seria a poesia dramática, que se evidencia especialmente no teatro, sendo essa a síntese das belas artes. Outro tanto sucederia em tudo e em todas as instituições, e, dessa maneira, conforme pensava Hegel, todas as coisas foram previamente determinadas.

5. Surgiu também a *dialética materialista.* O comunismo tomou de empréstimo diversas idéias de Hegel, embora tenha rejeitado o espiritualismo hegeliano. No comunismo, tudo quanto ocorre é manifestação da matéria e dos fatores econômicos, que seriam determinados, e não dependeria de qualquer espírito divino em suas ações. A dialética materialista igualmente se manifestaria de forma tríplice. Dizem os teóricos comunistas que no princípio toda a sociedade humana era comunista. Então alguns homens fizeram outros homens seus escravos, ficando assim criada a antítese da escravidão. A tensão entre o comunismo e a escravatura teria criado a síntese do feudalismo. Do feudalismo se originou o capitalismo, e isso provocou uma nova tensão. Essa tensão resultou em uma nova síntese, o socialismo. O socialismo e o capitalismo, pois tornaram-se os dois novos sistemas antagônicos, resultaram no comunismo, que supostamente seria a síntese de todas as tensões políticas. Esse processo, na opinião de seus exponentes, é algo previamente determinado, inevitável. Seus fatores determinantes são todos materiais e econômicos, e, portanto, temos aqui apenas outra forma do determinismo materialista.

6. *Carnéades* (que vide) (214-129 A.C.), que foi oponente do estoicismo e seu fatalismo, introduziu o conceito de *autodeterminação.* Com isso, ele ensinava que as chamadas ações sem causa são causadas pelo próprio indivíduo. Isso sugere o item abaixo, que apresenta o homem como um ser criativo.

7. *O homem, um ser criativo.* Em vez de ser uma vítima de forças fatalistas, há evidências em prol da noção de que o homem é um ser criativo, que pode amoldar sua vida de conformidade com isso. Muito tem sido dito em favor da posição fatalista. Mas podemos pensar melhor sobre o homem como um *autodeterminador,* o que deve fazer parte de qualquer discussão sobre o *determinismo. O* homem é dotado de poderes criativos, e pode fazer coisas admiráveis, apesar de forças externas que procuram tolhê-lo. Lembremo-nos da doutrina de Orígenes de que o homem (como alma), pertence à mesma ordem de seres que os anjos. e, portanto, é um poder elevado. A diferença entre os homens e os anjos é que os primeiros caíram, sendo rebaixados em seu nível. A despeito da queda, porém, o homem continua dotado de tremendo potencial, e os seus poderes estão apenas começando a ser investigados, em nossos próprios dias.

A **parapsicologia** (vide) tem-nos mostrado que devemos estar alertas para o vasto potencial das forças psíquicas do homem, porquanto isso é uma manifestação de sua natureza como uma *psique (ou* alma). A teologia tem-nos alertado para o fato de que o homem, em seu livre-arbítrio, tem o seu destino em suas próprias mãos. Ver o artigo sobre o *Livre-Arbítrio.* O poder do homem foi-lhe dado e delegado como parte de sua natureza essencial, por parte de Deus. A Bíblia apela para o homem como se ele realmente agisse com base nos mandamentos dados, como se dirigisse seus poderes inerentes na direção do bem. Paulo, em Filipenses 2:12,13, diz-nos que devemos «desenvolver» (isto é, levar à plena fruição) a nossa salvação. Naturalmente, isso é feito em cooperação com a missão de Cristo. Isso está vinculado à atuação da vontade divina em nós (vs. 13). O fator divino e o fator humano existem, operam e estão inter-relacionados, embora não saibamos explicar de que modo Deus se utiliza da vontade humana, sem destruir a sua liberdade.

8. *Spinoza* (que vide) pensava que a causa de todas as coisas era o seu conceito panteísta de Deus. Para ele, a *liberdade* consistia meramente no estado de ignorância a respeito da causa das coisas. *O* indivíduo sente-se livre quando pensa que nenhuma causa está em operação; mas isso seria apenas uma ilusão.

9. *Hume* (que vide) opinava que a causalidade consiste meramente na *sucessão de eventos previstos,* no tocante a qualquer questão. Porém, ele não pensava que o princípio da verdadeira causalidade poderia ser demonstrado. Seria apenas um termo que atrelamos às sucessões de eventos.

10. *Priestly* (que vide) supunha que somente o conceito de determinismo é coerente com a idéia da maior felicidade antecipada para todos. Porém, ele estava pensando sobre o determinismo *benevolente* um grande pensamento, que, segundo penso, tem uma base firme na teologia, por meio da doutrina da *restauração* (que vide).

11. Alguns estudiosos *universalistas* acolhem o princípio do determinismo absoluto (a predestinação) de braços abertos, supondo que isso é necessário à salvação final de todos os seres humanos. Esses juntam o determinismo à missão salvatícia de Cristo, de tal modo que o sucesso universal desta última ficaria garantido—ninguém ficaria, finalmente, perdido. *O* homem, por si mesmo, não é capaz de salvar-se a si mesmo, pelo que isso seria assegurado pela intervenção divina.

12. *Laplace* (que vide) supunha que se existisse uma inteligência com o poder de conhecer a posição, a direção e a velocidade de todas as partículas do universo, tal inteligência poderia predizer, com uma fórmula simples, o futuro total de todas as coisas, ao mesmo tempo que poderia descrever toda a história passada. Isso representa o determinismo atomista. Alguns cientistas têm confiado que, algum dia, a ciência será capaz de atingir tão grande compreensão das coisas. Einstein não pensava que Deus está lançando dados. *A mecânica quantum* (que vide) parece contradizer a idéia envolvida na teoria de Laplace; porém, nem todos os dados já foram recolhidos, podendo haver algum tipo de poder determinador por detrás de acontecimentos aparentemente fortuitos, na emissão de partículas atômicas.

13. *Freud* (que vide) acreditava na presença de fatores determinantes inconscientes que governariam os atos humanos. Isso nos confere um determinismo psicológico. Os fatores psicológicos determinam os atos humanos, mesmo quando muitas motivações estão ocultas da mente consciente. Apesar de haver nisso uma verdade óbvia, levar essa idéia longe demais destrói o conceito dos poderes criativos do homem, o que também é um princípio em favor do qual há abundantes provas.

14. *Ducasse* (que vide) pensava que o principio contrário ao determinismo, a saber, o *indeterminismo*, é autocontraditório. Para ele, a *liberdade* alude à capacidade do homem de fazer, *algumas vezes*, aquilo que deseja, deixando de lado forças determinadoras. Ver o artigo separado sobre a *Liberdade*.

15. *Determinismo radical e suavizado*. O determinismo radical pode ser ilustrado pelo calvinismo radical, onde Deus aparece como a *única* verdadeira causa, e não apenas a primeira causa. Ou então, na ciência, pode ser ilustrado pela teoria de Laplace e Hobbes, a qual expõe um determinismo materialista, atômico. O determinismo suavizado é representado por Carnéades (ponto seis, acima), e por Ducasse (ponto catorze, acima). Pode-se dizer que o arminianismo também defende um determinismo suavizado, pois se, por um lado, Deus é quem faz as coisas acontecerem, ele não anula o livre-arbítrio humano, e nem condena ativamente os homens ao julgamento final.

II. Nas Escrituras

É interessante que tanto o Antigo como o Novo Testamentos, ocasionalmente, apresentam uma *forma teísta* de determinismo ou predestinação, em que o Ser de Deus, a mente divina, determina os acontecimentos previamente. Tais acontecimentos podem ser físicos, celestiais, cosmológicos, humanos, em suma, todas as coisas, tudo quanto existe na criação de Deus, é determinado por vontade de Deus. Temos aqui o determinismo teísta. Afeta o estado do ser de todas as coisas, e é de natureza teleológica isto é, tem alvos e propósitos definidos a serem atingidos. No que diz respeito aos homens, opera em todas as coisas, incluindo a salvação das almas. Por conseguinte, a «eleição» (que envolve a salvação de alguns dentre os homens) e a «reprovação» (que importa na condenação de outros homens), seriam tão-somente subcategorias do determinismo geral, ou predestinação. Há certo esforço dos estudiosos evangélicos por evitarem a idéia de «sorte», pois supostamente, essa seria cega, ao passo que a predestinação é guiada pela inteligência divina.

As Escrituras contêm vários versículos e passagens que ensinam um determinismo divino que guia os acontecimentos físicos, bem como os acontecimentos celestiais ou cosmológicos, além dos acontecimentos humanos. Abaixo apresentamos uma seleção das passagens onde essas idéias podem ser encontradas: Gên. 50:20; Êxo. 4:21; 7:3; 9:16; 10:1; 14:4,17; Jó 26:14; Deut. 7:6-8; Isa. 46:10: 14:1-5; Jer. 1:5; 10:23; 18:1-6; 31:3; Sal. 139:13-17; Prov 16:1,4;20:24; Dan. 4:35; 5:23; Amós 3:2; Mar. 4:11,12; Luc. 1:15; 10:21; João 6:37,44,65; 12:39,40; Atos 4:27,28; 13:48; 18:10; Rom. 8:29; 9:6 *e s*; Fil. 1:29; I Cor. 2:7; Efé. 1; 2:3,10; II Tes. 2:13; II Tim. 1:9; 2:25; I Ped. 2:8,9; Heb. 2:13; Apo. 3:5; 13:8 e 17:8. A leitura dessa passagens bíblicas mostra-nos que todos os aspectos das funções da natureza, nos lugares celestiais e entre os homens, são declarados influenciados, ou mesmo determinados pela vontade divina.

O vocábulo «predestinação», na igreja evangélica ortodoxa, se tornou sinônimo virtual da posição calvinista, porque foi Calvino quem, tão lógica e vigorosamente, firmou tais idéias em sua teologia sistemática. Essa doutrina sustenta que desde toda a eternidade passada, todas as coisas foram ordenadas de antemão, de tal modo que elas terão de ocorrer necessariamente dentro do tempo, incluindo a salvação final ou a reprovação final dos homens. Vários indivíduos e grupos da igreja local têm dado sua lealdade a essa doutrina. Ela se encontra, por exemplo, na Confissão de Westminster, o principal e mais histórico dos credos presbiterianos. Diz um trecho dessa confissão: «Deus, desde toda a eternidade, por seu sábio e santo conselho, por sua livre vontade, gratuita e imutavelmente ordenou tudo quanto deve acontecer; no entanto, com isso, Deus não é o autor do pecado e nem faz ele violência à vontade das criaturas, nem a liberdade ou contingência de segundas causas é retirada, mas antes, é estabelecida».

Naturalmente, isso não explica como é que Deus não é o autor do pecado, e nem como causas *secundárias* ou «contingentes» podem gozar de qualquer verdadeira liberdade, se de fato tudo foi determinado por Deus, desde a eternidade. A igreja anglicana tem produzido muitos advogados do calvinismo, e exibe um credo regularmente calvinista, em seus Trinta e Nove Artigos de Fé. Muitas igrejas e muitos ministros batistas e congregacionais expressam pontos de vista calvinistas, ainda que, ordinariamente, não possuam credos formais escritos.

III. Na História

Durante os três primeiros séculos da história da igreja cristã, os chamados pais da igreja deixaram sem desenvolvimento essa doutrina, embora, aqui e acolá, houvessem sido feitas declarações a respeito, por Agostinho, do século IV D.C., o qual declarava que a graça divina é a base exclusiva da salvação, o que serviu para revivificar a doutrina da predestinação, que é seu paralelo lógico. Na Idade Média, elementos como Anselmo, Pedro Lombardo, Erigena e Tomás de Aquino seguiram essencialmente o ponto de vista agostiniano, com algumas modificações. Essa doutrina foi apresentada com nova ênfase e vigor quando da Reforma protestante, tendo sido advogada por Calvino, Lutero, Zwínglio, Melancton e João Knox, além de seus descendentes espirituais.

Nos tempos anteriores à Reforma protestante porém, Wycliffe e João Huss já esposavam pontos de vista favoráveis à predestinação. Lutero, o principal dos reformadores, em suas obras, «A Escravidão da Vontade» e «Comentário sobre a Epístola aos Romanos», mostrou que ele ensinava a doutrina da predestinação com não menor empenho do que Calvino. Nos séculos que se seguiram, os puritanos da Inglaterra, bem como aqueles que se estabeleceram na América do Norte, além dos Compactuados da Escócia e os huguenotes da França, eram calvinistas declarados. Nos tempos modernos, nomes como Whitfield, Hodge, Darby, Cunningham, Smith, Shedd, Strong, Kuyper e Warfield, entre outros, têm defendido esse sistema.

Dentro da doutrina da predestinação, os planos de Deus são expostos como algo eterno e inevitável, santos e incondicionais, independentes de toda a criação finita, incluindo o homem, com todos os seus esforços e sua vontade. Os decretos de Deus, por conseguinte, são eternos, imutáveis, sábios e soberanos.

Esse determinismo, entretanto, de alguma maneira deve alcançar os atos pecaminosos dos homens, apesar de fazê-lo de forma misteriosa, que não podemos compreender, pelo menos na forma de permissão divina aos mesmos, porquanto existem propósitos divinos maiores do que a mera preservação das criaturas humanas livres do pecado, como seja, a determinação de levar os remidos à perfeição da imagem de Jesus Cristo, o que não poderia ocorrer se o homem não tivesse sido criado como um ser moral livre, que possa, por conseguinte, produzir a santidade de Cristo, da mesma maneira que o Senhor Jesus obteve, em sua vida terrena, isto é, mediante escolhas sábias e santas. Assim sendo, até mesmo o pior de todos os crimes da história humana, isto é, a crucificação do Senhor Jesus, é declarado como algo que tem lugar dentro do plano total de Deus, como *parte* necessária do mesmo. (Ver Atos 2:23 e 4:28).

IV. A Doutrina da Eleição

A doutrina da eleição divina (que vide) é uma subcategoria da doutrina da «predestinação», que opera no âmbito da salvação humana. O homem é pintado como uma criatura totalmente depravada (ver o terceiro capítulo da epístola aos Romanos), e portanto, somente a graça divina é que pode salvá-lo. A salvação do homem, pois, se alicerça sobre a vontade e a graça divinas, e não sobre os esforços humanos. Nem mesmo se alicerça sobre a fé, que é uma condição humana necessária à salvação. Antes, alicerça-se *exclusivamente* sobre

uma operação de Deus. (Ver Efé. 2:8-10). As boas obras são uma decorrência necessária, mas essas boas obras são resultantes e frutos da eleição, e jamais a sua causa. (Ver João 15:16 e Efé. 2:10).

Posições teológicas do infralapsarianismo e do supralapsarianismo. O infralapsarianismo acredita que os indivíduos que foram vistos por Deus como «eleitos», foram contemplados por Deus como membros de uma raça decaída. Em outras palavras, o decreto da eleição se seguiria logicamente, se não mesmo cronologicamente, à queda do homem no pecado. De acordo com essa posição, pois, a ordem dos decretos divinos seria a seguinte: 1. criação; 2. permissão da queda; 3. eleição de alguns dos indivíduos caídos; 4. olvido ou reprovação deliberada dos demais homens caídos; 5. provisão de um Redentor; 6. regeneração através do Espírito Santo. Em contraste com isso, a posição do *supralapsarianismo* ensina uma ordem diferente para os decretos, a saber: 1. reprovação e condenação para outros; 2. criação; 3. permissão da queda e da destruição que isso inevitavelmente provoca; 4. missão remidora de Cristo; 5. missão regeneradora do Espírito Santo. Portanto, de conformidade com a posição do *supralapsarianismo*, a eleição precedeu à queda, sendo esta quase incidental.

V. Predestinação Segundo a Imagem de Cristo

«. . .também os predestinou para serem conformes à imagem de seu Filho. . . » Rom. 8:29.

Trata-se de um decreto determinador, — que também provoca a *chamada* do crente dentro do tempo. Os importantes particulares, abaixo determinados, devem ser notados acerca dessa determinação divina:

1. O nono capítulo da epístola aos Romanos referindo-se a indivíduos específicos, demonstra que a predestinação envolve *indivíduos,* e não somente nações, contrariamente ao pensamento de alguns, que afirmam que Israel, como nação, deveria ter alguns privilégios. Por outro lado, é verdade que Deus é quem fixa os limites ou fronteiras das nações, tendo um propósito nisso; como também é Deus quem fixa os destinos dos indivíduos.

2. Ainda que o ensino da predestinação envolvesse somente a idéia de privilégios, isto é, que certas nações receberiam a revelação de Deus de maneira especial, isso seria praticamente equivalente à predestinação individual, porquanto determinaria os lugares de onde os eleitos procederiam, bem como o conhecimento perfeito de cada um daqueles que recebessem privilégios especiais, o que, para todos os efeitos práticos, seria equivalente à *eleição individual.* Isso expressa uma verdade, a menos que queiramos defender o conceito de que os homens podem ser salvos inteiramente à parte da pregação do evangelho. Privilégios especiais, portanto, quer envolvessem indivíduos ou nações, é que «determinariam» quem, em última análise, haveria de conhecer a Cristo, a menos que os homens possam conhecer a Jesus Cristo inteiramente à parte do evangelho, conforme o mesmo é anunciado à face da terra. Alguns bons intérpretes, naturalmente, postulam que pode haver salvação para além do sepulcro, mediante o Verbo eterno, ainda que, mesmo para esses, a salvação *dependa* inteiramente *da missão* que o Verbo de Deus cumpriu encarnado, como Jesus de Nazaré. (Quanto a notas expositivas acerca desse conceito, ver Atos 10:25 no NTI). Podemos estar plenamente certos, entretanto, de que Rom. 8:29 está falando de muito mais do que simplesmente de algum *privilégio especial.* (Ver I Ped. 4:6).

3. A predestinação se baseia no «conhecimento anterior» de Deus, no sentido que o seu «amor eterno» e «preocupação e interesse» pelos crentes é que está em foco (o que é a predestinação, conforme essa idéia é empregada aqui, não estando em foco a mera «previsão»). Aqueles «sobre quem fixou seu coração de antemão», portanto, são aqueles que se tornaram os alvos de seu decreto determinador.

4. Esse decreto determinador não é um *mero* pronunciamento judicial, mas é sem dúvida acompanhado por um poder orientador e criador, através do Espírito Santo, que garante o cumprimento do propósito preordenador de Deus.

5. O grande alvo da predestinação é a *chamada* dos crentes dentro do tempo, e o resultado de ambas as coisas é a transformação do crente segundo a imagem de Cristo, tanto moralmente (no que respeita à participação do crente na própria santidade de Deus, tal como Cristo dela participa) como metafisicamente (no que concerne à natureza essencial de Cristo).

6. Não existe predestinação para a *reprovação,* portanto. Em outras palavras, apesar de que Deus predestina para a vida, para a transformação segundo a imagem de Cristo e para a santidade, isso não quer dizer que, por outro lado, ele predestine alguns para a condenação, conforme alguns teólogos calvinistas mais radicais têm imaginado. Podemos notar que até mesmo no nono capítulo da epístola aos Romanos, o trecho bíblico mais forte sobre a predestinação, podemos ler, no décimo quinto versículo: «Terei misericórdia de quem me aprouver ter misericórdia, e compadecer-me-ei de quem me aprouver ter compaixão», o que mostra que a determinação divina sempre —visa o lado *positivo,* servindo como agente de misericórdia, em vez de visar o lado *negativo,* como agente de condenação e juízo. Assim, pois, o Senhor Deus *tolerou* os vasos de ira, mas *preparou* os vasos de misericórdia.

Não obstante, alguns eruditos têm argumentado, com base no trecho de Rom. 9:18, que o «endurecimento» também é um ato ativo de Deus. Em outras palavras, não se trata apenas de uma questão de «deixar passar» ou de «reter» a misericórdia, e, sim, é a questão de um endurecimento ativo, que naturalmente resulta em uma vida pecaminosa e rebelde. A maioria dos intérpretes, entretanto, pensa que esse «endurecimento» significa simplesmente que Deus deixa de usar de misericórdia para com alguns, retendo a sua graça, permitindo que a perversidade dos mesmos siga o seu curso natural. Mas isso não se coaduna com o conceito da santidade de Deus. Porquanto, se Deus endurece ativamente a certos indivíduos, então deve ser visto como *o autor* do pecado. Portanto, se algum versículo ou versículos parecem demonstrar aparentemente que Deus é quem endurece ativamente os pecadores, teremos de dizer que a verdade exata não é essa, pois, de outro modo, Deus seria mau, ou, pelo menos, seria uma mistura de bondade e maldade, sendo ele o verdadeiro originador do pecado.

7. Defender o princípio do determinismo filosófico, científica ou teologicamente, *não é* a mesma coisa que *negar* a existência do livre-arbítrio humano, embora, para alguns pensadores, isso pareça logicamente a mesma coisa. Mas as Escrituras Sagradas, em outros trechos, *defendem* a vontade humana livre, e a própria experiência humana o demonstra. Isso também expressa uma verdade, embora pareça contradizer a verdade da escolha divina; mas a contradição reside tão-somente na fragilidade do intelecto humano presente, e não na própria exposição bíblica. Não obstante, por enquanto, não contamos com qualquer solução para reconciliar esses dois princípios opostos, ainda que, sem a menor dúvida, sejam aspectos diversos de uma única verdade. Deus se utiliza da vontade humana a fim de realizar os seus propósitos, mas não faz isso eliminando-a, embora não saibamos dizer como isso pode ser.

8. A predestinação *não serve de empecilho* para a salvação de quem quer que seja, ainda que, para muitos, pareça ser um obstáculo intransponível. «Todos os homens», de uma maneira ou de outra, são atraídos a Cristo, desde que ele foi «levantado». (Ver as notas expositivas que versam sobre esse conceito, e como o mesmo é expressão de uma verdade bíblica, em João 12:32 no NTI). Isso não significa que todos os homens sejam automaticamente eleitos, mas significa: a. todos os homens poderiam sê-lo; b. a graça divina é universalmente propiciada por meio de Cristo, tanto potencial como realmente. Isso, em outras palavras, significa que todos os homens poderiam crer, se assim o quisessem fazer; e Cristo Jesus, em sua missão total, preexistente, encarnada e pós-encarnada, estabeleceu uma diferença universal quanto ao estado de todas as coisas, para melhor. (Ver I Ped. 3:18-20 e 4:6).

9. Não existe qualquer solução ou reconciliação fácil para o dilema entre o livre-arbítrio humano e a predestinação divina. Precisamos aceitar ambas as idéias, e esperar por mais luz, para sabermos

reconciliá-las. Muitas pessoas têm imensa dificuldade por se expressarem com base em dois ou mais jogos de conceitos, e que, por isso mesmo, limitam a verdade a canais estreitos. Mas as mentes que podem expressar-se com base em mais de um jogo de conceitos, embora aparentemente contraditórios, pelo menos descansarão, crendo tanto na predestinação divina como no livre-arbítrio humano ao mesmo tempo, apesar de não encontrar meio para reconciliar suas expressões a respeito. (Quanto a uma discussão mais completa sobre a doutrina da «predestinação», ver sobre *Livre-Arbítrio; Eleição* e *Predestinação.*

«Quando argumentamos dedutivamente, com base na onisciência e na onipotência de Deus, o livre-arbítrio humano parece ser obliterado. Por outro lado, quando argumentamos dedutivamente, com base no livre-arbítrio humano, a presciência divina e o poder divino de determinar as ações parecem excluídos. Não obstante, ambas essas verdades precisam receber nossa atenção, uma sem detrimento da outra. Não sabemos estritamente no que consiste a onipotência e a onisciência de Deus (segundo um uso mais exato da linguagem talvez deveríamos dizer 'poder e conhecimento perfeitos', poder e conhecimento pertencente a algo que não somos capazes de conceber, possuídos por um Ser perfeito) e nem no que consiste o próprio livre-arbítrio humano. Mas é *necessário* postularmos essas *duas verdades,* se quisermos apresentar a síntese da vida humana de qualquer maneira; pois, sem isso, não pode haver distinção, sob hipótese alguma, entre o que é bom e o que é mau. Porém, na realidade, não sabemos mais do que o fato de que se trata de uma faculdade hipotética, existente no homem, em virtude da qual ele é um agente responsável». (Sanday, em Rom. 8:29)

VI. Garantia da Santidade

Encontramos aqui a **garantia da santidade.** Precisamos lembrar que o elevadíssimo discurso do oitavo capítulo da epístola aos Romanos veio a lume por causa da consideração sobre como aqueles que são salvos pela graça, mediante a fé, e não através da economia da lei, serão vitoriosos sobre o pecado. O vigésimo nono versículo desse capítulo, e as conseqüências do que ali é dito, conseqüências essas expostas no restante desse oitavo capítulo, nos dão a mais elevada das respostas. Aqueles assim redimidos devem, *necessariamente,* ser santos; e, finalmente, serão perfeitamente santos, porquanto foram predestinados para serem conformados à imagem do Santo Filho de Deus; e isso significa que, gradualmente, estão se tornando participantes de sua própria santidade. É nisso que consiste o andar diário do verdadeiro crente, até que, finalmente, venham a compartilhar dessa natureza divina de maneira perfeita. Ora, a lei mosaica nunca prometeu tal coisa, e nem mesmo poderia tê-la produzido, ainda que a tivesse prometido. Portanto, a passagem de Rom. 8:29 é outra resposta à pergunta feita em Rom. 6:1: «Que diremos, pois? Permaneceremos no pecado, para que seja a graça mais abundante?» Pelo contrário, a graça divina abundante, auxiliada pelos propósitos predestinadores de Deus, será o próprio agente ativo da santidade, e não um elemento prejudicial e entravador da santidade. Tudo isso, entretanto, pressupõe ter havido um contacto místico com o Espírito Santo transformador, que forma a imagem de Cristo no íntimo dos crentes. Devemos observar, pois, a progressão, desde o sexto capítulo da epístola aos Romanos, da resposta à pergunta feita no primeiro versículo *daquele* capítulo.

VII. A Predestinação e o Livre-Arbítrio

1. Como é que Deus poderia predestinar homens à cegueira espiritual? Não seria ele a fonte do mal, se assim tivesse feito? O trecho de João 12:40 parece lançar sobre Deus toda a culpa pela cegueira de Israel. Ele assim o planejara!

2. O trecho de Rom. 9:15,16 diz outro tanto com expressões levemente diversas. No NTI são oferecidas notas que explicam o que se sabe sobre esse misterioso tema.

3. Outros trechos bíblicos ensinam, com clareza igual, o livre-arbítrio do homem. Sem este, seria impossível edificar um sistema ético ou fazer exigências de natureza ética aos homens. É mister que tenham a capacidade de escolher. Ver o artigo sobre o «livre-arbítrio humano» e o que este envolve.

4. Não há como reconciliar entre si esses conceitos, pelo que temos um *paradoxo,* um ensino que parece desdizer-se a si próprio.

5. É verdade que Deus previu quem creria, mas, nas Escrituras, a «presciência» envolve «indivíduos», e não «a fé exercida» pelas pessoas. (Ver no NTI notas completas em I Ped. 1:2 sobre como a «fé prevista» não soluciona o mistério da interação entre a predestinação e o livre-arbítrio).

6. Outra explicação: o homem endureceu a si mesmo, o homem cegou a si próprio, pelo que Deus «confirmou» isso com uma cegueira judicial. Isso é verdade, mas nem todos os versículos do N.T. sobre a predestinação cabem dentro dessa explanação simplista.

7. Deus usa o livre-arbítrio humano sem destruí-lo, embora não saibamos como.

8. Abramos espaço para a especulação. Dai-me lugar para especular! Parece-me que a predestinação, pura e simples, pode exprimir uma verdade, contanto que levemos a sério a proposição que, por detrás da «redenção», há uma *restauração* dos não-eleitos. Quanto a isso, a eleição, e mesmo a reprovação ativa, não seria imoral. Não levando isso em conta, temos de estar preparados a supor que Deus é causa direta ou causa indireta do mal. Por certo, isso é uma blasfêmia, sem importar quem a ensine! Não afirmo que essa especulação soluciona o mistério com que ora nos defrontamos, mas lança uma luz preciosa sobre o destino final dos homens. Ver o artigo sobre *Restauração.*

O estudo aqui exposto não penetra na questão da *reconciliação* entre esses dois aspectos da verdade bíblica; na realidade, isso é quase *impossível,* em face de nosso atual estado de conhecimento. Mas talvez seja motivo de consolo, para alguns, o fato de que esse problema de reconciliação é igualmente espinhoso na filosofia, e até mesmo nas ciências naturais, porquanto ate nessas disciplinas de ordem natural alguns crêem que o mundo tenha sido determinado (como resultado das ações previamente determinadas dos átomos ou forças cósmicas), ao passo que outros acreditam que a ação dos átomos ou das forças cósmicas dependa da probabilidade fortuita, e não de qualquer determinação prévia.

DEUS

Vários artigos separados são apresentados, nesta enciclopédia, com provas da existência de Deus. Ver *os* seguintes: *Argumento Ontológico (dois* artigos); *Argumento Cosmológico; Argumento Teleológico; Argumento Moral; Cinco Argumentos em Prol* da *Existência de Deus,* de Tomás de Aquino, e um *Comentário sobre os Cinco Argumentos de Aquino,* por F.C. Copleston. Esse artigo segue aquele redigido por Tomás de Aquino; e também o *Clássico Argumento do Relógio,* de William Palley, apresentado em conexão com o artigo a respeito dele. Uma espécie de sumário dos argumentos tradicionais, vistos pela mente contemporânea, aparece no artigo intitulado *Reafirmação Contemporânea de Argumentos Tradicionais em Prol da Existência de Deus,* por A.E. Taylor. Ver o artigo sobre os *Atributos de Deus.*

Esboço

I. Mistério Tremendo
II. Mistério Fascinador
III. Conceitos de Deus
IV. O Conceito Bíblico de Deus
V. Provas da Existência de Deus
VI. Nomes Bíblicos Dados a Deus
VII. O Conhecimento de Deus
VII. O Conhecimento de Deus

I. Mistério Tremendo

Meus amigos, só há uma maneira de começarmos a falar sobre Deus. Coisa alguma tem sido dita de tão significativa, acerca de Deus, do que confessar que ele e *o mysterium tremendum.* O homem,

em seu atual estado de inteligência, não tem podido dizer muito sobre Deus, senão em sentido antropomórfico. Não podemos saber quão aproximada é a nossa terminologia da realidade de Deus; e no presente, não há como evitar o uso dessa linguagem. — Portanto, não deveríamos, por tolo orgulho, pensar que temos dito qualquer coisa grandiosa sobre Deus. Se, por enquanto, nem podemos descrever a matéria, porque o átomo continua sendo uma entidade misteriosa, apesar dos avanços da ciência, quanto mais é correto afirmarmos a mesma coisa sobre o *espírito* que é muito mais misterioso. Nosso conhecimento a respeito é muito mais fraco! Obtemos bem melhor sucesso quando falamos sobre as obras e a providência de Deus, especialmente quando elas são vistas à luz da missão de Cristo. Porém, quando se trata de tentativa de descrever a *natureza* e os atributos de Deus, falhamos para todos os efeitos práticos. Em separado há um longo artigo, nesta enciclopédia, sobre os *Atributos de Deus.* A leitura desse artigo (compilado com base em compêndios de teologia) demonstrará ao leitor que temos de apelar pesadamente para as expressões antropomórficas. Essa é a única maneira que temos para descrever Deus. Partimos com algum atributo humano, engrandecemo-lo a dimensões infinitas, então atribuímo-lo a Deus. Porém, até que ponto isso se aproxima da realidade divina, não podemos afirmar com qualquer grau de certeza. Para exemplificar isso, tomemos o termo «infinito», que empregamos tão largamente. Esse vocábulo não tem qualquer sentido para nós, se for examinado de forma crítica, visto que não temos qualquer experiência com a infinidade. Todas as nossas experiências são finitas. Portanto, o termo *infinito* é usado por nós para indicar algo muito grande, muito extenso, que nos inspira profunda admiração. Tão somente tateamos em busca de respostas, sem conseguir, entretanto, afirmá-las. Se tentarmos usar a palavra «infinito» em sentido verdadeiro, então ela passará a ser um *termo negativo,* porquanto não podemos atingir o sentido tencionado. Se usarmos a palavra «infinito» para indicar algo grande ou vasto (mas não infinito) então estaremos usando uma mensagem positiva, mas que não expressa, realmente, a idéia de infinitude. Em outras palavras, com o vocábulo infinito queremos dar a entender algo vasto, imenso, extremamente extenso. Entretanto, não temos verdadeira experiência com o infinito, pelo que não podemos expressar mais do que «muito grande». Isso nos mostra o dilema do emprego da linguagem humana, quando procuramos formular conceitos que envolvem o mistério tremendo que é Deus.

Os místicos sentem mui profundamente a futilidade da linguagem humana. Eles não crêem que possamos jamais compreender Deus através de conceitos e raciocínios. Portanto, eles buscam a *experiência imediata* com Deus, a qual, uma vez obtida, é *inefável,* isto é, não pode ser expressa por meio de palavras. A alma humana vem a conhecer a Deus na comunhão com ele, mas tal compreensão não é verbalmente comunicável. O conhecimento intuitivo é como as águas vivas de uma fonte que jorra incessantemente para cima. O conceito é como as águas que retornaram ao solo, — ficando estagnadas. Os homens gostam de vincular conceitos às coisas, cristalizando suas idéias e tirando-lhes a vitalidade. Os homens gostam de sistematizar as coisas, então eles dizem: «Nisto consiste a revelação, e não há maior revelação do que isto». Os homens gostam de reduzir seus sistemas a livros, e então homenageiam esses livros. Os homens têm livros sagrados e levantam muralhas em torno deles, presumivelmente confinando a verdade dentro dessas muralhas e excluindo todas as demais idéias.

Quando abordamos o conhecimento teológico, o estudo sobre *Deus,* então esses métodos humanos são obviamente absurdos, menos para os edificadores de sistemas fechados. Os céticos desesperam-se da busca e contentam-se com sua ignorância auto-imposta. O verdadeiro inquiridor da verdade nunca se sente satisfeito com o que já foi dito, com aquilo que aparece nos livros, com aquilo que as denominações cristãs afirmam. O verdadeiro inquiridor da verdade nunca se satisfaz com as suas próprias experiências, ainda que algumas delas sejam elevadamente místicas e emocionalmente cativantes. Ele sabe que a jornada até o Ser Infinito é de tal ordem que um ser finito jamais poderá chegar ao fim, embora não deva desistir da caminhada para a frente.

Abordando a Realidade. Quando um inquiridor da verdade aproxima-se da Realidade Última, chega a compartilhar da própria natureza dessa Realidade (ver II Pedro 1:4; II Coríntios 3:18). Mas isso envolve um processo eterno. Conhecer a Deus, no sentido mais prenhe da palavra, é ir adquirindo a sua natureza e os seus atributos; e é justamente isso que chamamos de salvação (que vide), o que jamais poderá ser equiparado ao simples perdão dos pecados e à mudança de endereço para o céu, no futuro. O conhecimento de Deus, portanto, é algo *existencial,* experimental, algo que ocorre mediante a transformação do próprio ser e da maneira de existir, compartilhando de um Ser muito maior. Sem dúvida, os conceitos aprimoram-se quando adquirimos maior experiência com o Ser divino; mas, pelo menos por enquanto, os nossos conceitos são apenas maneiras débeis e infantis de falar sobre Deus. O conhecimento jamais pode ser reduzido a meros conceitos. É mister que também seja existencial, experimental. Porém, a teologia sistemática pensa que sua redução conceptual de Deus é digna de confiança. Poucas coisas são tão obviamente falsas quanto isso.

Até onde posso determinar, foi Rudolfo Otto (que vide) quem primeiro utilizou a expressão *mysterium tremendum,* em alusão a Deus. Ele pensava que, quando nos avizinhamos de Deus, penetramos em um mistério insondável, que ultrapassa à nossa análise racional. O conhecimento de Deus precisa ser algo intuitivo, místico e existencial. Nossa análise racional fracassa, embora não seja totalmente inútil.

II. Mistério Fascinador

Os judeus demonstravam um profundo respeito pelos nomes de Deus. Entre eles, a palavra *Yahweh* jamais era pronunciada. Esse nome era distorcido de algum modo, a fim de que a pessoa que proferisse o nome divino nunca fosse culpada de exagerada familiaridade com Deus. Lemos que o nome de Deus nunca era escrito por algum escriba enquanto este não tivesse lavado, primeiramente, as suas mãos. Quão grande contraste isso forma com a moderna atitude evangélica, que brinca com o nome divino de forma tão frívola. Com freqüência ouve-se dizer: «O Senhor disse-me para fazer isto; o Senhor disse-me aquilo; o Senhor lembrou-me que...» Conheci uma dama que chegou a dizer que o Senhor era o culpado pela feliz circunstância de que as toalhas que ela comprara eram compatíveis com a cor do banheiro da nova casa que seu marido acabara de adquirir. Estaria Deus interessado em toalhas para serem usadas no banheiro? Um pregador evangélico cujo carro fora muito danificado, disse: «Senhor, não sei por que querias que o *teu* carro fosse danificado assim!» Meus amigos, estaria Deus interessado em desastres automobilísticos? Há pessoas que tratam Deus como se ele fosse algum bichinho de estimação da casa, fazendo seu nome participar das conversas, diante dos menores ensejos. Pessoalmente, procuro evitar o uso do nome de Deus, substituindo-o por alguma palavra vaga, como *autoridades* (no plural, porquanto Deus controla muitas agências e poderes). Na Universidade de Chicago, nas aulas de hebraico que tomei, havia alguns judeus. Eles evitavam pronunciar o nome divino. A mudança usual era de Elohim para *Elokim,* uma palavra inventada, para substituir a respeitável palavra *Elohim,* que é um dos nomes de Deus, no A.T. Temos algo a aprender dos judeus, quanto a isso.

A expressão **mistério fascinador** também foi cunhada por Rudolfo Otto, aludindo ao profundo fascínio ou encanto experimentado pelo adorador, quando ele se aproxima de Deus. Quando a adoração é verdadeira, esse será um dos resultados. Meus amigos, fico perplexo diante do ruído e da confusão dos cultos em muitas igrejas evangélicas. Onde está o mistério fascinador? Poderemos sentir o encanto da presença de Deus, com tantos gritos por toda parte? Paulo pensava que não (ver I Cor. 14:33). Deus é o autor da paz, e não da confusão. É na tranqüilidade da paz do coração que podemos sentir o encanto da presença do Senhor. Conheci um jovem, de Salt Lake City, Utah, E.U.A., que dizia que não conseguia obter a correta atitude

religiosa senão em meio a muitas exclamações e brados de Aleluia! Indago se o mistério fascinador pode mesmo ser sentido sob tais circunstâncias? Porém, igualmente amortecedor do espírito é aquela expressão religiosa dominada por meros conceitos, onde o elemento místico se faz ausente. Alguns evangélicos opõem-se decididamente a qualquer expressão mística na fé religiosa, pondo todos os seus ovos na cesta do conceito, comunicados mediante o ensino verbal. Isso é contrário ao espírito da oração de Paulo, em Efésios 1:17 *ss.* É mister que se faça presente entre nós o Espírito comunicador. Deve haver a *iluminação* na fé religiosa, pois, do contrário, paralizaremos as pessoas com meros conceitos, que não demorarão a tornar-se secos e estéreis.

III. Conceitos de Deus

Que podemos dizer sobre Deus por meio de conceitos? Oferecemos a análise abaixo, que inclui muita coisa que filósofos e teólogos dizem sobre a *Idéia Divina.* Ao apresentar este estudo, lembramos nossos leitores do que foi dito nas duas primeiras seções, advertindo, desde o começo, que os nossos conceitos ficarm muito aquém de uma verdadeira descrição de Deus, sem importar a utilidade que esses conceitos possam ter.

Eis as Principais Idéias sobre Deus

As principais idéias sobre a pessoa e a natureza de Deus podem ser classificadas sob os seguintes títulos:

1. Politeísmo. Trata-se de uma espécie de «teísmo», embora afirme que existem muitos deuses que mantêm interesse pelas vidas humanas, mantendo com os homens alguma espécie de contacto. O politeísmo, em sua fase original, consistia na personificação de importantes elementos da natureza, como o sol, a lua, a fertilidade, o amor, o poder, a violência ou a misericórdia.

a. *No Egito,* encontramos os deuses Atne Re-Khepri, o Sol; Amon-Re, o rei dos deuses; Ptah, Sekhmet e Nefer Tem, que formavam uma espécie de trindade e que seriam pai, mãe e filho, — que compunham uma família divina. Havia também muitas outras personificações divinas menores, como Ápis ou Serápis, o boi divinizado. Foi a essa divindade que o povo de Israel chegou a sacrificar seus filhinhos, em um momento de apostasia bárbara. Muitas outras nações compartilhavam desses deuses pagãos.

b. *Na Grécia* temos o deus Cronos (tempo, eternidade), o qual, em tempos primitivos, foi o principal dos deuses, segundo diz a própria mitologia grega. Finalmente, porém, seu filho, de nome Zeus, obteve a supremacia. Havia muitos outros deuses do Olimpo.

c. *Em Roma* a situação se torna um tanto caótica. Houve uma mescla de suas divindades com outras de outros povos, e muitos desses deuses estrangeiros passaram a ser conhecidos por outros nomes ali. Assim é que os romanos identificavam o Zeus dos gregos com o seu próprio Júpiter. Hera, a esposa de Zeus, segundo os gregos, passou a ser chamada Juno, pelos romanos. Júpiter era reputado pai dos deuses e dos homens. Juno era a rainha dos céus, e também era a deusa do matrimônio. Hermes passou a ser chamado Mercúrio pelos romanos, e era o deus da fertilidade, do gado e da música, da qual era o patrono. Segundo a mitologia romana, Mercúrio era o mensageiro dos deuses, bem como o advogado dos demais deuses. Atena, que os romanos chamavam de Minerva, era a virgem deusa do conselho, da guerra e das belas-artes femininas. Apolo era o deus da poesia, da música e da profecia. Conforme dizia a mitologia romana, Apolo era a luz dos céus. *Afrodite,* que os romanos chamavam de Vênus, era a deusa do amor, da beleza feminina e da fertilidade, tanto da terra como dos homens. Esculápio, que em Roma se chamava Asclépio, era o deus da medicina, da cura. Esse deus era adorado sob o símbolo de uma serpente.

Segundo se pode observar claramente por essas brevíssimas descrições, os homens criaram deuses de acordo com as suas próprias noções. A única diferença é que as experiências e os conceitos imaginários desses deuses seriam mais absolutos, porquanto lhes eram atribuídos tanto seres como qualidades mais exaltadas que entre os homens. Quase todos os pagãos e politeístas atribuíam, aos seus deuses, as suas próprias fraquezas e pecados; mas, ao fazê-lo, tornavam esses deuses mestres do mal, extremamente poderosos para a maldade. Disso é que se derivou o conceito errôneo de que «poder é razão», e que a moralidade equivale a alguém poder fazer algo sem que ninguém tenha poder suficiente de tolher tal ação. Por esse mesmo motivo é que Zeus supostamente governava aos deuses, mas não por sua bondade, e nem por amor à bondade, e, sim, por causa dos raios que ele despedia ao redor e que podiam fazer parar a qualquer deus ou homem que porventura quisesse pôr algum obstáculo aos seus desejos.

Infelizmente, até mesmo na cristandade, continua em existência um conceito de Deus que não difere muito da idéia dos pagãos. Esse conceito, na filosofia, é chamado *voluntarismo,* isto é, a vontade é que domina, e não a razão. Isso significa que a bondade pode ser qualquer coisa que Deus porventura deseja; e pôr em dúvida a justiça deste ou daquele ato divino é reputado como pôr em dúvida a própria autoridade de Deus. No entanto, a fé ensina-nos que aquele que governa os céus não fará jamais um ato errado; e a razão confirma que Deus jamais quebrará as suas próprias regras. E posto que ele tem revelado para nós no que consiste a moralidade, podemos supor que aquilo que o Senhor nos tem revelado, nas Santas Escrituras, concorda com a natureza moral de seu próprio ser.

2. Enoteísmo. Essa palavra se deriva de uma palavra grega, **hen,** que é um adjetivo numeral, «um». Trata-se da crença em um deus que age em nosso favor, mas que não nega que talvez existam outros deuses, cuja ação e autoridade são exercidas em outras esferas. Assim sendo, haveria um deus que exerce controle sobre os homens, interessando-se por alguma pessoa, alguma cultura ou alguma nação. Por essa razão alguns intérpretes acreditam que esse conceito de divindade, na cultura dos hebreus, precedeu ao puro monoteísmo. Em outras palavras, supõem que os israelitas originalmente criam que Yahweh era deus *deles,* — e não o Deus criador de todos. Os israelitas também pensariam que Yahweh era o maior de todos os deuses, mas que isso não eliminava a possibilidade da existência de outros deuses, que de Yahweh receberiam a sua autoridade. Isso seria apenas a combinação de idéias monoteístas e politeístas. Praticamente seria monoteísmo, mas teoricamente seria politeísmo. Também seria uma forma de teísmo, porquanto ensina que o deus supremo ou mesmo vários deuses mantêm contacto com os homens, estando interessados por eles, guiando-os, punindo-os por suas más ações e galardoando-os por suas boas ações.

3. Monoteísmo. O judaísmo, o islamismo e o cristianismo são os três grandes expoentes dessa idéia da divindade. Segundo essa posição, existe apenas um único Deus, em sentido absoluto, não querendo isso dizer que ele é o nosso deus e que existem outros deuses de outros povos. Antes, somente um ser é o possuidor da divindade autêntica. É interessante observarmos que esse ensino foi antecipado ou mesmo parcialmente duplicado dentro da filosofia platônica, em seu conceito de bondade universal, como também no conceito do «intelecto puro», de Aristóteles. Essa doutrina é ensinada francamente na idéia de «Yahweh», segundo o judaísmo posterior, segundo a qual Deus é o Deus de todos, e não meramente da nação israelita. Na realidade, ele é o Deus de todos os universos, de tudo quanto existe, sem importar se pertence à categoria terrena ou celestial, humana ou angelical, material ou espiritual.

Ordinariamente as seguintes idéias são vinculadas ao monoteísmo:

a. Deus é um ser *infinito ou absoluto.* Daí a origem da introdução do vocábulo «omnis», em «onipotente», «onipresente» e «onisciente». Isso nos leva à suposição de que Deus é, em grau infinito, aquilo que experimentamos apenas em pequena medida.

Naturalmente os conceitos sobre a *infinitude* na realidade são negativos, porquanto não possuímos qualquer experiência sobre qualquer coisa infinita. Assim que alguém começa a tentar descrever o «infinito», por motivo de suas próprias descrições já começou a reduzir o infinito à mera finitude. Não obstante, temos fé suficiente para crer que apesar de nada realmente sabermos sobre a infinitude, e apesar

de não possuirmos linguagem capaz de descrevê-la, podemos atribuir a qualidade da infinitude a Deus, supondo que aquilo que possuímos, de forma finita, ele possui em grau infinito. Discussões semelhantes ao raciocínio que aqui expomos mostram-nos quão pouco realmente conhecemos sobre Deus, visto que nossas descrições e nossa mentalidade não se prestam muito para descrever a natureza infinita de Deus.

b. Além disso declaramos que esse Deus possui tanto a *vida necessária* como *a vida independente*. Em outras palavras, Deus possui aquela forma de imortalidade verdadeira, que não pode deixar de existir. Esse é um dos pontos doutrinários mais exaltados do evangelho de João, onde há comentários nos trechos de João 5:26 e 6:57 no NTI. Todos os demais seres possuem uma vida que não é necessária, isto é, aquela variedade de vida que pode deixar de existir. No entanto, o ensino do evangelho de João é que Deus outorgou essa vida necessária a Jesus Cristo, como homem — e através dele, a todos os seres humanos que nele vierem a crer; e assim o homem pode tornar-se possuidor da imortalidade verdadeira, o mesmo tipo de vida que Deus tem e que caracteriza agora a vida do Senhor Jesus. Mas a vida de Deus é igualmente «independente», isto é, uma vida que existe por si mesma, sem depender de outra qualquer, para sua origem e continuação. Ora, os remidos, por intermédio de Cristo, por semelhante modo tornar-se-ão possuidores dessa «vida independente», que também caracteriza a verdadeira imortalidade.

Tomás de Aquino criou um argumento em prol da existência de Deus com base na idéia da vida necessária e independente, supondo que a menos que ela existisse em algum lugar, seria impossível para qualquer outra coisa existir. A alternativa do pensamento de que alguma *vida necessária* foi a origem de toda a vida dependente, é o regresso infinito de uma causa para outra, «ad infinitum». Ou seja, uma coisa teria sido a causa de outra, mas ela, por sua vez, também teria causa, e esta causa teria sido causada por outra coisa, etc., até que nos cansamos de repetir a mesma coisa. Tomás de Aquino, pois, pensou ser muito mais lógico supormos que esse regresso infinito se interrompe quando chega à «vida necessária», que não precisa de ter tido uma causa, mas antes, representa a verdadeira imortalidade.

c. *Ordinariamente*, o conceito do monoteísmo inclui a idéia de que Deus é o criador de todas as coisas, que somente ele existiu desde a eternidade, e que todo o resto da existência, sem importar se pertence à natureza física ou à natureza espiritual, se deriva dele. O conceito da criação, conforme aparece como idéia filosófica, não requer a introdução de um início absoluto; ou, em outras palavras, pode ser encarado no mesmo sentido em que dizemos que um objeto físico «cria» uma sombra quando exposto à luz. Nesse caso, a sombra realmente co-existe com o objeto, mas este último é a «causas» da sombra, ou seja, o «criador» da sombra. Por semelhante modo, no conceito da emanação (conforme ensinado pelo panteísmo estóico), embora a criação seja vista como parte integrante do criador, e, por isso mesmo, co-eterna com ele, contudo, ainda assim poderíamos falar em criação, pois Deus teria criado tudo emanando a si mesmo.

Não obstante, tanto o judaísmo como o cristianismo ensinam que os mundos físicos, juntamente com tudo quanto existe, tiveram início em um ponto do tempo, deixando somente Deus como eterno. Isso tem criado, para alguns, o pseudoproblema que indaga: «E o que Deus estava fazendo quando somente ele existia?» Orígenes, para resolver esse problema, supôs que a criação seria um ato eterno de Deus, de tal forma que nunca teria havido um tempo em que Deus esteve *inativo*. Mas outros estudiosos da Bíblia ensinam que o tempo pertence somente à criação, e que, por isso mesmo, antes da criação, não havia tempo. Ainda outros intérpretes, em busca da solução para esse problema, têm sugerido que a criação é eterna apenas como um conceito de Deus, isto é, existente na mente de Deus desde a eternidade. Todavia, a idéia ordinária, aceita pela maioria dos teólogos cristãos, é que Deus criou todas as coisas em um ponto inicial do tempo, mediante a sua própria *energia,* como que «do nada»; embora a criação, através da própria energia divina, com a qual Deus teria formado a matéria, baseado em princípios espirituais, não é realmente uma criação *do nada*. Quanto a outras notas expositivas sobre a «criação», ver Heb. 11:3 e João 1:1-3 no NTI. Ver também o artigo sobre *Criação.*

d. Como parte usual da teologia monoteísta avulta o conceito de que Deus é um ser pessoal, e não alguma força cósmica impessoal. Deus é um ser inteligente; e podemos saber algo a seu respeito mediante o exame do ser humano, — que foi criado à sua imagem. Mais perfeitamente ainda, podemos saber sobre Deus através do Senhor Jesus Cristo, que refletiu a sua glória. Deus é Espírito, no que faz contraste com a matéria, ainda que não saibamos no que consiste um «espírito», exceto que não pode ser compreendido em termos das coisas materiais. Além disso, Deus possui natureza emocional. Deus tem vontade e razão, de uma maneira infinita, ainda que, até certo ponto, o homem seja um reflexo dessas verdades, possuindo tais propriedades mais ou menos da mesma maneira que Deus as possui, posto que em grau muito menor. Por conseguinte, somos levados à conclusão de que Deus não é alguma força cósmica, remota, impessoal, sem qualquer consciência da existência do homem. Pelo contrário, é um ser vivo que tem todo o conhecimento dos homens, que os guia, que os castiga ou galardoa, segundo as suas ações, e que determina os eventos e o destino de cada ser humano. Ora, essa é a posição do «teísmo».

e. *Ao Deus único, o* Deus apresentado pelo monoteísmo, também atribuímos a qualidade da moralidade. Deus é bom, amoroso e santo, sendo o grande despenseiro da justiça. O seu amor, entretanto, não é da qualidade do «eros» ou amor erótico, sensual, e, sim, é «agape», um amor sem causa, sem começo e puro em seu princípio, consistindo em um interesse genuíno e eterno pelo bem-estar de todas as suas criaturas. Esse amor, outrossim, é independente, ou seja, não é criado ou mantido por qualquer coisa existente no objeto amado; pelo contrário, devido à sua suprema natureza amorosa, Deus é quem dá corpo ao princípio da bondade e da justiça, não precisando indagar, de quem quer que seja, o que seria bom e o que não o seria. Assim, pois, Deus é o padrão final de todos os valores morais.

Kant, um filósofo alemão, costumava utilizar-se dessa idéia da moralidade de Deus como prova de sua existência. É óbvio que neste mundo não prevalece a justiça, embora nossos sentimentos íntimos digam-nos que a justiça terá de prevalecer final e completamente. Porém, somente uma personalidade como Deus poderia fazer com que essa vitória final do bem venha a ser uma realidade. A isso devemos acrescentar que somente uma pessoa como Deus pode ser o Juiz de todos, recompensando e punindo, de conformidade com um princípio correto. Há igualmente um pensamento que não devemos esquecer: a imortalidade precisa ser um fato, pois somente depois desta vida é que a maior parte das vidas pode prestar contas a Deus como convém. A fim de dar a esse Juiz o tempo de tomar essa prestação de contas, o homem precisa sobreviver à morte física, para que possa apresentar-se ao julgamento, recebendo sua recompensa ou sua punição, de conformidade com o que cada um tiver feito nesta vida terrena. Além disso, deve haver lugares de recompensa e de punição.

f. *Trinitarismo ou triteísmo?* No cristianismo se desenvolveu a doutrina da trindade, a fim de preservar tanto a unidade como a complexidade existentes dentro da personalidade do ser a quem chamamos de Deus. Essa doutrina não ensina que existem três pessoas distintas e separadas, que seriam todas as três outros tantos deuses: Pai, Filho e Espírito Santo, e não um único Deus, em três pessoas ou manifestações. O mormonismo é a principal expressão religiosa da cristandade que ensina o triteísmo, o que, naturalmente, não passa de uma forma de politeísmo. É interessante obsevarmos que segundo a teologia vulgar da igreja cristã, não se faz a distinção entre o triteísmo e o trinitarismo. Isso envolve não somente os leigos, os simples membros das igrejas evangélicas, mas também até os seus próprios minis-

tros. Assim sendo, o pastor evangélico comum, ao ser solicitado a apresentar uma definição de Deus, dará uma resposta triteísta, e não trinitarista. Mas isso se deve ao fato de que rara é a pessoa que reconhece o que é o trinitarismo.

4. O teísmo. — O teísmo reinvindica possuir conhecimento; em outras palavras, declara que há evidências conclusivas em favor da existência de Deus, suficientemente positivas para permitir-nos uma declaração em prol de sua existência. Essas evidências nos chegam através da observação meramente empírica da grandiosidade e do desígnio aparentes neste mundo, através da intuição, através da razão e, sobretudo, através das experiências místicas. Outrossim, nossa experiência, física e espiritual, confirma para nós que Deus jamais abandonou ao seu universo, mas antes, continua bem próximo de nós, mantendo assim constante contacto com os homens, no que visa o benefício e o proveite eternos deles.

O trecho de Atos 17:24-31 apresenta elevadas expressões teístas. Deus, pois, é a fonte originária de toda a vida física e espiritual, e é o poder sustentador de ambos esses tipos de vida. Deus é a fonte de toda a forma de consciência. Ele é a origem de todas as idéias morais, como também de todos os valores humanos. Deus é imanente em sua natureza, e não absolutamente transcendental. Ele é quem preserva todo o valor e a dignidade humanos. Finalmente, Deus é o Salvador e o Redentor do homem, aquele que se oferece para elevar o homem à vida divina, por intermédio de Cristo. Além disso, Deus é o Juiz de todas as suas criaturas inteligentes, morais, que as recompensa ou pune, de conformidade com a retidão ou a maldade de suas ações. Deus é o alvo de toda a existência. É a própria razão para continuarmos vivendo.

5. O deísmo. Esse ponto de vista faz contraste direto com a posição anterior, a do «teísmo». O deísmo consiste na noção de que Deus é totalmente transcendental, porquanto, apesar de ser o criador e a fonte da vida, divorciou-se de seu universo, abandonando-o completamente e não mais exercendo interesse por ele. Deus teria criado, segundo essa posição filosófica, os mundos, como se fossem máquinas dotadas de movimento perpétuo, as quais após o impulso inicial da criação, não mais necessitariam da orientação e da energia da mente divina. Deus seria a primeira causa de todas as coisas, mas não seria objeto apropriado de nossa adoração, porquanto nem mesmo daria atenção a seus adoradores.

Na realidade, o deísmo equivale ao ateísmo prático, porquanto Deus nada significaria para o homem. Segundo esse sistema, a moralidade fica inteiramente ao encargo do homem. Ele é que tem de descobrir quais leis concordam com aquilo que Deus determinou no princípio; e então, se conseguirem acertar, tudo irá bem com os seres humanos. Mas isso não porque Deus recompensará ou punirá aos homens, e, sim, porque praticar o bem é melhor do que praticar o mal e, em certo sentido, praticar o bem é sua própria recompensa. O *deísmo* guia-se pela crença de que a lei estabelecida, com seus resultados naturais para o bem ou para o prejuízo dos homens, dependendo tão-somente de como obedecerem ou desobedecerem a essas leis, é suficiente para os homens. Isso significa que Deus jamais haverá de retornar à sua criação, fazendo intervenção em qualquer sentido, de forma pessoal, a fim de recompensar ou de castigar aos homens. Por conseguinte, o homem seria responsável apenas diante de si mesmo, embora de conformidade com uma lei natural originalmente estabelecida por Deus. Epicuro é considerado o criador dessa idéia; e ele a criou a fim de desenvolver uma ética humanista, aliviando os pagãos de seus temores supersticiosos dos seus «deuses».

6. O panteísmo. De conformidade com esse sistema, a natureza inteira é reputada como parte integrante de Deus. Em outras palavras, todas as coisas têm a mesma essência de Deus, não havendo qualquer distinção, entre Deus e a criação, no que diz respeito à essência ou substância. O mundo seria o corpo de Deus, e Deus seria a alma do mundo. Tudo quanto existe é Deus, e Deus é tudo quanto existe. Dentre as escolas filosóficas, podemos dizer que o estoicismo, o neoplatonismo, o «um» de Parmênides e diversas formas do idealismo germânico representam variações do panteísmo. Segundo o panteísmo, não existe qualquer Deus pessoal, não existe qualquer inteligência superior, distinta da criação, em qualquer sentido absoluto, como se Deus fosse possuidor de uma natureza diferente do resto. Tudo que existe pode ser comparado ao sol. O sol envia os seus raios, a sua energia. A sua energia faz parte do próprio sol. Assim também Deus é visto como o grande *Sol* que emana a si mesmo. Assim, tudo que existe é produto de sua emanação, participando de sua natureza, ainda que sob formas modificadas, tal como os raios do sol fazem realmente parte desse astro luminoso.

7. O realismo agnóstico. Essa filosofia assevera que a verdadeira natureza de qualquer Deus ou deuses, mente divina, realidade última, ou qualquer outro termo que queiramos usar, é desconhecida e impossível de ser conhecida. Poderíamos dizer alguma coisa acerca dessa suposta *realidade última;* porém, o mais que podemos fazer, nesse caso, é usar uma linguagem simbólica. Outrossim, seria um erro supormos que aquilo que dizemos representa fielmente o que na realidade representa esse suposto «Deus». Poderíamos fazer alusão a uma «primeira causa» ou à «fonte da existência»; mas tudo isso não passa de meras tentativas de formularmos idéias sobre uma divindade acerca da qual nada realmente sabemos com certeza. Herbert Spencer foi um grande advogado dessa idéia, no que diz respeito a Deus. Esse ponto de vista não nega a existência de Deus; mas tão-somente deixa na dúvida a questão inteira.

8. O humanismo é aquela posição filosófica que pensa que Deus não é alguma força cósmica e final, algum poder supremo, alguma existência absoluta, algum ser supremo e transcendental, pessoal ou impessoal, teísta ou deísta, que seria um só ou diversos, e nem teria forças como uma energia, a gravidade, etc. Pelo contrário, Deus seria «le grande être», ou «agrande ser». Esse grande ser seria a própria humanidade, o que há de melhor no homem, as suas esperanças e realizações mais excelentes, os seus valores mais altos, a sua suprema bondade. Essa idéia é criação de Comte (1759-1857, —o genitor do positivismo lógico) e também foi esposada por John Dewey, um dos principais representantes do pragmatismo, por Max Otto, Roy Wood Sellars, Corliss Lamont e outros filósofos pragmáticos e humanistas.

9. O idealismo impessoal. Deus seria o valor ideal. Trata-se de um conceito similar ao da posição filosófica precedente, podendo ser classificado como uma subcategoria do «humanismo». Todavia, neste caso, a ênfase recai sobre os valores. Os valores possuiriam uma existência objetiva, «sui generis». Os valores, ou princípios ideais, que seriam válidos e universais, é que seriam Deus, de acordo com esse ponto de vista.

10. A sobrenaturalidade deísta. Deus seria o revelador sobrenatural dos valores. Deus aparece usualmente como transcendental (o que mostra as tendências para o «deísta» dessa posição filosófica). Contudo, algumas vezes ele penetraria no universal a fim de alterar o rumo das coisas, efetuando um milagre, revelando algo importante, mantendo algum contacto com o homem. (E isso mostra que essa posição também combina com o «teísmo»). Ao mesmo tempo, entretanto, Deus é totalmente distinto do universal; é transcendental. Isso significa que às vezes Deus é teísta, e às vezes é deísta. As raízes dessa idéia podem ser encontradas em várias declarações de Lutero, de Calvino e de outros teólogos cristãos. Mais recentemente, tal idéia foi expressa no existencialismo de Soren Kierkegaard, como também em determinadas seções das obras de Karl Barth (em sua neo-ortodoxia). É interessante que algumas declarações das Escrituras parecem ter um certo colorido que as assemelham às afirmações da sobrenaturalidade deísta.

11. O naturalismo religioso. De acordo com essa idéia, a tendência observável nos homens e no mundo, que busca alcançar a perfeição e que produz valores, é que é Deus (tal como na oitava e na nona posições mais acima). Mas com isso estaria combinada a teoria da evolução. O alvo da evolução seria a perfeição. Esse alvo é

Deus. No dizer de Nelson Wieman: «Deus é o desenvolvimento da significação e do valor no mundo». Deus seria o valor teleológico.

12. O panenteísmo. Essa posição filosófica deriva sua designação de vocábulos gregos que significam, mais ou menos, «Deus conforme aparece em tudo». Conforme dizem os seguidores dessa idéia, Deus penetra e enche todas as coisas, porquanto se mantém imanente em tudo; porém, ao mesmo tempo, não deve ser identificado com esses objetos, conforme diz o panteísmo. Deus estaria em tudo, mas não é tudo. Possui a sua própria natureza ou essência distinta. Assim ensinavam Alfred North Whitehead e Alberto Schweitzer.

13. O ateísmo. O ateísmo também afirma possuir certo conhecimento, acreditando contar com evidências suficientes, de natureza negativa, que afirmam que não há Deus. Nem Deus e nem deuses existem. Conforme dizem os seus seguidores, no nosso mundo existem provas, que podemos observar na maldade existente no universo, que negam a existência de um bondoso Deus, juntamente com a confusão e o sofrimento que imperam por toda a parte. E posto que o mal e o sofrimento obviamente existem, os ateus acreditam que isso significa que Deus não existe. De conformidade com o conceito cristão, as idéias aqui enumeradas como sexta, oitava, nona e décima primeira, são todas formas de ateísmo, as quais, embora retenham a palavra «Deus», em seu vocabulário, na realidade não querem dizer coisa alguma com isso, a não ser dar uma satisfação às Escrituras Sagradas ou à teologia cristã, no que esse termo realmente significa.

O ateísmo está vinculado às seguintes declarações básicas, que o definem:

a. Não existe qualquer Deus, segundo qualquer definição.

b. Não existe Deus, segundo os termos de qualquer filosofia ou religião, sem importar a forma tomada pelas declarações que fazem as filosofias ou religiões.

c. Não existe Deus, sobretudo conforme a proclamação do judaísmo e do cristianismo.

Usualmente o ateísmo aceita como pontos de vista válidos somente aquelas coisas sujeitas à percepção dos sentidos, ficando assim negados o misticismo, a intuição e a razão pura como meios de que dispõem os homens para saberem das coisas. Ora, não haveria percepção de Deus através dos sentidos, mas bem pelo contrário. Outrossim, a percepção dos nossos sentidos pode conferir-nos uma razoável descrição da maldade e da corrupção que imperam no mundo; e, por isso mesmo, essas coisas negam a existência de um Deus bom e inteligente. No entanto, alguns ateus têm caído no absurdo de declararem: «Se eu fosse Deus, teria criado um universo melhor». Não obstante, isso nos permite entrever que os ateus acreditam ordinariamente que este universo imperfeito, especialmente do ponto de vista moral, serve de prova que, no universo, agem forças cósmicas e impessoais, em vez de um Deus *pessoal* e moral. Todavia, não dignificam os ateus a essas forças naturais e impessoais, chamandoas de «Deus».

Em comparação com a posição assumida pelos ateus, o teísmo também assevera possuir determinado conhecimento, afirmando que existem evidências suficientes que confirmam a existência de Deus. Essas evidências são de ordem positiva. E isso leva os que assim pensam a afirmarem que Deus realmente existe. Pois a própria percepção dos sentidos, que nos permite observar os vários fenômenos maravilhosos da natureza, nos confere testemunhos variegados da existência de Deus.

14. O agnosticismo. Essa é a posição filosófica teológica que afirma: Talvez Deus exista; talvez não exista. É a posição de quem não afirma ser possível ter tal conhecimento com certeza. Existiriam provas tanto positivas como negativas da existência de Deus, mas nenhuma delas seria suficientemente conclusiva para capacitar os homens a tomarem uma decisão firme sobre a questão. O agnosticismo admite a possibilidade da existência de certo conhecimento sobre a questão, mas que esse conhecimento está sujeito a modificações, com a passagem do tempo, de acordo com elementos positivos ou negativos que forem surgindo.

Alguns agnósticos se inclinam para o teísmo, e outros para o deísmo. Em outras palavras, alguns deles pensam que as evidências em favor da existência de Deus, apesar de não serem conclusivas, são sugestivas dessa existência. Mas outros agnósticos, a despeito de admitirem que não sabemos se Deus realmente existe ou não, afirmam que a existência disponível é principalmente negativa, o que os leva a suspeitarem que Deus realmente não existe. Por conseguinte, essa segunda forma de agnosticismo tende para o ateísmo.

O agnosticismo, estranhamente, também afirma possuir certo conhecimento, porquanto aceita a idéia de que talvez existam evidências inconclusivas a respeito do caso. No entanto, mantém a posição que diz: «Não sabemos». Assim sendo, o nome «agnóstico» se deriva dos termos gregos «a gnosis», palavras que significam «não-conhecimento». Alguns agnósticos têm a fé que é impossível, tanto agora como talvez para sempre, sabermos se realmente Deus existe, crendo que essas questões, e outras similares, não são possíveis de serem respondidas pela mente humana. Ainda outros desses agnósticos acreditam que a evidência de que dispomos não está necessariamente estagnada, e que futuras modificações poderão propiciar base para a crença favorável ou contrária à idéia da existência de Deus.

15. O ceticismo. O ceticismo é uma espécie de agnosticismo radical. Àquilo a que chamamos de conhecimento, segundo esse ponto de vista, não é realmente tal, mas, quando muito, apenas indicações parciais do que a natureza de qualquer coisa poderia ser. Os céticos radicais pensam que tanto agora como para sempre será impossível obter qualquer conhecimento real acerca da natureza verdadeira do que quer que seja. Ora, isso se aplica não somente a Deus, mas a todas as coisas também, incluindo a natureza da matéria. Assim sendo, os homens podem falar sobre os átomos, sobre as partículas dos átomos, como os eléctrons, os nêutrons e os três elementos do eléctron, chamados «quarks»; porém, tudo quanto os homens dizem, quando muito, não passaria de uma descrição parcial do que é a matéria, porquanto não sabemos no que consiste a matéria, embora possamos fazer descrições tentativas a respeito.

Os *céticos* ordinariamente limitam os meios humanos de obter conhecimentos à percepção dos sentidos, e por isso mesmo negam qualquer valor à intuição, à razão e ao misticismo, como meios de obtenção de conhecimentos. Porém, conforme é bem conhecido o fato, a percepção dos sentidos não é muito acurada, e podemos estar certos de que a maior parte dos fenômenos que ocorrem no mundo não está sujeita à percepção dos nossos sentidos. Alguns indivíduos podem ver áreas de luz que outros não podem. Alguns podem ouvir sons que geralmente não podem ser ouvidos. É lógico, por conseguinte, que qualquer coisa que os homens conhecem através de seus cinco sentidos, só pode ser uma descrição parcial até mesmo dos objetos físicos. Quão pouco é o nosso conhecimento, adquirido através desses sentidos físicos, pois, acerca de realidades imateriais como Deus, os anjos, a alma, etc., não sabemos entrar em contacto através desses sentidos?

16. O positivismo lógico. Trata-se de uma forma de ceticismo que domina a ciência moderna. Tal como o ceticismo comum, limita tudo quanto se pode conhecer à mera percepção dos sentidos, assim rejeitando quaisquer reivindicações de conhecimento que nos chegam através de outros meios, como a razão pura, isto é, aquela que prescinde de experiências, a intuição ou o misticismo, que também inclui a *revelação* divina. Todas as proposições de conhecimento que não têm base na experiência são *sem sentido;* ou em outras palavras, não haveria qualquer meio de julgar o seu verdadeiro valor. Assim sendo, o *ateísmo* e o *teísmo* são igualmente errados porque dizem que *existem evidências:* indicações *negativas (não há Deus* - ateísmo); indicações *positivas (há Deus* - teísmo). As duas declarações são incorretas, no dizer dos positivistas lógicos, porquanto ambos fazem declarações que são «sem sentido», porque é impossível demonstrar a existência de Deus através da experiência baseada na

percepção dos sentidos. O positivismo lógico rejeita também a maior parte dos sistemas de ética, de metafísica e de estética, reduzindo a filosofia a um mero método científico.

Até mesmo quando fala de assuntos que podem ser conhecidos cientificamente, os positivistas lógicos não se referem a algum conhecimento autêntico, mas tão somente buscam encontrar alguma taxa de probabilidade, no tocante ao seu valor verdadeiro. Assim sendo, algumas coisas teriam uma elevada taxa de probabilidade, ao passo que outras teriam uma taxa de probabilidade bem baixa; e esse seria o verdadeiro valor dessas coisas. Em todas as experiências científicas, todas as evidências jamais podem ser descobertas, acerca de qualquer objeto; e isso significaria que nada, realmente, pode jamais ser conhecido com certeza absoluta. Por conseguinte, não haveria qualquer coisa como uma lei científica, porque outras evidências e experiências podem modificar os nossos conceitos sobre tais leis. Todas as chamadas «leis» seriam meramente taxas de probabilidade e sempre estariam sujeitas a sofrer modificações. Até mesmo o chamado conhecimento científico não passa de uma «inferência lógica».

17. O existencialismo. De acordo com essa posição filosófica, Deus seria transcendental, o «ser sem limites». Assim sendo, não poderíamos dizer que Deus «existe» ou «não existe», porque essas palavras não têm significado quando são aplicadas a Deus. Elas subentendem «um ser» entre outros seres. E dizer alguém que «Deus existe», é, na realidade, expressar uma forma de ateísmo, porquanto reduz o Grande Deus Transcendental à categoria daquelas coisas que podemos conhecer e expressar com a nossa mentalidade tão limitada. A própria palavra «Deus» não se refere a uma «realidade», e nem mesmo à «mais alta realidade», mas é antes uma alusão à fonte e ao alicerce de toda a vida e existência. Ao mesmo tempo, essa qualidade transcendental suprema é totalmente transcendental, e jamais poderá vir a ser descoberta e descrita pela investigação. Deus é o grande mistério perpétuo, e sempre haverá de ser o objeto do ser, o objeto de uma pesquisa admirada. E assim, quer neste mundo material, ou em algum outro mundo, após a morte física, Deus será sempre o «Grande Mistério» em direção ao qual os homens se movimentam, dirigindo-lhe a sua atenção, sempre procurando, mas sem jamais encontrá-lo, porquanto Deus é inerentemente transcendental. Esse é o tipo de existencialismo religioso, conforme é apresentado por Paul Tillich.

A principal fraqueza dessas diversas formas de *incredulidade,* descritas acima, consiste no fato de que ordinariamente fazem da percepção dos sentidos o único meio de adquirirmos conhecimentos, não dando a devida consideração a outros meios, como a intuição, a razão pura e o misticismo que são meios de descobrimento de Deus muito melhores do que a percepção dos sentidos. Pois se realmente Deus existe (isso é fato) e ele resolve revelar-se, poderá simplesmente fazê-lo através de visões, sonhos ou outros meios dessa natureza, deixando assim inteiramente de lado toda e qualquer necessidade do concurso da percepção dos sentidos, e até mesmo da razão e da intuição.

Deus se dá a conhecer aos homens como um ato de sua misericórdia e graça, e alguns indivíduos, altamente inteligentes e treinados, têm arriscado as suas vidas sobre essa proposição. O mais poderoso argumento em favor do conhecimento religioso de toda a variedade, incluindo o conhecimento da existência de Deus, é o apresentado pelo misticismo. O Antigo e o Novo Testamentos se alicerçam sobre a suposição de que o Ser Supremo e divino se tem revelado aos homens por intermédio de meios especiais. Isso quer dizer simplesmente que o conhecimento autêntico de Deus é um «dom de Deus» e não, necessariamente, aquilo que pensaríamos que devemos experimentar, para afirmar tal verdade.

IV. O Conceito Bíblico de Deus

Oferecemos ao leitor um detalhado artigo sobre os *Atributos de Deus,* biblicamente orientado, com muitas referências escriturísticas. Ali expomos o conceito geral de Deus, de conformidade com a Bíblia. Adicionamos aqui somente uma caracterização geral:

1. O Deus da Bíblia é teísta, e não deísta. Ver os artigos separados sobre o *Teísmo* e o *Deísmo,* como também os comentários deste artigo, em sua terceira seção, pontos quatro e cinco. Isso significa que Deus não apenas transcende à sua criação, mas também que ele é *imanente* na mesma. Deus intervém em sua criação, alterando o curso da história e de vidas individuais, recompensando ou punindo. Portanto, Deus é quem impõe a responsabilidade moral, e não o homem, pois ele é quem estabelece as regras e determina penas para os desobedientes. As experiências místicas dependem do conceito teísta de Deus. Há uma *Presença* que pode ser buscada, sentida e conhecida.

2. O Deus da Bíblia é *um só* (ver sobre o monoteísmo), embora se manifeste como uma *Trindade* (que vide). Isso se refere não somente à natureza de Deus, mas também ao seu impulso de comunicar-se, porquanto é no Filho, através do Espírito Santo, que Deus se comunica com o homem.

3. O Deus da Bíblia faz-se conhecer pela *revelação* (que vide). Judeus e cristãos crêem que Deus quis revelar-se, tendo-o feito por meio de profetas e homens santos. Essas revelações têm-se concretizado nos livros sagrados do Antigo e do Novo Testamentos. Esse é um dos aspectos do *teísmo.* O desvendamento sobrenatural de Deus e as suas exigências são universais em caráter, tendo-se tornado parte da história da humanidade. A encarnação do Logos, em Jesus de Nazaré, é a suprema revelação de Deus, e o Novo Testamento é uma prolongada declaração das implicações dessa revelação. O Pai faz-se conhecido no Filho (João 14:7 *ss,* e cap. 17). A revelação de Deus, no Filho, tem natureza redentora e restauradora, por serem esses os propósitos principais por detrás dos atos reveladores.

4. O Deus da Bíblia é o *Espírito Eterno,* o Criador e Preservador Infinito, bem como o Juiz de toda a criação. Ele é também o Redentor, pois aquelas outras qualidades teriam pouca significação para os homens. A Confissão de Fé de Westminster (que vide) declara: «Deus é um Espírito, infinito, eterno e imutável em seu ser, sabedoria, poder, santidade justiça, bondade e veracidade». Essa declaração, infelizmente, deixa de lado o seu atributo de amor, que é a base de toda a sua natureza moral, bem como o impulso mesmo por detrás da revelação e da encarnação de Deus, no Filho.

5. O Deus da Bíblia é uma *pessoa,* em contraste com os conceitos descritos na seção III deste artigo, como o panteísmo (ponto sexto), o realismo agnóstico (ponto sétimo), o humanismo (ponto oitavo), o idealismo impessoal (ponto nono), o naturalismo religioso (ponto décimo primeiro), ou o permanente grande mistério do existencialismo (ponto décimo sétimo). Afirmamos que Deus é uma pessoa e um espírito. E isso é o começo dos problemas, porquanto não sabemos como definir um espírito, exceto asseverando, de maneira vaga e imprecisa, que se trata de um ente *não-material;* e também só podemos descrever os atributos de uma pessoa fazendo analogia com as pessoas humanas; mas isso faz as descrições ficarem muito aquém da realidade toda de Deus. Não obstante, retemos esses termos por falta de melhores, ainda que as descrições assim conseguidas estejam longe de ser brilhantes.

6. *Classificação dos Atributos de Deus.* Os teólogos acham conveniente falar sobre os atributos de Deus mediante duas amplas categorias: os atributos *comunicáveis* e os *incomunicáveis.* Os primeiros são aqueles como as qualidades racionais e morais, que encontram algum paralelo na natureza humana: sabedoria, bondade, retidão, justiça e amor. Deus mostra-se imanente em sua criação, de acordo com esses atributos. Sob a segunda classificação, temos a auto-existência (o Ser Necessário), em contraste com os seres desnecessários ou dependentes, cuja vida é derivada da Fonte da vida; a imutabilidade; a onisciência; a onipotência e a eternidade. Nesses atributos, Deus mostra-se transcendental, sendo eles análogos às condições humanas. Com o termo «eternidade» indicamos que Deus meramente não teve começo, e nem terá fim. Também indicamos que ele é um Ser totalmente além da categoria humana do tempo, pertencente a um tipo totalmente diferente de esfera e forma de vida. Ver sobre *Atributos de Deus.*

7. A *Vontade de Deus e a sua Soberania.* Esse é um outro aspecto do ensinamento do teísmo. Deus faz-se presente e pratica aquilo que ele quer; mas a sua santidade garante que tudo quanto ele faz sempre é correto e justo. A vontade de Deus é um aspecto de sua autodeterminação, que encontra expressão em seus atos criativos. Ver o artigo separado sobre o *Determinismo,* que aborda esse assunto quanto aos seus detalhes.

8. *A Paternidade de Deus.* Essa é a base de seus atos remidor e restaurador. Ver Romanos 8:14 *ss* quanto a uma expressão bíblica a esse respeito. Jesus ensinou os homens a orarem a Deus como Pai (Mat. 6:9). Esse capítulo tem doze referências a Deus como Pai. Tais alusões são extremamente numerosas no evangelho de Mateus. Ver também Mat. 5:16,45 48; 7:11,21; 11:25-27; 12:50; 16:17; 26:38,42 e 28 19. Ao chamar Deus de Pai, Jesus enfatizou o interesse de Deus pela humanidade, bem como o seu amor, cuidado vigilante, generosidade e fidelidade. Conta-se a história de como um missionário evangélico procurava ensinar a alguns africanos os conceitos bíblicos de Deus. Uma idosa mulher desistiu de continuar aprendendo as lições. Perplexo, o missionário perguntou-lhe por qual razão. Ela respondeu: «Aprendi que Deus é o meu Pai. Isso basta para mim».

V. Provas da Existência de Deus

De certa feita, estava eu pregando em uma igreja batista sobre as provas da existência de Deus. Procurei usar algumas poucas referências bíblicas que concordam em espírito com as provas filosóficas, mas que não se acham ali com o propósito específico de provar a existência de Deus. Fui severamente criticado devido àquele sermão, e uma das senhoras chegou a dizer: «Espero que o pastor não torne a convidar aquele *filósofo* para falar à igreja!» Em uma outra ocasião, um jovem de um seminário batista, na cidade de São Paulo, referiu-se ao que aquela senhora dissera, concordando inteiramente com ela. Eu estava presente e ouvi a observação dele, mas não me dei ao trabalho de protestar. Mas eu sabia que tanto os cursos de filosofia como de teologia (da escola que ele freqüentava) incluíam provas racionais da existência de Deus, naquelas disciplinas. A ignorância dos fatos nunca leva a coisa alguma. Quanto mais aprendemos, tanto melhores ficamos. Os filósofos têm feito bem em examinar esse assunto; fazemos bem em ficarmos informados acerca do assunto, — mesmo que não precisemos de tais provas para consubstanciar a *nossa* fé cristã. Pois os que ainda pertencem ao mundo, talvez sintam que essas provas são úteis para eles consubstanciarem *sua* fé na existência de Deus. Outrossim, muitas dessas provas têm uma sólida base bíblica, ainda que, na Bíblia, tais conceitos não sejam expostos como provas.

Abaixo oferecemos os vinte argumentos diversos que comprovam a realidade da existência de Deus, a saber:

1. Há a idéia do *quinque viae,* exposta por Tomás de Aquino. Antes de tudo destaca-se o princípio do *impulsionador primário,* isto é, aquela força que desencadeou o movimento e que agora sustenta o mesmo. O mundo seria, essencialmente «matéria em movimento». Precisamos explicar a existência tanto do movimento como de sua causa primária. Pois não é lógico entrarmos em um regresso infinito, afirmando que um movimento foi causado por um antecedente, e este por um outro, anterior a ele, e assim indefinidamente. Precisamos finalmente chegar à declaração da origem do movimento. Em Col. 1:17 vemos que esse poder é atribuído a Cristo (o *Logos),* ao passo que no trecho de Atos 17:28 essa força é atribuída a Deus Pai. Estes dois trechos foram declarações do Apóstolo Paulo. Por conseguinte, esse argumento de Tomás de Aquino já existe nas Escrituras, ainda que não na forma rigorosa de um argumento, porém, meramente como uma afirmação sobre a origem do movimento e como o mesmo tem prosseguimento. O movimento assume muitas formas diversas, e, segundo o conhecimento mais avançado de que dispomos, sobre essa particularidade, o movimento mais elementar é aquele que se verifica no interior do átomo, e que envolve os elementos constitutivos do átomo. Existe igualmente movimentos na formação das coisas, no desenvolvimento de qualquer coisa a que chamamos de crescimento. Tais movimentos são governados por uma inteligência qualquer, porque, de outro modo, tudo não passaria do mais absoluto caos. Os movimentos são dirigidos na direção de alvos fixos, levados a efeito com um propósito definido. Somente uma inteligência elevada poderia assim ordenar e dirigir tais movimentos.

2. *Há o argumento cosmológico.* Temos a necessidade de explicar a origem da matéria. Poderíamos encetar uma série infindável de retrocessos, supondo que há uma fileira interminável de causas, sem jamais chegarmos a uma *causa primária,* — mas isso é simplesmente contrário à razão. Assim sendo, precisamos supor que existe uma causa, maior do que qualquer dos seus efeitos, causa essa que originou a matéria. Com base na grandiosidade da criação, podemos averiguar algo da grandiosidade da inteligência de Deus, bem como algo de seu extraordinário poder. A única alternativa possível a essa posição é aquela que afirma que a matéria é eterna; essa idéia, entretanto, é muito menos satisfatória do que aquela que fala de uma Causa inteligente de todas as coisas, Causa essa que é eterna, mas que produziu a criação dentro do tempo. Coisa alguma, de tudo quanto existe, pode ser declarado como sua própria causa, porquanto sempre podemos encontrar uma causa para qualquer coisa, e outra causa para essa causa, e assim por diante. Finalmente, porém, somos forçados a pôr ponto final nesse retrocesso, supondo a existência de uma Causa primária. Essa é a solução mais razoável, para o problema da origem, dentre todas as soluções que têm sido apresentadas pelos homens.

3. Há o argumento alicerçado na *contingência* ou na *possibilidade.* — Esse argumento tem por fundamento a verdade empírica que mostra que tudo quanto conhecemos, através de nossa experiência, é «contingente». Em outras palavras, depende de alguma outra coisa para explicar a sua existência. Isso subentende que a menos que exista alguma coisa «necessária», que «não possa deixar de existir», todas as coisas, finalmente, cessariam de existir, porquanto dependem ou são contingentes dessa coisa necessária. Uma vez mais poderíamos iniciar um retrocesso infinito, supondo que todas as coisas realmente dependem de alguma outra coisa, sem jamais chegarmos a um «ser necessário», independente, que não depende do que quer que seja para a sua existência. Porém, essa idéia é muito menos razoável do que supormos que ao longo do caminho de retrocesso, em algum lugar, se encontra aquela *vida necessária,* que não depende de qualquer outra coisa para a sua existência, mas antes, é sua própria causadora e existe independentemente de tudo o mais. A esse ser independente é que denominamos «Deus». *O* evangelho de João encerra esse conceito em trechos como João 5:25,26 e 6:57, onde se lê que esse tipo de vida independente, imortal e necessária foi conferida ao Filho de Deus (através da ressurreição), pelo poder de Deus Pai, e então, por intermédio do Filho, a todos quantos nele crêem. Esse é um dos conceitos mais elevados da religião, revelada ou não. O homem, através dessa doação, vem a participar da «vida independente» de Deus, e assim virá a participar do mesmo *tipo* de imortalidade que Deus Pai possui. Essa é a autêntica *vida eterna.*

4. *Há o argumento axiológico.* Em outras palavras, há uma única forma ou graus de perfeição? Sempre que examinamos a bondade, a justiça, a beleza, a nobreza, ou qualquer outra das qualidades morais, observamos neste mundo muitos graus de perfeição. Ora, a própria idéia de «grau» subentende a necessidade de um grau máximo, ou seja, da perfeição — um «maxime ens» ou «ens realissimus». Esse ente mais real se chama «Deus» que é o ápice de todos os graus de perfeição.

5. *O argumento teleológico.* Todos os aspectos da vida e do ser demonstram um desígnio extremamente completo. Tudo quanto é vida possui propósito em seu ser, além de um esquema muito complexo de funções físicas, o que demonstra o mais estupendo desígnio. A complexidade de desígnios existente, por exemplo, no olho humano, é demonstração suficiente da existência de uma inteligência cheia de propósito para confundir um milhão de ateus. A ordem que impera no

universo físico é exata e maravilhosa para a nossa apreciação. Ora, por detrás de todo esse propósito e desígnio deve haver um grande Planejador, ou seja, a mais elevada inteligência que se pode imaginar,—que foi capaz de pôr em movimento uma criação magnífica que sempre desperta a nossa observação. *O Planejador* é *Deus* e sua inteligência é amplamente demonstrada no mundo por ele criado. Por exemplo, há uma variedade de mariposa que possui dez tipos diferentes de antenas, e que são receptores de luz. Por meio do seu uso, esse inseto é capaz de dirigir o seu vôo e a sua vida em geral. A ciência dos homens ainda não foi capaz de descobrir a utilidade específica de cada uma dessas variedades de antenas, mas os cientistas se maravilham extasiados ante o fenômeno. O engenho humano jamais foi capaz de desenvolver antenas com essa sensibilidade. No entanto, alguns animais possuem receptores de luz ainda mais complicados e perfeitos, aos quais chamamos de *olhos*. Por detrás de desígnios tão inteligentes, deve haver um *Intelecto Supremo*. E essa inteligência extraordinária se chama Deus. Até mesmo as coisas inanimadas têm desígnio, e essas coisas, juntamente com outras coisas de desígnio mais complexo, adicionam o seu testemunho em favor do grande Planejador.

Ver o artigo separado sobre os **Cinco Argumentos em Prol da Existência de Deus**.

6. *O argumento da eficácia da razão.* A razão humana, com sua extraordinária complexidade e com suas muitíssimas sutilezas e os seus poderes abstratos, comprova a necessidade de admitirmos, em nossa ontologia, o Criador e Planejador desses poderes, sendo, ele mesmo, o Intelecto supremo. A razão humana é apenas uma pequena demonstração da razão divina. Até mesmo as tentativas racionais do homem, para provar que Deus não existe, não passam de demonstrações que Deus verdadeiramente existe, porquanto essas tentativas são um uso e uma exibição da razão, o que, quando devidamente examinado, inevitavelmente nos conduz de volta a Deus. Esse argumento é uma faceta do argumento teleológico, discutido acima, no ponto anterior.

7. *O argumento moral.* Em sua forma original, esse argumento assevera que o elevado senso de moralidade que algumas pessoas possuem pode ser melhor explicado se supormos que esse senso se assemelha ao do grande Ser moral. Essa explicação é melhor do que atribuirmos tal moralidade a fatores meramente biológicos ou físicos. De conformidade com esse ponto de vista, aceitamos que um elevado senso moral se deriva da influência exercida por um Deus santo.

Em suas formas mais complexas, compreendemos que esse argumento mostra que até mesmo o vocabulário da moralidade, que se refere a conceitos como «bondade», «justiça», e «conduta ideal», subentende um elevadíssimo Padrão de moralidade, o qual inspira a moralidade no homem, o que, por sua vez, é refletido na própria natureza da linguagem humana. Outrossim, o argumento moral, em suas formas mais complexas, afirma que existe na mente humana a intuição de que deve haver uma retribuição apropriada às ações morais dos homens, subentendem que deve haver um Juiz capaz de dispensar retribuições na forma de bênção ou punição. Além disso, a experiência e a observação humanas demonstram que, nesta existência terrena, a injustiça pode prevalecer e freqüentemente o faz, pelo que a justiça, neste lado terreno da vida, não se cumpre. A razão também nos diz, por conseguinte, que deve forçosamente haver a imortalidade, pois é no «outro lado» da existência que a justiça terá de ser satisfeita. Ora, somente o Juiz absoluto pode fazer os ajustamentos necessários para que a justiça repouse sobre todos, através da bênção ou através do castigo. A esse Juiz nós chamamos «Deus». O raciocínio da pura moral humana requer a existência de Deus. Outrossim, alicerçados em bases bíblicas, como vemos em Rom. 1:19,20, ou como se vê em João 16:8-11, percebemos que esse Juiz transmite pessoalmente aos homens quais sejam as exigências morais deste mundo.

8. *O argumento axiológico,* em sua forma mais complexa. Todas as sensibilidades humanas, no que diz respeito às perfeições da realidade, das qualidades morais, das qualidades estéticas, das qualidades políticas e da busca pela perfeição, em qualquer campo do conhecimento humano, requerem que exista o Valor supremo na direção do qual todos os demais valores apontam, e cujo padrão esses valores seguem como linha diretriz. Há uma subcategoria desse argumento, denominado «argumento henológico», o qual afirma que há uma espécie de unidade em todos os conceitos de valor, isto é, o Grande Padrão de valor, que age como o alvo e o unificador de todos os valores, a despeito do que essa disciplina porventura envolva. Essa unidade dos valores exige a aceitação da existência do Unificador de todos os valores, que é Deus.

9. *O argumento derivado da autoridade.* Os livros sagrados, as experiências místicas que dão conteúdo a esses livros sagrados, a tradição histórica da igreja cristã, os escritos e predições orais dos profetas, o cumprimento dessas suas profecias, etc., mostram-nos que existem «autoridades» de natureza religiosa, o que comprova a existência de um Deus que nos transmitiu tais revelações, e que, por isso mesmo, constitui a autoridade apropriada para representar a sua própria pessoa.

10. O argumento baseado na *experiência religiosa.* A experiência religiosa, como a regeneração, e as demais experiências místicas, como as curas, diversas experiências psíquicas, os milagres etc., provam que deve haver uma realidade na fé religiosa, cujo ponto mais elevado é o Ser supremo que denominamos «Deus», o qual, também, é a fonte originária válida de toda a experiência religiosa autêntica.

11. O argumento baseado na *esperança religiosa.* Existe uma crença universal dos homens na existência de Deus, que os leva a terem «esperança». A remoção da esperança deste mundo deixaria a raça humana em estado de miséria íntima. Essa esperança é justificada porque é outorgada por Deus, sendo comprovada pelo consenso humano universal. Os homens esperam em Deus, a não ser quando ensinados em contrário, por algum sistema perverso, que os condicione a isso.

12. O argumento baseado na *realidade dos milagres.* A experiência humana comum testifica sobre a realidade dos milagres. A ciência não conta com qualquer explicação e nem com qualquer teoria geral que explane as muitas maravilhas extraordinárias que se verificam neste mundo. Somente a verdade religiosa pode explicar tais fenômenos. O princípio religioso afirma a existência de Deus como o grande poder que há por detrás dos milagres. Existem leis mais elevadas do que aquelas que são explicadas pela ciência humana, e que podem ultrapassar as supostas limitações, impostas pela ciência natural. Deus é controlador das leis cósmicas e, se assim quiser fazer, pode agir contrariamente a elas, fazendo intervenção, ultrapassando-as ou utilizando-se de leis superiores à elas; a fim de produzir acontecimentos que desafiam qualquer explicação «lógica», de conformidade com a lógica científica.

13. O argumento do *consensus gentium.* Essas palavras latinas significam «opinião popular». Sempre fez parte da opinião de todas as culturas humanas que existe algum Ser supremo, ou existem alguns seres divinos. O ateísmo, em contraste com isso, precisa ser aprendido; não ocorre naturalmente a quem quer que seja. Não existe um único ser humano, à face da terra, que seja ateu de nascimento. Usualmente os indivíduos aceitam o ateísmo nas escolas seculares e profanas, onde os mestres, inchados de orgulho intelectual, pensam ser suficientes para si mesmos, sem necessitarem de qualquer Poder supremo. Todavia, em todas as culturas onde a sofisticação do ceticismo ainda não penetrou, há a crença na existência de Deus, ou, pelo menos, de vários deuses. A opinião geral da humanidade, entretanto, não nos pode conduzir à natureza exata de Deus, mas, pelo menos, pode conduzir-nos à «idéia da existência da divindade»—Deus existe.

14. O argumento baseado na *revelação e* no *misticismo.* Deus tem achado por bem revelar-se a si mesmo aos homens; e isso ele tem feito por intermédio de visões e sonhos. Essa revelação aparece em forma mais concreta nas Santas Escrituras. *O* Senhor Deus simples-

mente dá conhecimento de si mesmo como um dom aos homens, porque sabe que precisam desse conhecimento. Essa revelação se origina em sua graça e em sua bondade. Que o misticismo é uma realidade é fato que se pode comprovar facilmente, através de pesquisas e da mera observação. *O* impulso que há por detrás de todas as experiências místicas, quer se trate de milagres ou de visões, é a Mente divina. E formas falsas de misticismo não eliminam o que é verdadeiro; e, além disso, qualquer grau de misticismo já serve de prova sobre a existência de Deus. As experiências místicas conseguem descrever Deus, em certo sentido, não sendo meramente uma afirmação de sua existência.

15. O argumento baseado na *felicidade do crente.* A profunda felicidade e senso de confiança que têm os crentes em Deus, a alegria e a segurança que a fé teísta confere aos seus possuidores, servem de provas da validade da crença na existência de Deus.

16. O argumento baseado *na melhor crença.* Sendo inquiridores sérios da verdade, sentimos a necessidade de escolher entre as muitas idéias que existem, e, ao sermos defrontados por tal necessidade de escolha a «melhor fé», obviamente, é a fé teísta. Essa crença explica melhor a existência da criação, de seu desígnio, das experiências místicas e dos milagres. Isso é uma explicação melhor do que a idéia da mera «chance», da «evolução» ou da «seleção natural», ou mesmo da coincidência sem desígnio, das «forças naturais e cósmicas», que são suas alternativas. A crença em Deus fica melhor fundada, psicologicamente falando, na realidade das coisas, do que o ateísmo, e é muitíssimo mais satisfatória. *O* ateísmo perde a sua utilidade quando o indivíduo morre.

17. O argumento da *aposta,* apresentado por *Blaise Pascal.* Pascal ensinava que é impossível provar ou negar a existência de Deus, mas dizia que, sob bases pragmáticas, a crença em Deus é superior à descrença, porquanto essa crença agrada a Deus, ao passo que o ateísmo lhe é desagradável. De acordo com essa idéia, quando um homem morre, se porventura descobrir que Deus não existe, ou se ele mesmo simplesmente deixa de existir, nada terá perdido. Por outro lado, se um homem, ao morrer descobrir que Deus realmente existe, então só terá a ganhar com a sua crença teísta. Essa idéia, entretanto, não é válida, pois é extremamente imperfeita. Pois Deus existe, e, segundo podemos estar plenamente certos, não é nenhum tolo, o que significa que não ficará satisfeito com alguém que se aferra à crença teísta somente por motivo de vantagens egoísticas. De fato, talvez Deus se sinta mais agradado com um ateu sincero e honesto, e não com um teísta jogador com a sorte. Essa forma de crença é uma hipocrisia, e jamais poderá agradar a Deus. Outrossim, do ponto de vista teológico, a mera crença na existência de Deus não é mais vantajosa do que a crença que têm os poderes demoníacos na existência de Deus, pois os demônios crêem e estremecem.

18. O argumento *do* teísmo *pragmático.* Paralelamente ao argumento anterior, alguns pensam que é pragmaticamente melhor ser alguém religioso, não somente no que tange à questão da crença na existência de Deus, mas também no que diz respeito à questão da prática religiosa. O ateísmo não oferece qualquer futuro a quem quer que seja, e nem mesmo reivindica oferecer isso. É melhor, portanto, do ponto de vista do pragmatismo prático, lançarmos nossa sorte com a religião, com a existência de Deus e da alma, fazendo profissão geral e prática da religiosidade. Se, ao morrermos, nada existir senão o vazio, ou se descobrirmos que estávamos equivocados em nossas crenças, nada perderemos com isso. Por outro lado, se alguma parte ou a totalidade das crenças religiosas estiverem de conformidade com a realidade, descobriremos que fizemos uma acertada decisão, ao seguirmos a fé teísta e as práticas religiosas, porquanto, presumivelmente, obteremos algum mérito com isso. Do ponto de vista evangélico, entretanto, essa «fé pragmática» não se reveste de valor algum, porquanto somente uma fé verdadeira em Jesus Cristo pode transformar os remidos segundo a sua própria imagem. Seja como for, o teísmo pragmático é melhor do que o ateísmo, como expressão para a existência terrena presente.

19. A existência de Deus é *a melhor explicação possível* para tudo quanto está envolvido em todos esses argumentos, considerados como um conjunto. Ao examinarmos a gama inteira das possibilidades, dos argumentos, das teses e das contrateses, o teísmo mostra-se mais convincente do que o ateísmo. Isso é verdade, ainda que não possamos chegar a uma conclusão racional definitiva. A melhor idéia é a teísta, e esse é o resultado liquido de todos os argumentos, considerados em sua totalidade.

20. O argumento alicerçado na *fé pura.* Alguns cristãos, especialmente nas igrejas evangélicas, têm chegado à conclusão de que nenhum argumento «racional» ou «físico» verdadeiramente demonstra a existência de Deus, mas antes, que essa certeza só ocorre através da fé bíblica. Nas igrejas evangélicas, que seguem o ensinamento bíblico, acredita-se que essa fé é conferida pelo próprio Deus, o qual dá, dessa maneira, certeza de sua existência, inteiramente à parte de evidências externas. Alguns crentes chegam mesmo a alegrar-se nessa idéia, rejeitando totalmente quaisquer outras idéias, como se estivessem próximas da blasfêmia, as quais dizem ser necessário ser comprovada a existência de Deus para que nela possamos acreditar. Porém, apesar das Escrituras Sagradas em parte alguma se lançarem à tarefa de tentarem provar que Deus existe, contudo, passagens bíblicas como aquela de Rom. 1:20 dão a entender que verdadeiramente existem provas, físicas e racionais, acerca dessa existência. Portanto, não é crime procurarmos delinear a validade de tais provas, pois, para os incrédulos, esse delineamento pode ser muito útil e valioso. Um dos primeiros passos que uma alma pode dar na direção de Jesus Cristo pode ser a crença firme na existência de Deus. Ninguém poderá jamais avizinhar-se de Cristo, segundo um sério ponto de vista evangélico, se for um ateu convicto. (Esse argumento baseado na «fé pura» na realidade é uma variedade do argumento «místico», que aparece no décimo quarto lugar nesta lista de argumentos sobre a existência de Deus).

Deus?

Quem me terá trazido a mim suspenso,
Atônito, alheado...ou a quem devo,
Enfim, dizer que em nada mais me enlevo,
A ninguém mais de coração pertenço?
Se desço ao vale, ao alcantil me enlevo,
Quem é que eu busco, que será que eu penso?
És tu, memória de horizonte imenso
Que me encheu a alma dum eterno enlevo?
Segues-me sempre...e só por ti suspiro!
Vejo-te em tudo...terra e céu te esconde!
Nunca te vi...cada vez mais te admiro!
Nunca essa voz à minha voz responde...
E eco fiel até do ar que aspiro,
Sinto-te o hálito...em minha alma ou onde?

(João de Deus, Portugal)

VI. Nomes Bíblicos de Deus

Ver o artigo separado sobre esse assunto, sob o título *Deus, Nomes Bíblicos de.*

VII. O Conhecimento de Deus

Nas seções I e II, enfatizamos a debilidade das tentativas humanas para conhecer a Deus. Desconhecemos muito mais do que conhecemos sobre Ele. Contudo, é nosso dever procurar conhecer a Deus, sendo isso algo necessário para a sustentação de nossa própria vida. Pelo menos espiritualmente falando, isso não é algo que possamos dispensar, se assim quisermos fazer. O homem é um ser espiritual, e a espiritualidade é a substância de toda a sua vida e de todo o seu esforço, embora muitos homens não reconheçam isso.

Há trechos bíblicos que abordam a natureza incompreensível de Deus, como Jó 11:7; 21:14; 37:26; Sal. 77:19; Rom. 11:33. Portanto, qualquer conhecimento de Deus, que venhamos a obter, é extrema-

mente limitado, mas, esse conhecimento limitado reveste-se de imensa importância.

Maneiras de conhecer a Deus:

1. A principal dessas maneiras é a *auto-revelação* de Deus. A própria existência da Bíblia serve de prova do fato de que Deus se revela a nós, embora essa revelação seja necessariamente parcial. Ver Mat. 11:27; João 17:3; Rom. 1:19,20; Efé. 1:17; Col. 1:10 e I João 5:20.

2. A *Revelação do Filho.* O Logos, o princípio do Filho da deidade, manifesta-se em Jesus Cristo, mediante a sua encarnação. Essa é a suprema revelação de Deus entre os homens (João 1:14,18).

3. *Abordagem Racional.* O primeiro capítulo de Romanos reconhece que a razão humana pode chegar a obter certo conhecimento de Deus (vs. 19,20). Os filósofos têm afirmado que Deus é o *Grande Intelecto,* e que o homem é um *intelecto* que se deriva de Deus, o que explica a afinidade existente entre Deus e o homem. A razão humana, naturalmente, reveste-se de certa qualidade divina, podendo refletir algo do Ser divino.

4. *A Abordagem Intuitiva.* O homem tem acesso a um conhecimento que ultrapassa à percepção dos sentidos e da razão. Ele é capaz de conhecimento imediato (intuição), sem fontes conhecidas. Parte disso deve-se, sem dúvida, à sua afinidade com a natureza divina, pois o homem foi criado à imagem de Deus. Sua faculdade intuitiva revela-lhe certas coisas sobre a natureza de Deus. Ele possui *idéias inatas* (que vide) entre as quais destaca-se a *Idéia Divina.* A crença na existência de Deus, bem como algum conhecimento sobre Deus, não depende da revelação, além de transcender à razão. Esse conhecimento tem base firme na própria natureza humana, criada com a capacidade inata de reconhecer a Deus.

5. *As .atividades filosóficas,* que incluem os argumentos racionais, intuitivos e morais para lançarem luz sobre o conhecimento de Deus e da alma, revestem-se de grande valor. Destaco esse fato como um ponto separado, a fim de enfatizá-lo, embora tais elementos também se achem sob outros pontos. Nesta altura, incluo uma citação extraída do *Dicionário Bíblico de Unger,* que se reveste de certa força, quando consideramos que Unger foi um escritor evangélico bastante conservador.

«As Escrituras não buscam provar a existência de Deus, mas apenas supõem ou asseveram o fato como algo que os homens deveriam estar preparados a reconhecer. As provas racionais da existência do Ser divino, porém, não devem ser consideradas de *grande valor.* São extraídas principalmente da natureza, da história e da humanidade. Algumas vezes é precipitadamente afirmado que os argumentos edificados em torno desses alicerces são antiquados ou inúteis. No entanto, permanecem de pé, sem importar suas modificações quanto à forma, sendo essencialmente válidas e de grande valor para confirmar e explicar a crença em Deus, o que, ao mesmo tempo, é tão natural para todo coração humano. Deve-se notar também que a natureza, o homem e a história nos dão revelações gerais sobre Deus — um fato que não é raramente mencionado nas Escrituras. Ver Sal. 19:1-3; Atos 14:17; 17:26,27; Rom. 1:19,20; 2:15. De acordo com isso, o estudo dessas normas produz não somente certas evidências da existência do Ser Divino, mas também algum conhecimento a respeito de seu caráter».

6. *As Experiências Místicas.* O *misticismo* (que vide) pode ser definido como o contacto com um ser ou com seres superiores a nós mesmo, e isso de vários modos. No misticismo *ocidental,* esse contacto usualmente é *externo,* isto é, com seres fora de nós. No misticismo *oriental,* a ênfase se faz com as dimensões mais altas do próprio ser. O contacto com algum ser superior, ou com o próprio «eu» superior, pode ser mediado através da percepção dos sentidos, como nas experiências visionárias e auditivas, ou pode ser inteiramente subjetivo, como nas visões internas e experiências intuitivas. Todas as religiões são edificadas sobre a base das experiências místicas. Um profeta teve uma visão. Ele a registra por escrito; seus discípulos preservam-na em um livro sagrado. A organização (a Igreja) preserva o livro e o canoniza, a fim de protegê-lo. Porém, o processo inteiro começa com a visão, com a experiência pessoal do profeta sobre o Ser divino. Muitas dessas experiências são inefáveis, e não podem ser reduzidas à forma escrita, exceto nos termos vagos de conceitos abstratos. O ministério do Espírito Santo e os seus dons são formas de misticismo. Os discernimentos obtidos através da mediação são frutos da abordagem mística ao conhecimento. Alguns místicos têm-se asseverado possuidores de um perfeito conhecimento de Deus, mas isso representa uma opinião exagerada e absurda. Não obstante, a maneira mais eficaz de alguém adquirir o conhecimento de Deus é através do caminho místico. A revelação é mesmo uma subcategoria do misticismo. A iluminação referida em Efésios 1:17 só é possível através das experiências místicas.

7. As *Escrituras.* A Bíblia não representa uma única maneira pela qual Deus revela a si mesmo. Ela incorpora muitos aspectos. São o produto da revelação, mas também contêm raciocínios e discernimentos intuitivos que não foram dados diretamente como revelações, mas foram produtos do exercício espiritual e da inquirição por parte de homens santos. A inspiração das Escrituras inclui o uso das habilidades naturais e da erudição dos homens, sendo frutos de sua busca espiritual. Seja como for, o resultado final é que contamos com muitos ensinos e discernimentos de Deus e de sua natureza, de tal modo que a Bíblia é a nossa principal informação sobre a Idéia divina.

«...*Deus Desconhecido*... é precisamente aquele que eu vos anuncio... o Deus que fez o mundo e tudo o que nele existe... Senhor do céu e da terra... ele mesmo é quem a todos dá vida, respiração e tudo mais... Pois nele vivemos, e nos movemos, e existimos, como alguns dos vossos poetas têm dito: Porque dele também somos geração» (Atos 17:23—25,28).

Bibliografia: B BRUN C E EP GE RP RYR UN

DEUS, AMOR DE Ver o artigo geral sobre **Amor**.

DEUS, ATRIBUTOS DE Ver **Atributos do Deus**.

DEUS, FILHO DE Ver **Filho do Deus.**

DEUS, FILHOS DE (FILHAS DE)
Ver **Filhos (Filhas) de Deus.**

DEUS, FINITO
Ver o artigo sobre **Finito,** ponto 3.

DEUS, IRA DE
Ver sobre **Ira e Julgamento.**

DEUS, NOMES BÍBLICOS DE

Esboço:
I. Caracterização Geral
II. Lista dos Nomes Divinos
III. Comentário sobre os Principais Nomes

I. Caracterização Geral

a. *Nomes Pagãos.* A fértil imaginação dos homens tem atribuído inúmeras funções ao Ser divino, e, ao enfatizar muitas delas, tem-lhe conferido grande variedade de nomes. Essa atividade é universal, não se circunscrevendo à Bíblia. Nas religiões politeístas, vemos os deuses realizando muitos tipos de serviço, e os nomes a eles atribuídos refletem as atividades especificas de cada divindade em questão. *Cronos* (tempo, o eterno) era um dos principais deuses da mitologia grega. Zeus, um de seus filhos, finalmente o derrubou. Sob Zeus, os deuses organizaram-se, com seus muitos tipos de autoridade e funções. — O nome de *Zeus* significa «céu brilhante», tendo sido assim chamado porque a princípio foi identificado com o céu e seus fenômenos. Os raios sempre foram suas armas principais, por meio dos quais ele preservava a disciplina entre os deuses e os homens. *Gaea* (terra) era a deusa da vida, a mãe de todos. Os homens reconhecem a sua dependência da

terra, quanto à sua vida física, o que explica o nome e as funções dessa deusa. Na angeiologia judaica posterior, anjos com nomes apropriados assumiram funções atribuídas a muitos dos deuses pagãos. Haveria até mesmo anjos controladores dos elementos da natureza, como o vento, a chuva, a saraiva, o calor e o frio.

b. *Os nomes de Deus na Bíblia,* embora provenientes de um processo mais elevado e mais nobre do que aquele que produziu os nomes dos deuses pagãos, refletem o mesmo tipo de atividade. Os nomes de Deus refletem suas qualidades e atividades, coisas às quais os homens dão atenção especial. Na verdade, a leitura de uma lista dos nomes divinos encontra paralelo parcial na leitura da lista dos atributos e atividades de Deus.

c. *Empréstimos.* Como já seria de se esperar, nem todos os nomes divinos, dados no Antigo Testamento, pertenciam originalmente à cultura hebréia, mas foram tomados por empréstimo de um fundo comum de nomes que havia na cultura mesopotâmica. *El, o* nome básico de Deus, que se encontra em diversas combinações, é uma das mais antigas designações da deidade no mundo antigo. Forma o componente básico dos nomes de Deus na Babilônia e na Arábia, e, naturalmente, na cultura israelita. *O* sentido original de *El* parece ser «forte», dando a entender as capacidades de controlar, de obrigar, pelo que é evidente, um poder que os homens julgavam ser uma necessidade aos atributos da divindade, tornou-se o próprio nome divino. Quase todos os outros nomes divinos originaram-se desse modo.

d. *Instrumentos da Revelação.* Embora houvesse a atividade humana por detrás do desenvolvimento dos nomes divinos, podemos dizer, igualmente, que esses nomes foram discernimentos quanto à natureza de Deus, pelo que esses nomes também fazem parte da revelação, tanto a natural quanto a sobrenatural. *O* nome de uma pessoa revela algo de distintivo sobre essa pessoa, de acordo com os costumes dos hebreus. Quanto mais isso deve ser verdade, quando falamos a respeito de Deus.

e. *Respeito pelo Nome Divino.* Acima de todos os outros povos, os hebreus respeitavam e temiam a Deus. Por essa razão, não usavam o nome de Deus frivolamente. Eles pronunciavam os nomes de Deus como alterações que lhes permitiam não terem de verbalizar os sons exatos desses nomes. Os escribas registravam os nomes de Deus lavando freqüentemente as mãos. Um dos mandamentos mosaicos, o terceiro, proibia o uso frívolo do nome divino (Êxo. 20:7). Sabemos que as culturas antigas acreditavam no poder mágico dos nomes. Saber qual o nome de uma divindade, ou de um demônio, supostamente dava à pessoa certo poder sobre essa divindade ou demônio, em momentos de necessidade. No caso dos demônios, o conhecimento dos nomes deles poderia ser um meio de expeli-los. Esses fatos demonstram o respeito que algumas pessoas tinham pelos nomes, e talvez esse fosse um dos motivos pelo extremo respeito que os judeus tinham pelo nome divino. No judaísmo posterior, encontramos o uso mágico de nomes; mas não temos evidências a esse respeito quanto à primitiva cultura judaica, embora isso deva ter existido em algum grau e de alguma maneira.

II. Lista dos Nomes Divinos

Apresentamos abaixo certa variedade de nomes de Deus, a fim de dar ao leitor uma idéia sobre a extensa natureza dos nomes divinos. Sob a seção terceira, comentamos sobre alguns dos nomes mais importantes de Deus.

Deus. El, Elah, Elohim, Eloah. Esses nomes são de ocorrência muito freqüente, aparecendo em muitas combinações, o que comentamos na seção III.

Yahweh. As consoantes desse nome foram combinadas com as vogais de *Adonai,* aparecendo de modo freqüente e em muitas combinações, o que comentamos na seção III (7).

Rocha. Tradução da palavra hebraica *tsur,* «rocha» (Isa. 44:8).

Adonai. No hebraico, *Adonai;* no grego, *Theós,* usualmente traduzidos em português por Deus.

Senhor. No hebraico, *Adonai;* no grego, *Kúrios.*

Divindade. No grego, *Theótes* (Col. 2:9), ou *Theíos* (Atos 17:29).

Deus Altíssimo. No hebraico, *Elyon* (Sal. 18:13).

Santo (de Israel). No hebraico, *Qadosh* (Sal. 71 :22).

Poderoso. No hebraico, *El* (Sal. 50:1); ou *Gibbor* (Deu. 10:17).

Deus dos Deuses. Deu. 10:17.

Senhor dos Senhores. Deu. 10:17; no grego, *Kúrios* (Apo. 17:14).

Doador da Luz. No hebraico, *Maor* (Gên. 1:16).

Pai. No hebraico, *Aba* (Sal. 89:26); transliteração grega do aramaico *abba* (Rom. 8:15).

Juiz. No hebraico, *Shaphat* (Gên. 18:25).

Redentor. No hebraico, *Gaal* (Jó 19:25).

Salvador. No hebraico, *Yasha* (Isa. 43:3); no grego, *Soter(Luc.* 1:47).

Libertador. No hebraico, *Palat* (Sal. 18:2).

Escudo. No hebraico, *Magen* (Sal. 3:3).

Força. No hebraico, *Eyaluth* (Sal. 22:29).

Todo-Poderoso . No hebraico, *Shaddai* (Gên. 17: 1).

Deus que Vê. No hebraico, *El Roi* (Gên. 16:13).

Justo. No hebraico, *Tsaddiq* (Sal. 7:9).

Senhor dos Exércitos. No hebraico, *Elohim Sabaoth* (Jer. 11:20); no grego, *Kúrios* (Rom. 9:29; Tia. 5:4).

Rei dos Reis. No grego, *basileus basiléon* (Apo. 17:14).

Deus Vivo. No hebraico, *Elohim* (Deu. 5:36).

Pai das Luzes. No grego, Pater (Tia. 1:17).

Eu Sou. No hebraico, *Hayah;* no grego, *Ego eimi* (João 8:58).

III. Comentário Sobre os Principais Nomes

1. *El,* um termo para indicar Deus (deus), ou seja, a deidade verdadeira ou falsa, ou mesmo um ídolo que os homens chamem de «deus» (Gên. 35:2), como o Deus de Betel (Gên. 31:13). El era o nome do deus supremo da religião cananéia, cujo filho era Baal. O plural de El é Elohim, palavra que também pode significar deuses, ou que pode ser usada como um aumentativo para referir-se a um elevado poder, o Deus supremo. Ver sobre a palavra seguinte. O sentido básico de *El,* é «força».

2. *Elyon, El Elyon, o Deus Altíssimo,* titulo usado em conexão com a adoração de Melquisedeque (ver Núm. 24:16). Em Salmos 7:17 a palavra aparece composta com *Yahweh.* Em Daniel 7:22,25 há um plural aramaico dessa palavra.

3. *Elohim,* embora seja plural, podendo ser traduzida por «deuses», essa palavra pode indicar o Ser supremo, sendo usado o plural para enobrecer a palavra, e não para que pensemos no verdadeiro plural. A própria palavra é um plural de *El* e retém, por isso mesmo, o sentido básico de «força», «poder». A presença desse nome, na narrativa da criação (no plural), tem dado origem à interpretação trinitariana da palavra, ali; mas isso é uma cristianização da passagem, e não uma verdadeira interpretação. Gênesis 1-1 faz com que esse seja o primeiro nome de Deus na Bíblia.

4. *Eloah,* uma forma singular de *Elohim,* e com o mesmo sentido de *El* . Essa forma variante encontra-se principalmente na linguagem poética, pelo que aparece, com mais freqüência, no livro de Jó.

5. *El 'Olam,* com base na forma original, *El dhu-'Olami,* que significa *Deus da Eternidade.* Em Gênesis 21:33 aparece em combinação com Yahweh.

6. *'El-Elohe-Israel,* que significa «Deus é o Deus de Israel». Foi nome usado por Jacó em Siquém (Gên. 32:20), comemorando o seu encontro com o Anjo do Senhor. Foi ali que ele, e, portanto, Israel, dedicou-se a Deus.

7. *Jeová.* Esse nome foi artificialmente criado: O tetragrama YHWH (Yahweh) era considerado sagrado demais para ser pronunciado. As vogais de Adonai (meu Senhor) foram combinadas com as consoantes *yhwh,* e o resultado foi a forma *Jeová.* Não se trata, realmente, de um nome de Deus, mas de uma corruptela do nome, a fim de que pudesse ser proferido, sem nenhum temor pelos judeus. Mas nunca aparece, com essa forma, no original hebraico da Bíblia. Tal forma só começou a aparecer no século XII D.C. Antes disso, —cada vez que aparecia YHWH, os judeus pronunciavam «Adonai».

8. *Yahweh,* com formas mais breves como *Yah* (Êxo. 15:2, etc), *Yahu* e *Yeho.* Entre os nomes sagrados dos documentos de Ras Shamra (que vide), no norte da Mesopotâmia, da época do século XV A.C., temos a forma *Yaw.* Esse nome era prémosaico, o que fica implícito no fato de que aparece como uma nova revelação feita a Moisés (Êxo. 3:13-15; 6:4). Que não era um nome originalmente israelita fica patenteado em Gênesis 4:26. É questão contestada exatamente sob quais circunstâncias ocorreu a adoração a Yahweh, ou a incorporação desse nome na teologia judaica. Ver o artigo separado sobre *Yahweh,* quanto a detalhes. YHWH, a forma hebraica mais longa, é confirmada desde o século IX A.C., em fontes extrabíblicas. — Assim aparece na pedra moabita. Vem do verbo *ser,* dando a entender o Deus *vivo e eterno.* Ver Êxo. 3:14, onde temos o nome de Deus «Eu sou». *Yahweh* tornou-se o nome predominante de Deus, por demais sagrado para ser pronunciado. Notemos o que diz Êxodo 3:15: «O Senhor (no hebraico, Yahweh), o Deus de vossos pais, o Deus de Abraão, o Deus de Isaque, e o Deus de Jacó. . . », onde Deus é qualificado como Yahweh, como Seu nome especial. Portanto, tornou-se um nome *próprio,* em contraste com Elohim, que pode ser o simples abstrato para «deus» ou «deuses».

9. *Yahweh Elohim (Gên.* 2:4 e cap. 3). Uma combinação comum.

10. Várias combinações com *Yahweh:*

a. *Yahweh yireh,* que significa «Senhor que provê» (Gên. 22:8,14).

b. *Yahweh nissi, «o* Senhor é minha bandeira» (Êxo. 17:5), usado pela primeira vez para comemorar a vitória de Israel sobre os amalequitas.

c. *Yahweh shalom, «o* Senhor é paz» (Juí. 6:24).

d. *Yahweh tsidquenu, «o* Senhor é a nossa justiça» (Jer. 23:6; 33:16).

e. *Yahweh samma,*«o Senhor está ali»(Eze. 48:35).

Estritamente falando, esses nomes não são nomes divinos, mas apenas combinações com frases descritivas, para aludir a eventos especiais.

11. *Yahweh Sabaoth.* Esse é um verdadeiro nome divino, que significa «Senhor dos Exércitos». Não se acha no Pentateuco, aparecendo no Antigo Testamento somente em I Sam. 1:3. Deus era adorado por esse título em Silo. Foi usado por Davi, quando desafiou os filisteus (I Sam. 17:45), e em seu cântico de vitória (Sal. 24:10). Tornou-se comum nos livros proféticos, sendo usado por oitenta e oito vezes somente no livro de Jeremias. Esse título refere-se a Deus como Capitão dos Exércitos, protetor de seu povo, aquele que obtém qualquer tipo de vitória que se possa imaginar (Sal. 46:7,11). Os «exércitos», nesse caso, são os poderes celestiais, sempre prontos a cumprir a vontade de Deus e a produzir qualquer tipo de vitória de que o povo de Deus precise.

12. *Yahweh Elohe Yisrael,* «o Senhor Deus de Israel», uma forma composta encontrada, pela primeira vez, no cântico de Débora (Juí. 5:3), mas freqüente depois disso (Isa. 17:6; Sof. 2:9; Sal. 59:5), em outras combinações.

13. *Qedosh Yisrael,* «o Santo de Israel», usada por vinte e nove vezes em Isaias (Isa. 1:4, etc.). Também encontrada em Jeremias e nos Salmos.

14. *Abir Yisrael,* «o Poderoso de Israel» (Isa. 1:24).

15. *Nesah Yisrael,* «a Força de Israel» (I Sam. 15:29).

16. *'Attiq Yomin,* expressão aramaica que significa «o Antigo de Dias» (Dan. 7:9,13,22).

17. *'Illya, 'Elyonin,* «o *Altíssmo»,* expressão aramaica que aparece em Dan. 7:18,22,25,26, alternada no texto com a expressão de número dezesseis, acima.

Bibliografia. E ND SCO Z

DEUS, O DEUS DE ISRAEL

Ver sobre **El-Elohe-Israel.**

DEUSES FALSOS

A adoração aos mais variegados tipos de deuses imaginários, entre os pagãos, tem sido quase interminável. Essa atividade reflete tanto a insegurança quanto a perplexidade dos homens. Eles tentam proteger-se em um mundo ameaçador. Olham para fora de si mesmos e vêem muitos mistérios, e dão títulos a alguns desses mistérios, chamando-os deuses. A alma humana sempre foi incuravelmente religiosa, e seus muitos deuses são uma tentativa para exprimir isso. Paulo admirou-se ao ver a extensão da idolatria de Atenas (Atos 17). O homem sempre se inclina para a *pluralidade.* O *Deus único,* tão elevado, tão distante, parece remoto demais para alguns. Portanto, é mais fácil personificar coisas próximas, conferindo-lhes qualidades divinas, porque essas coisas fornecem a proximidade que não se encontra em algum elevado conceito divino. O desenvolvimento da *angelologia (ver* sobre os *Anjos)* sem dúvida foi inspirado pelo mesmo impulso. O desenvolvimento da doutrina dos santos e então de ícones e ídolos a fim de relembrá-los, pelo menos em parte deveu-se à busca pela proximidade e pela comunhão. (Ver o artigo geral sobre a *Idolatria).* O Deus único da Bíblia e o único Mediador entre Deus e os homens (ver I Tim. 2:5) é o protesto bíblico contra a pluralidade. No entanto, no ministério dos anjos temos toda a pluralidade imaginária, contanto que não lhe confiramos posição divina. Os espíritas, por sua vez, buscam a pluralidade no contato com as inúmeras almas dos mortos. Uma parte da cristandade tem os seus santos, que satisfazem o impulso de poderes mais próximos, que possam ajudar os homens, e que seriam agentes de Deus com essa finalidade. Infelizmente, o impulso pela pluralidade com freqüência é expresso na forma de idolatria, mesmo quando a teologia oficial de um grupo cristão negue a validade da mesma.

Esboço:

I. Classes de Deuses

II. A Geração dos Deuses

III. Alguns Deuses Falsos Referidos na Bíblia

I. Classes de Deus

1. *Espíritos criados ou eternos.* Anjos divinizados, espíritos demoníacos (divindades malignas), gênios, lares, lêmures, tífones, deuses guardiães, deuses infernais, semideuses (heróis divinizados), filhos de deuses e mulheres ou de deusas e homens. Muitos desses eram classificados como espíritos não-materiais.

2. *Corpos celestes.* Poderíamos falar sobre o sol, a lua, os planetas, as estrelas, que supostamente seriam habitações de deuses, ou seriam os próprios seres espirituais. Os antigos não faziam idéia sobre as enormes dimensões desses corpos celestes, e nem sobre a distância que os separa de nós. A adoração ao sol tem sido uma das mais importantes formas de idolatria que o homem já criou.

3. *Elementos naturais* como o ar, o oceano, Ópis, Vesta, rios, fontes, etc Pensava-se que os deuses controlam esses elementos, e os próprios elementos tornaram-se objetos de adoração e respeito.

4. *Meteoros e manifestações celestes.* Além dos meteoros e cometas literais serem adorados como deuses, manifestações celestes como os ventos, o relâmpago, o trovão, etc., foram considerados atos divinos.

5. *Minerais e fósseis.* Estranhos ou interessantes objetos minerais, como gemas e rochas têm sido transformados em deuses pelos homens. Os citas adoravam o ferro; e muitas nações adoravam metais preciosos, como o ouro e a prata. De fato, o ouro continua sendo um dos principais deuses, entre as nações. Os finlandeses adoravam pedras, as mais variegadas.

6. *Plantas,* como cebolas e alhos têm recebido qualidades divinas imaginárias. Certas árvores têm sido adoradas. Os druidas homenageavam o carvalho. O trigo e outros cereais eram adorados sob os nomes de Ceres e Proserpina.

7. *Animais marinhos* têm sido adorados pelos homens. Os sírios e os egípcios envolveram-se nesse tipo de idolatria.

8. *A serpente* tem sido adorada, com muita freqüência, por povos antigos e modernos. Poderíamos relembrar, neste ponto, a adoração diretamente prestada ao diabo. Em vários lugares do mundo religiões têm sido organizadas para fomentar a adoração a Satanás.

9. O *gado* (que vide) era adorado no Egito.

10. Também havia o *touro* sagrado, uma forma favorita de idolatria no Egito. Ver o artigo separado sobre *o Boi Ápis.*

11. Várias *aves,* como a cegonha, o corvo, o íbis, a águia e outros pássaros têm recebido honras divinas. Isso era comum no Egito antigo e no México.

12. *Vários mamíferos,* além do gato e do boi, como o porco, o rato, o furão, o leão, o crocodilo, o babuíno e muitos outros animais, chegaram a receber posição divina. No Egito era comum esse tipo de adoração. O porco era o deus dos cretenses. Tróade entronizou o rato. O porco-espinho obteve posição divina entre os adoradores de Zoroastro.

13. *Homens deificados.* Há um artigo separado sobre a *Deificação,* onde se explica como os homens têm sido feito deuses mesmo enquanto viviam, ou então após a morte. Isso era comum em Roma, no tocante aos imperadores; mas tal costume não estava limitado aos romanos.

14. *Virtudes deificadas.* As virtudes têm sido primeiramente personificadas, e então deificadas. Poderíamos falar sobre a saúde, o amor, a dor, a indignação, a vergonha, a opinião, a razão, a prudência, a arte, a fidelidade, a felicidade, a calúnia, a liberdade, o espírito aguerrido e a atitude contrária, e a paz.

15. *A natureza.* No panteísmo, encontramos a deificação da natureza como *um todo.*

II. A Geração dos Deuses

Hesíodo forneceu-nos uma tentativa interessante de explicar como os deuses surgiram. A sua *Teogonia (a* geração dos deuses) explana a geração e a descendência dos deuses, quem era o principal deles, quem veio em seguida, e então como os deuses foram surgindo ordem após ordem. Ele tentou criar um sistema com base na teologia pagã, o que não foi tarefa pequena e fácil. Outras noções sobre isso emergem de obras como o *Timeu,* de Platão e a *De Natura Deorum,* de Cícero. Vários dos pais da Igreja antiga, como Justino Mártir, Tertuliano, Amóbio, Eusébio, Agostinho e Teodoreto expressaram seu espanto diante da extensão da idolatria pagã. Havia divindades superiores, inferiores, nobres, vis, no céu, na terra, nos prados, nas águas, no ar, no céu distante e no hades, debaixo da terra. Cada lugar existente simplesmente estaria repleto de deuses.

Marcus Terentius Varro Reatinus, o mais erudito dos romanos (cerca de 116 A.C.), teria escrito mais de seiscentos livros! Ele contou nada menos de trinta mil deuses pagãos. Mas, na realidade, seu número é incalculável.

III. Alguns Deuses Falsos Referidos na Bíblia

1. *Adrameleque.* Esse nome significa «Adar é rei». Era adorado a noroeste da Mesopotâmia, com o nome de Adade-Milki, uma forma do deus sírio Hadade (que vide). Crianças eram sacrificadas no fogo, nesse culto (II Reis 17:31).

2. *Anameleque.* Seu sentido é *Anu é rei.* Anu era um dos deuses babilônicos, um deus do firmamento (II Reis 17:36). Parte desse culto incluía o sacrifício de crianças no fogo (I Reis 11:7).

3. *Asima.* Hamate introduziu esse deus entre os colonos que Salmaneser enviou para a Samaria (II Reis 17:30).

4. *Aserá.* O plural dessa palavra é *Aserim.* Esse nome designa uma deusa pagã mencionada no épico de Ras Shamra. Ela era a Senhora do Mar, consorte de El, e a principal deusa de Chipre, em cerca do século XV A.C. As referências bíblicas que mencionam esse nome referem-se a algum tipo de culto que envolvia madeira, talvez porque houvesse ídolos feitos de madeira, ou talvez porque fosse queimada madeira com propósitos sagrados. Ver I Reis l5:13 e II Reis 21:7. Essa deusa também contava com profetas (I Reis 18:19). Alguns arqueólogos supõem que uma árvore ou um poste fosse o símbolo dela, o que explicaria a alusão à madeira, segundo dissemos acima. Nas referências ela aparece ou como esposa ou como irmã de El. Aserá tornou-se a principal deusa de toda a Ásia ocidental. Astarte e Anate eram apenas variantes do nome. Nas gravuras antigas ela é representada despida, montada sobre um leão, com um lírio em uma das mãos e uma serpente na outra. Também era chamada de *Santidade ou* de *Santa.* Na realidade, porém, ela era uma prostituta divina, e era adorada em um ambiente de prostituição sagrada. Ver Deu. 23:18; I Reis 14:24; 15:12; 22:46. Seu nome, no plural, dá a entender um aumentativo, tal como o termo hebraico *Elohim,* a fim de expressar a dignidade e a honra dessa deusa, e não pluralidade.

5. *Astarte.* Também chamada Astorete. Ver o artigo separado sobre *Astarote,* onde fornecemos material pertinente.

6. *Baal.* Ver o artigo separado sob esse título, quanto a completas informações a respeito.

7. *Baal-Berite.* Ver o artigo separado sobre essa palavra. Sob esse título, Baal aparece como um deus das condições atmosféricas, sendo adorado em Siquém com esse nome.

8. *Baalins.* Essa é a tradução portuguesa da forma hebraica plural de Baal, referindo-se a vários atributos desse deus. Esses atributos eram expressos mediante várias combinações, como Baal-Shamem «senhor do céu», Baal-Melcarte (em Tiro), Baal-Safom, dos cananeus de Ugarite. Cada deus local desses representava alguma qualidade especifica de Baal.

9. *Baal-Peor.* Ver o artigo separado.

10. *Baal-Zebube.* Ver o artigo separado sobre esse nome.

11. *Bel.* Ver o artigo separado sobre esse nome.

12. Adoração ao *Bezerro.* O boi era um animal sagrado no Egito. Ver sobre o boi *Ápis.* Essa forma de idolatria foi adotada pela sociedade israelita. Ver o artigo separado sobre o *Bezerro* de *Ouro.* Em muitas nações orientais, há evidências de que o touro era adorado por simbolizar a força e os poderes generativos. O boi alado era comum entre os assírios. O nome desse animal era aplicado ao rei e às divindades. No tocante ao culto ao touro, entre o povo de Israel, ver o artigo sobre Bezerro de *Ouro,* onde damos mais detalhes.

13. *Castor* e *Pólux.* No grego, *dióskouroi, «filhos* de Júpiter». Ver o artigo separado sobre *Dióscuros.*

14. *Camos.* Essa era a mais importante divindade dos moabitas, adorada através do cruel holocausto de crianças na fogueira, ou através de outros métodos bárbaros. A pedra Moabita afirma que esse deus entregou Moabe nas mãos de Israel porque estava desagradado com os moabitas. Comparar com Juizes 11:24. Salomão, em sua queda, chegou a edificar um altar a esse deus (I Reis 11:7). Somente três séculos mais tarde essa abominação foi expurgada por Josias (II Reis 23:13). Os moabitas eram chamados «filhos de Camos» (Núm. 21:29), o que demonstra até que ponto essa adoração lançou raízes ali.

15. *Quium.* Aparentemente esse era um antigo nome de Saturno, ou, pelo menos, Quium é a base desse antigo nome. O texto massorético parece haver corrompido a palavra para dizer «coisa detestável»; mas algumas traduções dizem «santuário». Ver Amós 5:26, onde nossa versão portuguesa diz «imagem». Esse é o único trecho bíblico onde essa divindade pagã é mencionada.

16. *Dagom.* Ver o artigo separado sobre esse deus, onde há abundantes informações.

17. *Deus.* Lat. para o grego *zeus,* deus dos céus.

18. *Diana.* Uma designação alternativa de *Ártemis.* Ver o artigo sob esse título.

19. *Gade.* Esse era um deus cananeu da «boa sorte», que alguns pensam ter sido o planeta Júpiter deificado. Esse planeta é chamado pelos árabes de «a maior sorte», o que serve de indicação da identificação desse deus com aquele planeta. Ver Isa. 65:11, onde algumas versões traduzem o nome, impropriamente, por «tropa». Nossa versão portuguesa mostra-se mais correta, ao traduzir essa palavra por «Fortuna».

20. *Júpiter.* Esse é o nome latino da divindade chamada, em grego, *Zeus.* Na mitologia romana, Júpiter era a divindade máxima, tal como Zeus o era para os gregos. Essa palavra significa «pai dos céus». Portanto, é interessante notar que essa divindade pagã superior é identificada com o conceito da paternidade de Deus. Ver o artigo

sobre a *Paternidade de Deus.* O termo Júpiter poderia ser traduzido por «Pai celeste». Na mitologia romana, Júpiter é considerado filho de Saturno e de Ópis, nomes correspondentes aos gregos Urano e Réa respectivamente. Júpiter seria a luz brilhante, o alvorecer, a lua cheia. Os *idos,* dias treze a quinze de cada mês, eram sagrados em homenagem a Júpiter. Acreditava-se que ele controlava todas as manifestações celestes, como as condições atmosféricas, embora também fosse o doador do vinho e o juiz daqueles que deveriam vencer nas batalhas, o doador da vitória e o deus dos juramentos. O trecho de Atos 14:12,13 tem uma alusão a Júpiter, onde lemos que ele teria aparecido como Barnabé, ao passo que Mercúrio (mensageiro de Júpiter) foi identificado com Paulo, que era o orador principal. A passagem de Atos 19:35 mostra que os efésios criam que a estátua de Diana (Ártemis), que adoravam, havia caído da parte de Júpiter. Sem dúvida, era um fragmento de meteorito. Ver esse versículo, no NTI, quanto a maiores detalhes.

21. *Malcã.* Esse era o deus nacional dos amonitas, algumas vezes identificado com Moleque ou Moloque (que vide). O trecho de I Reis 11:5,33 mostra-nos que Salomão, ao desviar-se do Senhor, chegou ao absurdo de instituir a adoração a Malcã, adoração pagã que só foi descontinuada nos dias de Josias (II Reis 23:13).

22. *Meni.* No hebraico, essa palavra significa «destino». Em tempos de apostasia, esse deus era adorado em Israel (ver Isa. 65:11). Esse versículo fala sobre duas divindades, *Fortuna* (Gade, ponto 19) e *Destino* (ou Meni). Há alguma coisa de espantoso no curso da vida. Os homens esforçam-se por prever o futuro, na constante esperança de que algo de melhor ocorra, algo de grande e inspirador. Foi apenas natural, pois, que os homens viessem a deificar o conceito de *Destino.* Ver o artigo sobre esse assunto.

23. *Mercúrio.* Esse era o nome do *deus do comércio* dos romanos, protetor do comércio de cereais. Era identificado com o grego *Hermes,* filho de Zeus e Naiade, filha de Atlas. Diziam-no inventor da lira, e que, com freqüência, era empregado como arauto dos deuses. Também era o encarregado de guiar as almas ao hades. Foi o deus da mineração, da agricultura e das estradas. Era o deus patrono da oratória. Em Atos 14:12, Paulo é confundido com Mercúrio, e Barnabé com Júpiter. A palavra latina é *Mercurius,* que se deriva de *merx,* «comércio».

24. *Merodaque.* Essa é a forma hebraica do acádico *Marduque.* Esse era o principal deus do panteão babilônico e deus patrono da cidade da Babilônia. De acordo com o mito da criação dos babilônios, *Enuma elish,* a posição dessa divindade, como o deus mais poderoso, é claramente retratada. Essa era a principal divindade adorada por Nabucodonosor, pelos assírios e por Ciro, o Grande. Ver Jer. 51:44 e Isa. 46:1. Tal como os principais nomes hebraicos para Deus aparecem em muitos nomes compostos, assim também o nome de Merodaque aparecia em muitos apelativos compostos, incluindo nos nomes próprios de pessoas. Merodaque-Baladã e Evil-Merodaque são exemplos disso, nas Escrituras. Ver Isa. 39:1; II Reis 25:27 e Jer. 52:31.

25. *Milcom.* Essa é uma forma variante de Malcã (que vide).

26. *Moleque* ou *Moloque.* Esse nome está ligado à palavra hebraica que significa «rei». Ele era cultuado com a imolação de crianças na fogueira. A arqueologia tem confirmado plenamente a prática, tendo descoberto muitos esqueletos infantis em cemitérios em redor de santuários e templos pagãos. Os amonitas transformaram-no em um deus-pai. A adoração a essa divindade era estritamente proibida em Israel (Lev. 18:21; 20:1-5). No entanto, Salomão erigiu um altar dedicado a esse deus, no vale de Hinom, o que mostra até que ponto ele se desviou do Senhor. Manassés, gerações mais tarde, fez-se agente desse deus (cerca de 686-642 A.C.). Josias eliminou tal culto, mas Jeoaquim o reviveu. As severas advertências dos profetas (Jer. 7:29-34; Eze. 16:20-22; 23:27-29; Amós 5:26) mostram a incrível influência exercida por esse culto entre os israelitas. Dentre todos os elementos pagãos que invadiram Israel, esse foi o mais lamentável e repelente.

27. *Nebo.* Forma hebraica do acádico *Nabu,* um dos deuses babilônicos (Isa. 46:1). Era considerado o deus da sabedoria e da literatura. A cidade de Borsipa (que vide), perto da cidade da Babilônia, era o principal centro desse culto. Assurbanipal (669-633 A.C.), o maior dos imperadores assírios, cultivava a adoração a esse deus, conforme é evidente na declaração de certa inscrição: «Eu, Assurbanipal, aprendo a sabedoria de Nabu, a arte inteira da escrita em tabletes de argila». Esse monarca é chamado Osnaper, no Antigo Testamento (ver Esd. 4:10). A *Crônica Nabunaida* (do tempo de Belsazar), atribui a Nabu e a Bel posições proeminentes no culto nacional da Babilônia.

28. *Neustã.* Essa palavra vem do termo que significa «cobre», em hebraico. Os israelitas transformaram a serpente de bronze em objeto de adoração (II Reis 18:4), e o título dado a esse objeto era *nehushtan,* usado como epíteto derrogatório pelos profetas. O objeto foi cercado de um culto elaborado, e Ezequias tomou sobre os ombros a tarefa de pôr fim a essa adoração idólatra. O culto era ajudado pelo fascínio e pelo horror dos homens diante da serpente, a qual, até onde a história da humanidade registra, vem sendo deificada pelos homens.

29. *Nergal.* Esse era o nome do deus-sol dos babilônios (II Reis 17:30). A cidade de Cutá tornou-se o centro da adoração ao sol. Após a deportação das dez tribos de Israel, foram trazidos colonos daquela cidade para ocuparem as cidades e as áreas adjacentes vagas. Desse modo, o culto ao sol firmou-se no território de Israel. Ver II Reis 17:24-30. Nergal também era o deus da pestilência e da guerra. Também exerceria controle sobre o mundo inferior. Tal como sucedia a outros nomes de divindades, esse nome passou a ser usado em nomes próprios compostos, inclusive de pessoas. Assim, encontramos Nergal-Serecer, um dos embaixadores de Nabucodonosor. Ver Jer. 39:3,13.

30. *Nibaz.* Um deus pagão trazido pelos aveus que vieram colonizar Samaria, após os assírios terem levado os israelitas para o cativeiro (II Reis 17:31). Alguns têm identificado esse deus com o deus elamita *Ibna -Haza.*

31. *Nisroque.* Senaqueribe (705-681 A.C.), rei da Assíria, adorava essa divindade. Havia um templo erigido em sua honra, em Nínive. Ali foi assassinado esse monarca (II Reis 19:37; 37:38). Alguns pensam que esse título é uma corruptela de Marduque, pelo que estaria em pauta a mesma divindade. Mas outros estudiosos opinam que o deus em questão é o *Nusku* dos assírios.

32. *Pólux.* Ver sobre *Castor* e *Pólux.*

33. *Refã.* Uma divindade identificada com os corpos celestiais, e adorada por Israel no deserto, Atos 7:43. Alguns identificam este deus com *Saturno,* ou com o deus *Chiun* mencionado em Amós 5:36. Certos eruditos ligam o nome com o heb. *Kiyyon (chiun),* que significa *estátua.* Neste caso temos uma referência geral à idolatria. A maioria, todavia, acha que *Saturno* está em vista. O árab. *chevan* significa Saturno, e é provável que *chiun* seja uma variante desta palavra, que significa também, *planeta,*

34. *Rimon.* Ele foi uma divindade da Síria, adorada em Damasco. Um templo ali foi dedicado a ele. Ver II Reis 5:18. Alguns supõem que este título seja uma forma contraída de *Hadade-Rimon,* e que *Hadade* fosse o *deus-sol,* o supremo deus da Síria. *Rimon* significa *romã.* Esta fruta foi associada com o poder do sol para amadurecer vegetais e frutas. Por analogia, os poderes de geração foram associados com este deus. Esta fruta tem uma abundância de sementes e no Oriente e nas mitologias gregas, esta abundância simboliza os poderes generativos. Monumentos assírios têm inscrições que comprovam este uso.

35. *Sátiro.* Essa palavra significa *peludo* , aludindo à combinação de um homem com um bode, adorado como uma divindade. Na mitologia grega, era uma divindade que habitava nos bosques, dotado de orelhas pontudas, nariz arrebitado, cauda curta, chifres curtos, rosto prognata, os braços e o corpo de homem, mas sobre pernas como de um bode. Nas referências bíblicas, forças demoní-

acas estão em foco, provavelmente como aquelas que dão impulso à idolatria em torno de imagens similares a um bode. Ver Isaías 13:21. O trecho de Apocalipse 18:2 indica a natureza demoníaca dessa adoração. Na mitologia grega e romana, o sátiro era um deus silvestre, companheiro de Baco, e, por conseguinte, associado a todo o tipo de sensualidade. Algumas referências veterotestamentárias dizem simplesmente «bode», como tradução; mas essa mesma palavra veio a ser usada para indicar a adoração idólatra (Lev. 17:7; II Crô. 11: 15).

36. *Sicute.* Provavelmente o mesmo *Sakkut* dos babilônios, que correspondia a *Saturno.* Portanto, provavelmente está em vista a adoração àquele corpo celeste. Os antigos pensavam que os planetas eram deuses (entidades vivas), ou pelo menos, lugares onde residiam os deuses. Os babilônios também se utilizavam do nome *kaimonu ou chian* (que vide) para indicar Saturno (Amós 5:26).

37. *Sucote-Benote.* Colonos babilônios que ocuparam, em Samaria, os lugares deixados vagos pelos israelitas, quando do exílio imposto pelos assírios, levaram para ali o culto relacionado a essa deusa (II Reis 17:30). Talvez esteja em foco a esposa do deus Marduque, *Zarpanitum,* o grande deus dos babilônios. Entretanto, há eruditos que preferem a identificação com o deus acadiano do arbítrio, *Sakkut binuti.* Neste caso, esse nome pode ser apenas um dos títulos de Marduque, e não uma divindade distinta.

38. *Tamuz.* Nome ainda de um outro deus dos babilônios, ao qual alguns israelitas se tornaram muito afeiçoados. Ezequiel viu mulheres chorando por essa divindade no portão norte de Jerusalém (Eze. 8: 14). Os babilônios chamavam-no *Dumuzi.* Ele era o deus das pastagens e dos rebanhos, das águas subterrâneas e da vegetação. Era considerado meio-irmão de Asera, a deusa da fertilidade. A esse deus estava vinculado um mito de morte-ressurreição. No outono ele morreria, desceria ao hades, e então era ressuscitado por Istar. Então Tamuz reaparecia na primavera, e as coisas começavam a reverdecer novamente, sob suas bênçãos. O quarto mês babilônico, correspondente a julho, tinha o nome desse deus. Ele é equiparado ao grego *Adonis* e ao egípcio *Osíris.* Parece haver alguma alusão a esse culto em trechos como Jer. 22:18; Amós 8:10 e Zac. 12:10. Esse culto disseminou-se por todo o mundo antigo, com seus vários ramos, sob diferentes apelativos. A cidade de Biblos (na Bíblia, Gebal) era um importante centro dessa adoração. Na Babilônia, anualmente, havia o casamento divino do rei com a deusa da fertilidade, simbolicamente representados pelo monarca e por uma sacerdotisa do templo de Tamuz, que celebrava assim os poderes doadores de vida desse deus.

39. *Tartaque.* Os aveus, que foram levados a Samaria para ocupar o lugar deixado vago pelo exílio dos israelitas, por parte dos assírios, trouxeram com eles vários cultos religiosos, incluindo aquele que girava em torno de Tartaque. Ver II Reis 17:31. (NTI S UN)

DEUTERONÔMIO

Deuteronômio é o último livro do Pentateuco, completando assim os cinco primeiros livros da Bíblia tradicionalmente atribuídos a Moisés. Seu nome foi obtido da Septuaginta, através de uma tradução inacurada de Deu. 17.18, o qual corretamente traduzido daria "Esta é a cópia (ou repetição) da lei". "Deuteronômio" é a forma portuguesa da palavra grega "segunda lei". É evidente que o livro não é uma *segunda lei* distinta da lei dada no Sinai, todavia o título não é totalmente inapropriado, pois o livro inclui, entre outros assuntos, uma repetição ou reformulação de grande parte das leis. O nome hebraico do livro é *'Elleh haddevarim,* "Estas são as palavras", ou simplesmente *Devarim,* "Palavras". A tradição judaica intitula o livro de Deuteronômio de *Mishneh Torah,* que significa repetição ou "cópia da lei" (Deu. 17.18).

Esboço

I. Composição
II. Propósito
III. Conteúdo
IV. Seção Legal
V. A Importância do Livro
VI. Bibliografia

I. Composição

1. *Autoria.* Há mais polêmica em relação à autoria e à data de Deuteronômio do que em relação a qualquer outro livro do Pentateuco. A maior variedade de opinião encontra-se especialmente entre os que se opõem à autoria mosaica.

a. *Ponto de Vista Conservativo.* Os que apóiam o ponto de vista conservativo da autoria mosaica de Deuteronômio baseiam-se em declarações bíblicas e na tradição judaico-cristã que estava em pleno acordo com relação à autoria deste livro até antes do advento do criticismo. Os argumentos mais fortes em favor da autoria mosaica do livro são as reivindicações do próprio livro, a saber: Deu. 31.8-13 e 31.24,26. Deu. 31.9 diz: "Esta lei escreveu-a Moisés e a deu aos sacerdotes...", e 31.24 diz: "Tendo Moisés acabado de escrever integralmente as palavras desta lei num livro...". Os escritores do NT atribuíam a autoria do Pentateuco a Moisés, e Mat. 19.8 indica a posição de Cristo especificamente em relação ao livro de Deuteronômio. Para os que acreditam na plena inspiração das Escrituras, estes versículos são evidências enfáticas da autoria mosaica de Deuteronômio. Os fatos de que o uso da primeira pessoa predomina e de que Moisés é mencionado por mais de 40 vezes no livro também são apresentados como provas de que ele escreveu Deuteronômio. O relato da morte de Moisés não apresenta problema, pois explica-se que os capítulos 31-34 foram adicionados depois de sua morte. Alguns afirmam que Moisés escreveu os capítulos que constituem a legislação (12-20), e os capítulos 1-12 e 27-30, embora de sua autoria, foram adicionados posteriormente.

Quanto aos capítulos 31-34, sugerem-se Eleazar e Josué como possíveis autores. Ambos foram amigos de Moisés e portanto pessoas apropriadas para fazer seu panegírico. Josué se tornou o sucessor de Moisés, e alguns supõem que o que atualmente é o apêndice de Deuteronômio tenha sido uma vez o início do livro de Josué. É particularmente interessante observar que as expressões "Moisés, servo do Senhor" e "Moisés, homem de Deus" não aparecem nos capítulos precedentes nem nos outros livros do Pentateuco. Por outro lado, a expressão "Moisés, servo do Senhor" ocorre várias vezes no livro de Josué, fato que fortalece a probabilidade de que Josué fora o responsável pela composição do apêndice.

b. *Ponto de Vista Crítico.* Os críticos consideram improvável que Moisés tenha escrito Deuteronômio e mantêm que o livro foi composto por um profeta anônimo que escreveu segundo as noções de Moisés. A despeito de não apoiarem a teoria da autoria mosaica do livro, os críticos declaram que Deuteronômio pode ser qualificado como um livro mosaico, pois toda a lei judia se originou na tradição básica dos tempos em que Moisés era o líder do povo.

Segundo a teoria documentária de Wellhausen, o *Código Deuteronômico,* ou *D,* é o documento básico deste livro. O documento *D* (Deu. 12-26) foi publicado em 621 A.C. quando Hilkiah o encontrou no templo durante o reinado de Josias (II Reis 22). Acreditava-se que o documento *D* havia sido composto no tempo de sua "descoberta" (por Hilkiah) com o fraudulento propósito de promover reformas religiosas. Atualmente esta teoria tem sido abandonada por falta de evidências.

Deuteronômio sumariza, de diversas maneiras, as doutrinas dos grandes profetas do século VIII A.C., que também pregaram a absoluta soberania de Deus, Seu relacionamento especial com Israel e a conseqüente condenação da idolatria. De fato, Deuteronômio representa Moisés dando uma nova interpretação da lei (para a vida em Canaã) no momento em que Israel fazia a transição de um estilo de vida nômade para um permanente. Dessa maneira, o Código

Deuteronômico demonstra a adaptação da velha lei às condições de vida posteriores.

A forma exata do documento encontrado no tempo do rei Josias tem sido objeto de muita polêmica. É evidente que o atual livro de Deuteronômio é resultado da compilação de porções independentes. O mistério da questão consiste em descobrir quando essas porções foram compiladas. Considerando que a leitura da Lei atemorizou Josias (II Reis 22.11-13), o documento continha pelo menos algumas maldições como as do capítulo 28. É também importante observar que o documento encontrado compeliu Josias a renovar o pacto entre Jeová e a nação de Israel. Isso indicaria que o documento tinha a forma familiar de um tratado e não era muito diferente do atual livro de Deuteronômio, que reflete claramente a estrutura dos antigos tratados ou pactos.

Alguns críticos acreditam que Deuteronômio é uma súmula da doutrina preservada da Samaria depois de sua queda em 721 A.C. Mesmo os que defendem Jerusalém como o local de origem do livro, mantêm que sua composição se deu no século VIII A.C. E. Robertson, defendendo uma posição mais conservativa, sugere que o livro tenha sido compilado (a partir de material mosaico) por Samuel. Em resumo, a origem e a data de Deuteronômio constituem um dos mais controversiais problemas para os críticos bíblicos. Nada de concreto tem sido concluído a esse respeito até o presente momento.

2. *Estrutura.* A estrutura básica de Deuteronômio reflete claramente a forma dos antigos tratados ou pactos. O livro (delineado quase exclusivamente na forma de discursos) apresenta primeiramente uma introdução exortatória com alusões históricas, a seguir as leis e finalmente as bênçãos e maldições condicionadas à obediência das estipulações.

O livro de Deuteronômio é dotado de vigoroso estilo oratória, mesmo em se tratando da apresentação das leis. Apesar de bastante peculiar, este estilo reflete alguma influência da literatura profética. Tendências retóricas e preocupações com o culto e com a religião interior lembram as pregações dos sacerdotes e levitas.

II. Propósito

O livro compreende uma série de discursos proferidos por Moisés. O primeiro desses, considerado uma adição secundária ao livro, relata a viagem de Horebe à Terra Prometida e enfatiza a conquista da Transjordânia. O segundo é o mais importante do livro — contém primeiramente uma exortação de como o indivíduo deve entregar-se de todo o coração ao Deus do Pacto, e em seguida apresenta as leis desse Pacto. O terceiro discurso consiste em um apelo por fidelidade. O livro termina com um apêndice histórico contendo a narrativa dos últimos atos e palavras de Moisés. (Ver a seção a seguir para maiores detalhes).

O propósito de Deuteronômio é persuadir o povo à entrega total ao Deus de Israel, o que significa amá-lo de todo o coração, de toda a alma e de toda a força (Deu. 6.5). Dessa maneira, o livro enfatiza a completa união com Jeová, através da qual o povo deve adorar somente a Ele, e de modo apropriado.

III. Conteúdo

A. *Primeiro Discurso de Moisés* (1.1—4.43)
   1. Sumário da história de Israel no deserto (2.1—3.29)
      a. Introdução (1.1-18)
      b. O fracasso em Cades (1.19-46)
      c. As perambulações e os conflitos no deserto (2.1—3.29)
   2. Moisés exorta o povo à obediência (4.1-43)

B. *Segundo Discurso de Moisés* (4.44—26.19)
   1. Repetição da lei com advertências e exortações (4.44—11.32)
      a. Introdução (4.44-49)
      b. Repetição dos Dez Mandamentos (5.1-33)
      c. O fim da lei é a obediência (6.1-25)
      d. Ordenada a destruição dos cananeus e seus ídolos (7.1-26)
      e. Advertências e exortações (8.1—11.32)
   2. A legislação que Moisés apresentou ao povo (12.1—26.19)
      a. Condições de bênção na terra (12.1-32)
      b. Castigo dos falsos profetas e idólatras (13.1-18)
      c. Animais limpos e imundos (14.1-29)
      d. O ano da remissão (15.1-23)
      e. As três festas: Páscoa, Pentecoste e Tabernáculos (16.1-17)
      f. Os oficiais e seus deveres (16.18-22)
      g. Castigos da idolatria, obediência à autoridade, eleição e deveres de um rei (17.1-20)
      h. Os sacerdotes, as práticas proibidas e a promessa de um profeta (18.1-22)
      i. As cidades de refúgio (19.1-21)
      j. As leis da guerra (20.1-20)
      k. Regulamentos gerais (21.1— 26.19)
   3. Sumário de profecias sobre a história de Israel e a segunda vinda de Cristo (27.1—28.68)
      a. As pedras da lei no monte Ebal (27.1-10)
      b. A cerimônia litúrgica (27.11-26)
      c. As bênçãos proferidas no monte Gerizim (28.1-14)
      d. Maldições que serão lançadas na terra (28.15-68)

C. *Terceiro Discurso de Moisés: o Pacto Palestino* (29.1—30.20)
   1. Introdução (29.1-29)
   2. Declaração do pacto (30.1-10)
   3. Advertência final (30.11-20)

D. *Apêndice Histórico* (31.1—34.12)
   1. Últimas palavras de Moisés e nomeação de Josué (31.1-30)
      a. Últimos conselhos de Moisés aos sacerdotes, aos levi-tas e a Josué (31.1-13)
      b. Comissão divina a Moisés e Josué: Avisos acerca da apostasia (31.14-23)
      c. Moisés instrui os levitas (31.24-30)
   2. Último canto e exortação de Moisés (32.1-47)
   3. Moisés vê a Terra Prometida (32.48-52)
   4. Moisés abençoa as tribos (33.1-29)
   5. Morte e sepultamento de Moisés (34.1-12)

IV. Seção Legal

Os capítulos de 5-11, introduzindo a seção legal, apresentam os Dez Mandamentos, tratando de modo especial o primeiro mandamento. Os capítulos seguintes expõem as leis que podem ser consideradas nas categorias cerimonial, civil e criminal. Seguindo estas categorias, estão as leis mistas concernentes à família e propriedade.

As leis cerimoniais referem-se a lugar de adoração (12.1-28); idolatria (12.29—13.18; 16.21—17.7); alimentos puros e impuros (14.1-21); dízimos (14.22-29); remissão (15.1-18); santificação do primogênito (15.19-23); e festas sagradas (16.1-17).

As leis civis tratam de nomeação dos juízes (16.18-20; 17.8-13); eleição de um rei (17.14-20); regulamentações referentes aos direitos e rendimentos dos sacerdotes e levitas (18.1-8); e regras concernentes aos profetas (18.9-22).

As leis criminais referem-se ao homicida, às cidades de refúgio (19.1-14); ao falso testemunho (19.15-21); à conduta na guerra (20.1-20); à expiação por uma morte cujo autor é desconhecido (21.1-9); e aos crimes puníveis por enforcamento (21.22,23).

As leis mistas abrangem uma variedade de assuntos, tais como casamento com uma mulher cativa (21.10-14); direito de primogenitura (21.15-17); filhos desobedientes (21.18-21); benevolência para com os animais (22.1-4, 6-8); proibições de várias misturas (22.4,9-11); cordas torcidas nas vestimentas (22.12); punição de impureza (22.13-29); expulsão da congregação (23.1-9); rito de purificação no acampamento militar (23.10-15); escravos fugidos (23.16,17); prostituição, usura e votos (23.18-24); ato de recasar depois do divórcio (24.1-4); isenção do recém-casado de servir na guerra (24.5); penhor (24.6, 10-13,17,18); ladrão (24.7); lepra (24.8,9); salários (24.14,15); pais e filhos (24.16); tratamento de estranhos, órfãos e viúvas (24.17-22); castigo excessivo (25.1-3);

o boi de arado (25.4); levirato (25.5-10); estupro (25.11,12); pesos e medidas (25.13-16); e destruição de Amaleque (25.17-19). Os capítulos 26 e 27 apresentam uma aplicação didática dessas leis.

Outra classificação das leis contidas nos capítulos 12-26 pode ser feita com base no significado de três palavras-chaves, a saber, juízos, estatutos e mandamentos. O juízo é definido como uma regra ou lei estipulada por uma autoridade ou estabelecida por costumes antigos, pela qual o juiz deve guiar-se na solução de certos casos (juízos de Êxo. 21). O estatuto é definido como uma regra permanente de conduta que difere do juízo no sentido de que não requer um juiz físico no quadro, mas somente a consciência do indivíduo perante Deus. A distinção entre juízo e estatuto está delineada em I Reis 6.12, onde Salomão é encorajado a andar nos estatutos de Deus e a "executar" os Seus juízos. Exemplos típicos de estatutos são as leis referentes às instituições religiosas, festas (Deu. 16.1-17), oferendas ou leis de justiça, purificação etc. Em relação à palavra "mandamento", seu significado comum é convenientemente limitado aqui para os propósitos da presente classificação: significa não uma ordem de obrigação permanente, mas uma que pode ser cumprida de uma vez por todas. (Exemplos: a destruição dos santuários pagãos, a nomeação dos juízes e o estabelecimento das cidades e refúgio).

V. A Importância do Livro

Os escritos posteriores da história de Israel do Antigo e do Novo Testamento testificam a grande influência que o livro de Deuteronômio exerceu em seus autores. Nos livros de Josué, Juízes, I e II Samuel e I e II Reis encontram-se numerosas referências reveladoras de que Deuteronômio era conhecido e observado na época. Entre as muitas referências que ilustram a observância das leis de Deuteronômio, encontra-se Jos. 8.27, que relata o fato de que, quando Ai foi capturada, "tão-somente os israelitas saquearam para si o gado e os despojos da cidade" (Deu. 20.14). Outro detalhe que indica a observância da lei de Deuteronômio é o fato de que o corpo do rei da cidade de Ai foi retirado da árvore em que havia sido enforcado antes do cair da noite (cf. Jos. 8.29; 10.26 e 27 com Deu. 21.23).

Os profetas do século VIII A.C. também refletem familiaridade com o livro. As seguintes passagens são alguns exemplos da influência de Deuterônomio nos escritos de Oséias e Amós:

Oséias	*Deuteronômio*	*Amós*
4.4	17.12	3.2
5.10	19.14	2.7-8
8.13 e 9.3	28.68	11.3
1.31 e 32.10	7.6 e 9.12	24.12-15 e 23.17

No NT há igualmente algumas citações e várias referências ao livro de Deuteronômio. Em Heb. 10.28 as palavras de Deu. 17.6 são citadas como "a lei de Moisés". Paulo citou Deu. 27.26 e 21.23 em Gál. 3.10,13, adicionando a introdução "está escrito". Semelhantemente, Paulo citou partes do Decálogo em Rom. 7.7; 13.9; Efé. 6.2. Jesus também citou Deuteronômio em várias ocasiões, a saber: Mat. 4.1-11; 22.38; Luc. 4.1-13; Mar. 7.9-12; 10.5 e 10.17-19.

VI. Bibliografia

AM E IB ID MAN UNZ

DEVER

Uma de nossas mais importantes palavras éticas é «dever». Ela subentende a existência dos deveres morais ou legais, e que isso cria deveres que precisam ser cumpridos. O dever tem um caráter imperativo. Precisamos estabelecer a distinção entre as coisas *como elas são* e as coisas *como elas deveriam ser*. O dever nunca aceita o estado das coisas como se isso ditasse o que é certo ou errado, porquanto as coisas raramente são como deveriam ser.

Esboço:

I. O Vocábulo e Seus Usos
II. Vários Pontos de Vista
III. O Ponto de Vista da Bíblia
IV. O Dever de Amar

I. O Vocábulo e Seus Usos

O vocábulo **dever** vem do latim **debere,** "dever". Destaca-se a idéia de dívida. Como um termo, assume lugar juntamente com o que é *bom* e *valioso*, como conceitos fundamentais da moralidade. Os sistemas que exaltam o dever como o alicerce da ética são chamados *formalistas ou deontológicos.* Esta última palavra vem do grego *deon, deontos,* «necessário» e de *deein,* «falta», «necessidade». O sistema de dever fala sobre obrigações morais. Outros sistemas principais, que podem ser contrastados com esse, são o *teológico* e o *axiológico.* Ver o artigo geral sobre a *ética,* que fornece as várias abordagens que os teólogos e filósofos usam, quanto à questão da *conduta ideal.*

II. Vários Pontos de Vista

1. No *estoicismo* (que vide). O dever do homem é absoluto, baseado sobre requisitos da natureza. Todas as coisas acontecem por determinação prévia, e é dever do homem aceitar tudo em atitude de apatia. A única escolha do homem consistiria na atitude com que ele aceita os eventos. Não tem a capacidade de ordená-los. A obrigação é a base da conduta moral, e não a satisfação própria ou o prazer pessoal.

2. Em *Emanuel Kant* (que vide). O dever é a finalidade máxima da vida. O dever é definido por imperativos categóricos e práticos. O homem é possuidor de uma vontade autônoma e noumenal, do que também se origina a idéia e a necessidade de seu dever. Há o imperativo categórico (que vide), o que nos diz que é nosso dever nada fazer daquilo que não queremos que se torne uma lei universal. Ver sobre *Kant,* Ética. Ele também requeria o dever de tratar todos os homens como finalidades em si mesmas, e não como meios, respeitando a individualidade e o valor essencial deles.

3. *F.H. Bradley* (que vide) argumentava que os deveres dos homens são determinados pelo lugar e funções que ocupam na sociedade. Portanto, o dever seria uma questão comunal, e não meramente individual. Além disso, o dever seria determinado por condições metafísicas e universais, e não pelo indivíduo.

4. *Josiah Royce* (que vide) supunha que o pessimismo ocorre quando os homens falham em descobrir um ideal que deve ser aceito e cultivado. Haveria ideais que deveriam ser descobertos, capazes de impedir o fracasso, ou seja, capazes de evitar o pessimismo. *O* seu mais elevado ideal era uma adaptação da regra áurea: «Vive de tal modo que a .tua vida e a vida do próximo seja uma delas». Ele tinha um forte senso de lealdade e dever, e acreditava que a miséria humana é causada, essencialmente, pela falta de lealdade a princípios autênticos.

5. *H.A. Prichard* (que vide) mantinha o ponto de vista intuicionista que diz que sabemos, através da intuição, quais são os nossos deveres. Ele cria que não devemos tentar formular uma teoria do dever, mas apenas depender de nossa intuição, dia após dia, enquanto vivemos e entramos em contacto com outras pessoas.

6. *W.D. Ross* (que vide) levantou e discutiu a antiga questão dos conflitos de deveres. Há uma verdadeira hierarquia de deveres. *O* mais elevado deles intitula-se *dever prima facie.* Um exemplo: um paciente terminal pode sentir-se mais confortável e enfrentar melhor a morte física, se não tiver consciência de sua enfermidade. Pelo menos, alguns casos terminais têm esse caráter. Seria um erro dizer a verdade (que, usualmente, é um dever) a tal pessoa. Nesse caso, devemos preferir a misericórdia do que dizer a dura verdade. Ele era um intuicionista e supunha que, em cada caso, a nossa intuição haverá de dizer-nos qual dever deve ser considerado preferencial, e quais outros deveres devem ser postos de lado.

III. O Ponto de Vista da Bíblia

Na Bíblia, a base do dever é a idéia de que Deus revelou o que é bom para o homem. Isso quer dizer que temos uma ética teísta, completa com todas as formas de deveres revelados, delineados nas Escrituras. A maioria dos evangélicos concordaria que o dever é um requisito divino, porquanto Deus é quem estabelece os princípios éticos, e não o homem. Surgem problemas neste ponto: em primeiro lugar, há a questão da *interpretação.* A existência da revelação nem sempre nos serve de uma orientação clara. Consideremos o caso de Abraão, que compreendeu que Deus requeria que ele realizasse um sacrifício humano. A maior parte dos teólogos e filósofos éticos concorda que isso era uma idéia de Abraão (com base em um pano de fundo cultural e religioso), e não um real requisito de Deus. Em segundo lugar, há a questão dos conflitos de deveres, segundo discutimos em II.6. Em terceiro lugar, são levantadas questões pelos liberais e pelos *críticos* no tocante à validade de supostas revelações. Mesmo admitindo que a Bíblia é um excelente livro sobre princípios éticos, vemos certa progressão no conceito de Deus, partindo da noção primitiva de Deus como um supremo guerreiro, chefe de tribos selvagens, que requeria destruição e vingança por todos os lados, para a idéia mais refinada de Deus, conforme se vê refletida no Sermão da Montanha de Jesus. Ao longo dessa caminhada, os homens, em seus livros sagrados, têm *purificado o* conceito de Deus; mas esse processo prossegue, e o conceito de Deus vai se modificando, devido ao crescente conhecimento e experiência espiritual dos homens. Segue-se, pois, que a própria revelação, mesmo quando válida, não é algo fixo e perfeito. Em conseqüência, os deveres exibidos pela revelação divina não são necessariamente perfeitos e finais. Isso não quer dizer que não nos tenham sido dados deveres claros, mas somente que não fomos isentados da necessidade de raciocinar, de experimentar e de crescer.

O Novo Testamento achou por bem reforçar os *mandamentos* do Antigo Testamento. O amor a Deus e ao próximo aparece no Novo Testamento como o sumário da lei (Mat. 22:37-39; Rom. 13:10). Os filósofos morais nunca foram capazes de aprimorar esse princípio fundamental, e a maioria deles o admite. Ver o ponto abaixo.

IV. O Dever de Amar

Os místicos dizem, após todas as suas elevadas e celestiais experiências, que é impossível melhorar o princípio moral do amor como base de toda a conduta. Paulo, a despeito de todas as suas inovações teológicas, chegou à conclusão de que o amor é o cumprimento da lei. Ver Rom. 13:10. Jesus apresenta-nos idêntica avaliação (Mat. 22:37-39). João mostra-nos que a prova mesma da espiritualidade é a vida diária de acordo com a lei do amor (I João *4:7 ss).* O novo nascimento é a fonte do poder para amar como devemos fazê-lo; e aquele que nasceu de Deus é ativo no cumprimento desse princípio. Ver o artigo geral sobre o *amor.* O amor leva-nos além da expressão ordinária do dever, o que, na experiência humana, com freqüência consiste em se fazer somente aquilo que se deve, algumas vezes, com má vontade. Naturalmente, o dever real não consiste nisso; mas nós o reduzimos a isso. Seja como for, viver a lei do amor é o dever supremo, bem como aquilo que impulsiona todos os outros deveres.

DEVOÇÃO, DEVOTAR

No hebraico temos uma palavra a considerar, *cherem,* usada Por vinte e oito vezes, como em Lev. 27:21,28,29; Núm. 18:14. — No grego, *sébasma,* «objeto de adoração», que figura por duas vezes: Atos 17:23 e II Tes. 2:4. A palavra grega envolvida indica, geralmente, algum objeto usado na adoração religiosa. De acordo com o pensamento dos semitas, uma coisa «devotada» era inteiramente dedicada à divindade, pelo que não mais podia ser tocada por um ser humano. Portanto, era algo santificado (Lev. 27:28). Em sentido negativo, uma coisa devotada era *maldita.* Ver o artigo sobre *Anátema.* Também poderíamos dizer que algo foi «devotado a Yahweh», dando a entender que a coisa devotada deveria ser totalmente destruída. Ver Josué 6 e 7, o exemplo mau de Acã, e I Samuel 15, o exemplo dos amalequitas. Tais conceitos estavam por detrás das *guerras santas,* nas quais a destruição era considerada como algo que honrava a Deus. A idolatria era punida mediante total devoção (Êxo. 22:20). O vocábulo também podia significar «exclusão», segundo se vê em Esdras 10:8. Positivamente falando, uma pessoa ou coisa podia ser devotada a Deus, mediante total consagração. Parte da propriedade ou dos bens materiais de alguém podia ser devotada (Lev. 27:28), do que também originou-se o costume do Corbã (que vide) (Mar. 7:11).

Devoção Cristã. As exigências feitas por Cristo são grandes, porque também os benefícios que ele nos dá são grandes, e porque o destino dos crentes é serem conformados à sua imagem (Rom. 8:29; II Cor. 3:18). Portanto, total devoção e dedicação são requeridas dos discípulos sérios (Rom. 12:1, 2; Mar. 8:34 *ss)* . Um aspecto da devoção é a *adoração.* Um longo e detalhado artigo foi provido, nesta enciclopédia, acerca desse assunto. Parte da adoração do crente é a prática diária de suas devoções, o que pode incluir a leitura da Bíblia, a oração, e, em alguns casos, a meditação. Esse é um exercício que tem por finalidade ajudar o crente em seu desenvolvimento espiritual.

No plural, «devoções», a palavra é usada, em várias traduções, em Atos 17:23 (nossa versão portuguesa usa o singular, «culto»), dando a entender a adoração a divindades pagãs. O termo grego por detrás desse vocábulo é *sébasma,* dando a entender aquilo que é adorado (II Tes. 2:4), ou as coisas usadas como adjuntos na adoração.

DEVOTO

No original grego temos a considerar os vocábulos *eulabés,* «reverência», *eusebés,* «piedoso», e o verbo *sébomai,* «adorar». Essas palavras ocorrem, respectivamente, por quatro vezes (Luc. 2:25; Atos 2:5; 8:2; 22:12), três vezes (Atos 10:2,7; II Ped. 2:9) e dez vezes (Mat. 15:9—citando Isa. 29:13—Mar. 7:6; Atos 13:43,50; 16:14; 17:4,17; 18:7,13; 19:27). Nos livros de Lucas encontramos menção a pessoas devotas, como Simeão (Luc. 2:25), Cornélio e seu soldado devoto (Atos 10:2,7), Ananias, através de quem Paulo recebeu de volta a visão (Atos 22:12), os homens piedosos que sepultaram Estêvão (Atos 8:2). Havia homens devotos por se terem convertido ao judaísmo (Atos 13:43), mulheres devotas (Atos 13:50), gregos devotos, em Tessalônica (Atos 17:4), e pessoas devotas nas sinagogas de Atenas (Atos 17:17). Os *devotos* são aqueles que, de alguma forma, viram ao Rei, cujas vidas foram assim transformadas, e cujas práticas diárias incluem atitudes e atos religiosos que demonstram a piedade deles. Os devotos devem ser contrastados com *os profanos,* os quais têm pouco respeito pelas coisas espirituais, cujas vidas são dominadas por motivos carnais e egoístas. As pessoas devotas são intensamente religiosas, reverentes, calorosamente dedicadas às realidades espirituais, sinceras e ativas nos exercícios e obras de natureza religiosa.

DEZ MANDAMENTOS

Quanto a artigos relacionados, e onde importantes princípios são frisados, ver o artigo geral sobre *Mandamentos.* Ver também sobre o *Novo Mandamento* e sobre o *Decálogo.*

Esboço:

1. O Princípio da Lei
2. Palavras Envolvidas e Designações
3. Ocasião Histórica
4. Versões
5. Natureza e Conteúdo
6. Divisões
7. Os Dez Mandamentos e o Novo Testamento

1. O Princípio da Lei

Todo povo precisa ter leis, e até as tribos mais primitivas contam com sua legislação, formal ou informal. — Algumas vezes, essas fórmulas são bastante simples. Os indígenas primitivos do extremo norte do Brasil têm dois pecados principais: o furto e o maltrato à própria mãe. Segue-se um terceiro, não tão grave: não compartilhar do que se possui. As bananas são consideradas uma possessão preciosa. Espera-se que aquele que encontrou bananas na floresta, compartilhe das mesmas com os demais membros da tribo. Porém, o homicídio é tão comum que parece haver bem pouca consciência de que isso constitui uma grave ofensa. Foi-me explicado pessoalmente, por alguém que viveu dentro daquela cultura primitiva por muitos anos, que o homicídio não é considerado um mal, a menos que atinja algum parente próximo. O homicídio é ali praticado por qualquer razão, ou mesmo sem razão nenhuma. Naturalmente, o homicídio é vingado, mas essa é a única pena aplicada contra tal ato. Quase todos os homens adultos, entre aqueles indígenas, já mataram algum ser humano. Isso nos mostra que se o princípio da lei é natural a todos os povos, seus preceitos precisam ser dirigidos por Deus, o qual nos esclarece o que, realmente, é certo e errado.

Códigos Antigos. Ficamos admirados diante da extensão e da boa qualidade das leis babilônicas. Ver o artigo sobre a *Babilônia,* em seu ponto 5.f., *Ética e Moral dos Babilônios.* Uma das principais realizações da arqueologia tem sido o descobrimento dos códigos e das leis dos povos antigos, que nos informam sobre as suas idéias éticas. Mas, quando estudamos o assunto, descobrimos que não há povo e nem há história que se possam comparar com a de Israel.

Antes da outorga dos Dez Mandamentos, já encontramos ordenanças divinas no Antigo Testamento; mas, juntamente com o decálogo houve uma imensa elaboração. E os judeus nunca se cansaram de maiores elaborações ainda. Os ensinos judaicos incorporavam 613 mandamentos específicos, dos quais 248 eram positivos e 365 negativos, cobrindo todas as facetas imagináveis da vida diária. Não há que duvidar que a nação judaica considerava a estrita obediência à lei escrita como a base e a expressão da espiritualidade. O Novo Testamento faz essa obediência depender das operações do Espírito Santo, sendo significativo que todos os Dez Mandamentos (excetuando aquele referente ao sábado), tornaram-se princípios neotestamentários. Contudo, alguns estudiosos pensam que até mesmo o sábado tornou-se um princípio do Novo Testamento sob a forma de nosso descanso espiritual em Jesus Cristo, mediante a fé. (Ver Heb. 4:9,10).

Tendências Teológicas. Em nossos dias vê-se a tendência de abandonar uma lei escrita, objetiva, como expressão da vontade de Deus. Muitos teólogos têm HUMAN-izado a idéia veterotestamentária da lei, pois dizem que a reivindicação de origem divina, da lei mosaica, não passa de uma invenção humana. Historicamente, isso exprime uma verdade — pode-se mostrar que os babilônios e outros povos antigos contavam com códigos legais bastante similares aos dos judeus, e expressos com bastante elaboração. É nossa tendência subestimar a sensibilidade moral dos povos antigos. Preferimos apontar para suas muitas guerras, para sua brutalidade e para suas constantes agitações. Porém, se os compararmos com as sociedades modernas, veremos que o ato de matar é uma atividade que prossegue como sempre ocorreu, e que, em nossos dias, as técnicas tornaram-se muito mais sofisticadas, de tal modo que temos a intrepidez de falar em *artes* militares. Quando lemos o Antigo Testamento, ficamos perplexos diante da violência que transparece na história de Israel; e não meramente dos israelitas contra outras nações, mas até de israelitas contra israelitas. Não podemos entender como uma pessoa, como Davi, que escreveu tantos dos Salmos do Antigo Testamento, com sua evidente espiritualidade profunda, o que se reflete em seu elevado estilo literário, pode ter estado ocupado em tanta luta e matança. Será possível uma pessoa, em um dado momento, mostrar-se espiritualmente sensível, expressando essa sensibilidade mediante termos poéticos lindíssimos, para então, momentos depois, enterrar a lâmina de sua espada no ventre de outro homem? Parece que a dualidade de todo ser humano, até mesmo dos regenerados, com seu aspecto positivo e com seu aspecto negativo, pode explicar tal fenômeno. Seja como for, o evangelio veio a fim de salvar os pecadores; e o próprio fato de que a alma humana vive nesta esfera terrena serve de prova de que ela caiu muito abaixo de Deus. Tradicionalmente, a obediência às leis divinas tem sido o principal método de tentativa de retorno da alma humana a Deus.

Karl Barth enfatizava a **Palavra de Deus** como a expressão de sua vontade. Contudo, não pensava que essa Palavra pudesse ser limitada a seu aspecto escrito, na Bíblia. Barth, pois, representa uma mudança de opinião, afastando-se de um conceito literal e literário e aproximando-se da iluminação interior acerca da vontade de Deus, porquanto a expressão literária conteria imperfeições, resultantes da inventividade humana. Aqueles que não aceitam de bom grado o princípio legal da justificação, preferindo a teologia paulina, algumas vezes têm ido longe demais, reduzindo os mandamentos da lei à condição de meros iluminadores do entendimento, chamando-os de invólucros legais. Para eles, o amor seria a única lei verdadeira e pura; e o que estiver separado disso será imperfeito ou desviador. Entretanto, não há qualquer contradição entre o amor e a lei. De fato, a lei, quando correta, coopera com o amor, pois sua finalidade sempre visa ao benefício do homem. Outrossim, há uma maneira de reconciliar as obras da lei e a graça. Se considerarmos aquelas obras como operações do Espírito, então lei e graça tornam-se sinônimos. A lei aponta para os princípios morais, e as operações do Espírito tornam-nos pessoas moralmente inclinadas, capazes de pôr em prática aquilo que a lei mosaica recomenda verbalmente. Naturalmente, a letra mata. Por si mesmal, a lei nunca será uma força espiritual capacitadora. É o Espírito de Deus quem nos dá vida (II Cor. 3:6). Todavia, isso não significa que a lei seja errada em si mesma, ou que Deus errou ao dar ordens aos homens, por intermédio da lei. Os padrões de Deus deveriam ser conhecidos e postos em obra. Porém, quando chega o momento de cumprir o espírito dos mandamentos, então é que precisamos do poder capacitador do Espírito; e essa é uma clara mensagem no Novo Testamento.

Não há qualquer contradição ou antipatia entre a graça e a lei, ou entre o amor e a lei, contanto que consideremos tudo segundo a correta perspectiva. A vida cristã envolve a observância das «ordenanças de Deus» (I Cor. 7:19). Mas isso só pode ser feito mediante a atuação do Espírito capacitador, que vem residir no crente (Rom. 8:2 *ss).* A espiritualidade é uma obra do Espírito (Gál. 5:22,23), e não meramente a tentativa de obedecer, segundo nossas melhores possibilidades de atender aos mandamentos. Temos de levar em conta que a lei escrita, por mais elaborada que seja, sempre é incompleta, por nenhuma palavra escrita poderá exprimir plenamente a mente de Deus. Eis por que alguns teólogos têm apelado para o conceito da Palavra de Deus, não limitada ao que foi escrito na Bíblia Sagrada.

Os mandamentos de Deus despertam em nós a consciência de nossa própria imperfeição e desse modo, eles prestam um importante serviço (Rom. 3:20). Com base nisso, o Espírito Santo ajuda-nos a fazer algo a respeito. Os mandamentos podem servir de guias para que evitemos pecados específicos e para que realizemos atos consoantes com nossos deveres morais; e nada há de errado quanto a isso, contanto que não pensemos que é através disso que seremos justificados diante de Deus (Rom. 3:20,28). Naturalmente, dentro da comunidade humana, a lei, considerada como um princípio, é algo absolutamente necessário, porquanto deve haver um padrão para que todos possam seguir.

2. Palavras Envolvidas e Designações

Quanto a detalhes sobre esta divisão, ver o artigo sobre *Mandamentos,* sob o subtítulo, *Idéia Geral.* A importância da lei, dentro do judaísmo, pode ser demonstrada pelo fato de que há cerca de nove-

centas referências aos mandamentos, no Antigo Testamento, mediante o uso de uma dezena de palavras diferentes.

O Decálogo. Ver o artigo separado sob esse título, quanto a maiores detalhes. O termo *decálogo*, que significa *dez palavras*, foi usada pelos pais gregos da Igreja para se referirem aos dez mandamentos do Antigo Testamento. No hebraico, esses mandamentos são chamados *haddebarim asereth,* «dez palavras». Ver Êxo. 34:28; Deu. 4:13 e 10:4. Outras expressões também usadas para indicar a lei são: «as duas tábuas do testemunho» (Êxo. 34:29); a «sua aliança» (Deu. 4:13), «as tábuas da aliança» (Deu. 9:9). No Novo Testamento, encontramos, principalmente, o termo grego *entola˜i,* «mandamentos» (Mat. 19:17 *ss*, Rom. 13:9; I Tim. 1:9, para exemplificar).

3. Ocasião Histórica

O Antigo Testamento apresenta a outorga da lei moisaica como um ato divino, como uma direta intervenção de Deus na história humana. Moisés é retrato como o homem que recebeu tábuas literais de pedra, inscritas com os dez mandamentos. Mediante esse ato, foi estabelecido o pacto teocrático. E é nesse ponto que temos o início de uma das principais dispensações, que alteraram todo o rumo da história da humanidade. Ver Êxodo 19 e 20: Seguem-se muitas leis subordinadas aos dez mandamentos originais, com base no que uma vasta e elaborada legislação veio a desenvolver-se. Muitos teólogos modernos têm salientado o teísmo extremado da situação. Deus desceu sobre o monte Sinai, com manifestações de fogo e fumaça, o monte tremeu e os israelitas ficaram aterrorizadas, etc. Esses teólogos opinam que esses elementos marcam a porção histórica da história como um relato essencialmente mitológico. Os estudiosos místicos, que não se preocupam muito com o arcabouço histórico, supõem que essas descrições são tentativas cruas para descreverem para nós as profundas experiências místicas de Moisés, mediante as quais ele foi inspirado a produzir as leis mosaicas. Isso significa que houve acontecimentos reais, e não imaginários, mas que esses eventos foram mais místicos do que literais, e que poucas referências literárias são válidas se forem interpretadas literalmente, e não alegórica ou simbolicamente. Os estudiosos liberais salientaram que outros povos semitas, especialmente os babilônios, também contavam com todos os itens essenciais dos Dez Mandamentos; e, com base nisso, supõem que, na realidade, eles representam a essência do pensamento daqueles povos da antiguidade, nada tendo de original ou de origem divina. Na minha opinião, porém, essa interpretação liberal reduz Moisés a quase nada; ele seria apenas um compilador. No entanto, precisamos perceber que ele encabeçou um novo e radical movimento religioso. Não foi apenas um líder do ângulo social, militar e cultural. Como pioneiro de um avanço muito grande na compreensão das realidades religiosas, ele deve ter sido uma figura muito incomum. Penso que é melhor concebermos a outorga da lei mosaica como uma experiência mística, mas cercada por circunstâncias históricas verdadeiras, relatadas de forma a salientar a verdade mística. Como exemplo disso, podemos pensar sobre a narrativa a respeito da *ascensão de Cristo* (que vide). Lemos acerca da *nuvem* que recebeu a Jesus, e, quando falamos em nuvens, em meio às quais ele retornará, ou naquelas nuvens associadas ao nosso próprio futuro arrebatamento, é melhor pensarmos não em termos de nuvens literais, formadas por vapor d'água. Antes, houve a manifestação de energias místicas, envolvidas no processo, mas que resultou em uma espécie de aparência visual. Por semelhante modo, a outorga da lei mosaica envolveu visões místicas que foram então descritas mediante termos literais.

4. Versões

No Pentateuco há duas versões do decálogo. A primeira delas aparece no vigésimo capítulo do livro de Êxodo; e a segunda no quinto capítulo do livro de Deuteronômio. Essas versões concordam essencialmente entre si, excetuando no caso das razões para a observância do quarto mandamento. No livro de Êxodo, é dito que era preciso obedecer esta lei como uma obrigação diante de Deus como Criador. Mas, em Deuteronômio, a razão é que o indivíduo deve servir ao próximo, concedendo-lhe descanso, em memória à servidão sofrida no Egito, quando então ninguém, dentre os israelitas, podia descansar. É possível, porém, que a versão deuteronômica represente uma elaboração posterior do mandamento mais simples, que dizia: «Lembra-te do dia de sábado, para o santificar» (Êxo. 20:8).

5. Natureza e Conteúdo

O decálogo é mais que um código de leis. Antes, é a base do pacto teocrático que separou o povo de Israel como um veículo do favor divino, como um elemento através do qual a mensagem espiritual haveria de ser transmitida. É instrutivo pensarmos em Cristo como o Segundo Moisés. Os inúmeros preceitos que aparecem em seguida, governando cada aspecto da vida diária, ensinam-nos que não existe tal coisa como lado secular da vida. À mente divina cabe o controle de todos os detalhes da vida, de tal maneira que a alma humana possa encontrar eficazmente o seu caminho de volta a Deus. Esse elaborado sistema tinha o intuito de governar a vida física dos israelitas, mas também tinha funções educativas. O próprio decálogo estabelece alguns princípios perfeitamente éticos, cuja aplicação pode ser vasta e abrangente. A lei foi escrita em tábuas de pedra pelo próprio Deus. Nos países orientais, a pedra simbolizava a perpetuidade da lei, ali contida. As tábuas de pedra estavam escritas em ambas as faces, indicando quão completa era aquela legislação. Subseqüentemente, as tábuas de pedra foram guardadas no lugar sagrado do tabernáculo, salientando o ato e a importância da revelação divina.

Conteúdo. O decálogo contém os pontos essenciais da lei moral. Jesus respondeu a certo jovem, que inquirira sobre a vereda para a vida eterna, que ele deveria obedecer a essa lei moral, e então viver (ver Mar. 10:19; Luc. 18:18-20): «Faze isto e viverás» (Luc. 10:28). Os fariseus, em contraste, tinham caído no erro crasso de enfatizar o aspecto menos importante, o cerimonial. Não podemos duvidar que eles pensavam que todos os mandamentos, de qualquer sorte, eram moralmente obrigatórios. Para eles, a distinção que fazem alguns cristãos judaizantes modernos, entre mandamentos morais e mandamentos cerimoniais, pareceria absurda. Não obstante, a história tem separado os Dez Mandamentos dos demais preceitos, pelo que essa definição cristã, de certo modo, parece vindicada.

Os Dez Mandamentos:

1. Monoteísmo (ou henoteísmo): «Não terás outros deuses diante de mim».
2. Contra a idolatria: «Não farás para ti imagem de escultura. . .»
3. Contra a profanação: «Não tomarás o nome do Senhor teu Deus em vão».
4. Sobre o sábado: «Lembra-te do dia de sábado, para o santificar».
5. Respeito aos genitores: «Honra a teu pai e a tua mãe...»
6. Respeito pela vida alheia: «Não matarás».
7. Vida pura: «Não adulterarás».
8. Honestidade: «Não furtarás».
9. Veracidade: «Não dirás falso testemunho contra o teu próximo».
10. Respeito à propriedade alheia: «Não cobiçarás...»

Esses são princípios morais cardeais, básicos. Dentro da exposição cristã, cada um desses mandamentos recebeu notável expansão. Jesus deu início a essa tradição, no tocante ao ponto de vista cristão da lei, quando mostrou que a observância dos mandamentos está vinculada aos nossos motivos básicos. O homicídio já está latente no ódio ao próximo. O adultério já está latente na sensualidade (Mat. 5:22 *ss*). As elaborações dos séculos posteriores tiveram de lançar mão de uma imaginação muito frutífera, para ver um imenso número de pecados implícitos nos dez mandamentos fundamentais. Damos abaixo um exemplo disso:

O que está envolvido no mandamento contra o adultério? O Grande Catecismo de Westminster, respondendo à pergunta 139, sobre a lei moral retruca: *O* adultério, a fornicação, o estupro, o incesto, a sodomia, as paixões desnaturais, a imaginação impura, a impureza nos propósitos e nos afetos, a linguagem imoral, os olhares sensuais, o comportamento imodesto, as vestes imodestas, os casamentos ilegítimos, a tolerância a bordéis ou a qualquer tipo de prostituição, o indevido adiamento no casamento, o divórcio, a separação ou deserção do cônjuge, a preguiça, a glutonaria, o alcoolismo, as companhias imorais, as canções lascivas, livros, gravuras, danças, peças teatrais e qualquer coisa que excite ou promova pensamentos.

6. Divisões

Os mandamentos da lei mosaica foram registrados em duas tábuas de pedra (Êxo. 31:18). Isso poderia indicar as duas faces de uma mesma pedra, ou então duas pedras. Alguns estudiosos preferem pensar na primeira possibilidade. Seja como for, a primeira dessas tábuas trata da responsabilidade do homem diante de Deus, incluindo o primeiro e grande mandamento de se amar a Deus com todas as fibras e potencialidades do ser (Deu. 6:4,5; Mat. 22:36 *ss).* A segunda tábua definia os deveres do homem para com os seus semelhantes, o que é elaborado em Lev. 19:18. Historicamente, outras divisões vieram a existir, conforme se vê nas igrejas reformadas. Ali o trecho de Êxodo 20:2.3, é considerado como passagem que enfatiza a exclusividade de Yahweh. Os vss. 4 e 6 desse cap. aparecem ali como um único mandamento, a injunção elaborada contra a idolatria, sob qualquer forma. O vs. 7 seria o terceiro mandamento, que proibiria qualquer forma de profanação. Então seguir-se-iam sete mandamentos que tratam das relações entre homem e homem, o que seria o aspecto ético da lei mosaica. Além dessa divisão reformada, há a chamada divisão agostiniana, que une os vs. 3 a 6, onde o monoteísmo e a idolatria são encarados como mutuamente exclusivos. Assim, aquele que adora a qualquer tipo de imagem de escultura, já abandonou a adoração ao único Deus. Além disso, o mandamento referente à cobiça é dividido em duas partes distintas. A divisão *talmúdica* faz de Êxodo 20:2 o primeiro mandamento, e de Êxodo 20:3-6 o segundo.

Divisão segundo o Conteúdo Geral. a. Deveres do homem diante de Deus (Êxo. 20:2-7): monoteísmo contra a idolatria, contra a profanação. b. Deveres do homem para com a adoração (Êxo. 20:8-11): observância do sábado, que envolvia o descanso físico naquele dia e as observâncias religiosas que visam ao bem da alma. As igrejas reformadas fazem o domingo tomar o lugar do sábado. Mas o Novo Testamento não concorda com isso, e nem faz a guarda do sábado obrigatória para os cristãos. Contudo, qualquer dia pode ser observado com propósitos religiosos, se isso for feito para honrar a Deus (Rom. 14:5; Col. 2:16). Naturalmente, existem seitas cristãs, que insistem sobre a natureza obrigatória do sábado; também há aquelas que dizem a mesma coisa em relação ao domingo. Nenhuma dessas opiniões conta com o respaldo do Novo Testamento, exceto no sentido de que o crente tem a permissão de fazê-lo, se assim quiser, seguindo o princípio da liberdade cristã; mas ficando entendido que ele não pode forçar outras pessoas a seguirem o seu exemplo. c. Deveres do homem para com seus semelhantes (Êxo. 20:12-17): A santidade da família, do matrimônio, da propriedade alheia, da veracidade e honestidade nos negócios. Adultério, homicídio, mentira e cobiça e coisas semelhantes, são vedadas.

Todas essas divisões são enfeixadas na direção da *lei do amor* (Deu. 4:6; Rom. 13:10; I Tim. 1:5). A lei do amor faz os mandamentos descerem até os motivos que impulsionam as pessoas, dando-nos a *razão* desses mandamentos. Amamos a Deus, e assim evitamos a idolatria. Amamos ao próximo, pelo que não fazemos qualquer coisa capaz de prejudicá-lo. Outrossim, a lei do amor inspira-nos a ações positivas, de tal maneira que não cumprimos a lei moral meramente a fim de evitar certos atos errados. O respeito ao próximo envolve mais do que evitar coisas que possam prejudicá-lo. Também precisamos promover ativamente o bem de nossos semelhantes.

7. Os Dez Mandamentos e o Novo Testamento

a. Segundo alguns estudiosos, todos os dez mandamentos são **reiterados** e **enfatizados** espiritualmente, no Novo Testamento, excetuando o mandamento atinente ao sábado. Outros pensam que até o sábado tem sua contraparte espiritual no Novo Testamento, sob a forma do descanso de que desfrutamos em Cristo, mediante a fé (ver Heb. 4:9,10). Os mandamentos permanecem como preceitos morais, embora não sejam considerados poderosos em si mesmos. De acordo com o Novo Testamento, é mister o ministério do Espírito Santo, a fim de que a lei moral seja inscrita em nossos corações, a fim de que não seja meramente entendida por nosso intelecto. Diz II Corintios 3:3: «...estando já manifestos como carta de Cristo, produzida pelo nosso ministério, escrita não com tinta, mas pelo Espírito do Deus vivente não em tábuas de pedra, mas em tábuas de carne, isto é, nos corações». O sexto versículo, logo adiante é um dos mais bem conhecidos versículos de autoria paulina, no tocante à lei. Ali é mencionada uma nova aliança, não mediante um código escrito, mas realizado por meio do Espírito, pois a letra mata, mas o Espírito dá vida. Portanto, entre nós há uma lei do Espírito, que em nós opera e nos transforma (Rom. 8:2). As operações do Espírito necessariamente incluem a transformação moral, e essa transformação satisfaz plenamente aos requisitos da lei. Mas isso opera de maneira mística (ou seja, através do contacto com o Ser divino), e não legalmente, na forma de obediência a um código escrito. Não existe tal coisa como salvação sem santificação (ver Heb. 12:14). Ver o artigo sobre a *Santificação.*

b. Jesus. Cristo não veio destruir a lei, mas cumpri-la (Mat. 5:17). Uma das maneiras de cumprir a lei consistiu em ampliar seu alcance, incluindo até mesmo os motivos dos homens (Mat. 5:22 *ss).* Uma outra maneira de cumpri-la consistiu em trazer à tona a possibilidade de uma autêntica espiritualidade, impelida pelo Espírito de Deus, capaz de fazer a obediência à lei algo eficaz, mesmo que não perfeito ainda. Jesus trouxe a nós aquela mensagem que mostra como a espiritualidade da lei pode tornar-se real em nossas vidas diárias. Porém, incorremos em erro quando tentamos ler as idéias de Paulo nas declarações de Jesus. Jesus não ensinou os princípios paulinos, já plenamente desenvolvidos, exceto no sentido de que certos preceitos básicos de Paulo foram antecipados por Cristo. Paulo jamais poderia ter dito o que encontramos em Marcos 10:19 e em Lucas 18:18-20. Diante de Jesus, o jovem rico queria saber como poderia adquirir a vida eterna. Jesus referiu-se aos requisitos da lei, dizendo: Faze isto, *e viverás. É* claro que Jesus não parava aí, em seus ensinamentos; mas ele precisava mostrar ao jovem rico a impossibilidade de salvação por esse intermédio. E o jovem compreendeu isso, tendo então respondido: «Tudo isso tenho observado; que me falta ainda?» (Mat. 19:20). Paulo, entretanto, vai direto ao ponto, afirmando que a observância dos mandamentos não pode salvar a alma humana. Naturalmente, podemos reconciliar a lei e a graça, dizendo que a verdadeira obediência à lei é aquela inspirada pela transformação da alma, mediante o poder do Espirito. Assim a alma é santificada e transformada, mediante o contacto mistico com o Ser divino. Em outras palavras, o Espírito faz os princípios da lei tornarem-se reais em nosso homem interior. Por meio dessas operações do Espírito, fica eliminada a observância da lei como meros atos de comissão ou de omissão de atos proibidos.

c. Tiago. Parece-me claro, embora não o pareça para alguns teólogos cristãos, que, na epístola de Tiago, continuamos no solo do Antigo Testamento. As boas obras e a observância da lei estão envolvidas na justificação, juntamente com a fé. Não percebo como Tiago 2:24 poderia ser interpretado de outro modo, pois ali lemos: «Verificais que uma pessoa é justificada por obras, e não por fé somente». É inútil tentarmos explicar isso, dizendo que a justificação da pessoa é demonstrada mediante obras que são resultantes do princí-

pio da fé. Isso também expressa uma verdade, mas não é o que Tiago diz nessa passagem. O décimo quinto capítulo do livro de Atos mostra-nos claramente que os primeiros judeus convertidos ao cristianismo continuavam exigindo a circuncisão como necessária à salvação, para nada dizermos sobre as medidas ainda mais importantes da lei. Simplesmente precisamos reconhecer que Tiago, no período de transição entre o Antigo e o Novo Testamentos, continuava defendendo o ponto de vista judaico comum da justificação. A questão é tão simples quanto isso. Nem todos os crentes primitivos tinham o profundo descernimento de Paulo quanto à natureza da graça divina (que vide). Isso não significa, porém, que Tiago não foi um crente genuíno. Deus tem paciência com as nossas crenças e conceitos tão imperfeitos. Em caso contrário, ninguém poderia ser salvo, porquanto nenhum credo representa com perfeição a verdade divina. Todos conhecemos em parte, vemos em parte, compreendemos em parte. Se, porventura, alguém disser que as obras exigidas pela lei são, de fato, possíveis mediante as operações do Espírito na alma — o que reflete uma noção espiritual do intuito da lei — então estará dizendo que a lei é idêntica em sua finalidade, às operações transformadoras do Espírito. Nesse caso, lei e graça são a mesma coisa, embora vendo o mesmo resultado de ponto de vista diferentes. Na lei e nas obras, vejo as operações do Espírito. Na graça, vejo que tudo depende de Deus, em última análise; e que a salvação de minha alma depende das operações do Espírito. E isso posso receber mediante a fé. Não há nisso qualquer contradição inerente. A lei e a graça são os pólos opostos de um mesmo princípio mais profundo. Ver o artigo sobre a *Polaridade* de muitas verdades ensinadas na Bíblia. Todavia, não penso que Tiago percebeu esse fato. Antes, ele via dois princípios separados — a fé e as obras — como os princípios que produzem a justificação. Para ele, esse princípios seriam verdades distintas. Porém, se os consideramos por outro ângulo, veremos que ambos formam uma única verdade.

d. Paulo. Paulo declara francamente que a lei não tinha o propósito de salvar, e que nem mesmo poderia fazê-lo (Rom. 3:28). O homem é justificado pela fé, «independentemente das obras da lei». Além disso, escreveu ele: «...visto que ninguém será justificado diante dele (de Deus) por obras da lei...» (Rom. 3:20). Segundo Paulo, a lei tinha funções diferentes daquelas que os judeus lhe atribuíam, conforme se pode perceber melhor mediante os pontos abaixo discriminados: 1. A lei nos dá o pleno conhecimento do pecado (Rom. 3:20). 2. A lei dá impulso e energia ao pecado, atraindo o julgamento (Rom. 7:10). As palavras de Paulo são extremamente severas quanto a esse ponto: o próprio mandamento que prometia a vida, termina por operar a morte. Nenhum judeu haveria de concordar com tal declaração, enquanto permanecesse na incredulidade. 3. Em Gálatas 3:10, Paulo mostra que aqueles que esperam a vida eterna por meio da lei, na verdade estão sob a maldição que condena a todos os homens, sem qualquer exceção. Ora, Cristo veio a fim de nos livrar dessa maldição. A passagem de Gálatas 3:21 afirma enfaticamente que a doação da vida eterna não era o *propósito* da lei. A lei tinha a finalidade de reduzir-nos a nada, mostrando quão miseráveis e desobedientes criaturas nós somos. Mas então vem a mensagem do evangelho, para salvar-nos de toda essa miséria e impotência. A despeito de tudo, se pensarmos sobre a lei em termos daquilo que o Espírito opera em nós, em consonância com a moralidade divina, então a lei *já* se torna doadora de vida. Paulo concorda, em princípio, com essa declaração, em Filipenses 2:12b,13, onde ele escreve: «...desenvolvei a vossa salvação com temor e tremor; porque Deus é quem efetua em vós tanto o querer como o realizar, segundo a sua boa vontade». Cumpre-me fazer tudo quanto estiver ao meu alcance para seguir os preceitos morais; e assim a minha salvação torna-se uma realidade. Mas, paralelamente a isso, segundo aprendo nas Escrituras, o tempo todo era Deus quem estava atuando por meu intermédio. Por conseguinte, um complexo conceito é aquele que enfeita as idéias de *lei-obras-graça-agência-humana-agência-divina.* Se quisermos separar esses elementos uns dos outros, analisando em separado cada um deles, haveremos de cair em todas as formas de contradição e disputa. Mas, se considerarmos essa complexidade, com todos os seus elementos intactos, teremos de confessar que o conceito é por demais difícil para ser explicado de forma satisfatória; sendo essa precisa razão pela qual tantas pessoas preferem separar idéias e explicá-las individualmente. Nesse processo, elas fazem tais conceitos se oporem uns aos outros, o que já não exprime a verdade, embora a questão não seja fácil de ser esclarecida. (B C CHA H ID UN WAT)

DIA

Há uma palavra hebraica e uma palavra grega envolvidas:

1. *Yom,* «dia». Palavra hebraica usada por mais de mil e trezentas vezes, em todos os livros do Antigo Testamento, sem exceção.

2. *Eméra,* «dia». Palavra grega empregada por cerca de trezentas e oitenta e duas vezes no Novo Testamento, desde Mateus 2:1 até Apocalipse 21:25.

As Escrituras exibem certa variedade de usos designados por meio dessa palavra, a saber:

1. As horas entre a alvorada e o ocaso do sol (Gên. 1:5; 8:22; Atos 20:31). Os dias da criação teriam tido essa duração, embora comumente digamos que os dias duram vinte e quatro horas. Talvez a expressão somente nos chame a atenção aos dias de vinte e quatro horas, não se referindo estritamente ao dia limitado às horas iluminadas pelo sol. Nesse caso, o dia poderia ser dividido em manhã, meio-dia e noite (Salmos 55:17). Os babilônios computavam seus dias do raiar do sol ao raiar do sol; os romanos, de meia-noite à meia-noite (conforme nós o fazemos); os gregos e os judeus, de pôr do sol ao pôr-do-sol. A primeira menção bíblica específica ao dia de vinte e quatro horas aparece no Novo Testamento, em João 11:9.

2. *Divisões e Vigílias Naturais.* A divisão natural do dia em manhã, meio-dia e noite assinalava os períodos de oração (Salmos 55: 17). Originalmente, a noite era dividida em três porções ou vigílias (Sal. 62:6; 90:4). O trecho de Lamentações 2:19 menciona a primeira dessas vigílias; a segunda aparece em Juí. 7:19; e a manhã, ou última vigília é mencionada em Êxo. 14:24. Os gregos e romanos introduziram uma quarta vigília, o que significa que cada vigília passou a durar cerca de três horas. A segunda e a terceira vigílias são mencionadas em Luc. 12:38; a quarta, em Mat. 14:25. As quatro vigílias juntas aparecem em Mar. 13:35.

Duração Específica das Vigílias: 1. Do pôr-do-sol à terceira hora da noite, chamada «tarde» ou «cair da tarde» (Mar. 11:11 e João 20:19). 2. A vigília da meia-noite, isto é, da terceira hora da noite até à meia-noite. 3. *O* cantar do galo, ou seja, da meia-noite às três horas da madrugada, ou mais tarde, ou seja, a nona hora da noite. 4. Cedo de manhã, da nona hora da noite até ao nascer-do-sol, que seria a nossa seis horas da manhã (João 18:28).

3. A *Divisão do Dia em Doze Horas.* Essa divisão só se tornou comum após o cativeiro babilônico; e os judeus trouxeram essa prática para a Judéia. É no trecho de Daniel 4:19 que encontramos, pela primeira vez, a palavra «hora». Jesus disse, em João 11:9, que o dia tem doze horas. Períodos específicos eram: a primeira hora, ou nascer do sol; b. sexta hora, até o meio dia; c. sétima hora, de meio dia em diante; décima segunda hora, terminava ao par-do-sol. Os hebreus não tinham nomes para as suas horas, mas as numeravam, apenas.

4. *Um Dia Simbólico —um Período de Tempo*

Alguns estudiosos opinam que os *dias* da criação simbolizam longas eras, ou mil anos, conforme parece sugerir o trecho de Salmos 90:4. O termo «dia» é empregado para indicar qualquer período de tempo, sem importar se esse conceito tem aplicação ou não aos dias da narrativa da criação. De acordo com a profecia de Daniel, é evidente que cada dia representa um ano, e que uma semana representa sete anos (Dan. 7.25; 9:24). E isso é transferido para o livro de Apocalipse conforme se nota claramente em Apo 4:15 e 10:3.

5. *O Dia Simbólico, Vinculado ou Não ao Tempo.* Pode estar em foco a oportunidade dada pela misericórdia divina (Sal. 37:13; Mal. 4:1; Luc. 19:42); um período de ruína ou tribulação (Sal. 37:13; Jó 3:8); a vinda da «parousia» ou da eternidade (Rom 13:12); um tempo de

matança, de festividades e de exageros (Tia. 5:5); o julgamento divino ou a redenção (Isa. 49:8; II Crô. 6:2; I Tes. 5:5,8; II Ped 1:19; Efé. 4:30); um grande dia, como o da conversão de Israel, ou um dia importante qualquer (Osé. 1:11; Apo. 6:17; 16:14); *aquele dia,* um notável período de realizações (Isa. 11:1), o que incluirá o juízo final (Jud. 6); os *últimos dias,* um tempo futuro, em relação a quem falou, ou seja, a dispensação do evangelho (Isa. 2:2), ou mesmo a porção final da dispensação do evangelho (I Tim. 4:1; II Tim. 3:1); um dia bom, que indica um período de prosperidade, festividade e regozijo (Est. 8:17; 9:22); um dia mau ou amargo, que é um período de tribulação ou desastre (Amós 6:3; 8:10); o dia de hoje, que é um tempo de oportunidade de salvação (Sal. 95; Heb. 3 e 4); algo feito em *um único dia,* algo que é feito com prontidão, em pouco tempo (Apo. 18:8); o *dia todo,* algo feito de modo habitual e constante (Deu. 28:32; Sal. 25:5).

6. *Um Título de Deus.* Em Daniel 7:9,13 encontramos a expressão «o Ancião de dias», referindo-se à eternidade de Deus.

7. A *oportunidade* de prestar serviço no evangelho (João 9:4).

8. Vários dias são comentados em artigos separados. Ver os seguintes títulos: Dia do Senhor; Domingo, Dia do Senhor, Dia de Cristo; Último Dia (Escatologia); o Dia Longo de Josué; Um Dia de Jornada; Dia da Expiação.

DIA DA EXPIAÇÃO

No hebraico, **dia do perdão.** No Talmude, a data é chamada *grande festa* ou meramente *o dia.*

1. *Tempo.* Talvez, originalmente, fosse qualquer dia em que se fizesse a expiação pelo pecado. Posteriormente, indicava o dia específico e geral de expiação para todo o Israel. Foi instituído como estatuto permanente por Moisés, como dia de expiação pelos pecados, no décimo dia do mês de Tisri (setembro/outubro). Esse foi o único dia festivo originalmente ordenado por Moisés. (Ver Lev. 16:1-34 e Núm. 29:7-11). Essa grande festividade, tal como todos os demais dias festivos dos judeus, começava ao pôr-do-sol do dia anterior, prolongando-se por 24 horas, isto é, de pôr-do-sol a pôr-do-sol, ou então conforme os rabinos recomendavam, até que três estrelas fossem visíveis no horizonte.

2. *Cerimônias.* O décimo sexto capítulo de Levítico descreve as cerimônias muito laboriosas, mormente no caso do sumo sacerdote. Ele precisava preparar-se durante os sete dias anteriores, vivendo quase solitário, abstendo-se rigorosamente de qualquer coisa que pudesse torná-lo imundo ou que viesse a perturbar o seu estado mental espiritual. Chegado o dia da expiação, ele entrava no Santo dos Santos, ato esse vedado até mesmo a ele, em qualquer outro dia do ano (ver Heb. 9:7). De fato, nesse dia ele entrava no Santo dos Santos por quatro vezes. Na primeira vez, ele trazia o incensário de ouro e o vaso cheio de incenso. Após ter entrado, ele punha o incensário entre as duas extremidades do Santo dos Santos e o incenso sobre os carvões acesos. Então retirava-se, andando de costas, para nunca voltar as costas ao Santo dos Santos. Em sua segunda entrada, levava consigo o sangue do animal que havia sido oferecido em expiação por seus próprios pecados e pelos pecados dos demais sacerdotes; colocava-se entre as duas extremidades do Santo dos Santos, imergia um dedo no sangue e o aspergia por sete vezes embaixo e por uma vez em cima do propiciatório. Tendo feito isso, deixava a bacia com sangue e retirava-se novamente.—Na terceira vez, o sumo sacerdote entrava com o sangue do carneiro que havia sido oferecido pelos pecados da nação, com o qual aspergia na direção do véu do Santo dos Santos por oito vezes, e tendo-o misturado com o sangue do novilho, aspergia novamente na direção dos chifres do altar de incenso por sete vezes, e uma vez mais na direção leste, após o que derramava todo o sangue no soalho do altar das ofertas queimadas, tendo novamente saído, levando para fora as bacias com sangue. Na quarta vez em que adentrava o Santo dos Santos, o sumo sacerdote meramente vinha buscar o incensário e o vaso de incenso. Tendo retornado para fora, ele lavava as mãos e realizava as demais cerimônias do dia. Que o sumo sacerdote entrava no Santo dos Santos por mais de uma vez torna-se claro em face da variedade dos ritos por ele realizados, conforme as descrições de Levítico 16:12,14,15. A expressão «uma vez por ano», em Hebreus 9:7, mostra que ele entrava ali «uma vez por ano», não dizendo respeito às várias entradas que constituíam a entrada coletiva anual.

3. *Proibições e normas.* a. Os preparativos acima descritos; b. o jejum absoluto; c. o dia era um sábado santo, e nenhum trabalho podia ser feito durante o mesmo; d. o povo precisava manter-se em atitude de aflição e reflexão espiritual. Em caso contrário, alguém podia ser cortado do meio do povo de Israel (ver Lev. 23,27-32). e. Santidade era a ordem do dia. Somente uma alma limpa podia aproximar-se de Deus naquele espantoso dia (ver Lev. 16:1,2).

4. *Outros deveres do sumo sacerdote nesse dia.* Havia freqüentes lavagens e trocas de roupa. As lâmpadas eram acesas e o incenso era queimado, operações essas iniciadas no décimo dia do sétimo mês (Tisri). O sumo sacerdote paramentava-se em seus trajes pontificiais. Confessava seus pecados e os pecados de sua própria família, oferecendo um novilho, Dois bodes eram separados, e um deles era escolhido mediante lançamento de sorte para ser oferecido a Yahweh, enquanto que o outro era solto, enviado para algum lugar desértico, simbolicamente carregado com os pecados do povo. De conformidade com o Talmude, ambos os bodes tinham de ser da mesma cor, estatura e idade, quando fossem separados para esses ritos. No grande dia, o sumo sacerdote abençoava a nação inteira de Israel, e o resto do dia era gasto em orações e obras de penitência.

5. *O propósito.* A finalidade que transparece servia de lembrete de que os holocaustos diários, semanais e mensais, feitos sobre o altar das ofertas queimadas, não eram suficientes para fazer expiação pelo pecado. Até mesmo no caso das ofertas feitas sobre o altar das ofertas queimadas, o adorador mantinha-se afastado, incapaz de aproximar-se da santa presença de Deus, o qual se manifestava entre os querubins, sobre o propiciatório, no Santo dos Santos. Somente nesse dia era feita plena expiação simbólica, em face da oferta feita no interior do Santo dos Santos.

6. *Simbolismos.* a. O dia da expiação era um tipo da obra expiatória de Cristo. b. O próprio Cristo é o sumo sacerdote (ver Heb. 9 e 10). c. O sangue do sacrifício é o Seu próprio sangue (ver Efé. 1:17 e Col. 1:20). d. Diferentemente dos sacerdotes do Antigo Testamento, Ele não tinha necessidade de fazer expiação por Seus próprios pecados, porquanto não tinha pecado (ver Heb. 7:27 e I Ped. 2:22). e. Sua expiação tem efeitos nos céus, estabelecendo a reconciliação com Deus (ver Heb. 9:11,12). f. A obra do Sumo Sacerdote substitui por inteiro os sacerdócios de Aarão e Melquisedeque, isto é, uma mudança espiritual radical é produzida na abordagem do homem à espiritualidade (ver Heb. 7 - o sacerdócio de Melquisedeque — e Heb. 8 — o sacerdócio levítico). g. O novo sacerdócio está baseado em melhores promessas (ver Heb. 8:7). h. O primeiro sacerdócio, o levítico, estava baseado sobre um pacto que precisava ser substituído por outro pacto, melhor (ver Heb. 8:8 ss.). i . O antigo era uma sombra do novo, sem a substância da eternidade (ver Heb. 10:1) . j . O antigo, como sombra que era, na verdade não anulava e nem fazia expiação pelo pecado (ver Heb. 10:4,11), mas envolvia apenas sacrifícios simbólicos daquele sacrifício que faria expiação de uma vez por todas (ver Heb. 10:12). k. O novo sumo sacerdote não entra em um lugar santo terreno e simbólico, mas, tendo terminado sua obra, entra no Santuário Celestial e assim ocupa o lugar de poder e honra à mão direita de Deus (ver Heb. 10:12). l. Está em operação um plano que finalmente porá todas as coisas em sujeição a Cristo, na qualidade de Salvador e Senhor universal (ver Heb. 10:13). m. Entrementes, o novo pacto atua, conferindo aos homens o verdadeiro acesso a Deus. A nova lei acompanha esse

pacto, escrita nos corações, isto é, transformando espiritualmente os homens (ver Heb. 10:16). n. O resultado é o perdão absoluto (ver Heb. 10:17). o. Obtém-se um tipo de acesso que dá aos homens ousadia e confiança, porque Deus é Pai e quer desfrutar de comunhão conosco (ver Heb. 10:22 ss.). p. O empecilho é removido. A espiritualidade do Antigo Testamento simbolizava a espiritualidade que viria, mas foi instituída na debilidade da lei e dos sacrifícios de animais. Ao mesmo tempo em que falava de acesso, na verdade ensinava que o pecado constituía um tão grande obstáculo que o acesso não era possível, na realidade. Portanto, o pecador continuava distante, enquanto o sacrifício era oferecido segundo a lei. Porém, o novo pacto aproxima o homem, que então entra no Santo dos Santos, na própria presença de Deus (ver Heb. 10:19-22). q. A entrada no Santo Lugar não representa apenas o perdão dos nossos pecados e a nossa ida para o céu. Envolve a transformação da alma, a fim de participar da própria natureza divina, segundo a imagem do Filho (ver Rom. 8:29; II Cor. 3:18; II Ped. 1:4 e Heb. 2:10). r. A oferta pelo pecado, no dia da expiação, era feita fora do acampamento de Israel. Jesus também sofreu fora da cidade, como se tivesse sido rejeitado, e devemos seguilo em seu opróbrio, abandonando o mundo. Essa é uma lição moral. Aquele que se vê envolvido nesse programa espiritual terá de abandonar o mundo e seguir ao Mestre. Sem a santificação, não pode haver salvação (ver Heb. 12:14; ver Heb. 13:11,12 quanto à oferta feita fora do acampamento). s. Sair fora, ao acampamento, é confessar nossa condição de peregrinos na terra. Buscamos a cidade vindoura, o reino celestial (ver Heb. 13:14). Aqui não temos cidade permanente, porquanto tudo está em estado de fluxo. A permanência só se encontra no terreno espiritual.

7. *Observações modernas.* O dia da expiação é atualmente chamado *Yom Kippur* pelos judeus, caindo no último dos dez dias de penitência, que começa com o *Rosh Hashanah,* que é o dia do Ano Novo dos judeus. Esse período de dez dias é consagrado a exercícios espirituais que consistem em vários tipos de penitências, orações, jejum — preparando o indivíduo para o dia mais solene do ano, o Yom Kippur. Esse dia é o décimo do mês de Tisri (setembro/outubro). O próprio nome significa «dia da expiação». Os aspectos sacrificiais do dia original, naturalmente, foram abandonados, pois não há mais sacrifícios de animais, mas o espírito daquele dia era observado, e simbolicamente, o sacrifício era realizado. O período de 24 horas, de pôr-do-sol a pôr-do-sol era um dia de jejum absoluto, um sábado importante no qual nenhuma obra podia ser feita. O *shophar,* ou chifre de carneiro, era soprado para reunir o povo para adorar na sinagoga, na véspera do Yom Kippur. Então era entoado o impressionante *Kol Nidre* (todos os votos). A congregação judaica pedia humildemente a Deus que os perdoasse de seus pecados, e também por terem quebrado os votos que não tinham podido cumprir. Cultos diversos eram efetuados no dia seguinte (que ainda era o Yom Kippur) porque entre os judeus o dia é contado de pôr-do-sol a pôr-do-sol. Esses exercícios religiosos começavam cedo pela manhã e continuavam até o pôr do sol. Quando vinha o crepúsculo, terminava o Dia da Expiação com um único sopro do shophar. E os adoradores regressavam às suas residências. (COH E EDE ID ND Z)

DIA DE JORNADA

Essa é uma distância padrão, determinada pelo período de um dia. Em outras palavras, o quanto pudesse ser percorrido no período de um dia, essa era a jornada de um dia: Ver Gên. 31:23; Êxo. 3:18; Núm. 11:31; Deu. 1:2; I Reis 19:4; Luc. 2:44 e Atos 1:12. A distância percorrida variava segundo a natureza do terreno e o modo de transporte. Em áreas específicas, por onde passavam as caravanas, essa distância podia ser predita com razoável exatidão: a distância que uma pessoa provavelmente percorreria em um dia. Um homem montado em um camelo, em uma região não muito acidentada, poderia viajar até quarenta e oito quilômetros em um dia. Uma caravana, com seus muitos empecilhos, viajava menos, provavelmente não mais do que trinta quilômetros. Um camelo percorre cerca de quatro quilômetros por hora, e continuar caminhando por oito horas em seguida, seria, mais ou menos, o seu limite. Um numeroso grupo de nômades, como o de Israel no deserto, percorria uma distância bem menor que aquela percorrida por uma caravana. Em outras palavras, as viagens, nos dias antigos, importavam em imensos sacrifícios. Os romanos melhoraram consideravelmente essas condições, com suas estradas aprimoradas e suas carruagens puxadas a cavalos. Porém, nada se compara com o motor de combustão interna dos modernos veículos motorizados. Mesmo mantendo-se dentro dos limites de velocidade permissíveis, um automóvel pode cobrir, em oito horas de viagem, seiscentos quilômetros ou mais. Heródoto estabeleceu em quarenta quilômetros a distância média percorrida por uma pessoa em viagem, a cada dia (*Hist.* 5:23). Lemos em Gênesis 31:23 que Labão perseguiu Jacó de Harã até Gileade, uma distância de quinhentos e sessenta quilômetros, o que cobriu em sete dias, ou seja, uma média de oitenta quilômetros diários. É provável que ele tenha estabelecido um antigo recorde de distância percorrida dentro daquele prazo.

DIA LONGO DE JOSUÉ

Essa é uma das mais importantes referências astronômicas constantes nas Escrituras. Ver a completa descrição e as teorias sobre esse dia, no artigo sobre *Astronomia,* ponto 5b.

DIABO

Ver o artigo geral sobre **Satanás,** bem como artigos suplementares como *Adversário, Baal-Zebube* e *Belzebu.* O termo grego *diábolos,* traduzido em português por «diabo», encontra-se no Novo Testamento por trinta e seis vezes: Mat. 4:1,5,8,11; 13:39; 25:41; Luc. 4:2,3,6,13; 8:12; João 6:70; 8:44; 13:2; Atos 10:38; 13:10; Efé. 3:27; 6:11; I Tim. 3:6,7,11; II Tim. 2:26; 3:3; Tito 2:3; Heb. 2:13; Tia. 4:7; I Ped. 5:8; I João 3:8,10; Jud. 9; Apo. 2:10; 12:9,12; 20:2, 10. Essas ocorrências contam com certa variedade de traduções, como «diabo», «acusador», etc. A palavra tem os seguintes usos na Bíblia:

1. Alguém que calunia a outrem com o propósito de prejudicar, como o indivíduo que espalha maledicências (I Tim. 3:1; II Tim. 3:3; Tito 2:3).

2. Algumas traduções traduzem a palavra *sátiro* (que vide), de Levítico 18:7, como «diabo». Provavelmente está ali em foco alguma forma de demonismo. Ver também Isaías 13:21 e 34:14. Acreditava-se que os espíritos demoníacos habitam nos lugares desérticos, manifestando-se como criaturas do tipo bode (no hebraico, sa'ir, «peludo»). A fim de contrabalançar a má influência desses espíritos, os antigos ofereciam holocaustos. Israel trouxe essa superstição do Egito, onde o bode era adorado como um ser divino.

3. Pensava-se que os ídolos contavam com poderes *demoníacos* por detrás dos mesmos. Em algumas traduções, essas forças demoníacas são chamadas «diabos» (isso, porém, nunca ocorre em nossa versão portuguesa). Ver Deu. 32:17; Salmos 10:6-37. A palavra traduzida por «diabo», nesses trechos, é o termo hebraico *shed,* «demônio». O vocábulo grego *daimonion,* que ocorre por sessenta vezes no Novo Testamento grego, é traduzido por «diabo», em algumas traduções. Ver o artigo separado sobre os *Demônios.*

4. O príncipe dos espíritos caídos, Satanás, também é chamado «diabo» (Mat, 4:8-11; Apo. 12:9). Ele é chamado de acusador dos nossos irmãos (Apo. 20:10). As Escrituras o descrevem como caluniador dos homens diante de Deus. Esse assaca *acusações hostis* contra os crentes. Ele foi o acusador de Jó (Jó 1:6-11), e é pintado como se vagueasse pela face da terra, espiando a fraqueza daqueles que procuram a vitória na inquirição espiritual. O diabo é como um leão que destrói sem misericórdia. Em seu ser não há bem algum, embora ele goste de apresentar-se como um ser bondoso. Provavelmente, está auto-enganado. De certo ângulo, a própria história humana é a luta entre as forças do bem e do mal, em que a lealdade do homem é

constantemente solicitada. É preciso muito tempo para que os homens se convençam de que o bem é melhor do que o mal. Segundo certo aspecto, a redenção é a libertação do homem dos poderes do Acusador e do pecado que ele inspira. No fim, os remidos estarão libertos do domínio satânico. O trecho de I Corintios 5:5 parece indicar que a Satanás são dados certos poderes sobre os crentes carnais, a fim de castigá-los, o que pode envolver até mesmo a morte física, o que é um solene conceito. Há a considerar a advocacia de Cristo, o qual nos livra desse e de todos os demais aspectos do mal (I João 2:1). Quando começar a Grande Tribulação, o acesso que Satanás tem a Deus, como nosso acusador chegará ao fim (Apo. 12:7-11). Ele continuará provocando muita perturbação, mesmo após o milênio, quando fará a tentativa de derrubar o reino da luz (Apo. 20:3,7,8). Mas então terá de enfrentar o fruto de suas escolhas e atos.

DIADEMA

Três palavras hebraicas e duas palavras gregas devem ser examinadas quanto a este verbete, a saber:

1. *Mitsnepheth,* «mitra». Palavra hebraica usada por doze vezes, como em Eze 21:26; Êxo. 28:4,37,39; Lev. 8:9; 16:4.

2. *Tsaniph,* «diadema». Termo hebraico usado por cinco vezes: Is. 3:23; 62:3; Zac. 3:5. Jó. 29:14.

3. *Tsephirah,* «diadema», «tiara». Palavra hebraica empregada por uma só vez com esse sentido, em Isa. 28:5.

A segunda dessas palavras referia-se ao material enrolado na cabeça, como um turbante, usado pelos homens (Jó 29:14), ou então uma espécie de capuz usado pelas mulheres (Isa. 3:23). O sumo sacerdote usava uma espécie de turbante (Zac. 3:5). Os reis usavam uma tiara (Isa. 62:3). Os antigos monarcas persas usavam uma cobertura elevada para a cabeça. Os papas usam uma tiara em três níveis, símbolo de sua autoridade espiritual e temporal. A «tiara» era termo usado para indicar a peça usada pelos reis persas. Em Isaías 62:3, a Septuaginta traz a palavra grega *stephanos.*

A terceira dessas palavras indicava um aro (Isa. 28:5), estando em pauta a tiara real.

A *mitsnepheth* aponta para a tiara usada pelo sumo sacerdote.

4. *Diádema,* palavra grega usada por três vezes, sempre no Apocalipse (12:3; 13:1 e 19:12). Essa peça era usada como coroa, e servia de sinal de realeza. Porém, não é claro qual a natureza da peça entre os judeus. As descobertas da arqueologia indicam que havia muitos tipos de diademas, alguns feitos de metal, geralmente com decorações caras, como jóias e gemas, embora outros feitos apenas de tiras de seda. Dario tinha uma coroa de tecido branco, onde foram costuradas pérolas e gemas (Zac. 9:16; comparar com Mal. 3:17). Um diadema era similar a uma *coroa* (que vide).

5. *Stéphanos,* como substantivo comum, essa palavra ocorre por dezoito vezes: Mat. 27:29; Mar. 15:17; Jó 19:2,5; I Cor. 9:25; Fil. 4:1; I Tes. 2:19; II Tim. 4:8; Tia. 1:12; I Ped. 5:4; Apo. 2:10; 3:11; 4:4,10; 6:2; 9:7; 12:1; 14:14. Essa palavra grega apontava para a coroa de louros ou de algum outro vegetal, que era o sinal da vitória obtida em alguma competição atlética.

Usos Figurados. Realeza, poder, glória espiritual, como em Isaías 28:5, que diz: «Naquele dia o Senhor dos Exércitos será a coroa de glória e o formoso diadema para o restante de seu povo...» O governo soberano de Deus sobre o seu povo é um benefício espiritual e uma grande glória para eles. A própria Sião haverá de ser uma coroa de glória e beleza nas mãos de Deus (Isa. 6:23). Em Apocalipse 12:3 lemos que o dragão usara sete diademas sobre suas várias cabeças, o que demonstra a grande amplitude de seu governo e autoridade. O anticristo haverá de usar dez diademas, sobre seus chifres, dando a entender o poder que ele exercerá sobre dez reinos (Apo. 13:1). Acerca de Cristo é dito que ele tem *muitos* diademas, o que é símbolo da universalidade de seu senhorio (Apo. 19:12). Quanto a outros sentidos simbólicos e espirituais, ver os artigos sobre *Coroa* e *Coroas.*

DIÁSPORA (DISPERSÃO DE ISRAEL)

Esboço:

I. Definição
II. Distinta dos Cativeiros
III. Uma Antiga Diáspora em Três Fases
IV. Algumas Características
V. Contribuições
VI. Influências Sofridas pelos Dispersos
VII. No Novo Testamento—Uso Metafórico

I. Definição

Esse termo é usado pelos historiadores para referir-se às colônias judaicas (forçadas ou não), que eles estabeleceram em outras partes do mundo, fora da Palestina. A palavra é grega e significa «dispersão». Equivale ao vocábulo hebraico *goiah.* O termo inclui os movimentos voluntários de emigração de judeus para outras terras, mas também se refere às colônias judaicas que resultaram de guerras, exílios e aprisionamentos. Os descendentes dos exilados e deportados também vieram a fazer parte da *diáspora.* Os **Oráculos Sibilinos** (cerca de 250 A.C.) refletem a extensão da dispersão dos judeus, afirmando que cada terra e que cada mar estava repleto de judeus. Nos tempos do Novo Testamento, havia mais judeus vivendo fora da Palestina do que dentro dela. O número de judeus dispersos, naquela época, tem sido calculado entre três a cinco milhões de pessoas.

II. Distinta dos Cativeiros

Nesta enciclopédia há artigos separados sobre os cativeiros assírio e babilônico. Alguns estudiosos fazem a distinção entre os cativeiros e a diáspora. No entanto, filhos de Israel que ficaram nas terras onde eles estiveram exilados por certo contam-se entre os partícipes da diáspora, e muitos autores não estabelecem essa delicada distinção. Seja como for, o termo *diáspora* refere-se originalmente aos judeus dispersos fora da Palestina, durante os períodos grego e romano. Pequenas comunidades judaicas têm existido fora da Palestina desde que Judá e Israel tornaram-se reinos separados, após a época de Salomão. Atualmente, alguns eruditos usam esse termo para aludir aos judeus dispersos a partir do século IV A.C., quando eles se estabeleceram em Alexandria, no Egito, ou em Antioquia da Síria. Por volta do século II A.C., a *diáspora* já se estendia por uma vasta área, incluindo a Ásia Menor, o norte da África e Roma. Cícero refere-se a judeus que haviam adotado a cidadania romana, em Roma. Havia comunidades judaicas na Europa, antes mesmo do começo do cristianismo, antes da destruição do segundo templo de Jerusalém. Prolongando-se até os tempos modernos, a dispersão tem envolvido a maioria das nações, entre as quais se destacam a Espanha, Portugal, a França, a Inglaterra, a Alemanha, a Polônia, a Rússia, porções da Índia e da China, e, posteriormente, muitos lugares do hemisfério ocidental, incluindo as Américas. Na América do Norte encontramos a maior colônia judaica do mundo, fora da Palestina. Na América do Sul as maiores colônias judaicas acham-se, respectivamente, na Argentina e no Brasil. Apesar de tão disperso, o povo de Israel de algum modo consegue permanecer um elemento distinto na cultura para onde ele emigra, mantendo a sua própria cultura e fé religiosa. O movimento sionista tem feito muitos judeus voltarem para Israel, estado criado em 1948, sob a égide das Nações Unidas. Todavia, há mais judeus vivendo fora da Palestina do que ali, o que significa que continua havendo uma grande *diáspora,* até os nossos próprios dias.

III. Uma Antiga Diáspora em Três Fases

A **Dispersão dos Judeus**: Três **diásporas** ou dispersões, de maior vulto, podem ser acompanhadas na história: A dispersão egípcia, que é mencionada nas páginas do A.T., como em Jer. 41:17 e 42:18, que aumentou muito em volume sob Alexandre o Grande e seus sucessores, de forma a incluir o Egito inteiro. (Ver Josefo, *Antiq.* 16 7, pág. 2). Essa dispersão, contudo, teve menor volume que a dispersão babilônica, cujos descendentes foram virtualmente absorvidos por culturas não-judaicas, tendo adotado o idioma grego. Mas é aos participantes dessa dispersão no Egito, não obstante, que deve-

mos a possessão da Septuaginta e as idéias judaicas neoplatônicas de Filo e de seus escritores contemporâneos. A dispersão babilônica foi sempre a de maior vulto e se manteve constante por causa da preferência das populações assim dispersas, em permanecerem em suas terras adotivas, as quais, assim sendo, não retornaram à Palestina depois do cativeiro babilônico. A menor dessas três dispersões foi a da Síria, causada pelas conquistas e deportações de judeus pelas tropas de Seleuco Nicator (c. 300 A.C.; ver Josefo, Antiq. VII.3,§1). Sob as perseguições movidas por Antíoco Epifânio, os judeus se espalharam por um território muito extenso, tendo atingido a Ásia Menor, e, finalmente, a própria Grécia. Os judeus dispersos que mantinham a fé judaica.

A maior diáspora dos judeus foi provocada pelos romanos um pouco depois de 130 D.C. Somente nos nossos próprios dias ela foi parcialmente revertida. O avanço do cristianismo foi facilitado pela presença da sinagoga nos territórios pagãos.

IV. Algumas Características

O povo de Israel sempre trouxe a Palavra no coração. Quando os judeus celebram a Páscoa dizem: "No próximo ano, em Jerusalém!" Com isso eles querem dizer que gostariam de encontrar-se em Jerusalém, quando da próxima celebração da páscoa. O fato, porém, é que o povo de Israel tem-se saído bem em terras estrangeiras, com freqüência desfrutando de liberdade social e econômica, podendo colher os benefícios naturais da vida, juntamente com os nativos dos países para onde têm emigrado. Têm-lhes sido confiadas posições de responsabilidade, e eles têm chegado a ser altos oficiais do governo ou dos exércitos estrangeiros. Uma das razões disso é que o valor que eles dão à lei e à ordem, tornam-nos cidadãos confiáveis e respeitáveis. Apesar dessas condições, eles tem permanecido leais à sua fé ancestral, embora com alguns óbvios empréstimos e modificações, com base em costumes e crenças locais. Por outro lado, não têm deixado de sofrer tribulações. Tibério César, imperador romano, para exemplificar, odiava os judeus e providenciou para que fossem perseguidos. Antíoco III transferiu dois mil judeus para a Ásia Menor, embora lhes tivesse conferido direitos e liberdades consideráveis. O governo romano considerava a fé judaica uma *religião lícita*, embora fizesse isto motivado pela necessidade, posto ser impossível livrar o mundo de uma fé religiosa tão disseminada e influente como a dos judeus. Alguns judeus da *diáspora* adquiriram a cidadania romana, entre os quais podemos pensar nos familiares de Paulo. A alguns judeus era conferida a cidadania romana em face de serviço meritório ao governo ou às forças armadas.

Naturalmente, os judeus nunca deixaram de fazer prosélitos, de tal maneira que por onde quer que Paulo fosse, encontrava alguma sinagoga, mesmo nas regiões mas distantes do império romano. Os judeus sempre foram fanáticos e devotados propagandistas de sua fé, algo que Jesus observou zombeteiramente, porquanto esse zelo nem sempre era acompanhado pela verdadeira santidade (Mat. 23:15).

V. Contribuições

1. *Fé Religiosa.* Antes de mais nada, podemos afirmar que o próprio ato da propagação do judaísmo, por todo o império romano, foi uma contribuição para o pensamento e a prática religiosos, porquanto, sem importar as falhas dos judeus, a fé e a prática deles eram muito superiores às dos pagãos. Dentro desse mesmo particular, podemos afirmar que a *diáspora* foi uma grande ajuda para a propagação do cristianismo, porquanto preparou o caminho para a nova fé, que era uma graduação sobre a antiga fé judaica, embora relacionada a ela. A presença de comunidades judaicas oferecia um ponto de partida natural, pelo que também sempre fez parte do método de trabalho do apóstolo dos gentios dar início a seu ministério, em alguma cidade ou região, na sinagoga judaica. As primeiras colunas da Igreja cristã procederam da comunidade judaica, não somente na Palestina, mas também em outras partes do mundo.

2. *A Versão da Septuaginta do Antigo Testamento.* Muitos judeus lamentaram que o Antigo Testamento tivesse sido traduzido do hebraico para o grego. Mas é provável que essa tenha sido a maior de todas as contribuições tendentes a propalar a fé judaica. A Septuaginta foi um produto da *diáspora*. O idioma universal da época era o grego; muitos judeus conheciam-no melhor do que o hebraico. O latim era a linguagem apenas do Lácio, a região em torno da capital do império.

3. *Outros Materiais Relacionados à Bíblia.* A produção dos Targuns, as paráfrases do Antigo Testamento para outros idiomas ou dialetos do mundo de então, como o grego e o aramaico, também se deveu à *diáspora*. Por igual modo, não nos devemos olvidar da produção dos livros apócrifos (ver o artigo sobre os *Livros Apócrifos*) e dos pseudepígrafes (que vide), os quais também foram produtos da *diáspora*. Há estudiosos que também supõem que ao menos uma parte do livro de Daniel, alguns dos Salmos, e talvez os livros de Jó e Provérbios também surgiram dentro desse contexto.

4. *A Sinagoga.* Alguns eruditos acreditam que a própria sinagoga é uma instituição que se desenvolveu a partir da *diáspora*, pelo menos na forma que ela veio a assumir, — no mundo greco-romano.

VI. Influências Sofridas pelos Dispersos

As influências entre os povos sempre ocorrem em duas direções. Os judeus influenciaram os povos vizinhos, e estes influenciaram os judeus. Isso ocorreu na própria Palestina, uma das razões que mantinham os profetas atarefados, visto que o paganismo teimava em introduzir-se em Israel, contra o que os profetas nunca cessaram de bradar. Durante a *diáspora*, entretanto, isso se tornou ainda mais óbvio. É inegável que o desenvolvimento da doutrina judaica da imortalidade da alma, em contraste com a ressurreição, deveu-se à influência exercida por outras filosofias e religiões. A angelologia e a demonologia que vieram a caracterizar o judaísmo posterior eram empréstimos evidentes. Em muitos lugares, o judaísmo foi helenizado, e, mais precipuamente ainda, foi platonizado, de tal maneira que surgiram teólogos-filósofos judeus, como o famoso Filo. O judaísmo adquiriu um ponto de vista mais cosmopolita, mediante o contacto com muitos povos diferentes; e isso, por si mesmo, ajudou a propagar os ensinamentos do cristianismo.

VII. No Novo Testamento — Uso Metafórico

No N.T., essa palavra é usada em três lugares, a saber: João 7:35; Tia. 1:1 e I Ped. 1:1. Esse termo foi aplicado a Israel, referindo-se ás diversas deportações e dispersões deles entre as nações, isto é, entre assírios, babilônios e romanos. Mas tal vocábulo também passou a ser usado para indicar todos os judeus que viviam em países estrangeiros, por qualquer motivo que para ali tivessem ido, de natureza violenta ou pacífica. Parte dessa dispersão era voluntária, usualmente por razões econômicas. Após as conquistas de Alexandre, muitos judeus migraram para países estrangeiros. Filo calculava que o número de judeus somente no Egito, era de cerca de um milhão (ver *In Flaccum* vi). Estrabão, o geógrafo antigo, menciona, em uma época anterior à de Filo, como havia colônias judaicas que se tinham concentrado em certos lugares. «Esse povo já se instalou em cada cidade, e não é fácil descobrir algum lugar, no mundo habitável, que não tenha recebido elementos dessa nação, e onde seu poder não se tem feito sentir». (Citado em Josefo, Antiq. xiv.7.2). A história comprova a veracidade dessa avaliação. Fora do Egito, havia grandes colônias de judeus na Ásia Menor, na Síria e na própria capital do império. Desta, entretanto, os judeus foram expulsos, em 139 A.C., e, uma vez mais, nos tempos neotestamentários, mas terminavam sempre por voltar. Aprendemos que a dispersão não estava confinada ao império romano. Também havia numerosas colônias judaicas na Pérsia. (Ver Atos 2:9-11).

Pedro, pois, considerava que os cristãos, tal como os judeus, habitavam em muitas áreas geográficas diferentes, mas nunca se sentindo inteiramente em casa. Isso também era uma «dispersão», pelo que lhes dá esse título. Eram como uma nação que habitava em muitos países estrangeiros, espalhados, peregrinos e forasteiros na terra.

«Os crentes sabem que são peregrinos que vivem em um vale de formação da alma, em uma escola terrena de aperfeiçoamento da

vida, em um lugar onde até o Filho do homem foi 'aperfeiçoado pelos sofrimentos'. Eles conhecem a verdade das palavras dos escritos da epístola aos Hebreus, que relembrou a seus amigos que Deus pune amorosamente a seus filhos, a fim de torná-los 'participantes de sua santidade' (Heb. 12:10), para levá-los à maturidade, se assim se exercitam e são ensinados». (Homrighausen em I Ped. 1:1). (AM IB NTI Z)

DIBLAIM

Esse nome talvez signifique **duas bocadas**, ou «dois montículos». Referia-se a bolos, como os de figos pressionados. Esse era o nome do pai de Gomer, a esposa infiel do profeta Oséias (Osé. 1:3). Viveu em cerca de 725 A.C. Alguns estudiosos supõem que Diblaim não era o pai, e, sim a mãe de Gomer.

DIBLATAIM

Ver sobre **Bete-Diblataim.**

DIBOM, DIBOM-GADE

Nome de duas cidades referidas no Antigo Testamento, a saber:

1. Uma cidade localizada no lado oriental do rio Jordão, também chamada Dibom-Gade. Adquiriu a segunda designação por haver sido reedificada por elementos da tribo de Gade (Núm. 32:34). Ficava na margem norte do rio Arnom, onde os israelitas atravessaram esse rio, a caminho para o Jordão, e onde o seu primeiro acampamento foi estabelecido, após a travessia do rio. Posteriormente, a área caiu sob o domínio dos moabitas (Isaías 15:2; Jeremias 43:18, 22). A região era rica área pastoril, pelo que tinha grande valor para os seus habitantes. Mudou de mãos por várias vezes ao longo de sua história. O trecho de Juízes 3:12*ss.* diz que estava sob o controle dos moabitas. Davi (II Sam 8:2) a conquistou. Moabe rebelou-se, mas foi subjugado por Judá e Israel (II Reis 3). Mas Mesa, na inscrição moabita (cerca de 840 a 830 A.C.), afirmou ter obtido vitória sobre Israel, o que significa que a cidade continuou trocando de mãos. Moabe, como um estado político, foi destruída por Nabucodonosor, e a área, depois desse tempo, ficou novamente em poder de Israel, conforme nos indicam moedas de Hircano II (63-40 A.C.). Esse lugar não é mencionado no Novo Testamento, mas contava com uma próspera população até bem dentro da época neotestamentária, até o período árabe, o que é confirmado pelas descobertas arqueológicas, — estas incluem muito material dos tempos do gregos, nabateus, romanos, bizantinos, e árabes, incluindo moedas. Eusébio refere-se a essa cidade em seu *Onomasticon* (século IV D.C.), onde ele a considera uma vila bastante grande.

A moderna cidade de Dhiban está localizada a poucos quilômetros ao norte do vale do Arnom, na estrada para Queraque, e fica no local do antigo cômoro chamado Dibom. Foi ali que se achou a chamada pedra Moabita, em 1868. Essa descoberta mostrou que o rei de Moabe tinha ali a sua capital (comparar com II Reis 3,4,5). Na inscrição moabita ela é chamada Qrhh, mas esse nome não perdurou por muito tempo. Ele é mencionada nas linhas 21 e 28 dessa inscrição.

Grandes escavações arqueológicas começaram ali em 1950, perdurando por seis anos, e o cômoro de Dibom mostrou ter vários níveis, conferindo assim uma espécie de história da área. As evidências demonstram que Dibom é, sem dúvida alguma a Diban do período de Onri-Acabe-Mesa (cerca de 850 A.C.). Porém, o local vinha sendo habitado desde o período do começo da era do Ferro II. Foi sendo continuamente ocupado nos sucessivos períodos históricos. Contudo, parece ter havido um hiato na ocupação, entre 1850 e 1300 A.C. Era um centro agrícola, com muitas cisternas, porquanto já foram descobertas cem delas.

2. Uma cidade da tribo de Judá (Nee. 11:25), talvez o mesmo lugar chamado Dimona, em Josué 15:22. Isso podemos supor porque esse trecho menciona cidades da área em geral, embora o nome — Dibom não ocorra ali. Sabemos que a cidade foi novamente ocupada após o cativeiro babilônico (Nee 11:25). Tem sido identificada com o moderno *Tell ed Dheib.*

DICLA

Palavra que vem do aramaico, «palmeira». Nome de uma tribo que descendia de Joctã (Gên. 10:27; I Crô. 1:21). Visto que esse nome esta associado à palmeira, os eruditos têm pensado que a área da habitação deles teria muitas palmeiras. A região do sul da Arábia, nas proximidades da foz do rio Tigre, é aquela que tem sido mais insistentemente sugerida. Porém, nada se sabe a esse respeito, com qualquer grau de certeza. O que se sabe é que eles eram uma tribo semita que descendia de Éber, por meio de Joctã. Tradicionalmente, ele é o ancestral dos árabes do sul. Seus descendentes provavelmente estabeleceram-no no Yêmen, tendo ocupado uma porção dessa região, ligeiramente a leste de Hedjaz.

DILEÃ

No hebraico "colocíntida". Esse era o nome de uma cidade na porção baixa do território de Judá (Jos. 15:38). Alguns estudiosos a têm identificado com o moderno Tel en-Najileh, embora não se tenha certeza quanto a isso.

DILÚVIO DE NOÉ

Esboço:

I. A Pré-história e Antigos Relatos do Dilúvio
II. Provas Arqueológicas, Geológicas, Zoológicas e Botânicas de Mudanças dos Pólos e de Dilúvios
III. A Narrativa Bíblica e o Registro Mesopotâmico
IV. Um Dilúvio Universal ou Parcial?
V. Data do Dilúvio de Noé
VI. A Próxima Mudança dos Pólos — um Desastre Mundial
VII. Implicações Éticas

I. A Pré-História e Antigos Relatos do Dilúvio

Muitas vezes a verdade é mais difícil de ser descoberta do que alguns gostariam que acreditássemos. A verdade geralmente requer longa pesquisa, com subseqüentes comparações, combinações e separações de itens obtidos na pesquisa. A verdade sobre o dilúvio de Noé cabe dentro dessa categoria. Há muitas evidências de um grande cataclismo que envolveu um imenso dilúvio. Mas o problema não é assim tão simples. Pois há provas de *muitos* eventos dessa ordem, pelo que concluímos que *um* deles pode ser identificado com o dilúvio de Noé. Ademais, distinguir que evidências se ajustam àquele evento, e quais testificam sobre acontecimentos similares, em diferentes épocas, não é tarefa fácil. Mesmo quando abordam somente os informes bíblicos, com base em evidências geológicas e arqueológicas, os eruditos não concordam quanto à data desse dilúvio, pensando em qualquer tempo entre 4000 e 10000 A.C. A verdadeira data, pois, está perdida em algum ponto da pré-história.

1. Mudanças dos Pólos. O historiador grego, Heródoto, relata seu diálogo com sacerdotes egípcios do século V A.C. Ele ficou admirado que os registros deles afirmassem que dentro do período histórico, e desde que o Egito tornara-se um reino, por quatro vezes o sol girara na direção contrária ao costumeiro. Diversos papiros egípcios falam sobre como a terra virou de cabeça para baixo, quando o sul tornou-se norte, e vice-versa. O diálogo de Platão, *Estadista*, conta a mesma história sobre a mudança na direção do raiar e do pôr-do-sol. Platão garante que quando isso ocorreu, houve grande destruição da vida animal, e que somente uma pequena porção da raça humana sobreviveu. Essas referências literárias são indicações claras de que, por mais de uma vez, os pólos da terra mudaram de posição. Alguns estudiosos afirmam que as reversões magnéticas das rochas indicam que os pólos já mudaram nada menos de quatrocentas vezes. Isso ensina que grandes cataclismos têm feito parte constante da história de nosso planeta. Considerando a cronologia bíblica, alguns têm calculado que a história de Adão emergiu depois da penúltima dessas ocorrências, e que a de Noé coincide com o último desses

cataclismos. Datar esses acontecimentos, porém, é muito precário; mas, se essas narrativas são autênticas, então tanto Adão quanto Noé representam novos *começos*, e não começos absolutos. Isso posto, é correto falarmos em raças humanas pré-adâmicas, cujas histórias estão essencialmente perdidas para nós, excetuando alguma ocasional suposta descoberta arqueológica não-cronológica, que não se ajusta ao período da raça adâmica. O leitor deve examinar os artigos intitulados *Antediluvianos* e *Astronomia*, onde abordamos essas teorias com maiores detalhes.

Se os pólos costumam mudar de posição, com o conseqüente deslizamento da crosta terrestre, então é óbvio que há imensos dilúvios, com ondas de até um quilômetro de altura e ventos que chegam a mil quilômetros por hora. Isso corresponderia a um grande cataclismo como aquele descrito na Bíblia, em torno de Noé. As fontes do abismo se rompem, os oceanos mudam de lugar. Não seria, talvez, um acontecimento absolutamente universal, mas seria imenso. Quanto maior for a mudança polar, maior será o cataclismo, e, inversamente, quanto menor a mudança, menor o cataclismo.

2. Muitos Dilúvios? Antigas Histórias de Dilúvios. Penso que o que dizemos abaixo ilustra adequadamente o fato de que quando examinamos o passado remoto, não encontramos apenas um grande dilúvio. Houve diversos dilúvios, com a subseqüente mistura de evidências. Os sacerdotes egípcios zombaram de Heródoto, afirmando que os gregos eram apenas crianças, porquanto conheciam apenas *um* grande dilúvio. Os registros egípcios registram vários dilúvios. As pessoas que examinam somente a Bíblia, e que relutam em extrair informações de outras fontes, têm uma visão muito simples da pré-história. De fato, nem têm qualquer pré-história, por suporem que os poucos e breves capítulos da porção inicial de Gênesis pretendem narrar-nos, em forma de esboço, tudo quanto já aconteceu neste mundo. Portanto os hebreus, tal como os gregos, tinham apenas um relato sobre o dilúvio. Mas, se Gênesis 6 — 9 nos dão detalhes de *um* desses grandes cataclismos, outros registros antigos, bem como os registros geológicos, asseguram que já houve *muitos* de tais acontecimentos. Quando os seguimos, vemos claramente que não estamos tratando de uma única época, ou de um único evento. Portanto, é inútil afirmar que todos eles são apenas cópias do relato bíblico. Antes, a narrativa bíblica destaca um único desses desastres. Muitos deles o antecederam.

A ciência diz-nos que os dinossauros viveram há milhões de anos passados. Ocasionalmente, porém, encontram-se ossos humanos mesclados com ossos de dinossauros. Então as pessoas concluem: «Os dinossauros não foram animais que viveram há milhões de anos!» Porém essa observação ignora alguns fatos importantes: 1. Usualmente, nas áreas onde são achados restos de dinossauros, não há qualquer vestígio humano. 2. Quando esses vestígios humanos são encontrados, há uma explicação simples para isso. Os grandes cataclismos, ao rearranjarem a crosta terrestre, naturalmente misturaram as épocas, em alguns lugares, embora, em outros lugares, as camadas preservem corretamente suas respectivas épocas. 3. Os modos de datar projetam, definidamente, tanto remanescentes humanos quanto remanescentes animais — muito antes — de qualquer cronologia que possa ser extraída do livro de Gênesis. Devemos concluir, pois, que toda a narrativa do Gênesis, excetuando Gênesis 1:1, que descreve a criação original, consiste em história *recente*, a saber, a história da raça adâmica, mas sem tocar em tempos pré-históricos realmente remotos. Muitas descobertas científicas, a começar pelo século XIX, envolvendo fósseis de formas de vida extintas e artefatos primitivos, em sucessivas camadas de rochas, indicam uma pré-história muito mais ampla e complicada do que até então tem sido concebida pelos estudiosos.

a. *Histórias de dilúvios na Mesopotâmia.* Em 1872, George Smith, ao decifrar antigos documentos assírios, achados em 1853, por arqueólogos britânicos que trabalhavam em Nínive, encontrou uma antiga versão mesopotâmica do relato do dilúvio que, de alguma maneira, tem certos paralelos parecidos com a narrativa de Gênesis. Smith descobriu a biblioteca do rei Assurbanipal (século VII A.C.) e, dentre esse material, uma versão bem mais longa da posterior história babilônica do dilúvio. Elementos dessa história desde há muito eram conhecidos nos escritos de um babilônio de nome *Beroso* (século III A.C.), cujos fragmentos foram citados por Josefo e Eusébio. Mas foi então que veio à luz o mais longo épico de Gilgamés. Essa história aparece naquele que é atualmente conhecido como o *tablete do dilúvio* de número onze, proveniente da cultura assíria, cuja narrativa sobre o dilúvio tem sido preservada, com menores detalhes, pelos registros babilônicos. O épico de Gilgamés, porém, é apenas uma história de uma série de relatos, que parecem ter-se derivado da mesma tradição. Certo número de versões de um relato de dilúvio tem sido encontrado entre os documentos em escrita cuneiforme, escavados no Oriente Próximo.

Um tablete sumério de Nipur, no sul da Babilônia, relata como o rei Ziusudra, ao ser advertido sobre um dilúvio próximo, que a assembléia dos deuses resolvera enviar para destruir a humanidade, construiu uma grande embarcação, e assim escapou ao desastre. Esse tablete é datado de cerca de 2000 A.C., sendo possível que se trate apenas da preservação de uma narrativa muito mais antiga. Versões acádicas dessa história procedem da Babilônia e da Assíria. O épico *Atrahasis* fala de um dilúvio enviado para expurgar a humanidade. O épico de Gilgamés é o mais bem detalhado derivado da versão acádica. Nesse relato, Gilgamés é informado por um sobrevivente de um dilúvio que ocorreu muito tempo antes, de nome *Uta-napishitim*, de como ele escapou da morte em um grande dilúvio, por haver sido avisado do mesmo pelo deus Ea, para que construísse um barco no qual abrigou a sua família, animais domésticos e selvagens, e tesouros de ouro e de prata. Esse dilúvio teria perdurado por sete dias, e o barca veio a repousar sobre o monte Nisir, no noroeste da Pérsia. Uta-napishitim teria enviado, em sucessão, uma pomba, uma andorinha e um corvo. Quando o corvo não voltou, isso foi tomado como sinal de que o barco podia ser abandonado em segurança. Uta-napishitim ofereceu holocaustos às divindades, e estas, como moscas, juntaram-se em torno dos mesmos. Uta-napishitim falou a Gilgamés sobre uma planta rejuvenescedora, existente no fundo do mar, um tipo de variante da lenda da fonte da juventude. Gilgamés a obteve, somente para vê-la ser roubada por uma serpente. O poema termina com uma nota amarga, onde Gilgamés queixa-se de que os seus labores haviam sido feitos em vão, e que somente a serpente, afinal de contas, fora beneficiada. Esse pormenor da história é deveras interessante. Presumivelmente, o dilúvio foi causado pelo deus Enlil, por causa dos muitos ruídos produzidos pela humanidade, que lhe perturbavam o sono. (Podemos simpatizar com isso, nesta nossa época de muita poluição sonora!) Entretanto, o deus Ea não concordou com o decreto do deus Enlil, pelo que avisou a Uta-napishitim do dilúvio iminente, o que resultou na sua sobrevivência. A história do dilúvio entra no épico de Gilgamés como um detalhe lateral, porquanto, na realidade, conta a história de um herói acadiano em busca da vida eterna. Gilgamós, rei da cidade de Ereque, no sul da Babilônia, é o herói dessa história. Em suas aventuras, ele se encontrou com Uta-napishitim, o único mortal que já atingira a vida eterna na *terra dos viventes*, isto é, dos deuses. Gilgamés não conseguiu atingir a vida da mesma maneira que Uta-napishitim, porquanto as circunstâncias deste último haviam sido ímpares; mas foi-lhe recomendadada uma planta rejuvenescedora, que foi encontrada e perdida, devido à intervenção da serpente. São óbvios os paralelos da árvore da vida e da serpente, no jardim do Éden.

Na verdade, há muitos paralelos entre esses mitos e a história do livro de Gênesis, sobre a existência do homem primitivo. Os paralelos são por demais parecidos e numerosos para os rejeitarmos como meros acidentes, pelo que ou há uma fonte informativa comum a ambos, ou uma narrativa depende da outra. Alguns eruditos supõem que o registro bíblico é o original, e que todos os demais registros seguem corrupções politeistas. Outros estudiosos supõem que as narrativas mesopotâmicas são mais antigas, e que o relato biblico é um refina-

mento teológico e moral daquelas. Ver comentários sobre essa circunstância no artigo sobre a *Criação*. Ver especialmente o artigo sobre a *Cosmogonia*, onde são apresentados vários sistemas antigos de crenças, que mostram claramente a interdependência envolvida. Os grupos de estudiosos em oposição jamais chegarão a uma posição de consenso sobre a questão.

b. *Outras histórias de dilúvios.* Essas narrativas não se limitam à área da antiga Mesopotâmia. A história de um grande dilúvio, no qual apenas umas poucas pessoas escolhidas se salvaram, aparece em grande variedade de culturas, sob diversas formas. Aparecem em lugares tão distantes um do outro como a Grécia, a Polinésia, a Terra do Fogo, no extremo sul da América do Sul e no círculo polar Ártico, entre os esquimós. Os estudiosos pensam que essas narrativas falam sobre mais de um gigantesco dilúvio; e que algumas delas não passam de relatos exagerados sobre dilúvios localizados.

Os Índios Hopi. Esses índios, um grupo de índios Pueblos norte-americanos, que atualmente vivem em reservas indígenas no estado de Arizona, nos Estados Unidos da América, confirmam com clareza, em seu folclore, que houve tempo em que o mundo perdeu o equilíbrio, girando loucamente, por duas vezes. Isso reflete uma mudança de pólos. Eles também acreditam que o mundo anterior ao nosso foi destruído por um dilúvio. Suas lendas falam sobre civilizações avançadas, nas quais os homens viajavam em máquinas de voar. O chefe Dan Katchongva, o falecido Hopi Sun Clan, disse enfaticamente, em uma entrevista: «Os Hopi são os sobreviventes de um outro mundo, que foi destruído. Portanto, os Hopi estiveram aqui primeiro e fizeram quatro migrações, para o norte, para o sul, para o leste e para o oeste, reclamando para si mesmos toda a terra, em favor do Grande Espírito, conforme a ordem de Massau'u, e em favor do *Verdadeiro Irmão Branco,* que trará o Dia da Purificação». Isso se parece com o anúncio de uma figura semelhante ao Messias, podendo ser uma referência histórica ou intuitiva sobre Cristo. Esses índios crêem na vinda, para breve, do Dia da Purificação, o que talvez seja a segunda vinda de Cristo. O *Logos* parece ter implantado as suas sementes nos lugares mais inesperados. Ver o artigo sobre o *Verbo* (Logos).

II. Provas Arqueológicas, Geológicas, Zoológicas e Botânicas de Mudanças dos Pólos e de Dilúvios

1. *Depósitos de Sedimentos.* Muito material arqueológico tem ficado registrado sobre esses depósitos Sir Leonard Woolley, no seu livro, *Ur of the Chaldees* (1929) despertou muito interesse. Ele descobriu um depósito feito pela água, com data de cerca do quarto milênio A.C., que ele tomou como evidência conclusiva em prol do dilúvio de Noé. Porém, em somente dois dos cinco buracos que ele escavou, foi encontrada a sua presumida *camada do dilúvio.* Isso poderia sugerir um dilúvio local, que não cobriu a área inteira adjacente a Ur. Outras cidades, nos vales dos rios da Mesopotâmia, especialmente Quis, Fará e Nínive, também exibem camadas do dilúvio, embora não pareçam ser pertencentes à mesma época, pelo que mais de um dilúvio local deve estar em pauta. Nenhuma camada do dilúvio foi encontrada em Ereque, a cidade associada ao épico de Gilgamés. Abundam, entretanto, as evidências literárias que falam em mais de um dilúvio de grandes proporções. Há também muitas provas de mudanças de pólos que, naturalmente, poderiam incluir gigantescas imundações. Terraços de seixos mostram que antigamente houve oceanos onde hoje há terras imersas. Sabe-se que a totalidade do território dos Estados Unidos da América já foi o leito do oceano, embora não todo ao mesmo tempo. Os oceanos têm surgido e desaparecido em vários lugares ao redor do globo, em passado remoto, que não mais podemos acompanhar com facilidade. Cataclismos, sem dúvida alguma, têm envolvido o aparecimento e o desaparecimento dessas grandes massas de água.

2. *Evidências Zoológicas e Botânicas.* Os restos de mamutes, rinocerontes, cavalos, cabras, bisões, leões e outros animais, em regiões que agora são árticas, perenemente recobertas de gelo, mostram que, em outras épocas, aquelas porções do globo eram próprias para servir de hábitat para animais de sangue quente, indicando tremendas transformações no clima dessas regiões. Parece que alguns mamutes, por exemplo, foram congelados instantaneamente. O ato de cair num buraco de gelo, não explica como foram preservados tão perfeitamente. Somente um súbito congelamento desses animais pode explicar por que eles não se putrefizeram, ainda com alimento não-digerido em seus estômagos. Focas encontradas no mar Cáspio e no lago Baical, na Sibéria, são idênticas às que hoje pululam nas águas do Alasca. Certo tipo de lagostas se encontra somente nas águas congeladas do Áfrico e nas porções mais frias do mar Mediterrâneo. Esses mistérios zoológicos são explicados pela teoria de dilúvio globais, que transportaram os animais sobreviventes para grandes distâncias, em pouco tempo. Medusas fósseis têm sido encontradas incrustadas na lama. Não poderiam ter sido preservados senão mediante o súbito congelamento, causado por alguma repentina mudança de pólos. De que outra forma as moles medusas poderiam ter endurecido como rocha? Outro tanto aplica-se a fósseis delicados, como as marcas das patas de passarinhos e os sinais deixados pela queda de uma gota d'água!

No solo congelado da Sibéria, têm sido encontradas árvores totalmente congeladas, com folhas e frutas! Nenhum processo gradual poderia ter feito isso, e nenhuma árvore frutífera medra atualmente no Ártico. No parque Yellowstone, no Estados Unidos da América, uma montanha pesquisada mostrou contar com dezessete camadas de árvores petrificadas, ainda de pé. Entre cada camada havia uma camada de terra vulcânica. Cada camada de árvores estava em seu próprio período geológico de vida vegetal e animal. Cada época terminou mediante uma catástrofe. Quanto mais aprendemos sobre essas coisas, tanto mais apreciamos a vastidão da criação e chegamos a entender melhor a insignificância do conhecimento que temos sobre a vida abundantíssima que existiu antes de nós. Somente um pequeno fragmento veio a ser registrado nas páginas da Bíblia, ou em qualquer outro registro. Apesar de que alguns estudiosos procuram explicações para esses fatos, não há como justificar a presença, no Ártico, de animais cujo habitat é outro, ou a presença de uma vegetação tipicamente tropical, com folhas e frutos! E o resfriamento gradual da região também não explicaria o fenômeno dessas descobertas. Todos os argumentos esboroam-se diante do fato de que não somente o mamute é ali achado, sabendo-se que esse animal era capaz de resistir a baixíssimas temperaturas, mas também cavalos, leões, cabras, bisões, etc. Isso demonstra que nem sempre a região do Ártico foi recoberta de gelo.

3. *As Eras Glaciais e a Deriva do Gelo Glacial.* Há outras provas em favor da idéia de que os povos já ocuparam posições diferentes do que vemos hoje. Os geólogos acham difícil explicar como há hoje grandes acúmulos de gelo onde já foi região tropical ou semitropical. Já houve grandes camadas de gelo na América do Sul, na Austrália, na África e na Índia. Ao examinar os depósitos deixados por essas glacieiras e a direção em que se moveram (o que se verifica nas marcas que deixaram no solo), os estudiosos descobriram um grande mistério. Em primeiro lugar, a localização delas ignora totalmente o clima atual dessas regiões. Em segundo lugar, elas se moveram em direções contrárias àquilo que seria de esperar, considerando-se a localização atual dos pólos. O Dr. William Stokes, da Universidade de Utah, em seu texto *Essentials of Earth History,* faz a seguinte declaração:

> «Na África do Sul as glacieiras moveram-se principalmente do norte para o sul—para longe do Equador. Na África central e em Madagascar, outros depósitos mostram que o gelo movia-se para o norte, para bem dentro do que é hoje zona tropical. Mas, o mais surpreendente tem sido a descoberta de grandes camadas de caliça das glacieiras no norte da Índia, onde o movimento foi na direção norte... na Austrália e na Tasmânia, onde o gelo moveu-se do sul para o norte... no Brasil e na Argentina, esse movimento foi na direção oeste».

O Dr. C.O. Dunbar, de Yale, ficou admirado diante do fato de que, no Brasil, a glaciação chega a dez graus do Equador e de como, na Índia, o gelo derivou dos trópicos para as latitudes superiores. Muito geólogos, pois, têm chegado à conclusão de que os pólos há estiveram localizados nessas regiões atualmente tropicais, quentes. Alguns eruditos pensam que a deriva continental explica o fenômeno, mas outros pensam que a teoria da mudança dos pólos é uma explicação mais satisfatória. Essa mudança de pólos teria dois resultados: primeiro, grandes depósitos de gelo subitamente encontraram-se em climas quentes, com a subseqüente deriva e dissolvição, produzindo grandes rios e mares interiores. Segundo, novos acúmulos de gelo teriam início onde os pólos então ficaram, cobrindo o que antes eram regiões tropicais ou semitropicais.

4. *Data do dilúvio,* no tocante a esse fenômeno. É quase certo que o que dissemos acima se relaciona a mais de uma mudança dos pólos magnéticos da terra. É de presumir-se que a última dessas mudanças esteve relacionada ao dilúvio de Noé, e que a mudança anterior a essa esteve ligada à história de Adão. Quanto aos mamutes, a extinção dos mesmos parece pertencer a uma antiguidade ainda anterior à do dilúvio. Portanto, essa situação ilustra como são provocados os imensos dilúvios, embora não, especificamente, o último da série. Ver o presente artigo em seu ponto V, *Data.*

5. *Depósitos de Corais no Ártico.* Sabemos que os corais são formados pelos esqueletos calcários secretados pelos tecidos de certos animais marinhos, e que esses depósitos vão-se acumulando durante milênios, até formarem os recifes. Esses animais são tropicais. No entanto, recifes de corais têm sido encontrados no oceano Glacial Ártico!

6. *A Deriva Continental.* Sem dúvida foi preciso uma força gigantesca para separar o que atualmente é a África do que é a presente América do Sul, com todo um oceano entre os dois continentes. É bem possível que uma ou mais mudanças de pólos estejam por detrás disso.

7. *Alterações Magnéticas.* Nem sempre o norte esteve no norte, e nem sempre o sul esteve no sul. A terra é um gigantesco magneto com pólos positivo (norte) e negativo (sul), que ficam próximos dos pólos geográficos. Com base nos registros impressos nas rochas, sabemos que os pólos têm mudado alternativamente a sua polaridade magnética, através dos milênios. Nos últimos setenta e seis milhões de anos, os pólos norte e sul já mudaram de polaridade pelo menos cento e setenta e uma vezes. Nos últimos quarenta e oito milhões de anos, os registros magnéticos polares nas rochas e nos sedimentos mostram que houve cerca de cinco reversões a cada milhão de anos, com uma média de 220 mil anos entre cada reversão, com um período mais curto de 30 mil anos. Os geólogos supõem que uma nova reversão se aproxima, supondo que deverá ocorrer dentro de alguns poucos séculos, um tempo muito curto, geologicamente falando. Os místicos predizem que isso sucederá em nossa própria época, o que discutimos no sexto ponto deste artigo. Alguns cientistas pensam que essas reversões ocorrem espontaneamente (por razões ainda desconhecidas), sem qualquer mudança da posição dos pólos; mas outros supõem que as mudanças de pólos sempre são a causa dessas reversões. Ainda um terceiro grupo de estudiosos prefere a teoria dos meteoritos ou dos cometas. As reversões poderiam ser causadas por grandes colisões cósmicas, de algum corpo celeste com o globo terrestre. Outrossim, tanto as mudanças de pólos quanto as reversões magnéticas poderiam ter tais colisões como causas. Um impacto dessa grandeza poderia ser responsável pela extinção em massa dos animais.

8. *A Mudança dos Pólos e a História de Noé.* As muitas histórias sobre dilúvios quase certamente indicam que houve bolsões de sobreviventes, em vários lugares do mundo, em cada um deles. Também alguns acham difícil explicar as radicais diferenças raciais da presente humanidade, em face do tempo relativamente breve que se passou desde o último grande cataclismo. Há uma história muito mais longa de Noé para trás do que de Noé até nós. Consideremos este fato: os relatos mesopotâmicos têm muitos elementos similares aos do relato bíblico. Portanto, há uma espécie de tradição comum, naquela região do mundo, no tocante a esse desastre. Porém, as histórias provenientes de outras regiões do globo têm as suas próprias características. Esses relatos não parecem dependentes dos da Mesopotâmia. Finalmente, a China teria permanecido relativamente intocada por ocasião do dilúvio de Noé. A história chinesa pode ser acompanhada até antes desse grande abalo, pelo que grande parte da China deve ter permanecido seca, enquanto dilúvios inundavam outros continentes ou porções de outros continentes. Todavia, os chineses não foram totalmente poupados, pois a tradição chinesa fala sobre um grande dilúvio, há pouco mais de cinco mil anos atrás e Confúcio (nasceu em cerca de 551 A .C.), em sua história da China, começa o seu relato falando sobre um dilúvio em recessão que «subira até os céus». Também há registros de imensas destruições por incêndios produzidos por perturbações cósmicas, e de como o sol não se pôs no horizonte por diversos dias (uma mudança de pólos?), além de grandes inundações. É muito difícil datar esses acontecimentos, e não podemos ter certeza sobre como relacioná-los com os dilúvio de Noé. Mas eles ilustram, a grosso modo, a história narrada neste artigo. As histórias sobre dilúvios, em outras nações, referem-se a condições locais, e não universais, conforme dizem os registros mesopotâmicos, comprovando o que dissemos acima, que deve ter havido sobreviventes de civilizações passadas, formando grupos isolados. Porém, houve muitos sobreviventes chineses, talvez sendo essa a razão pela qual atualmente os chineses chegam a cerca de um bilhão, um número inteiramente fora de proporção com as populações de outras raças.

A história dos grandes cataclismos é uma história grandiosa, repleta de mistérios. O que oferecemos aqui é apenas um mostruário das informações de que dispomos sobre a questão. Esse material mostra que a Bíblia está com a razão ao aludir a vastíssimas destruições, não faz muito tempo na história. Isso, também, nos mostra que podemos suplementar extraordinariamente o nosso conhecimento sobre esses eventos, voltando-nos para as descobertas científicas e para as tradições literárias de outros povos.

III. A Narrativa Bíblica e o Registro Mesopotâmico

Ver o artigo separado sobre **Gilgamés, Epopéia de.**

Temos dado provas da declaração de que os registros bíblicos apresentam uma das tradições acerca do dilúvio, e que há outras narrativas que não se derivaram da mesma. Muitas outras histórias refletem condições locais, e não aquelas refletidas pelo relato mesopotâmico. No Irã, *o alto deus* instruiu Yima a construir um ambiente cercado por muralhas, para salvar as pessoas boas. É possível que em diversos lugares do mundo, onde as águas atingiram diferentes níveis de inundação, que diferentes modos de proteção fossem adequados para salvar algumas pessoas. Também é possível que Deus salvou outras pessoas, tal como salvou a Noé e seus familiares, mediante informações dadas por profetas e homens santos. Os propósitos de Deus sempre são maiores e mais vastos que nossos sistemas teológicos permitem. Seja como for, é significativo que a maior parte das histórias sobre dilúvios relaciona-se à corrupção moral dos homens. No entanto, na Índia temos uma exceção a essa regra. Ali o dilúvio não seria resultado de um decreto divino, mas de uma *série* de cataclismos cósmicos que destruiriam, periodicamente, o mundo. Apesar disso, a religião hindu vincula essas questões aos padrões kármicos da raça humana, de tal modo que fique envolvida a lei da colheita segundo a semeadura, ainda que não esteja em pauta um decreto divino específico, conforme a questão é exposta na Bíblia. A religião hindu sempre demonstrou apreciação pela imensidade do tempo envolvido na criação e no desdobramento do plano divino relativo ao homem, pelo que ali as pessoas nunca estiveram em um senso de urgência espiritual, conforme tanto se vê nas religiões ocidentais. Os propósitos divinos operam através de grandes expansões da história, e a redenção permeia todas essas expansões.

1. *A Questão Moral.* O relato bíblico salienta a corrupção dos valores morais, pelos homens, como a razão do dilúvio. É interessante que os animais também fossem objeto da ira do Senhor (Gên. 6:7), o que poderia dar a entender alguma forma de moralidade e responsabilidade animal, conforme se vê na religião hindu. Contudo, estou apenas especulando quanto a esse ponto. O versículo doze do sexto capitulo de Gênesis afirma que «todo ser vivente havia corrompido o seu caminho na terra», o que parece dar a entender que os animais irracionais, e não somente os homens, no parecer do autor sagrado, são capazes de errar. Por essa razão foi que *toda carne* se tornou objeto do decreto divino. O homem, o pior de todos os animais, havia espalhado a violência por toda parte (vs. 11), e seus processos de pensamentos haviam se tornado totalmente depravados (vs.5). Esse raciocínio é melhor que a versão da tradição mesopotâmica que diz que o deus Enlil decretou o dilúvio porque os homens estavam fazendo muito barulho, ao ponto dele não poder dormir!

2. *Monoteísmo.* A tradição mesopotâmica sobre o dilúvio, excetuando a versão bíblica, mostra-se totalmente politeísta, onde homens e deuses aparecem na narrativa. O relato bíblico, porém, é monoteísta, mais simples, mais direto, exibindo uma declaração muito melhor sobre a responsabilidade dos homens diante de Deus. É difícil crer que essa versão bíblica, muito superior, tenha sido a fonte original, que então sofreu uma série de corrupções, algumas delas tolas e curiosas. Para os intérpretes bíblicos também é difícil acreditar que a narrativa bíblica seja mero refinamento das histórias babilônicas. O mais provável é que tenha havido uma fonte comum das variantes mesopotâmicas, de cuja fonte procedem relatos separados. Mas, alguns pensam que não há maneira satisfatória de resolver a questão, e nem ela se reveste de importância especial, a não ser para os ultraconservadores, por um lado, e para os céticos, por outro lado. Os ultraconservadores exigem *revelação* somente, sem o acompanhamento de qualquer fator cultural. Os céticos gostam de lançar dúvidas quanto a todas as questões da revelação, ao dizerem que a similaridade de relatos significa que a questão inteira é mitológica. Ou então afirmam que as várias narrativas são invenções posteriores, criadas após o cataclismo, a fim de explicar por que o mesmo teve lugar. Quando examinamos as diversas versões da história do dilúvio, torna-se óbvio para nós que muitos mitos vieram a ligar-se à mesma, embora haja evidências mais do que convincentes sobre a realidade desse evento. Não há qualquer razão para duvidarmos do relato bíblico sobre Noé e sua família, embora muitos pensem que eles não foram os únicos sobreviventes do dilúvio. A sobrevivência deles representaria o resultado de um ato salvador local de Deus, mas não o único desses atos.

3. *Eventos do Dilúvio Segundo o Relato Bíblico*

a. Noé, quando tinha seiscentos anos de idade, tendo sido informado pelo Senhor sobre a iminente destruição, construiu a arca, entrou nela, e assim preservou a vida de sua família e de muitos animais. As chuvas começaram no décimo sétimo dia do segundo mês, continuando por quarenta dias. As águas do abismo irromperam. Presumimos que isso aponta para uma mudança dos pólos magnéticos da terra, embora isso não tenha sido reconhecido pelo autor sagrado (Gên. 7:1-9,10-17).

b. As chuvas cessaram, mas as águas persistiram, e, até onde Noé era capaz de ver ao seu redor, só havia água. Naturalmente, isso teria sido tomado como um dilúvio universal (Gên. 7:18-24).

c. A arca acabou pousando sobre o monte Ararate, no décimo sétimo dia do sétimo mês (Gên. 8:1-4).

d. Os picos das montanhas tornaram-se visíveis no primeiro dia do décimo mês (Gên. 8:5).

e. Um corvo e uma pomba foram soltos, a fim de investigarem a situação nas proximidades da arca (Gên. 8:6-9).

f. A pomba foi enviada novamente sete dias mais tarde, e retornou com um raminho de oliveira no bico, mostrando que as águas estavam diminuindo de nível (Gên. 8:10,11).

g. A pomba foi enviada pela terceira vez, mas dessa vez não voltou, o que mostrou que agora era seguro os homens abandonarem a arca (Gên. 8:12).

h. o solo secou, sendo aquele o ano 601 da vida de Noé, o primeiro mês e o primeiro dia do mês. A cobertura da arca foi removida (Gên. 8:13).

i. Noé deixou a arca no segundo mês, no vigésimo sétimo dia (Gên. 8:14-19).

IV. Um Dilúvio Universal ou Parcial?

1. Argumentos em Prol do Dilúvio Universal

a. A linguagem dos capítulos sexto a nono de Gênesis refere-se a um dilúvio de dimensões universais. Todos os picos dos montes foram cobertos pelas águas, tendo havido a destruição absoluta de todos os seres vivos terrestres, excetuando-se aqueles que estavam na arca (e, naturalmente, excetuando-se a vida marinha em geral).

b. A universalidade das narrativas sobre o dilúvio mostra que o dilúvio chegou a todos os lugares.

c. Há uma distribuição mundial dos depósitos aluvionais do dilúvio.

d. Houve a súbita extinção dos mamutes peludos do Alasca e da Siberia, na hipótese de que eles foram mortos afogados, e não por congelamento.

e. A diminuição das espécies animais. Poucas espécies restam agora, em comparação com o que se via na antiguidade remota. Isso supõe que Noé não abrigou na arca todas as espécies possíveis, mas apenas as representativas de cada espécie; ou então que muitas dessas espécies extinguiram-se após terem sido soltas da arca.

2. Argumentos em Prol de um Dilúvio Parcial

a. Embora a linguagem de Gênesis 6—9 seja universal, só o é para aquela parte do mundo que Noé observou na ocasião. Ele não fazia idéia da verdadeira extensão da terra. O trecho de Colossenses 1:6 também diz como o evangelho se espalhara pelo mundo inteiro, embora seja óbvio que isso indique o mundo que Paulo conhecia, e não toda a superfície do globo. Havia muitos outros povos, nos dias de Paulo, que ele jamais visitou.

b. A universalidade das histórias do dilúvio demonstra que estamos tratando com um gigantesco cataclismo terrestre, com dilúvios que ocorreram por toda a parte, como resultado desse cataclismo, mas não que as águas cobriram absolutamente toda a superfície terrestre. Quando os pólos magnéticos se alteram, há inundações generalizadas, mas nem todas as terras emersas são cobertas. A história do dilúvio na China mostra que os chineses tinham conhecimento do dilúvio, e que sofreram com o mesmo, mas a história chinesa também mostra que uma larga porção da superfície da terra permaneceu intocada.

c. Há depósitos aluvionais do dilúvio por toda parte; mas muitos desses depósitos refletem apenas dilúvios locais, não podendo ser usados como evidências em prol de um dilúvio universal.

d. A destruição dos mamutes e outros animais, no Ártico, deu-se por congelamento, e não por afogamento. Alguns têm sido recuperados em condições quase perfeitas, sem putrefação. Isso jamais poderia ter acontecido se eles tivessem morrido por afogamento. Ademais, essa destruição parece estar relacionada a algum cataclismo anterior ao dilúvio de Noé, pelo que não serve para propósitos de ilustração.

e. A diminuição do número de espécies animais seria um resultado natural de qualquer grande cataclismo, resultante de um dilúvio universal ou apenas parcial, pelo que esse argumento nada prova.

f. *A quantidade de água.* Fatal à teoria do dilúvio universal é a observação de que a quantidade de água necessária para cobrir a face da terra até encobrir o monte Everest, o mais alto monte do planeta, teria de ser seis vezes maior do que atualmente existe na terra. Teria sido impossível haver chuvas assim abundantes, dentro do tempo determinado em Gênesis 7:12, quarenta dias e quarenta noites,

incluindo os depósitos naturais de água na terra, para que isso pudesse suceder. Além disso, como tanta água teria se evaporado? Só se essa água estivesse perdida no espaço, o que sabemos que jamais acontece. Verdadeiramente, para que esse efeito fosse conseguido, teria de ter chovido durante vários anos, com água vinda do espaço exterior. Isso posto, teríamos de supor, em primeiro lugar, um suprimento *sobrenatural* de água e em segundo lugar, uma retirada *sobrenatural* de água, da face do planeta.

g. *O problema do abrigo.* O autor da narrativa bíblica parece que não fazia idéia do vasto número de animais existentes no mundo. Há incontáveis milhares de variedades de vermes e insetos. Haveríamos de supor que Noé tomou consigo somente um par ou sete pares de cada espécie, e que, desde o dilúvio, todas as outras espécies desenvolveram-se? O número de espécies só de vermes e insetos deve ser 500.000, embora somente doze mil espécies tenham sido classificadas. Só de aranhas há cerca de trinta mil espécies. Teria Noé abrigado somente um par de aranhas, do qual se desenvolveram todas as espécies de aracnídeos que atualmente existem? Há cerca de três mil espécies de sapos, seis mil espécies de répteis, dez mil espécies de aves, cinco mil espécies de mamíferos. Somente um pequeno número representativo, de todos esses seres vivos, reside na área da Mesopotâmia. Os animais levados para a arca, por Noé, teriam sido os dessa área.

h. *O problema do recolhimento.* —Teria havido um ato sobrenatural de imensas proporções para recolher um ou sete pares de cada espécie animal no mundo, a fim de deixá-los convenientemente aos pés de Noé e seus familiares. No entanto, no relato de Gênesis não há qualquer indicacão da necessidade de alguma intervenção divina nessa tarefa. O autor sagrado simplesmente não toma consciência do problema que estaria envolvido em um dilúvio de proporções universais, e nem mesmo alude a esse problema, porquanto o *mundo* que ele conhecia era uma minúscula fração do mundo inteiro. Não há a menor indicação de que foi preciso o Senhor realizar uma série de milagres a fim de concretizar o que ocorreu por ocasião do dilúvio de Noé.

i. *Formas de vida marinha.* Há espécies de vida marinha como as que vivem imóveis, nos corais, ou as que vivem no fundo de águas rasas, que requerem uma camada rasa de água para sobreviver. A pressão produzida pelo aumento das águas e a diminuição da salinidade, teriam destruído totalmente essas formas de vida marinha; e, no entanto, elas continuam a sobreviver, a despeito das supostas águas universais que atingiram os mais elevados picos do planeta.

j. *O fenômeno da mudança de pólos magnéticos.* Acima apresentamos certos argumentos que dão apoio à teoria de vastas destruições mediante mudanças periódicas dos pólos. Tais mudanças, naturalmente, produziriam gigantescas inundações. A própria natureza dessas mudanças de pólos prova a teoria de um dilúvio parcial. Quando isso ocorre, afundam continentes ou partes de continentes, ao passo que outras terras imersas aparecem. As águas dos oceanos são redistribuídas, mas as terras emersas nunca são completamente inundadas. Isso é assim porque é impossível que todos os continentes submerjam ao mesmo tempo, deixando os oceanos cobrindo toda a superfície do planeta. Para que isso pudesse acontecer, a terra teria de ser tremendamente condensada, e não existe força conhecida, concebida pela ciência, que possa forçar tal ocorrência.

V. Data do Dilúvio de Noé

A Cronologia das Genealogias. Se usarmos esses informes, chegaremos até cerca de 2.400 A.C. Mas bem poucos eruditos bíblicos apegam-se a esse método de fixação de datas, pois não aceitam uma data tão recente para o dilúvio. Utilizando-se de outros métodos, alguns estudiosos chegam a retroceder até 20.000 A.C. Mas a maioria dos estudiosos confessa que não há como estabelecer a data do dilúvio de Noé. Alguns associam o dilúvio ao fim da última glaciação, ou seja, cerca de 10.000 A.C.; mas todas essas opiniões são meras tentativas. A observação mostra que a maioria dos escritores sobre o assunto prefere uma data entre 5.000 e 15.000 A.C., embora as evidências de modo algum sejam conclusivas. A maioria dos escritores cristãos conservadores sugere cerca de 4.000 A.C., quase sempre com base em registros genealógicos ou evidências arqueológicas. Mas, sob exame, essas evidências não resistem à sondagem. A descoberta de camadas de argila (com supostas focas de antes e de depois do dilúvio, encontradas em Fará e Ur) provavelmente nada representa senão inundações locais dos rios da área, o Tigre e o Eufrates. Afinal, não é preciso nenhuma imensa inundação para depositar uma camada de argila com alguns metros de espessura. Outrossim, essas camadas de argila, segundo tem sido demonstrado, pertencem a diversos períodos, e não a uma única ocasião que possa ser identificada com um dilúvio universal ou quase universal. *Conclusão:* Não sabemos dizer a data do dilúvio, embora a opinião de que ocorreu em cerca de 8000 A.C. seja tão boa quanto qualquer outra.

VI. A Próxima Mudança dos Pólos — Um Desastre Mundial

A Bíblia prediz uma ocasião futura de desastres sem precedentes, que os estudiosos das predições bíblicas pensam não estar muito distante. Esse período é chamado de Grande Tribulação. Ver o artigo sobre *Tribulação, a Grande.* Os místicos contemporâneos concordam que esse tempo está se aproximando rapidamente. Alguns deles associam esse novo cataclismo a uma outra mudança dos pólos. Alguns geólogos concordam que gigantescas mudanças nas terras emersas são possíveis. Mas, no que concerne a quando isso poderá suceder, os vários místicos têm sugerido o final deste século ou o começo do século XXI. Poderíamos citar alguns deles, como Adam Barber, Emil Sepic, Edgar Cayce, Aron Abrahamsen, Paul Solomon, Ruth Montgomery, Baird Wallace, mas, antes deles todos, Nostradamus. Todas essas pessoas tiveram ou têm a reputação de fazer predições exatas. Os intérpretes da Bíblia concordam quanto a um prazo relativamente curto que resta ao mundo, antes de ter início essa próxima e grande fase de perturbações, embora quase todos eles não expressem ou não tenham consciência da teoria da mudança de pólos magnéticos, em relação a esse período atribulado. Seja como for, as implicações morais e espirituais da aproximação desse período são vitais e perturbadoras.

Imaginemos como tal desastre poderia ocorrer. Lembremo-nos que isso talvez seja o clímax da Grande Tribulação:

Aproxima-se a noite. Habitantes das grandes cidades do mundo precipitam-se para casa nas horas de pico do trânsito. A maioria não nota que o sol continua a brilhar acima do horizonte. Alguns poucos sentem-se apreensivos desde o começo. Passam-se várias horas e o sol não desaparece atrás do horizonte. Todos ficam alarmados. Então as pessoas começam a ouvir um ruído cavo, das profundezas da terra. Em alguns lugares a terra está tremendo, embora ainda gentilmente. A força normal de gravidade diminui, e as pessoas sentem-se inseguras sobre seus pés. Os animais estão inquietos desde horas atrás, então, *em massa,* começam a movimentar-se na mesma direção. O firmamento fica avermelhado, e enormes nuvens de poeira começam a tapar a luz do sol. Um vento forte e constante começa a soprar, aumentando de forma alarmante, enquanto o ruído subterrâneo torna-se ensurdecedor. Os ventos chegam a uma velocidade de quase quinhentos quilômetros horários, desarraigando árvores e fazendo cidades inteiras desaparecerem em questão de segundos. A terra começa a balançar loucamente, e há imensas tempestades elétricas como os homens nunca viram. Há terremotos de proporções devastadoras por todo o orbe. Montes abrem-se pelo meio e surgem vulcões cuspindo lava derretida e fogo. A terra fica com rachaduras de centenas de quilômetros. A crosta terrestre começa a mudar de posição, e continentes inteiros desaparecem no fundo dos oceanos. Novos continentes vêm tomar o lugar dos antigos. Os oceanos agora irrigam vastos territóri-

os que antes eram terra seca, ou retrocedem de vastos territórios antes debaixo do mar. O holocausto de vidas prossegue como se nunca terminasse. Mas, cerca de quarenta e oito horas mais tarde, tudo começa a amainar novamente. Mas ainda assim há gigantescos terremotos que se negam a permitir que povos ao redor do globo aliviem a tensão. A temperatura de todos os lugares da terra começa a mudar, para mais quente ou para mais frio. Novas áreas árticas, de muito frio, começam a ser criadas, onde tudo fica congelado. Grandes massas de gelo desprendem-se das atuais áreas polares e agora derivam em várias direções. O gelo dissolvido começa a formar rios gigantescos que não demoram a devastar tudo em seu curso. Sim, aconteceu novamente. Um enorme cataclismo removeu toda uma antiga era e civilização, abrindo caminho para uma nova era e civilização. E os poucos homens sobreviventes começam a edificar tudo de novo.

VII. Implicações Éticas

Os profetas e os místicos afiançam que sempre há um forte fator moral envolvido nos grandes cataclismos da terra. A história do dilúvio de Noé está firmada especificamente sobre essa base, no sexto capitulo de Gênesis. O livro de Apocalipse também apresenta a Grande Tribulação sobre essa base. A única preparação que temos contra tal eventualidade é o nosso próprio desenvolvimento espiritual. Não há outro modo de nos prepararmos para uma ocorrência assim. «Oh, podemos dizer que estamos prontos, irmão, prontos para o resplendente lar da alma? Quando Jesus vier, para galardoar seus servos, ele nos encontrará preparados, aguardando a volta do Senhor?» (AM E GOOD HEI PARR RAMM WHI Z)

DIMNA

No hebraico, **"esterco".** Esse era o nome de uma cidade do território de Zebulom, dado aos levitas da família de Merari (Jos. 21:35). Visto que esse nome não aparece na lista de Josué 19:10,16, é possível que seja a mesma cidade chamada Rimono (I Crô. 6:77). Ver também Jos. 19:13. O local moderno chama-se Rumaneh.

DIMOM

No hebraico, «leito de rio». As «águas de Dimom» são mencionadas no território moabita, a leste do mar Morto (Isa. 15:9). Muitos estudiosos identificam-na com a Dibom referida em Isaías 15:2 e Jeremias 48:22. O oráculo de Isaías contra Moabe menciona esse lugar. A forma «Dimona» pode ter sido um erro escribal em lugar de «Dibom». Essa cidade tem sido identificada com a Khirbet Dimneh, perto da 'ain el-Megheisil.

DIMONA

Provavelmente uma forma variante de Dimom (que vide). Isso posto, as Escrituras falam sobre Dimom, Dimona e Dibom, como três nomes da mesma localidade. É possível que esses nomes lhe tenham sido aplicados em diferentes períodos históricos. A cidade ficava próxima da fronteira com Edom. Terminado o exílio babilônico, os judeus a reocuparam. Mas, a sua localização exata é desconhecida atualmente.

DINÁ

No hebraico, «julgada» ou «vingada». Filha de Jacó e Lia (Gên. 30:21), e, portanto, irmã de pai e mãe de Simeão, Levi, Rúben, Judá e Issacar. A história de Diná é um daqueles incríveis relatos do Antigo Testamento que demonstram a loucura dos atos e das paixões humanas.

Quando Jacó estava acampado nas vizinhanças de Siquém, Diná foi seduzida e violentada por um homem chamado Siquém, filho de Hamor, o chefe eveu da cidade. Siquém resolveu corrigir o erro cometido, e pediu Diná em casamento. Isso pode ter sido inspirado por amor à jovem, ou por temer o que lhe poderia acontecer, se ele não quisesse fazer justiça. Mas os irmãos de Diná, Simeão e Levi, só quiseram consentir com o casamento se, além do dote a ser pago a Jacó, todos os habitantes homens da cidade se submetessem à circuncisão (o que, presumivelmente, os transformaria em israelitas, tornando viável o matrimônio). Porém, tudo não passava de um plano ardiloso da parte dos filhos de Jacó; pois, no terceiro dia após a operação da circuncisão, quando as dores dos circuncidados estavam em seu ponto máximo, Simeão e Levi (juntamente com tropas armadas?) atacaram a cidade e mataram a todos os habitantes. Ver Gênesis 34. O próprio Jacó lamentou e repeliu o ato (Gên. 34:25-31). Diná voltou à casa paterna (Gên. 34), e permaneceu solteira, com toda a probabilidade. Em c. 1950 A.C., foi levada com seu pai para o Egito (Gên. 46:15).

As referências literárias mostram-nos que, na época, nas culturas envolvidas, uma ofensa contra a irmã de um homem era considerada questão seriíssima. Se ela fosse solteira, os irmãos dela (mais do que seu próprio pai) estavam na obrigação de vingar o erro. Se ela fosse casada, então, mais do que o próprio marido, os seus irmãos estavam na obrigação de tirar vingança.

DINABÁ

No hebraico, «covil de ladrões». Nome de uma cidade de Edom (Gên. 36:12; I Crô. 1:43), capital de Bela, e de um filho de Beor, rei de Edom, antes da formação da monarquia de Israel. O local é atualmente desconhecido. Acerca dessa cidade, só encontramos essas duas referências bíblicas.

DINAÍTAS

Nome de uma tribo que se opôs à reconstrução do templo de Jerusalém, terminado o exílio babilônico. O adjetivo só ocorre em Esdras 4:9. Eram colonos que tinham sido trazidos à cidade de Samaria, pelo monarca assírio, Asnapar, quando dali foram exiladas as tribos de Israel. Essa gente permaneceu no território de Israel após o domínio dos persas na região, juntamente com outros povos, como os afarsaquitas, tarpelitas, afaristas, arquevitas, babilônios, susanquitas, deavitas, elamitas e outros. É possível que os dinaítas fossem descendentes de armênios, que os assírios conheciam como *dayani.*

DINHEIRO

Declaração Introdutórias

Surge a necessidade de dinheiro quando o sistema de produção e de comércio desenvolve-se de tal modo que cessa a utilidade de escambo — troca de mercadorias—ou quando se torna difícil determinar os valores correspondentes dos produtos a serem trocados entre si. Quanto mais complexa for a produção de uma nação, maior necessidade haverá de alguma espécie de unidade monetária comum que sirva de meio de pagamento de salários e de meio de comprar e vender produtos. Desde que essa necessidade surgiu, os homens voltaram-se para os metais preciosos como meio de prover a unidade básica de valores. Mas, na antiguidade, o dinheiro podia ter a forma de moedas ou não. Não obstante, mesmo após a introdução do dinheiro, continuaram sendo usadas certas mercadorias básicas que serviam no comércio e no pagamento de salários e dívidas. Esses itens incluíam metais e pedras preciosas, madeiras, vinho, mel, gado e alimentos básicos, como os cereais. Assim, as riquezas de Abraão foram calculadas em termos de gado, de prata e de ouro.

Esboço:

I. Dinheiro Não-Cunhado
II. Alusões Bíblicas ao Dinheiro
III. Dinheiro sob a Forma de Moedas
  1. Moedas judias
  2. Moedas gregas
  3. Moedas romanas

I. Dinheiro Não-Cunhado

Metais preciosos, usados como dinheiro, foram usados antes da invenção das moedas. A arqueologia tem demonstrado que os egípcios usavam ouro ou prata em forma de argolas, como dinheiro. Mas,

não sabemos dizer se essas peças de metal eram identificadas — por alguma marca governamental — ou não. Certamente, os valores eram determinados pela pureza do metal e pelo peso das peças. Os egípcios também usavam o cobre com essa finalidade. Essa prática prosseguiu até a época dos monarcas ptolomeus, só tendo terminado quando os gregos começaram a cunhar moedas.

Visto que a prata era o metal precioso mais comum da Palestina (o que também ocorria na Assíria e na Babilônia), esse era o metal mais freqüentemente usado como dinheiro. Algumas vezes, os metais preciosos eram usados no fabrico de jóias de pesos específicos, itens esses que então eram usados como dinheiro. Abraão presenteou Rebeca com um anel de ouro com o peso de meio siclo, bem como braceletes de dez siclos (Gên. 24:22), o que representava um considerável valor. O ouro era fundido sob a forma de barras ou cunhas (no hebraico, «línguas»). Algumas vezes, essas barras eram marcadas, identificando-as com algum lugar específico, como o «ouro de Ofir» (Isa. 13:12). Tanto o ouro quanto a prata eram fundidos no formato de lingotes, de vasos, ou de pequenos fragmentos de vários formatos e pesos. Foi recebendo dinheiro dessa forma que José aumentou as rendas do governo egípcio (Gên. 47:14). O cobre, por ser de menor valor que o ouro ou a prata, era fundido em forma de discos circulares, chamados *kikkar* (círculo), palavra associada ao termo assírio *kakkaru.* O dinheiro de maior peso que se conhecia na antiguidade era aquele feito de cobre.

II. Alusões Bíblicas ao Dinheiro

No Antigo Testamento. Já vimos como diversos metais eram fundidos sob vários formatos. A prata era pesada pelos patriarcas (sem importar a forma que tivesse), a fim de comprarem cereais (Gên. 42:25 *ss*; 43:15 *ss*; 44:1 *ss*). A compra de um lugar de sepulcro, em Efrom (Gên. 23:3,9,16) parece ter envolvido algum tipo de dinheiro corrente. Outro tanto é sugerido em Gênesis 33:18,19. As «peças de dinheiro», ali referidas, parecem indicar peças de metal em vários formatos, ou então algum tipo antigo de moedas. Os intérpretes não têm conseguido determinar a natureza exata desse tipo de dinheiro. Os informes que envolvem José, no Egito, mostram que ele conhecia formas de dinheiro usadas no intercâmbio. Ver Gên. 43:21; 47:13-16. A legislação mosaica estipulava o *siclo* de prata como o preço a ser pago em resgate por um israelita do sexo masculino (Êxo. 30:13 ss), bem como por compensações e multas (Êxo. 21:23; Lev. 5:15; Deut. 22:19,20). Havia - o meio siclo - ou «beca» (Êxodo 38.26) e também o «quarto siclo de prata» (I Samuel 9:8). O *siclo* era um peso de prata, com vinte *geras,* embora desconheça-se o formato exato do siclo. Essa unidade monetária estava alicerçada sobre uma medida fenícia mais antiga; mas, nos tempos pós-exílicos era mais pesada do que aquela empregada na Babilônia.

Somas mais elevadas eram calculadas em termos de *talentos,* o que, no hebraico, significa «coisa redonda», talvez referindo-se à prata em forma de argolas ou massas arredondadas, com o peso de três mil siclos. O máximo que temos podido descobrir sobre o peso do siclo, uma medida semítica comum, é que esse peso variava consideravelmente de século para século e de lugar para lugar. Por conseguinte, é impossível relacionar esse peso ao nosso sistema métrico decimal. Algumas descobertas demonstram, entretanto, uma média de cerca de 11,38 mg. Ver o artigo separado sobre *Pesos e Medidas.*

Sumário das Evidências do Antigo Testamento. Na remota antiguidade, certas mercadorias eram usadas como dinheiro, embora desde bem cedo (como a época dos patriarcas) tivessem começado a ser usados metais de vários tipos, formas e pesos. Desde os dias de Abraão, a prata vem sendo usada como dinheiro, e a arqueologia tem mostrado que isso também ocorria no Egito e na terra de Canaã. É possível que houvesse alguma forma de padronização, visto que o dinheiro do Egito e da terra de Canaã são mencionados juntamente. Havia alguma espécie de intercâmbio, porquanto se sabe que o dinheiro em argolas dos egípcios era bastante parecido com o dinheiro usado pelos celtas. É possível que comerciantes fenícios tenham ajudado a impor essa circunstância por todo o mundo civilizado de então.

No Novo Testamento. Havia quatro tipos de dinheiro em circulação na Palestina, no século I D.C., a saber: 1. dinheiro em forma de moedas, dinheiro romano, cunhado em Roma. 2. Moedas principais cunhadas em Antioquia e em Tiro, que representavam, essencialmente, os padrões antigos das moedas gregas. Esse tipo de dinheiro corria livremente na Palestina e na Ásia Menor. 3. O dinheiro local dos judeus, provavelmente cunhado em Cesaréia. 4. Certas cidades e reis vassalos recebiam o direito de cunhar suas próprias moedas, usualmente feitas de bronze. Havendo tantos tipos de dinheiro em circulação, tornava-se necessária a profissão dos cambistas. Esses cambistas armavam suas mesas, em Jerusalém, no átrio *dos gentios do templo;* e, naturalmente, havendo tanto dinheiro em circulação, campeava a desonestidade. Jesus expulsou do templo os cambistas por motivos morais (e não políticos) (João 2:15; Mat. 21:12; Mar. 11:15; Luc. 19:45 ss).

Em consonância com os antigos costumes, os metais mais freqüentemente usados no fabrico de moedas eram o ouro, a prata e o cobre, mas também havia moedas de bronze ou latão (no grego, *chalkós*) (Mat. 10:9; Mar. 6:8). Esse último metal era usado em moedas de menor valor, como o *leptón* dos judeus. A prata era largamente empregada, tal como nos tempos mais antigos, pelo que o termo grego para «prata», *argúrion*, veio a ser empregado para designar o dinheiro em geral.

As moedas de prata do Novo Testamento são a tetradracma ática (também chamada estáter), o denário romano, e o didracma. O vocábulo grego chrusós, «ouro», usualmente refere-se ao próprio metal, mas também indica, ocasionalmente, uma moeda de ouro, como em Mat. 10:9; Atos 3:6; Tia. 5:3. O *aureus* romano valia vinte e cinco *denários,* e era, como seu nome mesmo indica, uma moeda de ouro. O cobre era usado para fazer o *quadrante,* que valia uma décima sexta parte do denário de prata, e era a menor moeda romana em circulação, da mesma forma que o *leptón* era a menor moeda judaica. O vocábulo grego *chrema* era usado para referir-se às riquezas em forma de propriedades, ou em forma de dinheiro em geral (Atos 4:37; 8:18,20; 24:26). O termo grego *kerma* era usado para designar pequenos trocos (João 2:15). Vem do termo grego *keiro, cortar,* ou seja, fazer pequenas peças de alguma coisa, como moedas de pouco valor. Quanto a detalhes, ver as descrições sobre as *moedas,* abaixo.

III. Dinheiro Sob a Forma de Moedas

É fácil perceber como as moedas surgiram, depois que os metais começaram a ser usados como padrões de peso e valor. Algumas moedas tinham marcas identificadoras, referindo-se a alguma região, país ou rei em particular. Visto que o transporte de barras e peças de metal, em sacolas, não era uma tarefa agradável, tornou-se conveniente fazer pequenas peças de metal, com inscrições. Sabemos que Senaqueribe (cerca de 701 A.C.) contava com um processo que se assemelhava à cunhagem de moedas, embora talvez ali ainda não se cunhassem verdadeiras moedas. O dinheiro em forma de moedas aparentemente foi inventado pelos lídios da Anatólia. A Anatólia é uma península montanhosa que compreende a porção mais ocidental da Ásia, e quase a totalidade da moderna Turquia. Esse nome tem sido usado como sinônimo da Ásia Menor. Heródoto refere-se especificamente ao fato de que Creso, da Lídia (562-546 A.C.), foi quem introduziu as moedas (i.94). Suas moedas de ouro eram chamadas croesides. Mas outros estudiosos, apesar de admitirem que as moedas surgiram então, naquela região do mundo, fazem a questão retroceder até o século VII A.C. Seja como for, a prática popularizou-se desde que apareceu, e não demorou muito para que o dinheiro, na forma de moedas, fosse abundante por todo o mundo ao derredor do mar Egeu. Ciro, o Grande, que derrotou o riquíssimo Creso, bem como Sárdis, a sua capital (em cerca de 546 A.C.), introduziu as moedas no império persa, por ele fundado. Dario, o Grande (522-486 A.C.) muito se utilizou de moedas no comércio de seu império. A cunhagem de moedas era uma prática tão simples, e tão útil. É

provável que os brilhantes gregos, que não foram os inventores do sistema de moedas, uma vez que tomaram conhecimento dessa prática, tivessem ficado boquiabertos porque não haviam pensado antes na idéia. A moeda persa chamada *darico* derivava o nome do imperador, Dario. Era uma espessa moeda de ouro com a efígie do monarca, ajoelhado e armado com arco e flecha. Havia uma marca perfurada no reverso da moeda. Pesava 130 gramas. O siclo persa pesava 85,5 gramas.

1. Moedas Judias. Antíoco VII concedeu a Israel o direito de cunhar as suas próprias moedas (140 A.C.), segundo se lê em I Macabeus 15:6. As moedas dos judeus eram cunhadas em bronze, em contraste com as moedas de prata dos vizinhos de Israel. Moedas de cobre foram cunhadas pelas familias asmoneana e herodiana (cerca de 140 A.C.). As moedas judias evitavam a figura humana, para que não houvesse o risco de desobedecer ao mandamento contra a idolatria. Os judeus, em suas moedas, preferiam gravuras de objetos inanimados, como plantas, etc. As moedas cunhadas por Herodes, entretanto, faziam exceção ao costume, retratando a efígie de governantes.

Os judeus cunharam moedas de prata durante o tempo da primeira revolta contra os romanos (66-70 D.C.), com diversos valores. As destruições feitas pelos romanos furtaram aos judeus as minas de metais, pelo que cessou a cunhagem de moedas na Judéia. A única moeda judaica mencionada no Novo Testamento é o leptón (Mar. 12:42; Luc. 12:59; 21:2), que nossa versão portuguesa traduz por «centavo», em Luc. 12:50, ao passo que nas outras duas referências só fala em pequenas moedas. Essa palavra vem do grego *leptós,* «pequeno» ou «fino». De fato, em Lucas 12:59 é mencionada como a menor moeda imaginável. Valia cerca de meio *quadrante* romano. Eram necessários sessenta e quatro quadrantes para formar um denário, o que significa que um denário valia cento e vinte e oito leptas. O denário correspondia ao salário de um dia de um trabalhador do campo, o que significa que um trabalhador desses ganhava cerca de 128 lepta pelo trabalho de um dia inteiro, o que mostra o minúsculo valor de um *leptón.*

2. Moedas Gregas. A unidade básica desse sistema, era a **dracma** de prata. A **mna** valia cem dracmas. O talento valia seis mil *mnas.* Não há como determinar o valor correspondente da dracma grega com o dinheiro moderno. Mas sabemos que, em cerca de 300 A.C., uma dracma era o valor de uma ovelha, e que um boi custava cerca de cinco dracmas (Demétrio Falereus), pelo que a moeda tinha considerável poder de compra na época. A didracma (duas dracmas) era usada como moeda do imposto anual do templo de Jerusalém (Mat. 17:24), um regulamento derivado do dinheiro prescrito para a expiação, em Êxodo 30:11-16. Se a moeda tivesse retido o seu primitivo valor, então o holocausto de duas ovelhas anuais era o sacrifício oferecido pelas pessoas mais pobres. Após a destruição de Jerusalém, em 70 D.C., esse dinheiro foi encaminhado ao tesouro romano, segundo lemos em Josefo (*Guerras* 7:6,6), o que deve ter sido bem amargo para os judeus.

O *estáter* era uma moeda de prata que valia quatro dracmas. Ela é mencionada em Mat. 17:27, no relato sobre como Jesus pagou a taxa do tempio, por si mesmo e por Pedro. Essa moeda era cunhada em Antioquia, em Cesaréia, na Capadócia e em Tiro. Foi Pompeu quem fixou o valor do estáter em quatro denários (65 D.C.), o que significa que a dracma e o denário terminaram por ter exatamente o mesmo valor. É bem provável que as moedas recebidas por Judas Iscariotes, em pagamento por sua traição, tenham sido estáteres. Nesse caso, ele recebeu o valor de cerca de cento e trinta denários, embora alguns pensem que, naquele tempo, a moeda valia ainda apenas três, e não quatro denários. Seja como for, supondo-se que ele recebeu um valor equivalente a cento e trinta denários, o pagamento pela traição equivaleu cerca de quatro a cinco meses de labor, ao nlvel dos trabalhadores das fazendas. Essa era uma quantia tentadora para um homem ganancioso como Judas, mas absolutamente ridícula para o imenso serviço que ele prestou às autoridades religiosas dos judeus. Não é surpreendente que Judas logo se tenha enchido de remorsos, depois que foi atingido por pensamentos mais sóbrios. Ver Mat. 26:15.

A moeda grega *mna* (mina) é mencionada no trecho paralelo de Lucas 19:11-27.

O *talento* era uma unidade monetária, e não uma moeda. Seu valor variava de acordo com o metal envolvido. Em Mateus 18:24, o termo é usado para indicar uma imensa soma em dinheiro. Valia 240 aurei romanos (ver acima), ou seja, cerca de seis mil denários, visto que o aureus valia vinte e cinco denários. Um trabalhador de fazenda, portanto, precisaria trabalhar por cerca de vinte anos para ganhar todo aquele dinheiro

3. Moedas Romanas. A unidade básica do dinheiro romano era o denário de prata, que valia o salário de um trabalhador do campo, e mais do que o salário diário de um soldado romano. A moeda de maior valor era *o aureus,* que valia vinte e cinco denários. Seu peso, fixado por Júlio César, em 49 A.C., era de cerca de 125,3 gramas. Mas, na época de Nero, já havia sido depreciado para 115 gramas.

O *quadrante* (no grego, *kodrantes*) era a menor moeda romana, valendo duas *leptas* judias, um quarto de um *asse* e 1/64 avos de um denário. Um trabalhador de fazenda ganhava cerca de 64 quadrantes por dia. Horácio (*Sátiras* ii.3.93) e Juvenal (viii.8) referiram-se ao quadrante como a menor moeda romana. O trecho de Marcos 12:42 informa-nos que essa moeda valia duas *leptas.*

O *asse* de cobre (no grego, *assárion*; Mat. 10:29 e Luc. 12:6) valia a décima sexta parte do denário de prata. É mencionado nessas duas referências como o preço de dois pardais.

O *denário* era a moeda básica. Era assim chamada porque, no começo, valia dez asses de cobre: deni = dez a cada vez. Porém, a partir de 217 A.C. em diante, veio a valer dezesseis asses. Com base na parábola de Mat. 20:1-16, torna-se claro que era o salário pago pelo trabalho diário de um trabalhador comum. O bom samaritano deu ao dono da hospedaria dois denários. Em Apocalipse 6:6, uma medida de trigo e três medidas de cevada são avaliadas em um denário, mas isso corresponderá aos preços em um periodo de grande escassez. Na época da produção do Apocalipse, o denário era uma moeda que estampava a efigie do imperador Tibério, cercado de louros; no reverso havia a efígie de sua mãe, Livia, fazendo o papel da Paz, segurando um ramo e um cetro. Os mais antigos espécimes que temos dessa moeda pertencem ao século II A.C. Cerca de oitenta e quatro dessas moedas podiam ser cunhadas com base em meio quilograma de metal, o que significa que ela pesava cerca de seis miligramas. Nero depreciou essa moeda, tornando-a mais leve, de tal modo que, em seu tempo, faziam-se noventa e seis moedas com a mesma quantidade de metal, meio quilograma.

O *aureus* era o denário de ouro. Foi moeda introduzida por Júlio César como parte de suas reformas financeiras, no ano de 49 A.C. Valia vinte e cinco denários. Josefo (*Antiq.* 14:8,5) a menciona — embora não apareça a palavra *aureus,* propriamente dita, nas páginas do Novo Testamento. Alguns estudiosos pensam que se trata da moeda de ouro que parece ser mencionada em Mateus 10:9.

DIREITO DE PRIMOGENITURA

No hebráico, **bekorah,** «condição de primogênito», um termo que denota os direitos e privilégios dos filhos promogênitos entre os hebreus. No hebraico a palavra figura por onze vezes (por exemplo: Gên. 25:31-34,36; I Crô. 5:1,2). No grego temos o termo *prototókia,* «direito de primogênitos», vocábulo que figura como substantivo abstrato somente em Heb. 12:16, embora a palavra «primogênito» (no grego, *protótokos*) figure por oito vezes, desde Luc. 2:7 até Apo. 1:5. Entre os hebreus os direitos e privilégios dos primogênitos podem ser sumariados nos seguintes pontos:

1. O direito de ser o sacerdote da família, pois na sociedade hebréia antiga, cada família tinha seu sacerdote. Rúben era o primogênito de Jacó, mas perdeu sua primogenitura por motivo de seu incesto com Bila (Gên. 49:3,4), direito esse que terminou com o quarto filho daquele patriarca, Levi, porque seus descendentes tornaran-se substitutos

de todos os filhos primogênitos do povo de Israel(Núm. 3:12,13; 8:18; I Crô. 5:1). Mesmo assim, os primogênitos só tinham o direito de chegar ao sacerdócio se fossem sem defeito físico, o que envolvia implicações morais e espirituais.

2. Os costumes antigos determinavam que o nome e os títulos de propriedade das famílias seriam transmitidos através dos filhos mais velhos de cada casal. Contudo, a idade não era o único fator considarado. A apropriação do direito de primogenitura por parte de Jacó, o qual pertencia a Esaú, mediante o que Jacó herdou o pacto e deu prosseguimento à linhagem de Abraão, envolve o primeiro uso importante do termo (Gen. 25:28-34).

3. *A dupla porção.* O filho primogênito recebia uma porção dupla da erança deixada pelo pai da família. Provavelmente isso significava que um filho primogênito recebia duas vezes mais do que qualquer um de seus irmãos, e não que ele ficasse com metade da erança paterna,sendo a outra metade dividida pelos demais irmãos.

4. *Autoridade oficial.* O filho mais velho sucedia a seu pai como patriarca da família, como principal autoridade entre os menbros das mesmas.

5. *No Novo Testamento.* No novo pacto, a primogenitura envolve o Senhor Jesus e os crentes, a saber: *C Senhor Jesus.* a. Ele era o filho primogênito de Maria (Mat. 1:25; Luc. 2:7). b. Ele é o primogênito do grupo das almas remidas (Rom.8:29; Heb. 1:6). Isso faz dele o filho de Deus e Irmão mais velho de todos os remidos, os quais, mediante a regeneração, — finalmente, haverão de tornar-se participantes da natureza metafísica de Cristo (II Cor. 3:18) e, por conseguinte, da natureza divina(II Ped. 1:3). Isso ocorrerá quando a glorificação, atrvés da ressureição de nossos corpos. «...gememos em nosso íntimo, aguardando a adoção de filhos, a redenção do nosso corpo» (Rom. 8:23). c. Cristo tornou-se o primogênito de toda a criação (Col. 1:15), umm título que destaca sua autoridade sobre toda a criação, visto que essa é considerada sob o ângulo de um relacionamento doméstico. *Os crentes.* Eles são chamados «primogênitos», em Hebreus 12:23, pelos seguintes motivos: a. Eles são privilegiados acima de outros homens. b. Na qualidade de primogênitos, por assim dizer aguardam o nascimento espiritual de outros, para que também se tornem membros da família divina. E talvez também esteja em foco o direito sacerdotal que fazia parte dos privilégios dos primogênitos (Apo. 1:16; 5:10; 20:6). Ver os comentários sobre esses vários versículos no NTI, quanto a maiores detalhes. (ID ND NTI)

DIREITOS, IMPOSTOS

Há várias palavras hebraicas e gregas envolvidas na idéia de taxação ou cobrança de impostos. Uma palavra hebraica indica uma taxa ou tributo pago sob a forma de cativos, escravos, dinheiro, produtos agrícolas, etc., que uma nação conquistadora impunha a povos conquistados. Uma outra palavra hebraica aponta para os impostos cobrados sobre bens importados, sendo uma taxa alfandegária, por conseguinte. Uma terceira palavra hebraica, derivada do verbo que significa «andar» (ver Esd. 4:13,20; 7:24), é traduzida em nossa versão portuguesa por «pedágio». Ainda há uma quarta palavra hebraica que indica labor forçado da parte de algum povo cativo, conforme Israel impôs às cidades cananéias conquistadas, uma das mais antigas formas de taxação (ver Deu. 20:11). Uma quinta palavra hebraica indica uma taxa ou tributo que um governo cobrava de outro, geralmente por meio de algum tratado (ver Núm. 31:37). Uma sexta palavra hebraica aponta para uma multa ou castigo que assumia a forma de um tributo ou de despojos de guerra (ver II Reis 23:33). Uma sétima palavra hebraica indica um tributo ou taxa cobrada de um poder estrangeiro (ver II Crô. 17:11). Uma oitava palavra hebraica aponta para a avaliação do preço de um terreno, com finalidade de taxação, conforme Jeoaquim avaliou sua terra a fim de pagar taxas a Faraó Neco (ver II Reis 23:35). Os termos gregos usados nesse campo da taxação, no Novo Testamento, são cinco: a. *kensos*, que era um imposto predial, sob a forma de um moeda (ver Mat. 22:17,19; Mar. 12:14). b. *télos*, uma taxa alfandegária ou dever (ver Mat. 17:25; Rom. 13:7). Uma forma variante da palavra, *telones*, é traduzida por «publicano», no Novo Testamento. c. *phóros*, que indica tributos pagos sob produtos agrícolas e outros (ver Luc. 20:22,23; Rom. 13:7). d. *dídrachmon*, uma moeda grega de duas dracmas, de valor idêntico à moeda judaica de meio siclo, que os judeus chamavam de «taxa do templo» (ver Mat. 17:24-27). e. *apographé*, que era um registro ou inventário das possessões materiais de uma pessoa, para efeito de taxação, ou então o recenseamento ou registro de indivíduos, a fim de que lhes fosse cobrado um imposto. Em Luc. 2:2, José e Maria foram a Belém, a fim de serem «alistados» ou «registrados» com essa finalidade. (Cf. II Reis 15:20; II Crô. 8:8; Esd. 6:8; Nee. 5:4; Luc. 23:2). Essa taxação incidia sobre dinheiro, mercadorias, produtos agrícolas, gado ou possessões materiais similares, que um governo impunha para custear serviços ou propósitos específicos, ou como tributo posto sobre outros governos e seus cidadãos, usualmente em alguma proporção ao valor calculado ou quantia em dinheiro ou valor das propriedades. Na antigüidade, havia um tipo especial de taxação sob a forma de tributo, que um governo ou chefe exigia de outro, após havê-lo derrotado em combate, tendo em vista certos privilégios. As organizações eclesiásticas, como se via na religião judaica, também cobravam impostos para sustento da causa religiosa.

Governos e povos de todas as civilizações, antigas e modernas, têm conhecido a prática da cobrança de impostos e o pagamento por direitos. A grosso modo, os métodos, tipos de taxação e as atitudes para com a cobrança de impostos não têm mudado em nada através dos séculos. Com base na extensa lista de palavras usadas para indicar taxas e tributos na Bíblia, pode-se ver que o antigo povo de Deus estava bem familiarizado com a questão. Na Bíblia, uma das primeiras referências à taxação ocorre no Egito, durante os sete anos de abundância, quando José foi autorizado por Faraó a recolher uma larga proporção do cereal, guardando-a para os anos de escassez, que logo chegariam (ver Gên. 41:25-57). A taxa de recolhimento deve ter sido alta, porque lemos: «Assim ajuntou José muitíssimo cereal, como a areia do mar, até perder a conta, porque ia além das medidas» (Gên. 41:49). Isso pôde ser feito no Egito porque ali Faraó era o senhor absoluto e proprietário de todas as terras (ver Gên. 41:44). O rei Davi impôs uma outra forma de taxação, sob a forma de tributos cobrados de nações e governantes que ele derrotava em batalha, como os filisteus, os moabitas e os idumeus. (Ver II Sam. 8:1-15).

O trabalho forçado por parte de cativos era uma outra forma de taxação ou tributo, conforme Salomão usou na construção do templo de Jerusalém. (Ver I Reis 9:15-23). De acordo com I Reis 4:7, Salomão deve ter introduzido em seu próprio reino uma forma de taxação. Até onde se sabe, essa foi a primeira vez em que o povo de Israel teve que pagar impostos, pois antes dessa ocasião, o governo custeava suas despesas com despojos e cativos da guerra. Salomão também cobrava taxas dos negociantes e das caravanas (ver I Reis 10:14).

Israel e Judá, com freqüência, foram forçados a pagar taxas ou tributos a países inimigos ao redor deles, quando por eles eram conquistados — os assírios, os egípcios, os babilônios e os persas (ver II Reis 18:13 *ss*). O Egito cobrou de Judá um pesado tributo, e Jeoaquim teve de oprimir seu povo para saldar o compromisso (ver II Reis 23:33). Os persas introduziram um método de taxação que se tornou largamente usado na história posterior: o governante provincial de alguma nação conquistada era forçado a pagar certa quantia anual ao poder ocupante, quantia essa que era requerida do povo da província, de várias maneiras (cf. Esd. 4:13). É possível que o começo da isenção de impostos, com propósitos religiosos, tenha começado na época de Esdras: «...vos fazemos saber acerca de todos os sacerdotes e levitas, cantores, porteiros, de todos os que servem nesta casa de Deus, que não será lícito impor-lhes nem direitos, nem impostos, nem pedágios» (Esd. 7:24). Os persas também cobravam pesados impostos nos dias de Neemias. Queixou-se ele de que os governadores antes dele «...oprimiram o povo, e lhes tomaram pão e vinho, além de quarenta siclos de prata...» (Nee. 5:1-15). A taxação era comumente conhecida pelo nome de «pão do governador».

Nos tempos helenistas, começou a ser usado o sistema familiar de «taxação sobre as atividades agrícolas», entregue a quem oferecesse mais vantagens, e que contava com o poder do exército a escudá-lo, a fim de coletar todo o tipo de impostos. Durante a *dominação grega,* segundo se diz, ricos e poderosos negociantes reuniam-se anualmente em Alexandria para disputar pelo direito de cobrar impostos de sua própria gente. Esse sistema produzia lucros exorbitantes, porque o coletor de impostos podia embolsar tudo quanto pudesse recolher além da quantia exigida pelo governo. Algumas vezes, o dinheiro assim recolhido era inacreditável. Sob os selêucidas, o governo requeria um terço do cereal produzido, metade das frutas e uma porção dos próprios impostos cobrados no templo. Pompeu, de Roma, cobrou pesados impostos da província judaica. Outro tanto fez Júlio César, embora tivesse isentado os judeus de pagarem impostos nos anos sabáticos.

Nos tempos do Novo Testamento, sob Herodes, o Grande, havia cobrança de impostos sobre os habitantes da Palestina relativamente a quase tudo, especialmente nos campos (ver Josefo, *Anti.* 15:10). Nos dias dos procuradores romanos da Palestina, a cobrança de impostos era entregue a quem oferecesse as melhores vantagens, sistema esse que, finalmente, foi adotado quanto ao império romano inteiro. As variedades de impostos aumentaram em número de tal modo que os pobres se sentiram pesadamente oprimidos. Havia impostos sobre as terras e as propriedades, o tributo (Mat. 22:17), impostos sobre exportações e importações, nos portos marítimos e nas portas das cidades, uma taxa sobre a colheita (uma décima parte da safra de cereais e uma quinta parte do vinho, das frutas e do azeite), imposto de um por cento sobre a renda anual de cada indivíduo, impostos sobre o uso das estradas, sobre a entrada em certas cidades, sobre os animais de carga, sobre os veículos, sobre as vendas, sobre o comércio da escravatura, sobre a transferência de propriedades e até mesmo taxas emergenciais!

É verdade que sob o governo dos romanos, os povos recebiam os benefícios da lei e da boa ordem em terra e no mar, boas estradas, edifícios públicos, mercados, estádios, banhos, teatros, etc., embora as províncias fossem sangradas quase até a morte, nesse processo. Além de todos esses impostos, dos judeus requeria-se que pagassem a taxa do templo—meio siclo anualmente, que o trecho de Mateus 17:24 chama de «o imposto das duas dracmas». Todo judeu de vinte anos de idade para cima, ao redor do mundo, pagava esse imposto, com vistas ao bom funcionamento do santo templo de Jerusalém. (Cf. Êxo. 30:11-16). Depois de Vespasiano, quando o templo foi destruído, no ano 70 D.C., os judeus tiveram de continuar pagando o imposto do templo, apesar deste não mais existir.

Posteriormente, Roma introduziu o sistema de cobrança de impostos através do recenseamento (ver Luc. 2:2). Havia um elevado oficial romano chamado censor. Este procurava cobrar os impostos de maneira menos dispendiosa possível. Ele vendia o direito de cobrar impostos em várias áreas ou distritos a quem pagasse mais alto e estabelecia a cota governamental, dando aos publicanos o direito de fazerem coletas, das quais eles ficavam com certa porcentagem. Os contratos eram estabelecidos pelo período de cinco anos. Esse era o sórdido e opressivo mundo dos impostos no qual operaram homens como Mateus e Zaqueu. Sabia-se que eles enganavam tanto os oficiais do governo quanto os pagantes dos impostos. Deixavam-se subornar pelos ricos, permitindo-lhes pagarem menos impostos (cf. a parábola do mordomo infiel, em Luc. 16:1-9, que teria determinado a certo pagante: «...escreve cinqüenta»). Na Palestina os publicanos ou coletores de impostos formavam exércitos inteiros, e com freqüência a profissão era herdada, passando de pais para filhos, o que formava uma autêntica casta de publicanos. Sob Judas, o Galileu, os judeus rebelaram-se contra essa escravatura de impostos escorchantes, mas os revoltosos foram esmagados pelo tacão do poder romano (ver Atos 5:37). Não é de surpreender, portanto, que os judeus odiassem o sistema dos impostos. Tinham muitas razões para esse ódio: a. Os publicanos enriqueciam às custas de pobres e ricos, igualmente; b. o método do recenseamento e do censor romano requeria que as pessoas fossem à cidade de origem, o que era uma grande inconveniência para todos, segundo lemos a respeito de José e Maria; c. grande parte daquilo que era recolhido seguia para a opulenta cidade de Roma, para ser distribuído entre uma população ociosa, em uma época em que estava abaixo da dignidade de um cidadão romano trabalhar com as próprias mãos; d. além de tantas obrigações, pesava ainda sobre eles o imposto do templo, a cada ano. Os coletores de impostos seguiam aos bandos de aldeia em aldeia, uma vez por ano, a fim de recolherem essas taxas; e, nos países estrangeiros, havia lugares determinados onde essa cobrança era feita.

Não há que duvidar que os antigos sabiam tudo sobre impostos. Os abusos e as indignidades amontoavam-se, esmagando o povo, especialmente das nações conquistadas. As alusões existentes nas Escrituras a taxas, tributos, impostos, publicanos etc., tornam-se mais compreensíveis, vistas contra esse pano de fundo histórico. Alguns têm expressado surpresa diante da atitude de Jesus, o qual, quando confrontado pelo dilema exposto pelos fariseus, sobre a taxação, proferiu aquela familiar declaração: «Dai, pois, a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus» (Mat. 22:15-22). E também diante do fato de que Paulo, que também viveu dentro do império romano, tivesse baixado aquele princípio permanente: «Por esse motivo também pagais tributos: porque são ministros de Deus, atendendo constantemente a este serviço. Pagai a todos o que lhes é devido: a quem tributo, tributo; a quem imposto, imposto; a quem respeito, respeito; a quem honra, honra» (Rom. 13:6,7). Porém, nem Jesus e nem o apóstolo Paulo estavam falando contra o sistema de taxação, mas em favor da honestidade, da justiça e da boa ordem, sob Deus, neste mundo.

DISÃ

Forma alternativa da palavra hebraica **dishon,** «antílope» ou «cabra montês». Esse era o nome do filho caçula do horeu Seir (Gên. 36:21,28,30; I Crô. 1:38,42). Ele viveu em cerca de 1950 A.C. Foi o líder de um clã dos horeus descendentes de Seir, ou então, conforme alguns estudiosos supõem, um filho direto dele. Esse povo finalmente foi expulso do lugar pelos idumeus (Deu. 2:12).

DISOM

Transliteração do termo hebraico que significa «antílope» ou «cabra montês», no dizer de alguns eruditos. Quando está em vista esse animal, a referência é a um animal limpo, que os israelitas podiam usar na sua alimentação (Deu. 14:5). Na LXX o termo é traduzido pela palavra grega *pugargon,* forma líbia da palavra que significa «antílope». Essa palavra é usada como nome próprio de dois homens, nas páginas do Antigo Testamento:

1. O quinto filho de Seir, um dos líderes do clã dos horeus. Suas terras foram tomadas por Esaú e seus descendentes (Gên. 36:21,28,30; I Crô. 1:38,41). Ver também sobre *Disã,* um nome alternativo. Viveu em cerca de 1950 A.C.

2. Um filho de Aná, um chefe horeu. Era neto de Seir. Tinha uma irmã de nome Oolibama, que foi esposa de Esaú (Gên. 36:25; I Crô. 1:41,42). A comparação de Gên. 36:21-30 com I Crô. 1:38-42 dá-nos a impressão de que o Disã mencionado em Gên. 36:28 deveria ter sido grafado sob a forma *Disom,* e seria o mesmo filho de Aná.

DISPENSAÇÃO (DISPENSACIONALISMO)

Esboço:

I. O Termo e Caracterização Geral
II. Variedade de Usos Bíblicos
III. Dispensacionalismo Cronológico
IV. Pontos Fortes e Fracos do Dispensacionalismo
V. Implicações Teológicas
VI. Implicações Éticas

I. O Termo e Caracterização Geral

A palavra «dispensação» vem do latim **dispenso,** que significa «pesar» ou «administrar», como um mordomo. Esse vocábulo tem

sido usado de vários modos, conforme se evidencia no ponto (II). Mas, o uso que mais nos chama a atenção é aquele que, segundo pensam alguns intérpretes, envolve períodos de tempo durante os quais Deus estaria tratando com os homens de maneiras específicas. Essa idéia foi popularizada pela Bíblia Anotada de Scofield (nome da tradução portuguesa da Scofield Reference Bible), e desenvolvida de vários modos por intérpretes posteriores.

O termo grego assim traduzido é *oikonomia,* que ocorre, no Novo Testamento, em I Cor. 9:17; Efé. 1:10; 3:2,9; Col. 1:25; Luc. 16:2-4. Nesta última referência, essa mesma palavra é traduzida por «administração» ou «mordomia», conforme a tradução. Nos melhores textos gregos, em I Tim. 1:4, *oikodomen* é traduzido por «edificação». Portanto, essa palavra é usada no Novo Testamento em dois sentidos diversos. No primeiro sentido, uma administração de qualquer tipo. No segundo sentido, um tipo específico de administração divina que se prolonga por algum período de tempo, de tal modo que aquele período é chamado «dispensação». Os diversos intérpretes pensam poder descobrir um maior ou menor número desses períodos ou dispensações. Scofield descobriu nada menos de *sete* dispensações. O conceito de dispensacionalismo tornou-se um conceito normativo em certos sistemas, como se isso desse ao estudioso da Bíblia a capacidade de dividir corretamente a Palavra de Deus (ver II Tim. 2:15). Muitos outros intérpretes, porém, têm objetado aos abusos desse sistema, ao mesmo tempo em que têm reconhecido algum valor no mesmo. O chamado hiperdispensacionalismo corta o Novo Testamento em pedaços, conferindo à Igreja cristã, como Escrituras autoritárias quanto à doutrina cristã, somente as sete epístolas paulinas chamadas *da prisão.* No entanto, o evangelho de Mateus, por exemplo, foi escrito pelo menos trinta anos depois da eclosão do movimento cristão, que se deu imediatamente após a crucificação e a ressurreição de Jesus. O que não pode ser negado, contudo, é que há uma revelação progressiva dentro do próprio Novo Testamento. Temos de reconhecer que várias doutrinas passaram por um processo de desenvolvimento e desdobramento, tendo havido elaboração e até mesmo, quem sabe, substituição. Mas isso nada tem a ver com a idéia defendida pelo dispensacionalismo. Ver também a secção V deste artigo, *Implicações Teológicas.*

II. Variedade de Usos Bíblicos

1. Uma dispensação apontaria para os *caminhos de Deus, os* métodos através dos quais ele opera e trata com os homens. Todas as passagens bíblicas que abordam o tema TEÍSTA, e que são por demais numerosas para serem alistadas, também abordam esse aspecto do dispensacionalismo. Isso aponta para a presença de Deus, que guia os atos pessoais e os acontecimentos históricos, com suas revelações, intervenções, recompensas, castigos e instruções.

2. Uma dispensação aponta para as provisões divinas quanto à própria natureza, sustentando-a e guiando-a (Rom. 8:17 ss; 11:36; Col. 1:16).

3. Essa idéia destaca o conceito de *mordomia,* quando emprega a palavra gr. *oikonomia,* que às vezes é traduzida por «dispensação». Ver Luc. 16:2-4.

4. Uma dispensação também pode ser uma *missão* especial conferida a alguém dentro da obra do evangelho (Col. 1:25). Uma mordomia torna-se uma missão divina que alguém precisa cumprir. Todos os homens, em certo sentido, finalmente terão de participar nisso, porquanto cada indivíduo tem um destino distinto. Ver o artigo detalhado sobre *Novo Nome* e *Pedra Branca,* — e Apocalipse 2:17.

5. *Dispensações cronológicas.* Ver abaixo, na seção III.

6. *Dispensações eclesiásticas.* Ver o artigo separado sob o título *Dispensação Eclesiástica.*

III. Dispensacionalismo Cronológico

1. *A Teologia dos Pactos e as Objeções à Mesma.* Ver o artigo separado sobre *Pacto, Teologia do.* Em certo sentido, os teólogos bíblicos podem ser divididos em duas categorias gerais: teólogos dos pactos e teólogos das dispensações. São abordagens alternativas usadas para explicar as operações de Deus refletidas na Bíblia. Alguns intérpretes misturam essas abordagens. Os teólogos dos pactos vêem o pacto da graça (o propósito remidor de Deus relativo ao homem) como o grande princípio orientador das ações divinas, como a idéia que unifica as Escrituras. Nesse contexto, pois, a palavra «dispensação» torna-se uma descrição das maneiras particulares pelas quais Deus manifesta os seus pactos; e, segundo alguns desses intérpretes, isso incluiria épocas distintivas de tais manifestações.

Alguns teólogos dos pactos estão tão presos à sua maneira de estudar a teologia que nem ao menos distinguem entre o Antigo e o Novo Testamentos. A Bíblia inteira seria um grande pacto, e Deus estaria desenvolvendo-o — ao longo das Escrituras —, de Gênesis ao Apocalipse. Esses falam em Antigo e Novo Testamentos, mas não fazem deles dispensações. Um nome que pode ser relembrado quanto a essa posição é Buswell (*Systematic Theology of the Christian Religion*). Outros escritores, como Louis Berkhof, falam em duas dispensações: a Antiga e a Nova. Hodge dá margem a várias dispensações: de Adão a Abraão; de Abraão a Moisés; de Moisés a Cristo; e de Cristo até o fim. Não obstante, em todos esses casos, a nota dominante é a idéia do pacto. As dispensações, para esses sistemas, seriam apenas meios para a concretização dos pactos.

2. *O Conceito de Dispensacionalismo.* Em contraste com isso, outros intérpretes distinguem períodos distintos na maneira de Deus tratar com os homens. Durante esses períodos Deus teria apelado para várias formas de agir. A idéia básica, nesse caso, é que Deus tem tentado vários métodos que não têm sido bem sucedidos. Cada método (ou dispensação) teria sido abandonado totalmente, antes do método seguinte ser experimentado, de tal modo que as *prescrições divinas* para uma dispensação não são válidas na próxima dispensação. Por sua vez, a teologia dos pactos objeta precisamente a essas mudanças radicais nos métodos divinos.

3. *Várias Definições.* «Um período de tempo durante o qual os homens são testados, quanto sua obediência, a alguma revelação específica da vontade de Deus» (C.I. Scofield, Scofield Reference Bible, pág. 5). Scofield referia-se a *sete* dispensações que desdobraremos no ponto 4, abaixo.

«Uma economia distinguível, dentro do desdobramento do plano de Deus» (C.C. Ryrie, *Dispensations Today,* pág. *29).*

«Há várias economias *que* percorrem a Palavra de Deus. Portanto, uma dispensação ou economia é *aquela* ordem particular ou aquelas condições vigentes *que* prevalecem durante alguma era especial, mas *que* não prevalecem, necessariamente, em outras eras» (H.A. Ironside, *In the Heavenlies,* pág. 67).

4. *Vários Arranjos.* Os dispensacionalistas não concordam entre si *quanto ao* número e *à* extensão das dispensações. Damos abaixo exemplos sobre isso:

a. *Pierre Poiret* (1646-1719):

I. Da criação ao dilúvio: infância. II. Do dilúvio a Moisés: meninice. III. De Moisés aos profetas: adolescência. IV. Dos profetas a Cristo: juventude. V. Dispensação da graça: idade adulta à velhice. VI. A Renovação de todas as coisas.

b. *John Edwards* (1639-1716):

I. Inocência: da *queda ao* mundo *antediluviano,* inclusive. II. Noaico e Abraâmico. III. Mosaico. IV. *Cristão.*

c. *Isaac Watts* (1646-1748):

I. Inocência e após a *queda.* II. Noaico *e* Abraâmico. III. Mosaico. IV. *Cristão.*

d. *J.N. Darby* (1800-1882):

I. Paradisíaco ao dilúvio. II. Noé e Abraão. III. Israel sob a lei, o sacerdócio e os reis. IV. Gentios na Igreja: administração do Espírito.

e. *James H. Brookes* (1830-1897):

I. Éden, antediluviano. II. Patriarcal. III. Mosaico. IV. Messiânico. V. Ministério do Espírito. VI. Milenial.

f. *James M. Cray* (1851-1935):

I. Edênico, antediluviano. II. Patriarcal. III. Mosaico. IV. Igreja. V. Milênio. VI. Plenitude dos tempos, eternidade.

g. C.I. *Scofie/d(1843-1921):*

I. Inocência. II. Consciência. III. Governo Humano. IV. Promessa. V. Lei. VI. Graça. VII. Reino

IV. Pontos Fortes e Fracos do Dispensacionalismo

Os pontos fortes são os seguintes:

1. Há uma certa lógica na suposição de que Deus, resolvido a mostrar aos homens que *somente* a missão de Cristo e a dispensação da *graça* são suficientes para satisfazer às necessidades do homem, viesse a fazer uma elaborada demonstração histórica desse fato, mediante uma sucessão de dispensações. As condições impostas nas sucessivas dispensações não foram adequadas. A *consciência,* sem a lei, não bastou para atingir os propósitos de Deus. A *lei,* posta em vigor mediante ameaças e recompensas, também não foi suficiente para isso. Assim, cada dispensação reflete uma espécie de fracasso, que somente a graça foi capaz de vencer adequadamente. Essa idéia concorda com o discernimento de que o propósito de Deus e o ato remidor acompanham, cooperam com e transcendem o processo histórico. Um Deus que faz experiências, com o intuito de ensinar uma grandiosa lição objetiva, é um excelente conceito.

2. As várias dispensações tornam-se uma grande lição objetiva sobre os vários modos possiveis de Deus relacionar-se com os homens, e nós precisamos receber essa lição a fim de podermos entender o que Deus quer de nós.

3. Cada maneira divina de tratar conosco tem seus próprios valores específicos. Parece que a lei contradiz a graça, ao dar a entender que a salvação vem pelo esforço humano. Não obstante, a graça cumpre a lei, dentro da obra do Espirito, que cria em nós todas as virtudes exigidas pela lei. Portanto, há uma interação entre as dispensações, e não apenas a idéia de uma dispensação a substituir a anterior.

4. O dispensacionalismo estabelece *distinções* que precisam ser feitas. Na verdade há diferentes abordagens religiosas, e algumas delas falham completa ou parcialmente. Isso é mais claramente demonstrado nesse sistema das dispensações do que dentro da teologia dos pactos.

5. Uma importante contribuição desse sistema é a sua ênfase sobre o fato de que as revelações divinas não operam do mesmo modo e com a mesma intensidade nos diversos periodos da história da humanidade. A revelação divina se processa de vários modos e com variegado poder. Esse é um ponto que deve ser bem entendido, pois no próprio Novo Testamento, há uma revelação em vários níveis de profundidade. Além disso, podemos ver um progresso gradual na revelação. Pessoalmente, penso que esse processo nunca terminará, mas estender-se-á até mesmo eternidade afora.

6. Em conexão com isso, preciso adicionar minha própria crença, que alguns dispensacionalistas também salientam, a saber, que algumas porções bíblicas, até mesmo dentro do Novo Testamento, ultrapassam a outras, substituindo uma verdade mais profunda por outra menos profunda. Paulo certamente sabia mais a respeito do mistério da Igreja do que os demais apóstolos. Os seus *mistérios* trouxeram à tona novas verdades, que só foram reveladas já bem dentro do periodo do Novo Testamento. Assim, o antigo conceito do julgamento divino mediante o fogo eterno, sem qualquer esperança de mitigação, é um conceito diretamente emprestado das obras pseudepígrafes **(que vide),** por alguns dos autores do Novo Testamento. Essa idéia é substituída pela compreensão de que Cristo ampliou sua missão salvaticia até o próprio hades (ver I Ped. 3:18-4:6), que o julgamento divino será remediai, e não meramente retributivo (I Ped. 4:6), e que todas as coisas aguardam uma restauração final (Efé. 1:10), embora isso não queira dizer que todos serão finalmente salvos; pois a salvação é a possessão dos escolhidos de Deus. Não obstante, de acordo com esse ponto de vista igualmente biblico, mas mais profundo, a missão de Cristo é vista como algo muito maior e poderoso do que a maioria dos crentes evangélicos supõe. O dispensacionalismo nos fornece uma maneira de pensar que pode aceitar esse tipo de revelação progressiva. Isso se aplica até ao próprio Novo Testamento, para nada dizermos sobre as revelações dadas no Antigo Testamento. Tenho levado esse pensamento mais adiante do que a maioria dos dispensacionalistas, contemplando um maior resultado da missão de Cristo do que eles têm antecipado, tomando eu, por empréstimo, idéias discernidoras (segundo creio) dos ramos anglicano e ortodoxo oriental do cristianismo. Após ter compreendido a avançada teologia de algumas passagens do Novo Testamento, posso passar adiante da doutrina do iulgamento divino refletido pelas obras pseudepígrafes. Outro tanto sucede no tocante à própria doutrina da salvação. O simples evangelho do perdão dos pecados e de transferência futura para o céu, uma noção que domina os evangelhos sinópticos, é substituído pelo evangelho paulino dos lugares celestiais, da transformação dos remidos segundo a imagem de Cristo (Rom. 8:29), mediante um longo processo de transformação pelo poder do Espirito (II Cor. 3:18), de tal modo que os remidos virão a compartilhar da própria natureza divina (Col. 2:10 e II Ped. 1:4).

Os pentos fracos do dispensacionalismo são os seguintes:

1. *Há exageros,* como quando Scofield supõe que o Sermão da Montanha nos dá somente os princípios da era do reino, nada tendo a ver com a Igreja. Essa é uma posição absurda. Primeiro, porque o evangelho de Mateus foi escrito para a Igreja cristã, e já bem dentro da era cristã. Segundo, porque o propósito inteiro do registro do material desse sermão foi o de mostrar que, em Cristo, temos um Novo Moisés, que veio substituir o Antigo. O Novo Moisés, o novo Legislador reinterpretou e adicionou à lei mosaica, e o que Ele assim ensinou, fê-lo à Igreja, o Novo Israel, e não meramente a algum reino ainda distante.

2. Podemos mostrar que Deus movimenta-se passando de periodo para periodo, melhorando a maneira dele tratar com os homens, sem termos de dividir as Escrituras em pequenas unidades, para em seguida dizermos: «Esta unidade não é para a Igreja». Todas as unidades destinam-se à Igreja. «Pois tudo quanto outrora foi escrito, para o nosso ensino foi escrito, a fim de que, pela paciência, e pela consolação das Escrituras, tenhamos esperança» (Rom. 15:4). Contudo, o que cada porção das Escrituras tem a dizer não tem igual aplicação, simplesmente porque o processo revelador avança e se aprimora. Não há como fazer distinções capilares, aceitando certos livros e rejeitando outros. O Antigo Testamento tem aplicação à Igreja, embora não da mesma maneira e com a mesma extensão que no caso do Novo Testamento. O Novo Testamento inteiro aplica-se à Igreja; mas, novamente, há avanços ali que ultrapassam antigas maneiras de entender.

3. *Ultradispensacionalismo.* Essa posição também tem o nome de bullingerismo, por causa de E.W. Bullinger. Alguns dispensacionalistas perderam o senso de bom juizo e dividiram o Novo Testamento em minúsculas unidades. Supostamente, apenas as epístolas paulinas da prisão, uma pequena porção do volume do Novo Testamento, são autoritárias para a Igreja. Quando alguém indaga: Então para quem se destina todo o resto do Novo Testamento, que é a sua maior parte? A resposta que nos dão os ultradispensacionalistas é: para os judeus que se converterão durante a Grande Tribulação, e então para a era do reino milenar! De acordo com essa especulação, alguns deles chegam a eliminar o batismo, e mesmo a Ceia do Senhor, como cerimônias da Igreja cristã, porquanto esses ritos não são mencionados naquelas epistolas de Paulo! Isso reduz o cânon autoritário a uma porção realmente minúscula. Naturalmente, é verdade que os evangelhos e o livro de Atos refletem uma primitiva Igreja judaica; e que somente mais tarde há reflexos de uma Igreja verdadeiramente gentílica, cristianizada, paulina. Todo aquele que lê o Novo Testamento pode perceber isso. Porém, é um erro crasso rejeitar arbitrariamente os livros que refletem a Igreja cristã em seus primeiros estágios, dizendo que os mesmos não são autoritários. Mas, apesar da avançada teologia paulina, há muitas verdades que Paulo não revelou. Assim sendo, o trem da revelação não estacou. Nem por isso, entretanto, devo jogar fora as epístolas paulinas, por pensar que a teologia, quanto a alguns aspectos, ultrapassou o que Paulo disse.

4. Sob a seção III. 4. *Vários Arranjos,* mostrei as várias opiniões dos dispensacionalistas acerca das dispensações. Somente James Gray (III.f) tem o discernimento para ver que Efésios 1:10 indica uma dispensação para além do reino. Scofield faz esse texto referir-se às atividades do reino. Aquele versículo, entretanto, leva-nos até o estado eterno, conforme Gray supõe. Ali vemos um processo restaurador sendo levado a efeito, e do qual a Igreja participará (Efé. 1:23). A restauração envolverá todas as coisas, fazendo a missão de Cristo ser conduzida a um admirável e completo sucesso. Ver o artigo sobre a *Restauração,* quanto a detalhes sobre essa idéia. Considero uma fraqueza do dispensacionalismo o fato de que, apesar de sua compreensão sobre a natureza progressiva das operações de Deus, em períodos específicos da história humana, o dispensacionalismo tenha falhado em perceber a maior de todas as dispensações, a última, que envolverá todos os benefícios das dispensações anteriores, em uma só unidade, adicionando assim uma outra dimensão à missão de Cristo, que realizará coisas nunca antes vistas.

V. Implicações Teológicas

Ao longo deste artigo, até este ponto, tenho mencionado essas implicações. Portanto, apresento-as aqui à guisa de sumário:

1. Deus realmente trata com os homens de diferentes maneiras, fazendo com que as maneiras anteriores tomem-se obsoletas. Ver III.2.

2. Cada uma dessas maneiras, — antes da era da graça, teve o propósito de mostrar a absoluta necessidade da graça e da missão de Cristo. Deus nos tem dado uma demonstração histórica desse fato. Ver IV. Pontos Fortes. 1.

3. Cada dispensação tem valor porquanto ilustra como Deus aproxima-se do homem. Ver IV. Pontos Fortes. 3.

4. Distinções teológicas necessárias são estabelecidas, mediante esse conceito. Ver IV. *Pontos Fortes.* 4.

5. Há vários níveis de revelação, os quais vão se tornando progressivamente mais claros e abrangentes, enquanto acompanham o processo histórico. Portanto, falar em termos de infância, meninice, adolescência, idade adulta e idade avançada, demonstra uma certa lógica. Ver III. 4. *Vários Arranjos.* a. *Pierre Poiret,* e também IV. Pontos Fortes. 5.

6. Os conceitos aprofundam-se quando são dadas novas revelações; e essas revelações nos são concedidas em períodos específicos de tempo, através de pessoas específicas. E, mediante esse processo, antigas idéias são ultrapassadas. Penso que o próprio evangelho passou por esse processo, como tambem a doutrina do juízo e da natureza do estado eterno. Ver IV. 6.

VI. Implicações Éticas

Ver o artigo separado sobre *Ética Dispensacional.*

Bibliografia. No próprio corpo do artigo há algumas referências bibliográficas. Além dessas, temos B BAS SAU Z.

DISPERSÃO

Ver sobre **a diáspora.**

DISPERSÃO DE ISRAEL

Ver **Diáspora (Dispersão) de Israel.**

DÍVIDA, DEVEDOR

Várias palavras hebraicas e gregas estão envolvidas neste verbete, a saber:

1. *Mashshaah,* «empréstimo», «juros», «dívida». Palavra hebraica usada somente por duas vezes: Pro. 22:26 e Deu. 24:10.

2. *Neshi,* «dívida», «juros». Termo hebraico empregado por apenas uma vez, a saber, em II Reis 4:7.

3. *Nasha,* «ser usurário». Vocábulo hebraico que ocorre por três vezes: I Sam. 22:2; Nee. 5:7 e Sal. 89:22.

4. *Dáneion,* «empréstimo». Palavra grega usada por apenas uma vez: Mat. 18:27.

5. *Opheilétes,* «devedor». Palavra grega usada por sete vezes: Mat. 6:12; 18:24; Luc. 13:4; Rom. 1:14; 8:12; 15:27; Gál. 5:3.

6. *Opheílo,* «dever». Verbo grego usado por trinta e cinco vezes: Mat. 18:28, 30, 34; 23:16,18; Luc. 7:41; 11:4; 16:5,7; 17:10; João 13:14; 19:7; Atos 17:29; Rom. 13:8 15:1,27; I Cor. 5:10; 7:36; 9:10; 11:7,10; II Cor. 12:11,14, Efé. 5:28; II Tes. 1:3; 2:13; File. 18; Heb. 2:17; 5:3,12; I João 2:6; 3:16; 4:11; III João 8.

7. *Opheilé,* «dívida». Palavra grega usada por três vezes: Mat. 18:32; Rom. 13:7 e I Cor. 7:3.

8. *Opheílema,* «dívida». Termo grego empregado por duas vezes: Mat. 6:12 e Rom. 4:4.

A questão das dívidas era regulamentada pela legislação mosaica.

I. A Lei Mosaica acerca das Dívidas

1. O conceito geral de ajuda devida aos pobres (Deu. 15:7 *ss;* Sal. 37:26; Mat. 5:42).

2. Um israelita podia emprestar dinheiro a um compatriota seu, mas sem cobrar-lhe juros (Deu. 15:2). A usura em geral, embora permitida em casos que não envolvessem empréstimos a outros israelitas, era considerada uma baixeza (Pro. 24:8; Eze. 18:8,13,17).

3. Um credor não podia entrar na casa de um seu devedor, a fim de retirar dali o que quisesse, quando queria receber um penhor pela dívida contraída, mas precisava esperar do lado de fora (Deu. 24:10,11; Jó 22:6; 24:3,7,9).

4. Um moinho, a pedra de um moinho ou uma túnica externa não podiam ser retidos como penhor ou garantia de um empréstimo (Êxo. 22:26,27; Deu. 24:6,12).

5. Uma dívida não podia ser cobrada durante o ano sabático (Deu. 15:1-15). Mas, de outras vezes, o credor podia tomar conta de uma propriedade, que então podia ser retida até o ano do jubileu, quando tinha de devolver à família a sua herança original. Ou então a casa de um devedor podia ser confiscada e vendida (Lev. 25:25-33). O próprio devedor poderia ser vendido, juntamente com os membros de sua família, à escravidão (alguns preferem pensar em servos contratados), até o ano do jubileu (Lev. 25:39-41).

6. Uma pessoa que atuasse como fiadora podia ser tratada da mesma maneira que o próprio devedor (Pro. 11:15, 17:18).

7. Aprisionamento por motivo de divida não parece ter feito parte do código levítico, mas só veio a ser praticado em tempos posteriores (Mat. 18:34).

8. Visto que Israel era um país agrícola, os penhores tomados para empréstimos eram feitos em termos de terras e possessões pessoais, e não em valores monetários. Todas as dívidas eram canceladas a cada sete anos (Deu. 15:1 *ss).* Uma pessoa podia prestar vários serviços, a fim de pagar as suas dívidas (Lev. 25:39-55).

9. De modo geral, podemos afirmar que, no primitivo Israel, os empréstimos eram mais um ato de caridade, com o intuito de ajudar a alguém em necessidade, e não uma medida com vista a lucros. Visto que Israel continuou como uma sociedade agrícola até o fim da monarquia, nunca desenvolveu um sistema de empréstimos, como aquele que havia na Babilônia, desde, pelo menos, 2000 A.C.

II. Algumas Indicações Neotestamentárias

1. Títulos de dívida, em forma escrita (Deu. 15:2), continuaram sendo um costume nos tempos do Novo Testamento. Josefo *(Anti.* 16:10,8, *Guerras* 2.17,6). A conta, referida em Luc. 16:6, pode ter sido escrita em tabletes recobertos de cera, ou então em papiro ou em pergaminho. A arqueologia tem encontrado muitas dessas contas, registradas em grego «koiné».

2. Uma outra garantia eram as notas assinadas por testemunhas e confirmadas pelo Sinédrio. As notas comuns indicavam a natureza e a quantia da dívida, as condições envolvidas na mesma, os itens de segurança e os nomes dos devedores e das testemunhas.

3. Os hipócritas religiosos tinham descoberto um modo de apossar-se dos valores pertencentes às famílias, assim encorajando os filhos a fraudarem os seus pais. Isso se chamava *corbã (que* vide). O trecho de Marcos 7:1 alude à prática.

4. Paulo mostrava-se contrário à contração de dívidas, mas favorecia muito que cada crente pagasse a dívida de amor ao próximo

(Rom. 13:8). Muitos intérpretes têm pensado que as palavras do apóstolo não condenam o sistema de *prestações,* se a capacidade financeira de alguém o capacita a assumir dívidas razoáveis com essa base. Mas, se alguém não tem o potencial financeiro para pagar as dívidas que contrai, então está praticando desonestidade.

5. Jesus empregou a relação credor-devedor em várias de suas parábolas, com propósitos ilustrativos. Ver Lucas 7:41; 12:57-59; Mateus 5:25,26; 18:23-35. Jesus não condenou a prática de cobrar juros, mas não demonstrou apreciação pela prática da usura (Mat. 6:19-21). Há um Senhor mais alto, a quem devemos servir (Mat. 6:24). Ele requeria a atitude certa para com as riquezas, supondo que estas, normalmente, servem de empecilho à inquirição espiritual (Mat. 19:24). O trecho de Mateus 5:25,26 mostra-nos que Jesus preferia atitudes amigáveis e hospitaleiras, como fatores para ajudar na solução dos problemas surgidos entre credores e devedores, em lugar da coerção legal.

6. Todos os cidadãos devem pagar impostos, nos países onde vivem. Essa é uma dívida apropriada e legal (Rom. 13:6 *ss).*

III. Usos Metafóricos

1. Paulo, em Romanos 13:8 ss, mostra-nos a grande divida que envolve a todos nós: o amor ao próximo. Isso cumpre todas as obrigações destacadas pela lei e pelos profetas.

2. Jesus pagou nossa dívida do pecado, e assim libertou-nos da condenação (Mat. 6:12; Rom. 4 e 6:23).

3. Se perdoarmos àqueles que nos devem qualquer coisa, o Pai, lá no céu, alegra-se em perdoar as nossas dívidas diante dele, especialmente no tocante a erros morais que tenhamos cometido (Mat. 6:14).

4. Há um *penhor* do melhor pacto, a saber, o próprio Jesus Cristo (Heb. 7:22).

5. Aqueles que conhecem a verdade estão em dívida. Eles precisam saldar a sua dívida, pregando a verdade bíblica (Rom. 1 :14).

6. Nada devemos à carne, e nem precisamos prestar-lhe serviços. Antes, todos devemos a Deus, pelo que temos de ter o cuidado de servi-lo, obedecendo às suas leis. (Rom. 8:12)

7.Todos aqueles que têm sido servidos por outros, em sentido espiritual, são devedores para com os que lhes têm prestado esses serviços (Rom. 15:26,27).

8. Os pecadores assumiram uma divida diante de Deus, devendo-lhe satisfação e obediência (Mat. 18:27; Luc. 7:41).

9. Uma pessoa remida é um liberto de Cristo, devendo servi-lo diligentemente e com a atitude correta (Rom. 1 :1).

10. O Senhor liberta homens da servidão ao pecado, ao preço do Seu próprio sangue (Rom. 6:18-22; I Cor. 6:20; 7:23; Tito 2:14).

11. O *amor responsivo* é a base que nos permite pagar todas as nossas dívidas espirituais e cumprir todas as nossas obrigações morais. Assim declarou Agostinho: «Ama a Deus, e então faz o que quiseres». Ver Rom. 5:5 quanto ao amor responsivo. (DR H TR W)

DIVÓRCIO

O leitor pode consultar as referências seguintes, sobre esse assunto: Deut. 22:13-19,28,29; 23:1-4; Mat. 5:32;19:3-12; Mar. 10:2-12; Luc. 16:18; I Cor. 7:10-16 e Rom. 7:2.

É bem possível que as provisões mosaicas, referentes ao divórcio, houvessem sido estabelecidas a fim de regulamentarem uma prática já existente; pelo que também o Senhor Jesus disse em verdade que tais provisões foram estabelecidas, não como um reflexo da verdadeira vontade de Deus, e sim, para atender à dureza dos corações humanos. Assim sendo, temos no trecho de Deut. 24:1-4 alguma legislação que com freqüência era interpretada mui literalmente pelos judeus. Se um homem encontrasse alguma coisa «indecente» em sua esposa (literalmente, «a **nudez de** alguma coisa»), bastaria essa razão para que pudesse divorciar-se dela. **Alguns pensavam que essa palavra** só pode significar, mais estritamente, casos de adultério; porém, muitos rabinos judeus davam a tais palavras uma interpretação extremamente liberal, de tal modo que um homem podia divorciar-se de sua legítima esposa por praticamente nenhum motivo, embora ela mesma não pudesse mover a ação de divórcio contra ele. Essa era uma antiga aplicação do *duplo padrão* que, sem dúvida alguma, fazia parte integrante dos costumes sociais dos judeus.

É óbvio que entre os judeus o adultério era causa suficiente de divórcio, ainda que, na maioria dos casos de adultério, tanto a mulher como o homem culpados eram apedrejados até morrerem. Porém, a noção de adultério era muito restrita, já que requeria a cópula ilícita entre um homem e uma mulher casados com outros, ou, pelo menos, exigia que um dos lados culpados fosse casado. Por esse motivo mesmo a poligamia era por demais generalizada, bem como o concubinato, em que tais relações sexuais não eram consideradas como adultérios, não havendo, nesses casos, segundo a opinião judaica antiga, qualquer razão para divórcio, ainda que uma mulher desejasse divorciar-se de seu marido, por essas razões. Naturalmente que os casamentos múltiplos e o concubinato eram privilégios exclusivos dos homens, pois nenhuma mulher judia podia ter dois maridos ao mesmo tempo, ou ter um homem, digamos assim, como seu «concubino». E nisso vemos, uma vez mais, o duplo padrão dominando toda a cena. Um homem podia tomar uma concubina, estabelecendo com ela um contrato de curta ou longa duração; e, contanto que ela não fosse casada com outro homem, isso não era reputado como um adultério. Conta-se que certo rabino, ao chegar a uma nova cidade, costumava perguntar: «Quem quer ser minha esposa por um dia?» E isso se tornava realmente possivel, através da lei judaica do concubinato, criada pelas tradições dos anciãos, e não pela legislação mosaica. Portanto, para os homens judeus, não havia qualquer restrição nesse sentido, podendo eles terem diversas esposas, contanto que nenhuma delas fosse esposa de outro. E os contratos eram feitos, segundo os desejos de homens e mulheres envolvidos, estabelecendo casamentos múltiplos ou concubinatos, sem que nenhum desses casos fosse reputado um adultério.

Na realidade, de conformidade com a interpretação mais liberal da legislação do A.T., sobre a questão do divórcio, havia apenas *duas* situações que proibiam o divórcio, a saber:

1. Quando um homem tivesse acusado falsamente à sua esposa de ter tido relações sexuais ilícitas antes do casamento (ver Deut. 22:13,19).

2. Quando um homem tivesse relações sexuais com uma donzela, e o pai da jovem compelisse-os a se casarem. (Ver Deut. 22:28,29; Êxo. 22:16,17). Em tais casos, nenhum divórcio podia ser obtido.

Houve duas ocasiões, dentro da narrativa do A.T., em que o divórcio foi imposto como *obrigação,* a saber:

1. Certos judeus foram forçados a se divorciarem de suas mulheres estrangeiras, depois que os judeus voltaram do exílio. (Ver Esd. 9 e 10; Nee. 13:23 e *ss).*

2. Certos judeus se divorciaram de suas esposas judaicas, a fim de se casarem com mulheres pagãs. (Ver Mal. 2:10-16).

Pouco antes da época de Cristo, dois famosos rabinos judeus, de nome Shamai e Hilel, apresentaram as duas idéias judaicas básicas acerca do divórcio. A escola de Shamai proibia o divórcio exceto sobre a base do adultério, sendo essa a posição mais estrita e conservadora. A escola de Hilel, por sua parte, permitia o divórcio por praticamente qualquer motivo, até mesmo quando não houvesse qualquer motivo, bastando que um homem se tivesse cansado de sua mulher. Lembrando-nos desse fato, pois, podemos interpretar mais facilmente as declarações neotestamentárias acerca dessa questão. Abaixo damos alguns pontos esclarecedores sobre esse assunto:

1. O divórcio no evangelho de Marcos. (Ver Mar. 10:2 e ss). Devemos observar que em Mar. 10:11,12, —nenhuma permissão—é dada para o divórcio. Trata-se da simples declaração de que qualquer divórcio e novo casamento envolvem adultério. Lembremo-nos de que Marcos é o evangelho original, ou seja, o primeiro a ter sido publicado, e que foi usado por Mateus e Lucas como um esboço básico quanto às porções históricas da vida de Jesus. O trecho de Luc. 16:18 preserva a

mesma declaração do Senhor Jesus, provavelmente copiada diretamente do evangelho de Marcos, e também não admite qualquer exceção que permita o divórcio. Se nos tivéssemos de limitar somente à declaração original de Jesus, conforme a encontramos em Marcos e Lucas, seriamos forçados a concluir que a idéia de Jesus sobre o divórcio era ainda mais estrita que a de qualquer escola conservadora, como a de Shamai, porquanto ele não permitia jamais o divórcio, por razão alguma. Qualquer segundo matrimônio, estando ainda vivos os cônjuges do primeiro, era automaticamente um adultério. Há um bom número de eruditos que pensa que essa era a posição do Senhor Jesus sobre a questão. Mas outros pensam que a exceção, «por razão de adultério», era um principio tão bem conhecido que o autor do evangelho de Marcos simplesmente não aludiu a essa exceção, devido ao fato de ser tão comum. Entretanto, não há como confirmar ou negar essa idéia. É bem possível, entretanto, que Jesus, sendo sempre um idealista e perfeccionista, não tenha permitido qualquer exceção. Para Cristo, portanto, se é que essa idéia é correta, não havia divórcio, e, portanto, não era lícito o segundo casamento, de pessoas divorciadas.

2. O divórcio no evangelho de Mateus. (Ver Mat. 5:32 e 19:3-12). Aqui é preservada a posição comum da escola de Shamai. Segundo essa posição, o divórcio é possível, mas somente sob a condição anterior de adultério. No evangelho de Mateus, as palavras são dadas como diretamente provenientes de Jesus, o que nos leva a indagar por que razão Marcos e Lucas não registraram a «exceção». Teriam eles deixado de lado essa exceção por ser ela tão bem conhecida que dispensava menção? Isso não parece muito provável, porém, se de fato Jesus estabeleceu uma exceção. Alguns intérpretes têm insistido, pois, que o próprio Jesus não fez qualquer exceção (estando ele de acordo com o que dizem os evangelhos de Marcos e Lucas), mas que a igreja cristã (que já estava bem desenvolvida pelo tempo em que o evangelho de Mateus foi escrito), é que estabeleceu essa exceção, pondo as palavras nos lábios de Jesus, quando, na realidade, ele nunca falou assim. Considerando-se todos os fatores, essa parece ser a explicação mais provável para a «exceção que aparece em Mateus». A igreja de Jerusalém, composta quase inteiramente de judeus, teria incluído a «exceção da escola de *Shamai*», tornando-a parte integrante da doutrina cristã. Se cremos que o evangelho de Mateus é realmente um livro inspirado, poderíamos tirar consolo do fato de que a exceção que aqui aparece foi incluída por inspiração do Espírito Santo, sendo válida, sem importar se o Senhor Jesus declarou ou não tal coisa. A maior parte da igreja evangélica, na doutrina e na prática, tem assumido a posição de Shamai. Alguns estudiosos permitem o segundo casamento, sem a intervenção de qualquer culpa; mas outros só permitem o divórcio se tiver havido adultério. Uma simples leitura do texto sagrado, no original grego ou em alguma tradução moderna, indica que tanto o divórcio como o segundo matrimônio estão inclusos dentro da idéia da «exceção». O partido inocente pode tanto divorciar-se como estabelecer segundas núpcias, sem qualquer culpa, segundo parece indubitável a interpretação das palavras do evangelho de Mateus. O apóstolo Paulo estabelece regras, em I Tim. 3:2 e Tito 1:6, que são reputadas por muitos como uma virtual proibição contra tal pessoa ocupar qualquer ofício eclesiástico elevado, porquanto, ser um homem «marido de uma só mulher» não é apenas uma regra contra a poligamia ou o concubinato, embora sem dúvida também envolva isso, no que respeita aos anciãos e diáconos, os líderes das igrejas cristãs locais.

A interpretação dessa passagem do evangelho de Mateus envolve muitas dificuldades, especialmente no concernente ao sentido da *palavra fornicação (embora* tal palavra não figure na versão portuguesa que usamos como base textual deste artigo, onde também aparece a palavra «adultério»; mas no original grego é realmente usada uma outra palavra, «porneia», o que justifica a tradução «fornicação», que aparece em outras versões), a saber:

a. Alguns intérpretes pensam que se trata de relações sexuais antes do matrimônio, durante o «noivado», por exemplo. E que então o *noivo* inocente pode divorciar-se de sua «noiva», antes do casamento, mas não se o par já houver contraído núpcias. Se essa interpretação é verdadeira, então não teríamos essencialmente qualquer exceção para o divórcio, retornando à posição assumida por Marcos. Se o casamento tivesse tido lugar, e então tal pecado fosse descoberto, de conformidade com uma modificação desse ponto de vista, o divórcio poderia ser efetuado. Entretanto, o texto do evangelho de Mateus não parece ensinar isso. Temos nesta interpretação antes uma forma do homem esquivar-se da verdade, com base em raciocínios dogmáticos, com noções preconcebidas sobre o que se deve pensar sobre o assunto. Resta-nos dizer que a palavra traduzida por «fornicação» (no grego, «porneia») de forma alguma pode ser limitada a pecados sexuais somente de pessoas «solteiras», a despeito do fato de que o uso moderno indique exatamente essa forma de limitação. O vocábulo grego podia e continua sendo usado para indicar qualquer relação sexual ilícita, antes ou depois do casamento.

b. Outros intérpretes pensam que a «exceção» é legítima, dando a entender «depois do matrimônio», com permissão de novo casamento, dentro das seguintes possibilidades: a. somente para o partido inocente; b. para ambos, simplesmente em face do fato de que o adultério provocou a dissolução daquele primeiro casamento; c. alguns pensam que o homem, inocente ou não, pode casar-se de novo, embora proíbam tal coisa para a mulher. Entretanto, o trecho de Luc. 16:18 elimina essa idéia, porque ali é o homem que comete adultério, se divorciar-se de sua esposa e casar-se novamente. Dessas três possibilidades, a primeira, (a), é a interpretação legítima das instruções existentes no evangelho de Mateus, o que está de acordo com o pensamento judaico acerca da questão.

c. Outros estudiosos, especialmente os intérpretes católicos romanos, fazem desse «divórcio» uma espécie de *separação legal,* da variedade de um «desquite», razão pela qual, o texto não apóia (dizem eles) o divórcio. Alguns países têm este tipo de divórcio, que não termina o casamento. Dizem eles que não se pode pensar em verdadeiro divórcio, já que o casamento (que eles aceitam somente como aquele celebrado pelo padre, como uma das ordenanças da igreja) é indissolúvel, a não ser pela morte de um dos cônjuges. Naturalmente, nesse caso, não se poderia permitir segundo matrimônio. Segundo essa interpretação, portanto, não há realmente divórcio. Porém, essa posição não se adapta e nem se coaduna com o que nos diz o evangelho de Mateus. E também não está de conformidade com a cultura judaica, de onde se derivou a idéia exposta por Mateus, visto que no A.T., e também de acordo com a escola judaica de *Shamai,* o divórcio era real, e então se permitia segundo matrimônio para as partes envolvidas.

d. Ainda outros intérpretes declaram que apesar dessa *exceção* ser legítima, isso não requer a idéia de que não possa haver outros motivos excepcionais. A escola de Hilel ensinava exatamente isso; mas parece quase indubitável que o Senhor Jesus tomava pelo menos a posição mais radical da escola de Shamai, a que, de fato, impunha apenas uma exceção.

e. Alguns intérpretes acreditam que divorciar-se e casar-se de novo é cometer adultério, pelo menos no caso do partido culpado, se não até para ambos os cônjuges, embora o «adultério» do segundo casamento seja um ato isolado, e não um estado contínuo, e que, uma vez contraído, o segundo casamento se torna legítimo, e que depois do ato inicial de adultério as pessoas envolvidas não «vivem em pecado», e nem cometem adultério contínuo. Essa interpretação não declara que o Senhor Jesus estava dizendo aqui isto ou aquilo, mas tem sua aplicação prática tanto na sociedade em geral como no seio da igreja cristã. Não nos parece razoável rejeitar, como membros de uma igreja local, um casal, agora firmemente estabelecido em seu matrimônio, com a complicação de filhos nascidos dessa união, e cujos cônjuges originais já se casaram novamente por sua vez e já geraram outros filhos. Existem muitos problemas complicados de casamento que não podem ser solucionados, em que as pessoas se complicaram antes de sua conversão a Cristo. Não é razoável impedir que

tais pessoas participem da comunhão na igreja; antes, devemos ir ao encontro delas, a fim de lhes sermos de ajuda espiritual. De fato, algumas dessas pessoas podem ser de ajuda espiritual para nós, porquanto o fato de alguém ter cometido um erro não é suficiente para fazer estagnar o desenvolvimento espiritual possível. No que diz respeito à questão se essas pessoas devem ocupar posições de liderança ou de magistratura na igreja.

3. A Exceção Paulina (O Divórcio nos Escritos de Paulo). Também poderíamos denominar esta seção de «o Privilégio Paulino».

Paulo tem pouquíssimo a dizer sobre esse assunto. A passagem de Rom. 7:1-3 não pode ser considerada como uma declaração dogmática sobre a questão do divórcio. O apóstolo dos gentios ignorou propositadamente qualquer exceção, porquanto não estava procurando ensinar qualquer doutrina acerca da questão, mas meramente se utilizava do matrimônio como ilustração simbólica sobre a nossa nova lealdade a Cristo. Não encontramos nesse texto, por conseguinte, o pensamento de Paulo sobre a questão do divórcio. Poderíamos supor, entretanto, que sendo ele um ex-fariseu, teria seguido ou a idéia de Hilel ou o pensamento de Shamai sobre essa particularidade, mas que teria seguido mais provavelmente a opinião da escola de Shamai, porém com uma importante exceção.

Note-se que, na passagem de I Cor. 7:10-16, Paulo permite que o cônjuge «crente» se separe de seu cônjuge «incrédulo», contanto que o cônjuge incrédulo deseje tal separação. Neste caso, o crente pode casar-se de novo, porque não está sob *servidão*. Esta expressão implica que o divórcio, nestes casos, é o verdadeiro fim do casamento, e que o crente está totalmente livre. Devemos nos lembrar de que os judeus nem reconheceram casamentos mistos como legais. Paulo nos informa que tais casamentos são legais (não são adulterinos), mas não são totalmente obrigatórios. Nestes casos, pode existir uma variedade de razões para desfazer o casamento. Paulo exige, entretanto, um esforço honesto de evangelização do incrédulo, antes de qualquer consideração de divórcio. Além disto, a decisão de desfazer o casamento (sob circunstâncias normais) deve ser do incrédulo.

Mas isso ainda deixaria sem solução, de forma absoluta, a questão se uma pessoa crente, casada com um incrédulo, tendo sido abandonada por este, e tendo-se casado pela segunda vez, com um crente pode participar ou não como membro da igreja local, não ficando reduzido à condição apenas de um espectador. É verdade que os trechos de I Tim. 3:2 e Tito 1:6 proíbem aos anciãos e diáconos terem «mais de uma esposa»; e isso certamente é mais do que uma provisão para evitar a poligamia, embora isso também esteja em foco. Tal pessoa, pois, que antes era casada com um incrédulo, que a abandonou, mas que agora é casada com um crente, visto que teve o direito legítimo de fazer tal, sem incorrer em culpa (contanto que o divórcio haja sido provocado pelo incrédulo, já que ao próprio crente é vedado o direito de separar-se, mas antes, deve procurar conquistar seu cônjuge incrédulo para Jesus Cristo), também deve ter o direito de participar na igreja, até mesmo na capacidade de figura liderante. Além disso, posto haver a possibilidade de ambas as formas de resposta para essa questão, homens bons e bons intérpretes têm assumido posições diametralmente opostas. Parece razoável, de conformidade com a linha paulina de pensamento, sobre esse particular, pensarmos que essa liberdade é total, ou seja, se tal crente vier a distinguir-se por seu progresso espiritual, não devemos negar-lhe o privilégio de participar ativamente das atividades da igreja local, somente por causa de um erro cometido antes de sua conversão. Por conseqüência, poderia até mesmo vir a ocupar um *cargo oficial* liderante na igreja local.

Desnecessário é dizer, entretanto, que muitíssimos intérpretes discordam dessa opinião.

Ainda teríamos que resolver o problema da participação de alguém que, sendo antes incrédulo, estivera casado com um crente, para em seguida divorciar-se do mesmo, e tornar a contrair núpcias. Com base em razões paulinas, parece-nos seguro dizermos que a tal pessoa devemos encorajar manter-se fora da liderança das igrejas locais, ainda que venha a ser aceita como membro ativo de uma delas.

4. O divórcio, segundo é encarado por outros, fora das Escrituras. Muitos psicólogos, sociólogos e até mesmo eclesiásticos, não se sentem satisfeitos com a solução dada pelo Novo Testamento para a questão do divórcio. — Consideremos, por exemplo, o caso do alcoólatra habitual, que espanca sua esposa e seus filhos. Imaginemos que, por um capricho estranho de personalidade, tal homem não comete adultério. Poderíamos dizer que o adultério seria ainda «pior» do que aquilo que tal homem está fazendo? Muitos se inclinariam por dizer que esse homem é muito mais passível de ser divorciado de sua esposa do que aquele outro homem que, ocasionalmente, mantém relações sexuais com outras mulheres, mas que, em tudo o mais, é um marido e um pai devotado à sua família, cuidando criteriosamente dos seus próprios filhos. Consideremos ainda um caso radical, como o de um homicídio. Se um pai de família viesse a assassinar um de seus filhos, ou mesmo viesse a assassinar a algum desconhecido, sendo então lançado em prisão perpétua, por causa desse ato; a sua esposa não teria a liberdade de divorciar-se dele? O crime desse homem não seria maior do que se ele mantivesse relações sexuais ocasionais com outras mulheres? Consideremos, igualmente, um caso de insanidade mental. E se um obrigar o outro cônjuge a jamais casar-se novamente? Por essas razões é que alguns argumentam que existem muitas outras «razões» para o divórcio, sem que cheguem à grande liberalidade esposada pela escola de *Hilel*. Esses nos exortam a reconhecermos que a regra que tem por exceção única o «adultério» é totalmente inadequada para satisfazer às necessidades de uma sociedade que abunda de crimes cometidos contra a família ou fora dela, e que são — muito piores do que o adultério. Tomemos, finalmente, um outro exemplo. É um fato da sociedade que existe o incesto. Se um homem se tornar culpado desse crime, ou for ele um homossexual, não pode a sua esposa divorciar-se legalmente dele, casando-se então com quem ela preferir? Tais problemas, convenhamos, não podem ser facilmente desconsiderados por nós.

5. Sociedades que praticam a poligamia. Muitos dos mais respeitados patriarcas e rabinos da história judaica eram polígamos, e nem por isso eram considerados adúlteros. Davi não era reputado um adúltero, embora, segundo sabemos pelas páginas das Escrituras, tivesse tido seis esposas; no entanto, caiu em adultério, quando tomou a esposa *de outro* homem. Nas sociedades onde ainda imperam práticas da poligamia, os missionários cristãos precisam usar de paciência, introduzindo o ideal cristão de «uma mulher para cada homem», abrindo exceções no caso do governo eclesiástico, até que uma situação verdadeiramente cristã seja obtida.

Conclusão. Na opinião do autor deste artigo, pode-se dizer o seguinte acerca do divórcio e de novo casamento:

a. Provavelmente, o Senhor Jesus nunca abriu exceções, seguindo o *ideal* de «uma mulher para cada homem». Todavia, outros trechos bíblicos não devem ser negligenciados.

b. O autor do evangelho de Mateus abriu a exceção *única,* sem dúvida influenciado pela sociedade judaica contemporânea, que predominava no seio da igreja cristã primitiva. Mateus tomou a posição de Shamai. Segundo esse primeiro evangelho, segundo nossa coleção dos livros sagrados, o adultério é causa suficiente para o divórcio, e a parte inocente pode tornar a casar-se, sem incorrer em culpa, segundo esse ponto de vista.

c. Paulo permite que o crente seja divorciado do cônjuge incrédulo, isto é, se este último é quem move a ação de divórcio, por desejar a separação. Tal crente não pode e não deve ser impedido de plena participação como membro da igreja, incluindo o privilégio de vir a ocupar ofícios importantes, se porventura vier a distinguir-se nas realizações espirituais, e, desse modo, mereça ser investido de autoridade. Pode casar-se de novo, mas somente com outro crente.

d. O crente que estivera casado com outro crente, mas que subseqüentemente se divorciou, e tornou a casar-se, não deve pro-

curar e nem receber qualquer cargo de maior responsabilidade na igreja local. Contudo, não deve ser rejeitado como membro da mesma. Pode, entretanto, vir a ocupar algum ofício de monta, se porventura puder desfazer o que fez, embora isso seja raríssimo. Pois certos enredos matrimoniais são impossíveis de serem solucionados, e o melhor que a igreja pode fazer é aceitar as pessoas como elas são, porquanto é assim que Cristo nos aceita. Qualquer pessoa assim, que venha a ser investida de autoridade numa igreja local, deve fazê-lo sob uma espécie de *exceção divina*, por ser indivíduo dotado de elevado alcance espiritual. Tais casos, entretanto, são tão raros, que a regra estabelecida acima fica praticamente intocável.

e. Naturalmente, segundo as leis civis de certos países, *há outros motivos* para o divórcio, além do adultério. Se isso teve lugar antes da conversão de alguém, tal pessoa, divorciada e novamente casada, pode participar plenamente como membro de uma igreja local, segundo se declara no ponto (c) acima. Mas, se isso ocorreu após a sua conversão, tal pessoa, embora não seja considerada adúltera, deve refrear-se de ocupar qualquer posição elevada de liderança na igreja.

Existem excelentes intérpretes que não concordam com todas essas declarações, embora existam também bons intérpretes que ainda são mais liberais, em seus pontos de vista, do que aquilo que aqui expomos. A grande verdade é que esse problema não pode ser solucionado para satisfação de todos.

DIVÓRCIO, CARTA (TERMO) DE

No hebraico, **sayfer,** «escrito». No grego, **bíblion,** «livrinho». No Antigo Testamento encontramos o «termo de divórcio», em Deu. 24:1. Em Isaías 50:1, a «carta de divórcio». A palavra grega, usada por trinta e uma vezes, principalmente no Apocalipse, é usada em Mat. 19:7, dentro da expressão «carta de divórcio», refletindo o hebraico *sayfer*. Um judeu podia divorciar-se de sua esposa, simplesmente entregando-lhe esse certificado. Ver o NTI, em Mat. 19:7, quanto a detalhes sobre a questão. Esse documento, naturalmente, era preparado pelas autoridades religiosas judaicas, concordando com a lei da nação, por mais brutal que isso parecesse ser para as mulheres.

O termo grego *gramma*, «escrito», usado por catorze vezes, de Lucas 16:6 a II Tim. 3:15, também indicava uma «conta corrente», conforme se vê em Luc. 16:6, dentro da parábola do administrador injusto. E, em II Tim. 3:15, aponta para os livros sagrados, dentro da expressão usada por Paulo, «as sagradas letras». Paulo também usava a palavra para indicar as letras graúdas que ele escreveu, com suas próprias mãos, no autógrafo da epístola aos Gálatas, dentro da expressão «letras grandes» (Gál. 6:11).

DI-ZAABE

No hebraico, essa palavra significa «dourado». Era uma região onde havia ouro, ou então, conforme alguns pensam, esse nome significa «possuidor de ouro». Não ficava longe das planícies de Moabe, mencionadas juntamente com Parã, Tofel, Labã e Hazerote. Foi nessa região que Moisés entregou suas mensagens do livro de Deuteronômio diante do povo de Israel (Deu. 1:1). O local exato, entretanto, é desconhecido atualmente. Tem sido identificado com Mina al Dhahab e com Me-Zaabe (Gên. 36:39). Os outros lugares mencionados no texto do livro de Deuteronômio não nos ajudam, visto que também são localidades desconhecidas atualmente. Esse nome, Di-Zaabe, que indica uma localidade onde havia muito ouro, poderia apontar para edh-Dheibeh. As tradições judaicas associam a adoração do bezerro de ouro com esse lugar, sugerindo que o mesmo recebeu seu nome por causa daquele incidente.

DÍZIMO

Esboço:

I. Palavras Usadas
II. Fora da Cultura Judaica
III. Dízimos dos Hebreus, Antes da Lei
IV. Elementos da Doutrina do Dízimo sob a Lei
V. O Dízimo no Novo Testamento
VI. A Lei da Generosidade

I. Palavras Usadas

No Antigo Testamento temos duas palavras:

1. *Asar,* «dez», «décima parte». Com o sentido de dízimo aparece por sete vezes: Gên. 28:22; Deu. 14:22; 26:12; I Sam. 8:15,17; Nee. 10:37,38. A raiz original desse termo significa «acumular», «crescer», «ficar rico». Daí proveio a idéia de acumular um dígito, ou seja, um décimo.

2. *Maaser,* «décima parte», palavra usada por trinta e duas vezes, conforme se vê em Gên. 14:20; Lev. 27:30-32; Núm. 18:24,26; Deu. 12:6,11,17; II Crô. 31:5,6,12; Nee. 10:37,38; Amós 4:4, Mal. 3:8,10.

No Novo Testamento há duas formas verbais e uma nominal, a saber:

1. *Dekatóo,* «dar uma décima parte», «dizimar», que aparece somente por duas vezes: Heb. 7:6,9.

2. *Apodekatóo,* «dar uma décima parte», «dizimar», e que no grego é uma forma composta da primeira, e que figura por três vezes: Mat. 23:23; Luc. 11:42 e Heb. 7:5.

3. *Dekáte,* «décimo», uma forma ordinal, usada apenas em Heb. 7:2,4,8,9.

II. Fora da Cultura Judaica

Através das antigas alusões literárias, sabemos que o dizimo existia em muitas culturas antigas, sob uma forma ou outra. O trecho de Gênesis 14:17-20 nos informa sobre o costume, antes da lei mosaica. Sabemos que a prática existia entre os gregos, os romanos, os cartagineses e os árabes. Ver I Macabeus 11:35, Heród. 1:89, 4:152; 5:77; *Diod. Sic.* 5:42; 11:33; 20:44; Cícero, *Verr.* 2,3,6,7; Xenofonte, *Anáb.* 5:3, parte 9. Nessas culturas, tal como entre os hebreus, o dízimo fazia parte da piedade religiosa.

III. Dízimos dos Hebreus, Antes da Lei

O Antigo Testamento ilustra o ponto em duas oportunidades. Antes de tudo, Abraão apresentou a décima parte dos despojos (que vide) do combate militar em que se envolveu, a Melquisedeque (Gên. 14:20; Heb. 7:2,6). Melquisedeque foi um rei-sacerdote, que simbolizava um sacerdócio superior ao de Arão, pois refletia o sumo sacerdócio do próprio Cristo. O artigo sobre *Melquisedeque* oferece-nos detalhes sobre isso, bem como algumas especulações sobre a sua identidade. A narrativa do livro de Gênesis não explica por que Abraão julgou ser necessário dar dízimos a Melquisedeque. O relato pode dar a entender que os dízimos eram dados por várias razões, e em diferentes ocasiões. Podemos supor que essa era uma prática regular, mas não temos qualquer informação sobre isso, e nem sobre a forma que os dízimos podiam assumir. Em segundo lugar, há o caso de Jacó, o qual, após a visão que teve, em Luz, devotou uma décima parte de sua propriedade ao Senhor Deus, sob a condição de que fosse conduzido em Paz e fosse trazido novamente à casa de seu pai. Seu irmão gêmeo, Esaú, além de outros, era seu inimigo; e Jacó carecia da proteção e da orientação divinas. O que Jacó fez, naquela oportunidade, foi tomar um voto e fazer uma promessa e a sua parte na barganha consistia em dar a Deus uma décima parte de tudo quanto possuísse.

IV. Elementos da Doutrina do Dízimo sob a Lei

Antes da lei, os dízimos já existiam, embora não parecesse fazerem parte regular do culto religioso. Em outras palavras, não havia preceito que requeresse o dizimo como um processo continuo e específico. Porém, não se pode duvidar de que o dízimo era praticado pelos patriarcas, antes mesmo de sua instituição legal. Os dízimos passaram então a ser usados dentro do sistema de sacrifícios, como parte do culto prestado a Yahweh, para sustento dos sacerdotes levíticos; e, provavelmente, esses fundos também eram usados para

ajudar os pobres, em suas necessidades. Há alusões a esse uso dos dízimos no tocante a deuses pagãos, como Júpiter, Hércules e outros(Her. *Clio,* sive 1,1, c.89; *Varro apud Macrob.* 1:3, c.12). Quem já não prometeu alguma coisa a Deus, *se* pudesse realizar isto ou aquilo? Conforme minha mãe costumava dizer: «Algumas vezes, isso funciona; mas, de outras vezes, não».

1. *Coisas que eram dizimadas.* Colheitas, frutas, animais do rebanho (Lev. 27:30-32). Não era permitido escolher animais inferiores. Ao passarem os animais para pastagem, de cada dez, um era separado como o *dízimo* (Lev. 27:32 *ss).* Produtos agrícolas podiam ser retidos, se o equivalente em dinheiro fosse dado; mas, nesse caso, um quinto adicional tinha de ser oferecido. Contudo, não era permitido remir uma décima parte dos rebanhos de gado bovino e vacum, desse modo, uma vez que os animais tivessem sido dizimados (Lev. 27:31,33). Certa referência neotestamentária, em Mat. 23:23 e Luc. 11:42; de dízimos sobre a hortelã, o endro e o cominho, reflete um exagerado desenvolvimento da prática do dizimo, em tempos judaicos posteriores. Comentamos sobre isso, detalhadamente, no NTI, *in loc.* As passagens de Deu. 12:5-19; 14:22-29 e 26:12-15 falam sobre algumas modificações quanto à lei sobre o dizimo. O trecho de Amós 4:4 mostra que o legalismo e os abusos contra o dízimo já haviam invadido a prática.

A Mishna *(Maaseroth* 1:1) informa-nos de que tudo quanto era produzido e usado em Israel estava sujeito ao dízimo, e isso era exagerado ao ponto de incluir os mais íntimos produtos.

2. *Que dízimos eram dados e a quem. A* legislação acima mencionada, dentro do livro de Deuteronômio, dá orientações específicas sobre como e a quem os dízimos deveriam ser entregues. Originalmente, os dízimos eram dados aos levitas (Núm. 18:21 ss), tendo em vista a manutenção dos ritos religiosos. Mais tarde, isso ficou mais complexo ainda. Os dízimos eram levados aos grandes centros religiosos. Quando convertidos em dinheiro, os dízimos eram postos em mãos apropriadas, para serem gerenciados (Lev. 14:22-27). Ao fim de três anos, todos os dízimos que tivessem sido recolhidos eram levados ao lugar próprio de depósito, e seguia-se então uma grande celebração. Os estrangeiros, os órfãos, as viúvas (os membros mais carentes da sociedade) eram assim beneficiados, mediante essa prática, juntamente com os levitas (Lev. 14:28,29). Cada israelita precisava desempenhar a sua parte nessa questão dos dízimos, a fim de ser cumprido o mandamento *divino* (Lev. 26:12-14).

3. Sumário dos regulamentos. a. Uma décima parte dos dízimos recolhidos era usada no sustento dos levitas. b. Disso, uma décima parte era dada a Deus, para ser usada pelo sumo sacerdote. c. Aparentemente havia um *segundo* dízimo, usado para financiar as festas religiosas. d. Um *terceiro* dízimo, ao que parece, era destinado aos membros menos afortunados da sociedade, o que ocorria a cada três anos. Alguns intérpretes, porém, supõem que o segundo e o terceiro dízimos eram o mesmo dízimo ordinário, embora distribuído de modos diferentes. E, nesse caso, estava envolvido apenas um dízimo adicional, e isso somente de três em três anos. No entanto, nos escritos de Josefo temos informes de que, na verdade, havia três dízimos separados: um para a manutenção dos levitas; outro para a manutenção das festas religiosas; e, a cada três anos, para sustento dos pobres. Tobias 1:7,8 é trecho que dá a entender a mesma coisa. Entretanto, há uma referência nos escritos de Maimônides que diz que o segundo dízimo do terceiro e do sexto anos era distribuído entre os pobres e os levitas; e, em face desse comentário, retornamos à outra idéia que fala em apenas dois dízimos distintos, embora distribuídos de modos diferentes.

Dízimos sobre os animais usados nos sacrifícios. Esses eram consagrados a Yahweh, pelo que tinham um lugar especial entre os dízimos, estando diretamente envolvidos no sistema de sacrifícios e ofertas.

4. *Lugares para onde eram levados os dízimos. O* principal desses lugares era Jerusalém (Deu. 12:5 *ss;* 17 *ss).* Uma cerimônia era efetuada nessa ocasião (Deu. 12:7,12), sob a forma de uma refeição. Se um homem não pudesse transportar a sua produção, ele podia substituí-la por dinheiro (Deu. 14:22-27). A cada três anos, os dízimos podiam ser depositados no próprio local onde o homem habitasse (Deu. 14:28 ss). Mas, nesse caso, o indivíduo ainda precisava viajar até Jerusalém, a fim de adorar ali (Deu. 26:12 ss).

V. O Dizimo no Novo Testamento

Algumas pessoas conseguem fazer os dízimos parecerem obrigatórios, dentro da economia crista, e encontram textos de prova, no Novo Testamento, para justificar essa prática. Mas outros não podem encontrar a idéia do dízimo obrigatório no período do Novo Testamento, julgando que essa prática é uma pequena exibição de legalismo, do que os crentes estão isentos. De certa feita, ouvi um sermão que tinha o propósito de impor a obrigatoriedade do dízimo aos crentes do Novo Testamento, por meio de trechos do Novo Testamento. O pregador usou a passagem de Lucas 11:42. Jesus repreendeu os fariseus porque tinham o cuidado de dizimar sobre pequenas questões legais, embora desconsiderassem as questões realmente importantes, como a justiça e o amor. Essas questões mais importantes, pois, eles deveriam pôr em prática, *sem desconsiderar* as coisas menos importantes. É evidente que Jesus reconhecia a natureza obrigatória dos dízimos, no caso da nação de Israel, mas está longe de ser claro que isso envolvia ate mesmo a Igreja Cristã. Normalmente, os teólogos concordam que o Novo Testamento é um pacto de liberdade, e que cada crente deve dar a Deus conforme o Senhor o fizer prosperar, sem ser obrigado, contudo, a contribuir com somas especificas (I Cor. 16:1,2). Entretanto, esse texto não assevera diretamente como a Igreja cristã deve contribuir, porquanto envolve, *especificamente,* uma coleta especial, feita para ajudar os santos pobres de Jerusalém. Apesar disso, alguns estudiosos supõem que essa instrução paulina serve de princípio geral quanto aos dízimos no seio do cristianismo. O fato, porém, é que o Novo Testamento não nos dá qualquer instrução direta sobre a questão dos dízimos, embora frise a questão da generosidade, uma parte da lei do amor, no tocante a todas as nossas ações e culto religioso. Muitos intérpretes pensam que o silêncio do Novo Testamento é proposital, dando isso a entender que o crente não está sob a lei, incluindo a regulamentação sobre os dízimos; antes, deveria ele ser guiado pela lei do Espírito. Ainda outros eruditos opinam que o silêncio das Escrituras, nesse caso, é circunstancial, pelo que não teria qualquer significado. Nesse caso, poderíamos supor que a legislação veterotestamentária continua a vigorar nos dias do Novo Testamento. Isso entretanto, é uma precária proposição teológica, se levarmos em conta tudo quanto Paulo disse sobre o fato de que não estamos debaixo da lei.

A minha própria opinião é de que a questão deve ser resolvida com base no senso de *responsabilidade* de cada um e não com base em alguma legislação. Explico melhor essa idéia abaixo, na sexta seção.

VI. A Lei da Generosidade

Certa ocasião, vi-me envolvido em uma controvérsia sobre essa questão, em uma igreja batista. Certo domingo, em uma discussão que se originou durante a Escola Dominical, alguns membros defendiam o princípio do dizimo, dentro do Novo Testamento. O dízimo era muito enfatizado naquela igreja e na denominação da qual ela fazia parte. Portanto, era de *boa política* falar em favor do dízimo, naquele lugar. Mas um homem corajoso, que era, de fato, o professor da classe dos adultos da Escola Dominical, fez objeção à posição. Ele não era capaz de encontrar o ensino sobre o dízimo no Novo Testamento e estava certo de que, como um princípio, o mesmo é antipaulino. Até certo ponto, pude ficar calado, deixando os argumentos serem apresentados contra e a favor. Mas, finalmente, fui especificamente solicitado a manifestar-me sobre a questão. Comecei minha explicação concordando com o professor da classe dos adultos. De fato, do ponto de vista *teológico,* não posso ver como poderíamos considerar o dízimo obrigatório para a Igreja cristã. Porém, continuei dizendo que havia ainda um outro fator que não podemos desconsiderar. Esse fator é a *lei da generosidade,* que é apenas um outro nome para a lei do amor. Se, sob a dispensação do Antigo

Testamento, os privilégios religiosos exigiam a *décima parte* das rendas de uma pessoa, com vistas à manutenção da adoração e do sistema religioso, e também para benefício dos pobres, *muito mais* deveria ser nosso privilégio, em Cristo, afetarmos o bolso e a conta bancária. Minha posição, pois, é que o crente deve dar *mais do que o dízimo.* Em meu caso, sempre contribui com mais do que a décima parte do que ganho, para os projetos espirituais. De fato, algumas vezes tenho ficado com uma décima parte, e nove décimas partes são dedicadas ao trabalho do Senhor. Disse isso sem o intuito de chamar atenção para a minha pessoa, mas isso tem sido fato. Meu srmão, que foi missionário evangélico primeiramente no Zaire (quando esse pais ainda era chamado Congo), e, mais tarde (até o momento), no Suriname, na América do Sul, disse-me que ele dava acima de três quartas partes de toda a sua renda ao trabalho religioso, incluindo salários para os professores e as enfermeiras, para nada dizer acerca do dinheiro necessário para a construção de templos. O *amor é mais exigente do que a iei.* Isso é perfeitamente óbvio e vivemos de acordo com a lei do amor, que cumpre toda a legislação do Antigo Testamento, sem importar qual o particular de conduta atingido (ver Rom. 13:8 *ss*)

Atualmente, vemos o espetáculo de missionários evangélicos que constroem para si mesmos grandes mansões, lares luxuosos, etc. Quando isso sucede, sabemos que o dinheiro está sendo empregado egoisticamente, e não para o serviço do Senhor. Há uma grande diferença entre o altruísmo e o egoísmo; mas alguns missionários evangélicos parecem nunca ter aprendido a diferença. Direi agora o que penso sobre tudo isso. O próprio fato de que há crentes disputando sobre se devem contribuir ou não com uma *miserável parcela* de dez por cento mostra o baixo nível de espiritualidade em que se encontram. Quanto maior for a espiritualidade de um crente, maior será a sua liberdade para com o dinheiro com que contribui para a causa do evangelho, ou com que alivia as necessidades das pessoas ou seu redor. Se gastarmos alguns minutos lendo os capítulos oitavo e nono de II Coríntios, veremos ali a promoção do princípio cristão de generosidade. Isso é encorajado mediante a certeza de que Deus vê quem dá com generosidade, mostrando-se ainda mais generoso para com aqueles que agem dessa maneira. O resultado será que os crentes que assim fazem de nada terão necessidade, pois o banco celestial tem imensas fortunas ali entesouradas. Esses fundos são postos à disposição dos generosos, e não à disposição dos que só dão com parcimônia. Se alguém semear com parcimônia, colherá parcimoniosamente; e se alguém semear com abundância, colherá abundantemente (ver II Cor. 9:6). Deus ama o homem que dá com generosidade (II Cor. 9:7). A *razão* pela qual prosperamos é que, dessa maneira, poderemos superabundar «em toda boa obra» (II Cor. 9:8). Nunca vi falhar essa lei da colheita segundo a semeadura e espero vê-la operando mais algumas vezes, de uma maneira significativa, antes de terminar minha missão. Se o leitor, que estiver lendo esta declaração, nesta versão impressa da presente enciclopédia, considerar corretamente a questão, poderá perceber que essa lei operou, uma vez mais, no meu caso. (B E ND UN)

DODANIM

Forma escrita alternativa que aparece, em algumas traduções, em lugar de *Rodanim.* O termo hebraico parece significar «líderes». A LXX diz *rodioi,* de onde proveio a forma alternativa do nome. O termo refere-se a uma família ou clã, descendentes do quarto filho de Javã (Gên. 10:4). Javã era filho de Jafete. Os dodanim parecem ter sido os mesmos dardani, que na antiguidade encontravam-se na Ilíria e em Tróia, o primeiro lugar onde eles habitaram. Talvez eles sejam a raça dos semipelásgicos, classificados juntamente com os quitim, conforme se depreende da tabela genealógica de Gênesis. Supõe-se que Rodes foi um dos lugares para onde eles imigraram; mas os lugares de origem de povos migrantes sempre foi e será uma questão duvidosa. Visto que o Pentateuco samaritano diz *rodanim,* presume-se que o termo *Dodanim* representa um erro escribal, porquanto, no hebraico, as letras que representam «d» e «r» são muito parecidas em seu formato.

DODAVA

No hebraico, «amado de Yahweh». Nome do pai do profeta Eliezer, de Maresa. Ele condenou Josafá, rei de Judá, por haver firmado aliança com Israel. E predisse a destruição de sua incipiente marinha. Viveu em torno de 895 A.C. Ver II Crô. 20:37.

DODÔ, DODAI

No hebraico, «amado». Há três homens com esse nome, nas páginas do Antigo Testamento, a saber:

1. Dodô, o aoíta, pai de Eleazar, segundo dos três que comandavam os trinta heróis de Davi, que atuavam como sua guarda pessoal, e que eram os seus principais apoiadores militares. Ver II Sam. 23:9; I Crô. 11:12. Ele ou seu filho estavam encarregados do segundo turno mensal dos que serviam ao rei em todos os negócios do reino (I Crô. 27:4). O nome dele, no original hebraico e nas traduções, varia entre Dodô e Dodai. Talvez ele fosse chamado por ambos os nomes.

2. O pai de Elanã, um outro dos trinta guerreiros seletos de Davi. Ver II Sam. 23:24 e I Crô. 11:26. Ele era natural de Belém da Judéia. Ele e o outro homem do mesmo nome (número «1», acima) viveram ambos em torno de 1000 A.C.

3. Um homem de Issacar e antepassado de Tola (Juí 10:1). Foi avô desse juiz de Israel. Viveu em cerca de 1300 A.C.

DOEGUE

No hebraico, «temeroso» ou «ansioso». Esse era o nome de um idumeu, superintendente dos rebanhos do rei Saul, que era um ofício importante no Oriente, visto que a riqueza de um homem, em um país agrícola, era parcialmente calculada pelo número e pela qualidade de seus rebanhos. Em Nobe, ele observou como o sumo sacerdote Abimeleque prestou ajuda ao fugitivo Davi, a quem Saul procurava matar, por considerá-lo um competidor ao trono. Abimeleque que dera a Davi pães da proposição (I Sam. 21:7). Esse ato foi revelado por Doegue a Saul. Saul investigou o caso e tomou para si a tarefa de matar Abimeleque, mas encarregou Doegue disso. Como bom servo de seu senhor, ele fez isso com grande zelo (I Sam. 22:18 *ss).* A matança incluiu outros sacerdotes e membros da família de Abimeleque. Morreram oitenta e cinco homens que serviam como sacerdotes, e, como medida de segurança, Doegue também matou (segundo presumimos, com ajuda de terceiros) muitas mulheres, crianças, e até mesmo animais. Mas um dos filhos de Abimeleque, de nome Abiatar, escapou da matança e fugiu para a companhia de Davi. Comentadores judeus posteriores encararam esse acontecimento com grande horror, ficando registrado na tradição do Talmude. É evidente que grandes atrocidades caracterizaram o reinado de Saul. Samuel havia advertido o povo que o rei Saul se desviaria do reto caminho (I Sam. 8:10). As tradições judaicas supõem que Doegue tenha sido um prosélito proveniente de Edom, e que se tornou útil para Saul. Se ele não tivesse sido um prosélito, não poderia ter tido acesso ao santuário.

DOENÇAS NA BÍBLIA

Ver **Enfermidades na Bíblia.**

DOFCA

No hebraico, «batidas» ou «tanger o gado». A localidade aparece somente em Núm. 33:12,13. Foi um dos locais onde o povo de Israel acampou, a caminho do Sinai. Ficava entre o mar Vermelho e Refidim. Tem sido tentativamente identificada com Serabit el-Khadim, onde os egípcios tinham minas e onde foram achadas as famosas *Inscrições do Sinai,* que datam de cerca de 1525 A.C. Essas inscrições foram escritas em um alfabeto semítico hieroglífico. Alguns estudiosos ligam o termo Maphqah a esse lugar. Esse termo refere-se à turquesa, pedra preciosa que dali era extraída. Também era esse o nome do distrito em volta.

DONINHA

No hebraico, **choled,** palavra que aparece exclusivamente em Lev. 11:29. Na Palestina havia várias espécies de doninha, embora não haja certeza, entre os estudiosos, acerca do animal em foco nesse versículo. O termo árabe cognato, *huld*, refere-se à toupeira, o *Spalax typhius*. Porém, não há como determinar cientificamente que animal está em foco nesse trecho de Levítico. Seja como for, deve ter sido um dos muitos animais imundos, que o povo de Israel foi proibido de usar como alimento. Ver o artigo sobre *Limpo* e *Imundo*, e também sobre *Alimentos*.

Na nossa Bíblia portuguesa é tradução de um termo hebraico que aparece somente em Lev. 11:29. A doninha, juntamente com o rato, o lagarto, o crocodilo da terra, a lagartixa, o lagarto da areia e o camaleão era considerada um animal impróprio para servir de alimento humano. As glândulas desse animal, que emitem forte odor, tornam sua carne imprópria para o consumo. Uma outra razão de ser a doninha alistada entre os animais imundos é que no Egito era animal consagrado à lua. Na Grécia e em Roma, a doninha, era criada para controlar os ratos, antes que os gatos passassem a ser usados com o mesmo propósito. A doninha não é rara na Palestina.

DOR (CIDADE)

No hebraico, «habitação» ou «círculo». Era o nome de urna cidade às margens do mar Mediterrâneo. Jerônimo localizou-a a nove milhas romanas ao norte de Cesaréia. Nos tempos antigos, era uma das cidades reais dos cananeus (Jos. 11:2; 12:23), e estava incluída no território dado à tribo de Manassés (Jos. 17:11). Os fenícios gostavam do lugar, por causa da abundância de conchas ao longo da costa marítima, o que era uma grande fonte de púrpura. Perto do fim do segundo milênio A.C., era habitada pelos tiéqueres, um povo voltado para as lides marítimas. Na época de Josué, o rei de Dor deu apoio a Jabim, rei de Hazor, quando este combateu Israel sem sucesso, nas águas de Merom (Jos. 11:2 ss; 12:23). O território foi dado à tribo de Manassés, mas eles foram incapazes de apossar-se totalmente do mesmo, até que, finalmente, Israel o conquistou. E seus habitantes foram reduzidos à escravidão (Jos. 17:11 ss, Jui. 1:27). Em tempos posteriores, os homens de Efraim apossaram-se da região (I Crô. 7:29); e Salomão fez da mesma um distrito administrativo de seu reino. Em cerca de 744-727 A.C., Tiglate-Pileser III, da Assíria, conquistou a região, estabelecendo sobre a mesma a sua hegemonia. Foi assediada em 219 A.C. por Antíoco, o Grande. Mas este foi forçado a concordar com um período de trégua, por causa dos exércitos egípcios em avanço. Os Ptolomeus exerciam seu controle sobre a região, — até cerca de 200 A.C., mas os Selêucidas fizeram dela uma cidade livre. Antíoco VII (I Macabeus 15:10-25) atacou-a e subjugou-a. Subseqüentemente, a cidade foi reconstruída, declarada livre e foi unida à província da Síria, pelo romano Pombeu (64 A. C.). Tem sido identificada com a atual cidade de Tantura, cerca de treze quilômetros ao norte de Cesaréia.

DOTÃ

No hebraico, «duas fontes», ou «dupla festa». O nome dessa cidade figura por três vezes no Antigo Testamento: Gên. 37:17 e II Reis 6:13. Ficava localizada cerca de noventa e sete quilômetros ao norte de Jerusalém e a vinte e um quilômetros ao norte de Samaria. Por ali passava uma rota de caravana que ia da Síria ao Egito, cerca de dezoito quilômetros ao norte de Samaria. A região era bem conhecida por sua excelente pastagem. Foi ali que José foi forçado a ir para o cativeiro, ao ser vendido por seus Irmãos. Jacó tinha-o enviado atrás de seus irmãos, que estavam cuidando dos rebanhos naquele lugar (Gên. 37:13-17). Estavam dispostos a tirar-lhe a vida, movidos por forte sentimento de inveja e ciúmes e puseram-no em um poço sem água, talvez com a intenção de deixá-lo morrer à míngua. Mas Rúben, que se opunha ao plano, tinha se referido ao poço, simplesmente a fim de livrá-lo da morte, pretendendo retirá-lo dali na primeira boa oportunidade. Em meio a todo esse drama, passou por ali uma caravana de ismaelitas, a caminho do Egito. Portanto, foi decidido que José seria vendido aos caravaneiros. Foi o que fizeram, e José foi levado para o Egito, o que começou a armar o palco do cativeiro de Israel naquele país. Para o livramento de seus descendentes, foi mister Deus levantar Moisés. O incidente teve lugar entre 1900 e 1800 A. C.

Mil anos mais tarde, aquele mesmo lugar foi cena das atividades do profeta Eliseu, visto que ele fixou residência ali. Foi ali que o rei da Síria cercou a cidade de Dotã na tentativa de deter o profeta, que estava revelando, por meio de seu discernimento, os planos militares dos sírios; ao rei de Israel (II Reis 6:8-14).

Fora da Bíblia. O nome Dotã tem sido encontrado nas inscrições epígcias do rei Tutmés III (1490-1436 A.C.). Essa inscrição informa-nos de que essa cidade era um dos lugares dos quais os egípcios cobravam tributo. Os trechos do livro apócrifo de Judite 3:9; 4:6 e 7:3 trazem esse nome, ligado às campanhas militares de Holofernes, durante o período intertestamental. Eusébio, já dentro da era cristã menciona o lugar em suas listas de localidades da Palestina (*Onomasticon*, 76:13).

Escavações. O arqueólogo Joseph P. Free e a sua equipe, incluindo sua esposa, começaram as escavações nesse lugar em 1953. Descobriram um cômoro em uma estrada, cerca de noventa e seis quilômetros de Jerusalém, e as escavações foram frutíferas. Foram descobertas moradias do milênio entre 3000 e 2000 A.C. A cidade que ali havia foi destruída e reconstruída por muitas vezes, durante esse período. Nada menos de sete cidades diferentes foram encontradas. Uma delas era uma fortaleza com uma grande muralha que, provavelmente, tinha 7,60 m de altura e cerca de 3,38 m de espessura, na base. A parte superior restante tinha 2,75 m de espessura.

Do período patriarcal (2000-1600 A.C.), pertencente à idade do Bronze Médio, foi, desenterrada uma cidadela que tinha dez aposentos, com paredes com 1,20 m de espessura. O lugar era pesadamente fortificado, o que muito revela sobre a violência, que prevalecia na época. Muitas outras descobertas fornecem detalhes sobre a cidade daquele tempo, que tem sido identificada com a era de José, filho de Jacó.

Dois níveis datam da idade do Bronze posterior (1600-1200 A.C.). Muitos artefatos e partes de construções foram desenterrados. Um interessante item era um túmulo, escavado na rocha. Evidentemente era um túmulo de família, usado durante cerca de trezentos anos. Ali foram encontradas seiscentas candeias de barro, o que talvez atesta sobre o número de pessoas ali sepultadas. Foram encontrados oitenta esqueletos e mais de três mil e duzentos objetos de cerâmica como lâmpadas, jarras, taças, cântaros, e de fato, todo tipo de vaso que se usava na época. Também havia ali armas como lanças e adagas, e muitas espécies de ferramentas, como formões.

Dois outros níveis, datados do período do Ferro I (1200-1000 A.C.), são paralelos da época dos juizes. O túmulo mencionado no parágrafo acima continuou a ser usado no início desse período. Um outro túmulo foi encontrado nas proximidades. Produziu quinhentos objetos similares àqueles descobertos no primeiro túmulo.

Quatro níveis datam do período do Ferro II (1000-600), — correspondente ao período da monarquia de Israel. Um edifício de administração foi desenterrado, contendo muitas jarras para guardar mantimentos, provavelmente para conter o azeite pago à guisa de impostos, além de outros produtos. O edifício tinha paredes de 1,20 m de espessura, e um tipo de sistema de drenagem ou esgoto que não diferia muito do sistema inglês do tempo da rainha Isabel, de cerca de três mil anos mais tarde. A cidade desse período provavelmente foi destruída pelos assírios que levaram Israel em cativeiro.

O período persa (500-300 A.C.) não produziu muita coisa. É provável que a cidade tenha declinado de importância, refletindo a desolação e a destruição que tivera lugar.

O período helenista (300-50 A.C.) tem sido confirmado por muitas descobertas, partes de edificações, cerâmica e inscrições. Um

caco tinha uma estampa com as letras se, isto é, *senatus consultus*, uma reversão do usual *consultus senatus*, que significa o «aprovado por consulta», diante do senado romano.

O período bizantino (300-500 D.C.) também estava representado na porção mais alta do cômoro. Foram encontrados restos de edifícios de um período posterior, incluindo um palácio fortaleza da época medieval (séculos XII-XIV D.C.). Havia edifícios elaborados, com muitos aposentos em torno de um pátio. Restos árabes também foram descobertos, pertencentes a esse período. O período árabe cabe entre 600 e 1100 D.C. O cômoro inteiro recebeu o nome de Tell Dotha.

Até o dia de hoje os pastores vem do sul da Palestina àquela região, a fim de dar água e pasto a seus rebanhos, conforme fizeram os irmãos de José, há muitos séculos atrás. Os céticos modernos duvidavam que os pastores viajassem para fora do vale de Hebrom, há quase cento e trinta quilômetros de distância, para virem àquela região. Um dia, porém, o arqueólogo Free encontrou noventa rebanhos na estrada que vem de Jerusalém, aproximando-se de Dotã. Muitos desses rebanhos tinham vindo da região entre Hebrom e Jerusalém. Portanto, o registro bíblico é correto, no tocante a esse item. FRE (1953-1960).

DOTAIM

Ver sobre **Dotã.**

DOTE

No hebraico temos duas palavras diferentes: Zebed, «dote», usada somente em Gên. 30:20. E *mohar*, usada por três vezes: Gên. 34:12; Êxo. 22:17; I Sam. 18:25. A primeira delas olha mais para o dote como um presente; e a segunda mais para o dote como o preço pago por uma esposa.

Era costume, no Oriente, que um noivo oferecesse ao pai da noiva certa soma em dinheiro, ou algo de valor, para encorajá-lo a dar-lhe a jovem. No caso de Jacó, como ele nada tinha de valor para oferecer, propôs sete anos de trabalho, em potencial, ao seu sogro, Labão (Gên. 29:8). Isso parece muita coisa, em uma época em que a situação da mulher era bem baixa. Só podemos supor que Raquel era muito especial. Também temos o exemplo de Siquém, que se ofereceu para pagar qualquer preço por Diná, a quem ele havia seduzido ou violentado (Gên. 34:12). Mas ele e seus familiares terminaram mortos por dois irmãos de Diná, Simeão e Levi. Vários tipos de presentes podiam estar envolvidos nos casamentos: 1. um presente dado ao pai da noiva. 2. Um presente dado à família da jovem. 3. Um presente dado diretamente à jovem (I Reis 9:16; Miq. 1:14). A primeira era a situação usual; as outras duas eram ocasionais. No caso do casamento de Davi com a filha de Saul, temos a estranha circunstância de que esse rei exigiu não algum dinheiro como dote, mas cem prepúcios de filisteus. Era um plano para fazer Davi ser morto, pois Saul calculou que se ele tentasse obter esse tipo de saque de guerra, poderia acabar morrendo na tentativa. Ocasionalmente, um pai oferecia uma filha em troca de algum serviço especial, e, além da jovem, dava dinheiro, terras ou mercadorias, especialmente se o ato exigido fosse difícil ou perigoso, como lutar e derrotar a um Inimigo. Se um homem seduzisse a uma jovem e a desvirginasse, tinha de pagar o dote usual, se o pai aprovasse o casamento. Em caso de desaprovação paterna, pelo que não poderia haver casamento, ainda assim o violentador tinha de pagar o dote, sem ficar com a jovem (ver Êxo. 22:16,17).

Na atualidade, temos a estranha circunstância em que o pai da noiva é que precisa pagar todas as despesas do casamento e da recepção, sem obter qualquer presente. Naturalmente, é o marido que acaba pagando pelas despesas pelo resto da vida. E alguns maridos dizem que isso vale a pena. Concordo. Por outro lado, em muitas sociedades modernas, a esposa ganha algum dinheiro, e isso é um negócio muito bom para os maridos que não podem ganhar um alto salário. Seja como for, o dinheiro não deveria ser a consideração básica em nenhum casamento, embora, sem dúvida, não seja uma questão indiferente.

DOZE, SIMBOLISMO

Na Bíblia, o número doze representa o *governo humano.* Ver os artigos sobre *Doze, Usos Bíblico, Doze, Os.* Ver também o artigo geral sobre *Números.* Nos sonhos e nas visões, o número doze usualmente refere-te ao tempo, em algum sentido, porquanto há doze horas nó dia e doze meses no ano. Visto que os sinais do zodíaco são doze, esse número também pode ter o sentido de destino, orientação, governo universal e provisão. Por extensão, esse número pode referir-se à algum ponto culminante, ou à realização de alguma coisa específica.

DOZE, USOS BÍBLICOS

O ano, entre os hebreus, estava dividido em doze meses. Ver o artigo geral sobre o *Calendário.* Entre os hebreus, o dia estava dividido em doze horas, e a noite, Idem. João 11:9. Israel (Jacó) teve doze filhos (Gên. 35:22-27; 42:13,32). Portanto, doze eram as tribos de Israel (Gên., 49:28). Jesus escolheu doze apóstolos, o que talvez reflita esse número doze, tão importante na nação de Israel, o qual, em se transferido para o novo Israel, a Igreja (Mat. 10) . Ver o artigo geral sobre os apóstolos. A Nova Jerusalém terá doze fundamentos, cada um dos quais com o nome de um dos apóstolos de Jesus (Apo. 21:14). Essa cidade terá doze portões de pérolas (Apo. 21:12). Forma uma espécie de cubo, com doze mil estádios de cada lado. Isso é o equivalente a mais ou menos dois mil e quatrocentos quilômetros. Ver o artigo geral sobre *Número.* Ver o artigo separado sobro *Doze, Os.* Um dos sentidos simbólicos do número doze, nas Escrituras, é o *governo humano;* mas nem todo o uso bíblico reflete esse simbolismo, e nem sempre devemos procurar sentidos simbólicos para os números, nas páginas da Bíblia.

DUMÁ

No hebraico, «silêncio». Nome de um homem e de uma cidade, nas páginas do Antigo Testamento, sem falar em uma alusão aparentemente simbólica, conforme se vê nos três pontos abaixo:

1. Um filho de Ismael, o sexto, e neto de Abraão e Hagar. Viveu em torno de 1840 A.C. Presume-se que ele tenha sido fundador de uma das tribos árabes. Seu nome veio a ser usado para indicar o principal distrito onde habitavam os seus descendentes (Gên. 25:14; I Crônicas 1:30 e, talvez, Isa. 21:11; mas, ver abaixo no terceiro ponto). Dumat al Gandal parece identificar o local moderno. Esse lugar atualmente é um oásis localizado a meio caminho entre o fundo do golfo Pérsico e o golfo de Ácaba. Inscrições reais, de origem assíria e babilônica, pertencentes aos séculos VII e VI A.C., referem-se à destruição de Adammatu, que parece ser uma referência a Dumá.

2. Nome de uma cidade da tribo de Judá (Jos. 15:52). Eusébio e Jerônimo afirmaram que a mesma ficava situada a dezessete milhas romanas de Feleuterópolis, em Daroma. Atualmente é identificada com a Ed-Domeh, a sudoeste de Hebrom.

3. A referência em Isaías 21:11, onde aparece esse nome, parece usá-lo de forma simbólica, dando a idéia de «profundo», o que poderia apontar para a «terra dos mortos», isto é, lugar de silêncio profundo. Ver também Sal. 94:17 e 115:17.

DURA

Palavra derivada do acádico **duru**, «círculo», «muralha». Esse era o nome de uma planície, existente na província da Babilônia. Foi nessa planície que Nabucodonosor fez erigir a sua imagem de ouro (Dan. 3:1). Os arqueólogos supõem que o local onde a imagem foi levantada pode ser associado a um dos vários cômoros ali existentes. O quadro torna-se mais confuso ainda devido ao fato de que vários lugares receberam esse nome na Babilônia. Há até hoje um rio com esse nome, como também um local chamado Tulul Dura, nas proximidades. Cômoros existentes a poucas milhas, ao sul da cidade, têm sido favorecidos, ao mesmo tempo que Carquêmis, identificada por Políbio (5:48), como o local, não fazia parte da província da Babilônia. Um certo lugar, não distante de Apolônia, para além do rio Tigre (também sugerido por Políbio; 5:52), não é provável.

DURA CERVIZ

No hebraico temos uma expressão, **qesheh oreph,** «duro de pescoço», usada somente em livros do Pentateuco: Êxo. 32:9; 33:3,5; 34:9; Deu. 9:6,13, ou seja, por seis vezes. No grego encontramos a palavra *sklerotráchelos,* «pescoço duro», que figura somente em Atos 7:51, dentro da defesa de Estêvão (que vide).

Algumas versões também traduzem por «dura cerviz» uma outra expressão hebraica, *chazeq leb,* «duro de coração» (ver Eze. 2:4). Nossa versão portuguesa, entretanto, é mais correta, quando traduz essa expressão por «obstinados de coração».

A expressão «dura cerviz» descreve aquela atitude rebelde e intransigente demonstrada pelo povo de Israel, no período de suas vagueações pelo deserto do Sinai, depois que eles saíram do Egito. Embora a expressão não reapareça em qualquer outra porção do Antigo Testamento, a idéia é reiterada, conforme se vê, por exemplo, em Oséias 4:16, onde o profeta usa a expressão «vaca rebelde». No original hebraico, a idéia é a de um animal que retrocede ou faz meia volta, resistindo à vontade de seu proprietário. Qualquer leitor do Antigo Testamento sabe que é bastante comum ali essa linguagem simbólica para indicar a teimosia de Israel, em rebelião contra o Senhor.

A palavra que Estêvão empregou em Atos 7:51 (ver acima), foi usada na Septuaginta, em Êxodo 33:3,5, uma outra demonstração de que ele falava o grego e lia o Antigo Testamento na versão. Da LXX, — pois era judeu helenista. Subseqüentemente, essa rara palavra grega reaparece em diversos escritos pré-nicenos. Entre outras coisas, essa obstinação era uma atitude da qual os judeus da época do inicio da Igreja cristã foram exortados a arrepender-se. Quando, após o sermão de Pedro, eles indagaram: «Que faremos, irmãos?» o apóstolo replicou: «Arrependei-vos...» (Atos 2:37,38).

A expressão portuguesa «dura cerviz» é uma tradução literal, não sendo nativa no português. Aparentemente, a condição relembra os pescoços dos touros, que resistiam ao jugo. Em uma cultura onde a criação de gado era uma constante, uma expressão dessa natureza seria facilmente compreendida como metáfora clara. Um homem, em sua rebeldia contra Deus, assemelha-se a um touro, rejeitando o controle divino e insistindo em seguir o seu próprio caminho. Uma interpretação alternativa, mas menos provável, é aquela do indivíduo que *corre* para longe ao ser chamado, — recusando-se virar a cabeça para olhar para trás, mantendo duro o seu pescoço.

No Novo Testamento, temos somente uma ocorrência da palavra grega correspondente, *sklerotráchelos,* «duro de pescoço», em Atos 7:51.